Nacionalismo e desalienação africana

Na África Negra anglófona, o modelo de administração indirecta permitiu livre curso às manifestações e expressão da cultura tradicional e ao aparecimento de numerosos jornais já redigidos por africanos, a maioria das vezes deliberadamente em línguas vernáculas, para consolidação do sentimento nativista. Ainda assim, a ideia da autonomia total face ao Império Britânico apenas emergiria claramente nas vésperas da 2.ª Guerra Mundial com a criação do *Nigerian Youth Movement* (1936) e no rescaldo do enfraquecimento económico da Europa e EUA subsequente ao esvaziamento da "bolha especulativa" e crise económica de 1929.

Os líderes da desalienação africana

Mas é naqueles jornais que aparece a primeira geração de pensadores e líderes africanos: Azikiwe da Nigéria; Jomo Kenyata, membro destacado da associação cultural quicuiu, do Quénia; Nkrumah do Gana. Enquanto isso, apesar da primazia cronológica, na África Negra francófona os constrangimentos conjugados da "administração directa" e da política de assimilação impossibilitaram qualquer vislumbre de uma significativa vida cultural autónoma. Este facto explica que seja lançado de Paris o primeiro apelo à revolta negra, não numa língua vernácula, mas na do colonizador e por estudantes da Martinica que fundaram, em 1932, o jornal *Legitime Défense* de que apenas um número foi publicado. O movimento seria apenas retomado em 1934 noutro jornal, *L'Etudiant noir*, onde pontificam três vozes de jovens estudantes negros: Aimé Césaire da Martinica, Léopold Sédar Senghor, do Senegal e Léon Gontran Damas, da Guiana. Iniciada a 2.ª Guerra Mundial Aimé Césaire, de regresso à Martinica, ampliará a mensagem daqueles dois anteriores títulos na revista *Tropiques*, alimentando um debate profundo que conduz à progressiva elaboração da doutrina da *Negritude*, cujas teses, no pós-guerra, serão largamente difundidas na revista *Présence Africaine*, e que não se traduz, por oposição, num novo racismo, mas na afirmação de que a condição de negro constitui a diferença enriquecedora da sua identidade na relação com o mundo, que o põe em igualdade com todos os homens (Bosschère, 1977:98). Se a alienação colonial provocou a "recusa de si próprio", a sua desalienação teria que passar necessariamente pela "aceitação e proclamação de si próprio". Para além de Césaire, também Senghor, Damas, Frantz Fanon e Amílcar Cabral compreenderam que africanos e antilheses, traumatizados e espoliados da sua cultura mediante processos radicais de assimilação, não poderiam adquirir uma consciência política, condição prévia para a intensificação da "luta revolucionária", enquanto não realizassem essa reabilitação fundamental, capaz de lhes devolver a sua identidade profunda, sem a qual a própria luta não teria qualquer sentido.

Na perspectiva de uma *filosofia da descolonização*, a "libertação nacional" constituía, no entender de Amílcar Cabral, Frantz Fanon ou do poeta e diplomata nigeriano Chinua Achebe, galardoado recentemente (2007) com o prestigioso Prémio Internacional *Man Booker*, um factor determinante da "modernidade cultural africana", a qual se desenvolveria dentro e através da luta. Para Cabral ou Fanon, a cultura era a fonte do desenvolvimento, sendo necessário ao colonizado "regressar-lhe" como forma de alcançar a liberdade (Jeyifo, 2007:125-141).

É, aliás, essa constatação que leva Cabral a reconhecer a necessidade de o colonizado assumir um conceito europeu de nacionalismo, mesmo que sem nação e sem ideologia, mesmo admitindo que o conceito de "independência" ou o de "fenómeno nacional" não significavam, na essência, a mesma realidade para colonizado e colonizador, como forma de obter o reconhecimento pelo colonizador, através da instrumentalização daqueles códigos, do direito a realizar a assunção progressiva da sua historicidade e dos seus valores. Esta fusão até ao indissociável de cultura e política constitui uma das características essenciais do grande movimento de emancipação da *Negritude* para além da influência aglutinadora sobre o Pan-africanismo (de que aquela constitui a 3.ª corrente) e sobre o Afro-asiatismo.

O despertar independentista

Só depois do segundo conflito mundial, e mormente no seio da África anglófona, é que aparecerão os primeiros movimentos de reivindicação política séria. Na Costa do Ouro, os motins de 28 de Fevereiro de 1948 e a prisão de Kwame Nkrumah levam à fundação (1949) do *Convention People's Party* e à reivindicação da autonomia (*self-government*), alcançada por aquele líder na sequência do desencadeamento de um conjunto de manifestações não-violentas (greves gerais, campanhas de imprensa, marchas e boicotes) que Nkrumah designou de "Acção positiva" e que conduziu à sua vitória nas eleições gerais de 1951 e à independência total do Gana em 1957.

Na Nigéria, a diversidade étnica, linguística e religiosa, com 9 grupos étnicos, 248 dialectos e 3 religiões (muçulmanos ao Norte, cristãos e animistas no Centro e no Sul) será aglutinada em torno do partido regionalista *National Council of Nigeria and Cameroons* de Nnamdi Azikiwe, do *Action Group* do advogado Abofemi Awolowo e do *Northern People's Congress* de Aminu Kanu, acabando por conduzir ao estabelecimento do federalismo na Nigéria e à independência (1960).

No Quénia, Tanganica, Uganda e Zanzibar, a tomada de consciência política será mais tardia, devido à persistência das estruturas tradicionais ou à predominância de elementos culturais exógenos que atrasaram consideravelmente o processo de emancipação, como o histórico domínio da comunidade mercante árabe e indiana. Ainda assim, no Quénia, em 1947, o líder quicuio Jomo Kenyatta vai criar o primeiro partido político, a *Kenya National African Union*, cuja acção será potenciada pela forte reacção e levantamento contra a apropriação inglesa das "Terras Altas Brancas" que espoliou o povo quicuio e provocou a revolta dos *Mau-Maus* que se prolongará até 1956, apesar da prisão do Jomo Kenyatta e de outros 200 notáveis indígenas e o internamento em campos de outros 50.000 adeptos, até à captura de Dedan Kimathi, executado em 18 de Fevereiro de 1957. Contudo, nesse mesmo ano tiveram lugar as primeiras eleições legislativas locais, com a vitória do recém-libertado J. Kenyatta, que conduziria o país à independência total em 12 de Dezembro de 1963.

No Tanganica, a reduzida implantação colonial explica a emanação das primeiras reivindicações nacionalistas a partir de 1951, sob a égide de um grupo de intelectuais negros animado por Julius K. Nyerere, a *Tanganyika African Association,* que de movimento cultural se transformaria, em 1954, em partido político que assumiu o objectivo de preparação da independência, luta antitribal e a promoção de um nacionalismo unitário. Este obteria uma importante vitória junto do *Conselho de Tutela* da ONU, em 1955, pois recomendou ao governo britânico o acelerar da emancipação do Tanganica, alcançada em 1961 no seio da Commonwealth, e total em 1962, para em 1964, com a união com Zanzibar, constituir a República da Tanzânia, sob a chefia de Nyerere. Este instaurou um regime de partido único – a TANU – de características radicais, mas que assegurou a estabilidade mediante uma fusão entre um socialismo tradicional africano e o "socialismo científico" de tipo marxista.

No Uganda, composto de pequenas monarquias como o Buganda, muito apegadas às instituições tradicionais, o movimento para a autonomia e a independência apenas lograria a independência em 1962, com uma estrutura de tipo federal que associava os quatro antigos reinos, embora sob a égide do reino de Buganda, a cujo rei, o *Kabaka* Eduardo Muteesa II, foi entregue a chefia do Estado, e ao chefe supremo ou *Kyabazin* do reino de Busoga, a vice-presidência.

Nos três territórios da África Central, futuros Estados do Malawi, Zâmbia e actual Zimbábue, a emancipação será ainda mais tardia, por via do seu reagrupamento no seio de uma Federação da África Central como aparente tentativa de desviar a *Rodésia do Sul* da atracção centrípeta da República da África do Sul, apenas sobre-

vindo a independência na Zâmbia (antiga *Rodésia do Norte*) em 1964 sob a direcção do *Union National Independence Party*, chefiado por Kenneth Kaunda, que se tornaria o primeiro presidente zambiano e que instauraria um regime agressivamente reformista, embora pragmático no relacionamento com as potências ocidentais e a antiga colonizadora. No mesmo ano a direcção do primeiro governo autónomo do Malawi foi confiada ao Dr. Hastings Kamuzu Banda, que servira o império britânico no Gana e que, de regresso, funda o *Malawi Congress Party,* com o qual alcança a maioria legislativa que lhe permite ser eleito primeiro-ministro em 1963 e, declarada a dissolução da federação, ascender à presidência do Malawi independente (1964) do qual se tornou presidente vitalício (1970) sob um regime de partido único, que apenas terminaria em 1993.

O caminho da África Negra Francófona

A Constituição francesa de 1946, ao estabelecer um "pacto colonial" com as suas colónias, permitiu a representação por deputados africanos na Assembleia Nacional, mediante a sua filiação em partidos franceses, mecanismo transitório porquanto não tardariam a entrar em rota de colisão com aqueles, o que abriu caminho ao projecto de criação de um grande partido autóctone e único, dispondo de secções locais em todas os territórios, que tomaria corpo em Bamako, capital do Mali, em 19 de Outubro de 1946, com a presença de oitocentos delegados da África Negra francesa. Entre estes figuram já Ahmed Sékou Touré da Guiné francesa (depois Guiné-Conacri) bisneto de Samori ibn Lafiya Ture (c. 1830-1900) que fora o fundador do Império Wassoulou, um Estado islâmico que resistiu à França na África Ocidental, de 1882 até à sua captura em 1898, Modibo Keita (ulterior primeiro presidente do Mali), Félix Houphouët-Boigny (que se tornaria o primeiro presidente da Costa do Marfim), já então líder, com a ajuda dos grupos de estudos comunistas de Abidjan, do *Partido Democrático da Costa do Marfim*, sucessivamente chefe aldeão, médico, agricultor, líder sindical, deputado marfinense em França, ministro do governo francês, presidente da assembleia nacional do seu país, "maire" de Abidjan, primeiro-ministro e presidente de 1960 a 1993, e que se tornaria o primeiro presidente do *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA) um partido de raíz interafricana e pan-africanista de que os partidos locais se deveriam tornar secções territoriais (Bosschère, 1977:119).

A aliança tácita concluída com o Partido Comunista Francês conduziu a uma violenta repressão pela administração colonial francesa e a subsequentes cisões no seio do partido inter-africanista que ditariam o esvaziamento do RDA, acabando por se reduzir à secção guineense dirigida por Sékou Touré, enquanto todas as outras secções se transformariam em partidos nacionais.

Os deputados africanos que se tinham recusado a aderir ao RDA por via da sua colaboração com o PCF acabariam por fazer também eles um percurso evolutivo que passou pela sua filiação nos partidos políticos franceses, acabando por fundar as suas próprias formações, como ocorreu com Léopold Sédar Senghor que, em 1948, fundou o *Bloco Democrático Senegalês* que integraria o agrupamento de deputados africanos na Assembleia Nacional, os *Independentes do Ultramar* (IOM) de que aquele, não sendo o fundador, acabaria por se tornar o líder incontestado, e que graças ao apagamento do RDA, se tornaria no partido africano mais votado e bandeira do projecto de Senghor de criação de uma "República Federal Africana", fortemente combatido por Boigny, agora antifederalista convicto.

Contudo, apesar de Senghor ser mais o ideólogo e intelectual que o homem de acção e Houphouët-Boigny o contrário, o certo é que os dois convergiriam quanto à questão de fundo, a escolha de uma via moderada e prudente que, por fases sucessivas, conduzisse à autonomia e depois à independência, mas sempre à sombra da França. O que é facto é que a via moderada do antifederalista Boigny e do federalista Senghor permitiriam aos seus países, respectivamente Costa do Marfim e Senegal, tornarem-se, atrás da Nigéria, na segunda e terceira economia da sub-região oeste-africana. A Costa do Marfim assente num modelo político de partido único mas de liberalismo económico inspirado nos EUA, que a prazo se traduziria num crescimento sem desenvolvimento e com crescentes tensões sociais. O Senegal, com um regime de partido único – *União Progressista Senegalesa* – de 1966 a 1974 e uma economia das mais industrializadas entre os países africanos, graças à presença de multinacionais de capital maioritariamente francês ou norte-americano e virada para a exportação para a Europa, com destaque para a França e Itália, a Índia e República Popular da China.

Contudo, os percursos diferenciados de Houphouët-Boigny e de Léopold Senghor ajudam a perceber os percursos distintos de ascensão à independência: a Costa do Marfim acederia directamente à autonomia em 1958 e à independência em 1960; o Senegal, por via do federalismo militante de Senghor, acedeu à autonomia e independência integrada na Federação do Mali criada em 1959, de que Senghor e Modibo Keita do Mali (Sudão francês) eram os artesãos, e que integrava também o Alto Volta (depois Burquina Faso) e o Daomé (futuro Benim) que ainda nesse ano se retiraram da federação. Reconhecida a sua independência por de Gaulle (1959), proclamaria formalmente a independência em 1960.

No entanto, a rápida eclosão de divergências entre senegalenses e sudaneses levou à dissolução da Federação do Mali: o Senegal de Senghor, até então presidente da assembleia federal, proclamou a sua independência (20 de Agosto) e um mês depois (22 de Setembro) Modibo Keita, até então presidente do governo da federação, proclamou a independência do Sudão francês, que se tornaria na República do Mali. Apesar do fracasso, nenhum dos dois abandonaria o seu pensamento federalista e fortemente pan-africanista. Senghor tentaria de novo a federação, formando em 1982 com a Gâmbia a Confederação da Senegâmbia, que nunca seria institucionalizada, sendo dissolvida em 1989.

Madagáscar experimentara durante a maior parte do século XIX até à "partilha de África" (Amorim, (2008) uma "independência" de tipo europeu no Reino de Madagáscar que a invasão colonial francesa aboliu em 1895. A nostalgia da liberdade animou os malgaxes. O "trabalho forçado", a perseguição sistemática aos militantes dos dois partidos autonomistas fundados em 1945 – o *Partido Democrático Malgaxe* e o *Movimento Democrático da Renovação Malgaxe*, cujos programas coincidiam na vontade de não romper com a França, embora assumissem o compromisso de reivindicar a independência imediata – e a quase aniquilação francesa do nacionalismo malgaxe de 1947 a 1958, na sequência da repressão da acção violenta independentista, apenas permitiram a aquisição da autonomia parcial no seio da *comunidade francesa* em 1958 e a independência total em 1960, constituindo ainda assim um dos primeiros países da zona africana do oceano Índico a alcançar a independência após uma luta nacionalista incessante, e que, sob a égide de Philibert Tsiranana (de 1960 a 1972) seguirá a via de um socialismo pragmático estreitamente ligado aos interesses da França, mas que, na sequência da contestação crescente da população e da greve estudantil que se estendeu da capital às províncias, ditaria a queda e afastamento do seu primeiro presidente no ano de 1972. ■

Referências

AMORIM, F. (2008) — «A Europa dos nacionalismos imperiais: Berlim, 1885». In MOITA, Luís [dir. de] – *Janus 2008*. Lisboa: Ed. Público e Universidade Autónoma, 2008.

BOSSCHÈRE, G. (1977) — *Para entender o Terceiro Mundo*. Lisboa: Moraes Editores.

JEYIFO, B. (2007) — "An African Cultural Modernity: Achebe, Fanon, Cabral, and the Philosophy of Decolonization." In *Socialism & Democracy* 21, n.º 3: 125-141. Disponível em Academic Search Premier, EBSCOhost http://web.ebscohost.com (acedido a 23 Janeiro, 2010).

NOUSCHI, M. (1996) — *O Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget.

O mito do(s) Pan-africanismo(s)

O originário da América, o *Pan-Africanismo* constituiu-se inicialmente como simples manifestação de solidariedade fraterna entre todos os africanos, entendidos de modo lato como os africanos e as gentes de ascendência africana naturais das Antilhas britânicas e dos EUA excluindo os europeus nascidos em África e que, a prazo, a partir da década de 50, transformar-se-ia (1955) em instrumento para a tentativa de edificação, sob a égide de Kwame Nkrumah, dos "Estados Unidos da África". Contudo uma análise mais rigorosa permite identificar três correntes distintas neste movimento, bem como três etapas no seu processo evolutivo.

Pan-africanismo e orgulho rácico

Uma primeira corrente, a do orgulho rácico, ao qual corresponde igualmente a primeira etapa do movimento, traduziu-se na tentativa de líderes e escritores africanos naturais das Antilhas e dos Estados Unidos de erguer moralmente os negros da diáspora e de África, destacando-se nelas dois grandes líderes: um negro da Jamaica, Marcus Mosiah Garvey (Saint Ann's Bay, 17 de Agosto de 1887 – Londres, 10 de Junho de 1940) que fundou em 1920 a UNIA – Associação Universal para o Progresso dos Negros, e que pretendia aglutinar todos os negros em uma só nação e advogando a "redenção" pelo regresso a África com o movimento norte-americano "back to Africa", contrapondo ao poder branco um poder negro. Inclusivamente chegou a formar um governo provisório de África e um exército constituído pela Legião Universal Africana, as Enfermeiras da Cruz Negra Universal, o Corpo Motorizado Pan-Africano, o Corpo Juvenil e o Corpo Volante da África Negra. O movimento de M. A. Garvey defendeu, sem sucesso, a ideia de fazer "retornar" a África, concretamente para a Libéria, trinta mil famílias negras. Contudo, a falência financeira do movimento e a sua prisão por fraude nos EUA estiolaram o projecto, bem como o movimento. No entanto, as ideias de Garvey – que viria a falecer em 1940 em Londres – persistiram e colheram a simpatia dos negros norte-americanos e de alguns dos líderes africanos como Kwame Nkrumah do Gana, que lhe expressou publicamente gratidão pelo papel desempenhado e pela manutenção daquele ideal original.

Garvey *versus* Du Bois

O outro líder desta corrente de pan-africanismo rácico e que chegou a ser designado de "sionismo negro", por via da identificação deste ideal com o do povo judeu de retorno à Palestina, seria o escritor e historiador afro-americano natural do Massachusetts, William Edward Burghardt Du Bois (1868-1963), o qual rejeitou a ênfase dada por Garvey à raça negra como factor evidenciador de uma consciência comum, insistindo, e por via deste facto, acompanhando as questões fracturantes da agenda política interna dos EUA no que concerne aos direitos civis, na ideia da igualdade de direitos para os povos de ascendência africana espalhados pelo mundo, incluindo obviamente os negros africanos. Neste sentido Du Bois integra aquela que podemos designar como a segunda corrente do *Pan-Africanismo*, a corrente política, e em conjunto com o político senegalês Blaise

AS IDEOLOGIAS "PAN..."

O pan-africanismo está longe de ser a única forma de representação simbólica de um totalidade, assente ora na etnia, ora na raça, ora na religião... Ao longo da história destes últimos séculos, diversas outras ideologias se manifestaram, reivindicando o reconhecimento de um "todo" que, para ser forte, se afirma unido.

A mais antiga será porventura o pan-americanismo, com raízes na ambição de Simón Bolivar de unir os Estados americanos saídos da colonização espanhola. Esse bloco continental nunca chegou a existir, mas algumas experiências regionais ensaiaram formas de unidade (por exemplo, em 1819 constituiu-se a Grã-Colômbia, que só duraria até 1830, desagregando-se na Venezuela, Colômbia e Equador). O pan-americanismo teve também uma expressão vinda do Norte, celebrizada na frase do presidente Monroe em 1823: "A América para os americanos", significando a rejeição da interferência das potências europeias nos assuntos do Novo Mundo.

O séc. XIX assistiu à emergência de fenómenos análogos. O pan-germanismo procurava a união de todos os alemães espalhados pelos diversos países da Europa central e oriental, enquanto o pan-eslavismo preconizava uma espécie de busca de nacionalidade única para todos os povos eslavos (com um sentido por vezes de pendor anti-ocidental ou anti-germânico). E, à sua maneira, o sionismo judaico coloca-se na mesma tradição de unir o que está disperso.

Já no séc. XX ocorreram diversas formas de pan-arabismo ou de pan-islamismo. Se a queda do Império Otomano após 1914-18 desperta as ambições árabes de unificação dos territórios desse império, foi mais tarde o nasserismo do Egipto o grande motor do pan-arabismo moderno, aliás seguido pelo Partidos Baas da Síria e do Iraque, daí resultando algumas tentativas de unificação de Estados como embrião para construir a unidade árabe (tentativas sempre efémeras, com as de união entre o Iraque e a Jordânia em 1958, ou entre o Egipto e a Síria – a República Árabe Unida, que chegou a durar três anos, entre 1958 e 1961 – e as uniões mais teóricas que práticas entre a Líbia, o Egipto e a Síria). Por seu lado, o pan-islamismo visava ideais românticos de união de todo o mundo islâmico, encontrando algum eco na revolução iraniana de Khomeini.

OS ESTADOS UNIDOS DE ÁFRICA

Em 1 de Fevereiro de 2009 a comunicação social noticiava as declarações do Presidente tanzaniano Jakaya Kikwete, anunciando que a Cimeira da União Africana que acabava de se realizar em Adis Abeba tinha decidido a criação dos "Estados Unidos de África", dotando o Continente de um governo próprio (similar ao da União Europeia), com autoridade e meios orçamentais para exercer a sua função. E é fácil chegarem até nós posições de dirigentes africanos a proclamarem a necessidade de integração política do Continente. Já o célebre Plano de Lagos de Abril de 1980 – que significou um marco simbólico para a estratégia do desenvolvimento africano – defendia uma comunidade económica continental a caminho da união política. No princípio da década seguinte, em Abuja, na Nigéria, foi perspectivada a criação, até ao final do século, da CEPA – Comunidade Económica Pan-Africana – que nunca foi realidade consistente mas que abriu caminho para o reforço das organizações regionais. A união política subsistia como sonho, que mais tarde se adivinhava em surdina no processo de transformação da OUA em UA, porventura por influência do Coronel Khadafi, conhecido apóstolo da unidade, seja árabe, seja africana. Hoje em dia a argumentação aparece até reforçada quanto à necessidade de integração, uma integração tanto mais urgente quanto o fenómeno da globalização obriga a África a unir-se para participar activamente na gestão dos assuntos mundiais.

Dir-se-ia que o ideal pan-africano mantém actualidade. Pura retórica? Afirmações de nostálgicos radicais? Sintoma da fraqueza de um continente em busca de novas energias? A verdade é que persiste o mito do *pan-africanismo*, ora mobilizador de iniciativas políticas, ora encarado com desdém pelos cépticos.

Como é sabido, esse mito pan-africano tem mais de um século de história. As suas origens, curiosamente, vêm do outro lado do Atlântico e parecem seguir uma rota inversa à da escravatura africana: são afro-americanos e caribenhos os primeiros a formular o ideal pan-africano, é dessa diáspora africana que vem o sonho da unidade do continente. Mais: da unidade de todos os negros. Com efeito, os primeiros antecedentes de *pan-africanismo* têm uma marca acentuadamente racista e preconizam o retorno de todos os negros ao seu continente de origem, refazendo em sentido contrário o caminho dos escravos, sendo a Libéria o primeiro embrião desse retorno destinado a alastrar de modo a conter a "civilização negra". Esses antecedentes observam-se em Alexander Crummel (1819-1898), afro-americano e pastor protestante formado em Cambridge, que formulou antes de qualquer outro estas teorias, seguido pelo antilhano E. W. Blyden (1832-1912), ambos liberianos de adopção (deve recordar-se que a Libéria é independente desde 1847 e que se constituiu pelo retorno a África de escravos negro-americanos libertos). Cf. ALMEIDA, Érica Reis de, - "O *pan-africanismo* e a formação da OUA". In *Revista geo-paisagem*, ano 6, n.º 12. 2007.

Disponível em http://www.feth.ggf.br/África.htm, (consultado em 22/12/2009).

Diagne seria o responsável pela convocação da I.ª Conferência Pan-Africana em Paris, em 1918, com o objectivo imediato de impedir a distribuição das antigas colónias alemãs entre as potências aliadas que saíram vitoriosas do conflito. Nos quinze anos seguintes Du Bois continuou a promover conferências similares, em Londres, Lisboa – conferência do movimento pan-africano da liberdade para a África Oriental, Central e Meridional – e Nova Iorque, nas quais negros da América e das Antilhas tiveram um papel preponderante (Santos, 1969:61-69).

Segunda etapa e Pan-africanismo político

A segunda etapa do *Pan-Africanismo* ficou marcada pelo movimento pela independência nacional dos territórios coloniais como antecâmara de processos de unificação política de vários Estados. É fortemente influenciada pela segunda corrente, a do *Pan-Africanismo político*, tendo como principais representantes H. Sylvester-Williams, G. Padmore e W. E. B. Du Bois, este último a fazer a transição de um "sionismo negro" para um *pan-africanismo político*. Importa realçar que em 1945 tinha lugar em Manchester, Reino Unido, a 5.ª Conferência Pan-Africana, a primeira em que os delegados africanos suplantaram em número os delegados negros norte-americanos e a discussão centrou-se no desenvolvimento de planos práticos e exequíveis de obtenção da autonomia política através do recurso a movimentos de resistência pacífica e pela organização de partidos políticos de massas. Nesta conferência desempenharam papel de relevo Kwame Nkrumah (1909-1972) da Costa do Ouro, ulteriormente Gana, os representantes da corrente do *Pan-Africanismo político*, com destaque para o jornalista de Trinidad George Padmore (1903-1959), que mais tarde seria o conselheiro de Nkrumah para os assuntos africanos, Peter Milliard, da Guiana Inglesa, o escritor negro sul-africano Peter Abrahams e W. E. B. Du Bois, que acabaria mais tarde por fixar residência e naturalizar-se ganês, e falecer em Acra em 27 de Agosto de 1963 (Santos, 1969). Para além das influências do "sionismo negro" e do *Pan-Africanismo intelectual* (… a 3.ª corrente, que será analisada em texto distinto), assimilando destas correntes todos os argumentos que potenciassem a sua força e êxito, o apelo sentimental da primeira; e o optimismo e esperança da terceira, o *Pan-Africanismo político* representa já uma reivindicação concreta de promoção social e política que viria a adquirir diferentes matizes na América e em África, ganhando no segundo continente um carácter étnico exclusivista – "África para os africanos" – que excluía as restantes comunidades dela naturais e que anuncia, por esta via, a doutrina anticolonialista que emergiria na Conferência de Bandung e culminaria nos diferentes processos de descolonização maioritariamente assentes na radicalização do argumento étnico, quando mesmo, nalguns casos, na recusa do multirracialismo. Tendo êxito na recusa da tradicional imagem unitária do continente construída em torno de um conceito de inferioridade africana e servindo-lhe de contraponto nacionalista unificador continental, por défice de nacionalismo estadual que, na verdade constituía o seu elo fraco (Lopes, 2010), serviu também como fonte de afirmação dos novos Estados que – equívoco original – proclamaram *ab initio* a inviolabilidade das suas fronteiras herdadas do colonialismo.

Terceira etapa: o mito da unificação continental

Alcançadas maioritariamente as independências, o *Pan-Africanismo* evoluiu, a partir de 1957, na sequência da independência do Gana, para uma nova etapa – a terceira – caracterizada pela procura e construção de pontes de associação ou mesmo unificação que só a constituição de Estados sem nações parecia, aparentemente, possibilitar, dando assim corpo a tentativas hegemónicas de alguns líderes africanos como Nkrumah, de construção de um super-Estado africano que pudesse afirmar-se como potência continental e interlocutor mundial. Por essa altura o termo *Pan-Africanismo* evoluiu para um conceito mais territorial, continental e lato, abrangendo árabes, berberes e povos do Norte de África, mas passou objectivamente também a excluir os negros do Novo Mundo, excepto quanto à manutenção de laços meramente fraternais. Três eixos fundamentais passaram naquela data a caracterizar a agenda do *Pan-Africanismo*: a libertação completa do continente do domínio colonial e europeu onde o mesmo persistisse; a construção de uma política africana comum nas relações com as potências mundiais e restantes Estados; a promoção da unidade intracontinental. Esta agenda foi objecto de discussão no decurso das conferências patrocinadas pelos Estados africanos recém-independentes, realizadas em Acra, no Gana, em Abril de 1958; em Adis Abeba, na Etiópia, em Junho de 1960; e por delegados dos movimentos independentistas e de libertação (em Acra, em Dezembro de 1958; em Tunes, em Janeiro de 1960 e no Cairo, em Março de 1961) que constituíram a Conferência dos Povos Africanos (AAPC). ■

*** com Luís Moita**

REDESENHAR AS FRONTEIRAS AFRICANAS?

O reagrupamento de países como modo de evitar a balcanização de África e como tentativa de superar o artificialismo das fronteiras herdades da colonização tem persistido na imaginação de alguns, à margem de qualquer solução realista. A título de curiosidade, pode referir-se o mapa de África redesenhado pelo jurista queniano Makau wa Mutua, publicado no *Boston Globe* de 22 de Setembro de 1994 e transcrito por Denis-Clair Lambert em "Les catastrophes africaines". Cf. *Mondesfrancophones.com (revue mondiale des francophonies)*.

Kusini = expressão suaili que significa o Sul.
Fonte: LAMBERT, Denis-Clair (2009) - "Les catastrophes africaines". In Mondesfrancophones.com (revue mondiale des francophonies). Disponível em http://mondesfrancophones.com/espaces/afriques/les-catastrophes-africaines

Referências

LOPES, C. (2010) – "Políticas e novos cânones do pensamento africano". In *Janus 2010*.
MATTOSO, J. (1986) – *A Formação da Nacionalidade*. Lisboa: INCM, p. 7
MIRANDA, J. (1983) – "Nação". In *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 13, col. 1641-1642.
SANTOS, Eduardo dos (1969) – "As conferências do movimento pan-africano da liberdade para a África Oriental, Central e Meridional (P.A.F.E.C.S.A.)". In *Ultramar*. Ano IX, n.º 35/36 (1.º e 2.º semestres de 1969), p. 61- 91.
TELES, I. Galvão (1971) – "Conceito de Nação: a Nação Portuguesa". In *O Direito*, p. 83 e ss.; CAETANO, M. (1967) – *Manual de Ciência Política e Direito Constitucional*, p. 467 e ss.

Pan-africanismo intelectual: a utopia possível(?)

Depois do *Pan-africanismo rácico* e do *Pan-africanismo político*, lugar de destaque no *Pan-africanismo* cabe ao *Pan-africanismo intelectual*, embora sem nunca se ter traduzido em etapa distinta neste movimento.

Esta corrente teve como precursores J. Price-Mars e R. Maran e, mais tarde, encontrou em Léopold Senghor (Senegal), em Aimé Césaire (Martinica) autor de *Cahier d'un retour au pays natal*, que tanto contribuiu para chamar a atenção sobre a diáspora negro-africana e que lhe cunhou o termo *Negritude* e no filósofo Jean-Paul Sartre (França) os seus defensores maiores.

Conceptualmente o *Pan-africanismo intelectual* ou *Negritude* assenta no princípio de que as civilizações africanas foram adulteradas pela colonização branca, pelo que só poderiam recompor-se pondo termo a esta e reencontrando-se consigo próprias mediante um retorno às origens e pela exaltação dos seus tradicionais valores culturais e étnicos (Gonçalves, 1986: 626-632).

A *Negritude*

Foi por volta de 1933-1935 que o termo *negritude* inventado por Aimé Césaire foi introduzido nos circuitos literários europeus e franceses em particular. A ideia central da filosofia da *negritude* assentava na premissa de que "os povos negro-africanos são portadores de uma herança sociocultural carregada de valores e tradições vetustas que é preciso revelar, fazer ressurgir e de que aqueles podem e devem tomar consciência e orgulhar-se" (Senghor, 1959: 249-279).

Neste âmbito a revelação da negritude implicava a recuperação da história africana, dos fenómenos culturais, como a filosofia banta, as artes plásticas, com destaque para a estatuária e a dança negro-africana ao patamar da memória colectiva.

Tratava-se de reconceptualizar num termo novo uma ideia que tinha já raízes profundas e que remontava, nas origens, à *literatura de protesto* africano-americana de finais do séc. XIX e início do séc. XX nos EUA, como o *Back to Africa Movement* de Marcus Garvey, ou o movimento *Black Renascence* de Langston Hughes, C. McKay, Jean Tooner. Na Europa, a primeira literatura africanófila sob a égide dos estudantes antilhanos em Paris, especialmente a revista *Legitime Defense* e o jornal *L'Étudiant Noir* (com publicação a partir de 1934), assumir-se-ia como porta-voz das ideias "negritudistas, de denúncia da assimilação europeia nos quais vão colaborar autores negros, mestiços e brancos como Césaire, Senghor, Léon Damas, Sartre, a que se juntará, depois da 2.ª Guerra mundial, a revista *Présence Africaine* como veículo comunicacional daquele movimento que proclamava a *unidade cultural africana*.

O movimento da *Negritude*, de que Césaire e Senghor assumem a paternidade histórica, trouxe, a partir de um conceito inicialmente literário e antropológico, uma nova perspectiva de abordagem à dicotomia "colonizador-colonizado" que emergiria como matriz civilizacional e verdadeira ideologia política, ao defender que, a par de uma "humanidade branca", existe uma "humanidade negra", nenhuma subordinante ou subordinada à outra. Esta "humanidade negra", na perspectiva de Senghor, comportaria uma dimensão sincretista civilizacional negra de natureza transversal, abarcando as dimensões cultural, económica, social e política.

Contudo, se inicialmente o termo cunhado por A. Césaire e L. Senghor ganhara um significado mágico entre alguma intelectualidade europeia e fundamentalmente africana, enquanto elemento ontológico e *messianista* de uma nova filosofia (Sartre, 1948) que pugnava pela "renascimento africano" e a "reabilitação da África", constituindo-se também como instrumento de combate à assimilação colonial, não tardaria a ser criticada por sectores ideológicos mais radicais e marxistas, também eles messiânicos, empenhados no anticolonialismo revolucionário, como sendo uma mistificação que, sob a forma de "neocolonialismo", ao traduzir-se numa "maneira negra de ser branco", apenas retardaria a descolonização e a independência dos povos africanos.

Mais do que uma crítica à *Negritude*, observa-se em seu redor uma clara tentativa de apropriação do movimento, que, em função disto, atravessou várias fases desde o seu aparecimento. Foi movimento reaccionário a um tempo e revolucionário a outro; foi movimento literário, filosófico, antropológico e ideológico, atravessando diversas correntes políticas, com destaque para o cristianismo progressista e o marxismo. No seu seio cedo se identificariam estas diferentes correntes e percepções do *Pan-africanismo intelectual*: enquanto Aimé Césaire, de formação marxista, evidenciava os aspectos culturais, ligando-se por esta via aos movimentos de "descolonização revolucionária", Léopold Sédar Senghor, um católico socialista, sublinhava o conteúdo político da *Negritude* traduzido num conceito de "descolonização evolutiva", não escapando por isso ao escrutínio ideológico marxista que o associaria ao *neocolonialismo*. Ocorre ainda que é possível detectar conceitos diferenciados entre os mais destacados marxistas, como Sekou Touré, que oscilou entre o maoísmo e a ortodoxia soviética, ou entre o marxismo de Césaire (1913-2008) e o do seu antigo aluno de liceu, o psiquiatra, ensaísta e escritor francês revolucionário Frantz Fanon (1925-1961), tal como Césaire, natural da Martinica, onde contactou com outras figuras importantes do *Pan-africanismo* como Edouard Glissant (Martinica, n. 1928), C.L.R. James (1901-1989) e Eric Eustace Williams (1911-1981) ulteriormente primeiro-ministro de Trinidad e Tobago (Gonçalves, 1986: 626-632).

A crítica de Fanon a Césaire

O *Pan-africanismo* de Fanon rejeitaria o conceito de *Negritude* e de "descolonização evolutiva", no seu entender implícito também em Césaire, defendendo que só a revolução, enquanto força libertadora do nativo e do seu complexo de inferioridade e desespero, restauraria a sua auto-estima autóctone, constituindo o único meio de acabar com a repressão colonial e o trauma cultural do Terceiro Mundo (Fanon, 1959: 82-89). Em *Black Skin, White Masks* (1952), o seu primeiro livro publicado, Fanon, partindo de uma grelha de análise marxista-leninista, analisa o impacto do colonialismo e seus efeitos deformantes nas sociedades colonizadas, argumentando que o colonialismo branco impôs às suas vítimas negras e colonizadas uma existência falsa e degradante por, através da assimilação, impor a conformidade do colonizado aos valores distorcidos do colonizador. A caminhada do Terceiro Mundo obedece também ao esquema da luta de classes: ele seria a História orientada para a libertação e para o progresso. Fanon prossegue esta linha de pensamento até à morte, vítima de leucemia nos EUA (1961), com o texto *Les Damnés de la terre* (1961), com prefácio de J.-P. Sartre, baseado na sua experiência na Argélia durante a guerra da independência, e que seria considerado um dos documentos centrais do movimento para a revolução negra. Alimentando-se de anti-europeísmo, dá enfoque maior a uma perspectiva que vê no Terceiro Mundo uma fonte de renovação, um regresso à pureza original, um meio de romper com o que denuncia, em *Les Damnés de la terre*, ser a paragem, desde há séculos sob comando europeu, da progressão entre os homens, submetidos, no seu entender, aos desígnios e à glória de uma Europa que, em nome de uma pretensa"aventura espiritual", abafava toda a humanidade (Fanon, 1961). Esta ideia colheria adeptos noutros autores como Sartre, ou em individualidades comprometidas com o Terceiro Mundo, como o suíço Jean Ziegler (n. 1934) autor do livro *Sociologie de la nouvelle Afrique* (1964).

Outros contributos à Negritude

O conceito de *Negritude* contrapunha ao "etnocentrismo europeu" a ideia do "relativismo cultural", embora alguns autores do *Pan-africanismo intelectual* radicalizassem a abordagem defendendo a ideia de uma anterioridade das civilizações negras, berço da humanidade, bem como o conceito científico de "egiptologia afrocentrada", o mesmo é dizer, postulando a ideia de que a civilização-berço do Egipto Antigo mais não era que uma civilização negro-africana (Cheikh Anta Diop, 1954). Mas, na sua vertente moderada, o movimento da Negritude defendia um posicionamento anti-racista das elites cultas de origem africana a quem caberia alimentar a luta contra a colonização europeia num quadro ideológico cultural pan-africanista, situando os novos países africanos no contexto do terceiro-mundismo, mas que não deveria excluir a perspec-

"RENASCIMENTO CULTURAL" E CONSCIÊNCIA ETNO-IDENTITÁRIA

A ausência de ideologia, de projecto político próprio, explicáveis não por uma inferioridade africana étnica ou civilizacional e por uma incapacidade de produzir História mas, antes, pela autoflagelação decorrente do facto de a experiência colonial se ter servido, mais do que destruído, das estruturas políticas e comerciais africanas e instrumentalizado em seu proveito as rivalidades locais e regionais, explicam a emergência do mito da idílica solidariedade africana, tão prejudicial à eclosão dos sentimentos identitários e autonomistas quanto o fora aquele período colonial, por prosseguir a redução da multiplicidade cultural africana a um mínimo denominador comum, misturando-a num objecto único de reivindicação política tão estranho a África como os iniciais colonizadores – o Pan-Africanismo - nascido fora do continente mas implantado no seu seio pela mão das primeiras gerações de líderes africanos. A primeira tomada de consciência da alienação, ainda que a um nível difuso, parece ter-se manifestado através do ensino de religiões proféticas e facilmente sincretistas que surgiram graças à síntese ou fusão entre o cristianismo importado e as religiões ou crenças animistas locais, produzindo o que podemos designar de um "renascimento cultural" operado pela retoma pelos povos autóctones de conhecimento da sua identidade através da reassunção progressiva da sua historicidade e dos seus valores. A primeira atitude cultural da maioria dos intelectuais colonizados, mesmo os marxistas, será fortemente tingida de "nacionalismo", mesmo que indo beber às fontes teórico-ideológicas europeias, e mesmo que marcadamente distintas dos nativismos e movimentos socioreligiosos africanos que. na sua essência, possuíam um pendor marcadamente mais "patriótico" que nacionalista, mas um patriotismo que não se revia ou justapunha à orogénese das fronteiras coloniais. A independência que vai passar a ser progressivamente exigida pelos povos colonizados persiste contudo como um conceito europeu instrumentalizado pelo colonizado para obter por meio do seu próprio código o reconhecimento pelo colonizador, sendo acessório o facto de não significar, na essência, a mesma realidade para o colonizado e para o colonizador. "Renascimento cultural" e "novas ideologias" constituem doravante as alavancas da acção política no quadro da luta pela independência. A revalorização do conteúdo cultural da sua história e consciencialização etno-identitária e política acentuam a radicalização do processo de descolonização pela afirmação de uma contra-assimilação encabeçada por quem mais traumatizado foi pela assimilação colonial, os antilhanos e africanos negros filofrancófonos. Entre eles a revalorização das culturas autóctones não constitui apenas um problema vital na sua determinação identitária mas, sobretudo, um problema de sobrevivência, diversamente dos africanos negros filoanglófonos, para quem o despojamento da sua cultura tradicional nunca se observou, pelo menos de uma forma tão coerente e tão radical.

tiva multirracial. O aparecimento da revista *Présence Africaine* (1947) constituiu nesta matéria um marco, ao declarar-se aberta à colaboração multirracial de brancos, mestiços e negros, posição que se traduziria na revitalização do *Pan-africanismo intelectual* em que tomariam parte intelectuais luso-africanos de expressão portuguesa.

A expressão afro-portuguesa da Negritude

O fenómeno da *Negritude* atravessou outras sociedades e países europeus com tradição e passado imperial e colonial, como Espanha, Itália, Grã- Bretanha, Brasil e Portugal, onde se destacaram o santomense Francisco Tenreiro, os angolanos Mário Pinto de Andrade e Agostinho Neto e os moçambicanos Marcelino dos Santos e Castro Soromenho (este último com maior ligação aos sincretismos culturais de Angola, onde viveu). Francisco Tenreiro terá sido o precursor do movimento da *Negritude* em Portugal (1942) com o seu livro de poesia *Ilha do Nome Santo*. Em 1953, com Mário Pinto de Andrade, publica uma colectânea de poesias representativas da *Negritude – Primeiro Caderno de Poesia Negra de Expressão Portuguesa*, que M. Pinto de Andrade ampliaria em Paris (1958) com o título de *Antologia da Poesia Negra de Expressão portuguesa*. Outro autor da *Negritude* de expressão portuguesa é Alfredo Margarido (n. 1928), nascido em Portugal mas emigrado para S. Tomé e Príncipe e posteriormente para Angola, que cedo captou a hostilidade do Governo Geral de Angola, que determinou a sua expulsão, acabando por se fixar em Paris, onde se integraria nos movimentos de extrema esquerda dedicando-se aos problemas africanos e da sociologia da literatura. A ele se deve o ensaio *Negritude e Humanismo* (1964) publicado, no ano da sua expulsão, em Portugal pela Casa dos Estudantes do Império, alfobre de futuros quadros e dirigentes políticos da *Negritude* de expressão portuguesa. Também em Portugal, em 1967 seria dada à estampa em Braga uma dissertação de licenciatura em Ciências Sociais da autoria de José Montenegro, *A Negritude: dos Mitos às realidades*, onde se procura abordar a acção colonizadora numa óptica de coexistência.

Com a queda do Estado Novo (25-04-1974) intensificar-se-ia a publicação de obras sobre este movimento em Portugal: destacam-se Maria Carrilho, com o livro (1975) *Sociologia da Negritude* e Alfredo Margarido (1980) com *Estudos sobre Literatura das Nações de Língua Portuguesa* (Gonçalves, 1986: 626-632).

O mito do socialismo africano

Durante a fase da luta pela independência, a ideologia africana dominante resumir-se-ia a algumas ideias-força que colheriam unanimidade, como "independência", "unidade africana", porque instrumento da unidade nacional e legitimação do antitribalismo, o "neutralismo positivo"e o "socialismo". Contudo, o único objectivo atingido foi a independência, que na maioria dos casos permaneceu "nominal". Aureolados pela vitória contra o colonizador, os líderes independentistas disporiam de uma forte legitimidade carismática para a reapropriação da herança colonial e a descolonização do Estado. Bourguiba na Tunísia, N'Krumah no Gana, Sekou Touré na Guiné e Lumumba no Congo procurariam, sem êxito assinalável, afirmar a identidade nacional em torno de princípios de direcção central, socorrendo-se de um discurso anti-europeu e anti-imperialista, mas que assentava em ideologias exógenas e de empréstimo, como "socialismo", "laicidade", "industrialização industrializante" à soviética, "economia mista" etc. Apesar de algumas tentativas sem futuro como as observadas entre a Guiné e o Gana e o Senegal e o Mali, também o *Pan-africanismo* fracassou, provocando a pulverização de unidades nacionais, como foi o caso da secessão do Catanga (Congo ex-Belga) do Biafra (Nigéria) e a revolta do Sudão meridional, conduzindo ao recrudescimento do tribalismo. Igualmente o "neutralismo" falhou, ficando-se por um disperso *não-alinhamento*. Restava o "socialismo africano", também ele eivado de contradições e equívocos.

Quatro tendências se afirmariam no cenário pós-independências africanas: um "socialismo" de inspiração marxista instaurado por alguns regimes radicais como os da Guiné e do Mali; um "socialismo" espiritualista, produto do sincretismo com a tradição comunitária africana, adoptado pela maioria dos países africanos na esfera e tutela económica do Ocidente; um "socialismo" de fusão, amálgama dos valores positivos do "socialismo africano" espiritualista com o "socialismo" de inspiração marxista, observável em países de regime radical como o Gana (de Nkrumah) ou a Tanzânia (de Nyerere); um sincretismo ideológico entre marxismo e islão, baptizado de "nacionalitarismo" (Egipto, Sudão, Líbia). Todos eles buscaram a construção sem sucesso de um "nacionalismo de parafuso" assente num crescimento introvertido e autocentrado, com sequelas a prazo (Nouschi, 1996:376). O erro maior, o falhanço residiu no facto de, para um regresso à pureza original proclamada pelo *nacionalismo africano*, a maioria dos Estados ter acabado por invocar ideologias-alibis pseudo-socialistas porque sem definição precisa, porquanto recorriam, em suma, a messianismos ideológicos, isto é, a "representações literárias da sociedade desejável" que eram contudo estranhos à realidade africana e à autenticidade africana que reclamavam perseguir (Bosschère, 1977:250-252). ■

Referências

BOSSCHÈRE, G. (1977) – *Para entender o Terceiro Mundo*. Lisboa: Moraes Editores.
DIOP, C. A. (1954) – *Nations Nègres et Culture*. Paris.
FANON, F. (1952/ trans. 1967) – *Black Skin, White Masks*. Transl. Charles Lam Markmann. New York: Grove Press).
FANON, F. (1959) – "Fondement réciproque de la culture nationale et des luttes de libération". In *Présence Africaine*. (24-25), p. 82-89, Fev. –Maio.
FANON, F. (1961) – *Les Damnés de la terre*. Pref. de J.-P. Sartre. In *Cahiers Libres*, n.os 27-28. Paris: Ed. François Maspero. [ed. portuguesa *Os Condenados da Terra*. Lisboa: Ulmeiro].
GONÇALVES, J. J. (1986) – "Negritude". In *Polis: enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado*. Vol. 4. Lisboa: Ed. Verbo.
NOUSCHI, M. (1996) – *O Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget.
SARTRE, J.-P. (1948) – "L'Orphée Noire". In *Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache de Langue Française*. Paris, 1948.
SENGHOR, L. S. (1959) – "Élements constructifs d'une civilisation d'inspiration négro-africaine". In *Présence Africaine* (24-25), p. 249-279, Fev.-Maio.

O nacionalismo afro-asiático

O pós-1945, mais do que uma simples repetição do pós-1919 acentua o ocaso das potências europeias coloniais e as dinâmicas centrífugas, potenciadas pela participação de asiáticos e africanos nos exércitos aliados, a afirmação dos países democráticos, o interesse de ambas as novas superpotências em liquidar os impérios coloniais e particularmente o consenso em torno dos ideais de liberdade. Com efeito, para além do paralelismo, da continuidade total observada entre Wilson e Roosevelt, entre Lenine e Estaline, dos 14 pontos de Wilson com a Carta do Atlântico; e da SDN com a ONU, a opinião pública internacional torna-se um protagonista essencial na emergência do processo descolonizador, criando o pano de fundo para o que se seguiria na conferência de Bandung que representa a consagração de "povos objectos" em "nações sujeitos da história" (Lacouture, *apud*. Nouschi, 1996:364-365).

O afro-asiatismo e o acelerar da história

A importância da conferência de Bandung que reunirá vinte e nove países independentes do terceiro mundo, 23 asiáticos e 6 africanos, de 18 a 28 de Abril de 1955, representando 52% da população mundial, reside na sua "localização"no tempo. A maioria dos países colonizados da Ásia era já emancipada; alguns países de África haviam acedido recentemente à independência política e a maioria dos que permaneciam sob tutela colonial achavam-se já em plena luta pelo acesso à independência, o que justificará a afirmação do escritor africano-americano Richard Wright de que, enquanto reunião dos "desprezados, insultados, desapossados, oprimidos da raça humana", assinala uma viragem na história do mundo, constituindo segundo Senghor, "o acontecimento mais importante depois da Renascença", expressão que procurava fazer a ponte entre aquele tempo europeu e o "renascimento cultural" condição necessária à emergência dos processos de reafirmação da consciência etno-identitária (Zorgbibe, 1990: 29).

Bandung representa a emergência de uma verdadeira ideologia anti-colonialista e de um nacionalismo afro-asiático, pela recusa da inserção na lógica bipolar das duas superpotências que a todo o custo procuravam "neutralizar o neutralismo" dos países emergentes, assente nos princípios da boa vizinhança, cooperação amigável, respeito pela integridade territorial e pela soberania, não-agressão, não-ingerência nos assuntos internos, igualdade, coexistência pacífica, respeito dos direitos humanos fundamentais, reconhecimento da igualdade das raças, o respeito pela carta da ONU, pela justiça e pelas obrigações internacionais (Nouschi, 1996:364).

O nacionalismo afro-asiático

Realizada sob o patrocínio asiático da Birmânia, do Ceilão (Sri Lanka), da Índia, da Indonésia e do Paquistão, a conferência daria corpo à formulação teórica do *afro--asiatismo* por Malek Bennabi (1905-1973), um argelino exilado no Cairo que em *L'Afro-Asiatisme* (1956) constata que os povos da África e da Ásia rejeitaram a máscara do anonimato indígena que o século XIX lhes havia imposto, podendo doravante distinguir-se dois eixos geopolíticos. De um lado o eixo Washington-Moscovo, caracterizado por uma psicologia de poder, e de outro o eixo afro-asiático Tânger-Jacarta a que, respondendo a um problema político resultante da constatação da ausência na alma dos povos árabo-asiáticos de uma consciência etno-identitária clara, caberia gizar a construção de um "valor comum aos povos que vivem ao longo do eixo Tânger-Jacarta" de modo a que estes, reconhecendo aquela consciência, pudessem acelerar a descolonização e abolir as distâncias sociais, culturais e económicas que os separavam dos povos que viviam "ao longo do eixo Washington-Moscovo". Tratava-se, segundo Bennabi, não de constituir um terceiro bloco face aos de Leste e do Oeste, mas de "ajudar os países subdesenvolvidos a ultrapassar o seu subdesenvolvimento" e também os "países sobredesenvolvidos a ultrapassar a fase crítica do seu desenvolvimento", tornando-se o *afro-asiatismo* no instrumento de uma nova moral internacional que permitiria à humanidade ultrapassar os focos persistentes da conflitualidade resultante do confronto dialéctico das relações de força entre blocos (Bennabi, *apud*. Zorgbibe, 1990: 30).

Esta posição não ganhou imediata nem definitivamente a forma de um " neutralismo" radical, porquanto foi possível observar dissonâncias graves entre os participantes, desenhando-se na conferência três tendências claras. Uma *ocidental*, representada pelas Filipinas, Japão, Vietname do Sul, Laos, Tailândia, Turquia, Paquistão, Etiópia, Líbano, Líbia, Libéria, Iraque e Irão; outra *neutralista*, na qual se integravam o Afeganistão, Birmânia, Egipto, Índia, Indonésia e a Síria; e uma *comunista*, representada pela República Popular da China e o Vietname do Norte.

A ideologia anticolonialista

Embora datado de 1836, o conceito de "descolonização" fora submerso pela onda império-colonial da Europa de finais do século XIX (Conferência de Berlim), apenas reemergindo no pós-1918, embora com uma conotação pejorativa associada a uma forma de neocolonialismo burguês, no entender do revolucionário internacionalista, teorizador político e activista indiano fundador dos partidos comunistas do México e da Índia, Manabendra Nath Roy (1887-1954). Contudo a ideologia da descolonização acabaria por perder esta dimensão suspeita para se afirmar, no decurso dos anos 50 do século XX, como a marcha para a autonomia das colónias, não se restringindo a uma simples independência política, mero acto político formal que separa o estado de sujeição do da soberania, mas um processo global que deveria incluir não apenas a reapropriação da herança colonial pelos movimentos independentistas, como, também a (re)construção do Estado e formação ou reconfiguração da nação como forma de realizar a assunção progressiva da sua historicidade e dos seus valores, e a definição de novas relações económicas com os países desenvolvidos. Neste último domínio, Bandung vai cristalizar dois processos contraditórios: a um tempo o desencadear em cadeia das independências, e a outro, o início de uma reconstrução económica dificilmente realizável senão sob a batuta imperialista. A questão que irá permanecer no centro dos debates, face ao crescimento das dificuldades económicas e à preocupação, comum a todos os participantes, de afirmar uma independência que parecia então ainda pouco perceptível aos "países abastados", leia-se, os do "mundo branco", será precisamente a alternativa com que o terceiro mundo se defronta: a unidade, dependente da sua "neutralidade" e da sua indiferença relativamente às querelas de "blocos"; ou a divisão, subsequente à perda da sua "neutralidade" e à sua queda na esfera de influência dos antigos colonizadores ou de novos opressores (Bosschère, 1977: 121).

A questão do *anticolonialismo* constituía assim o tema principal da conferência, mas esbarrou na falta de unanimidade quanto à definição do conceito de *colonialismo*, revelando-se neste ponto as fragilidades de uma unidade que ali se tentava construir.

A discussão estalou entre os diferentes delegados sobre se o colonialismo seria uma política essencialmente ocidental ou se

O FRACASSO FEDERATIVO

O ideal pan-africano desde cedo se confrontou com a impossibilidade prática de generalizar a união política do continente, debatendo-se com essa inevitável contradição. Como forma de compensar tal impossibilidade e como ensaio embrionário da desejável unidade, foram tentadas fórmulas de unificação de antigas colónias. A mais célebre é a Federação do Mali, que remonta a 1958, agrupando o Senegal, o Mali (antigo Sudão francês), o Alto Volta (que se virá a chamar Burquina Faso) e o Daomé (mais tarde Benim). O seu líder foi o prestigiado Modibo Keita, apoiado por Léopold Sédar Senghor, que se vieram a desentender, fazendo abortar a federação. Outro exemplo de sinal contrário, porque de iniciativa colonial, foi o agrupamento dos futuros Estados do Malawi, Zâmbia e actual Zimbábue no seio de uma *Federação da África Central* como aparente tentativa de desviar a Rodésia do Sul da atracção centrípeta da República da África do Sul, mas que foi dissolvida em Dezembro de 1963.

poderia também ser defendido por potências comunistas. Ouviram-se os argumentos abonatórios para o Ocidente e a crítica dura ao comunismo do presidente das Filipinas, o apelo do primeiro-ministro paquistanês à recusa da expansão de "uma forma de imperialismo nova e ainda mais insidiosa do que a outra" e a inquietação tailandesa perante a possibilidade de alastramento do domínio da China Popular. A divisão seria colmatada pela proposta de compromisso do indiano V. K. Krishna Menon (1896-1974) de condenar o "colonialismo em todas as suas manifestações", uma fórmula ambígua mas que satisfazia todos os grupos e tendências participantes.

Ainda assim, só no rescaldo da conferência seria produzida por Malek Bennabi (1905-1973) a formulação teórica e ideológica do anticolonialismo. Sob a influência da cultura e do colonialismo francês, Bennabi distingue entre o colonialismo externo e aquilo que ele chama de "*colonizabilidade*", um termo por si inventado para significar a receptividade psíquica das populações aos gostos, ideias e hábitos do colonizador estrangeiro, que consistiria num processo de inversão social (colonizabilidade) facilitador e gerador do *colonialismo* entendido, *per se*, como uma "necessidade histórica" sem a qual seria impossível a consciência da assimilação colonial pelo autóctone e a necessidade de realizar uma contra-assimilação mediante a desalienação face ao colonizador (Boussalah, 2005: 13-14).

Sem embargo, Bandung representa neste domínio um ponto de viragem, ao consagrar solenemente o carácter irreversível da "descolonização", pelo menos na sua primeira etapa de contra-assimilação e desalienação, convencendo as potências coloniais, em geral, da utilidade em a favorecerem, o que explica o ininterrupto processo de independências que se lhe seguiu, como a do Sudão, Marrocos e Tunísia, e a "recuperação" pela Índia dos estabelecimentos franceses (1956). No regresso da conferência, Nkrumah exigiria o acesso imediato à independência, alcançada pelo Gana em 1957, enquanto na África Negra francófona, a Guiné-Conacri, ao não aprovar a nova fórmula constitucional ultramarina da 5.ª República francesa que marcou o regresso de de Gaulle ao poder, proclamaria a sua independência em 1958. Os territórios da África Equatorial Francesa, África Ocidental e Madagáscar permaneceriam por pouco tempo "aquietados" no seio da "comunidade francesa". E, como corolário de Bandung, o ano fecundo de 1960 consubstanciar-se-ia na independência sucessiva de dezassete países: Camarões (11-01), Togo (27-04), Senegal e Mali em federação (20-06), Madagáscar (20-06), Congo ex-belga (30-06), Somália (1-07), Daomé (1-08), Níger (1-08), Alto Volta (5-08), Costa do Marfim (7-08), Chade (11-08), República Centro-Africana (13-08), Congo-Brazzaville (15-08), Gabão (17-08), Nigéria (1-10) e Mauritânia (28-11) (Bosschère, 1977: 121-123).

O Terceiro Mundo na cena internacional

A recusa da lógica bipolar das duas superpotências não ganhou imediata nem definitivamente a forma de um "neutralismo". Os delegados enredaram-se numa polémica que os dividiu em *Neutros* e *Cépticos*, defendendo os primeiros que a missão histórica dos afro-asiáticos era a de se interporem entre os dois blocos, do Leste e do Oeste, à luz de uma coexistência pacífica, e argumentando os segundos que a coexistência pacífica mais não era que um *slogan* que permitia a progressão das doutrinas subversivas e o reforço do comunismo instalado (Zorgbibe, 1990: 31). A mediação da Índia de Nehru e do presidente chinês Chu En-Lai permitiu à conferência enunciar os "*Dez Princípios de Coexistência Pacífica*" (Dez Princípios de Bandung) de que nascerão duas ideias-força: o *Não-alinhamento* e o *Afro-asiatismo*. Recusando simultaneamente a extensão da Guerra Fria à Ásia e o alinhamento com a URSS ou os EUA, Nehru, mas também Tito da Jugoslávia (ausente da conferência) e Nasser do Egipto dedicar-se-ão a definir novas relações de força entre o Terceiro Mundo, formado por países que acedem à independência, e os dois blocos. A morte de Nehru (1964), a emergência de novos Estados africanos e a deriva maximalista revolucionária da China Popular (1965-1966) endurece, e radicalizam a posição dos *Não-Alinhados*, enquanto a crescente confusão entre o *Não-Alinhamento* e as reivindicações económicas do Terceiro Mundo esbarra em Tito, para quem o Não-Alinhamento consistia numa política mundial que "não conseguiria, de forma alguma, ser reconduzida ao estreito quadro dos países em vias de desenvolvimento, do mundo dito Terceiro, do hemisfério sul" (Tito *apud*. Nouschi, 1996:380). As divisões, a quebra de solidariedade dos signatários, os confrontos violentos entre alguns dos seus membros essenciais e a manipulação pela URSS dos não-alinhados na sua estratégia anticapitalista e de bloqueio da China agudizar-se-iam após a morte do presidente jugoslavo, conduzindo ao fim do equilíbrio no movimento entre moderados e maximalistas, entre terceiro-mundistas militantes e mundialistas convictos (Nouschi, 1996:364,381).

Todavia, o balanço da *Conferência de Bandung* acabaria por ser positivo além de representar o "primeiro encontro afro-asiático" digno desse nome, a sua declaração sobre os problemas dos países dependentes, o compromisso dos participantes em apoiar a luta pela liberdade e independência, relançariam e acelerariam o movimento emancipalista, representando também, segundo Senghor, "a tomada de consciência da sua eminente dignidade pelos povos de cor, os povos do mundo (…)" e a concludente inserção do Terceiro Mundo na cena internacional (Zorgbibe, 1990: 32).

Velhas e novas divisões

As lutas de libertação nacional permitiram alimentar uma ilusória união e serviram mesmo de ponte entre *Nacionalismo* e *Pan-africanismo*. Mas, longe de traduzir um optimismo e consenso entre a primeira geração de políticos africanos e a intelectualidade, o fenómeno do *Pan-africanismo* não recolheu a adesão inteira de ambos os grupos, apesar da forte influência exercida pela conferência afro-asiática de Bandung (1955). A aparente unidade alcançada entre os oito Estados independentes existentes em 1958 viria a ser quebrada em finais de 1960. O acelerar da independência de outros Estados africanos, a eclosão de crises internas (na Nigéria) ou com dimensão regional (como a que assolou o Congo), a eclosão de disputas fronteiriças resultantes da "balcanização" selvagem da época colonial, a persistência de antigos laços de dependência com as antigas potências coloniais (que financiavam os seus orçamentos ou subsidiavam as suas monoculturas de exportação), a inserção dos novos Estados em novos palcos internacionais – como a associação à CEE – orientaram as elites dirigentes para uma postura mais consentânea com os interesses individuais dos novos países, em detrimento da idílica solidariedade e da utópica união política africana. Enquanto a norte pontificavam os grandes pensadores do Nacionalismo como H. Bourguiba da Tunísia, G. A. Nasser do Egipto ou Mohamed V de Marrocos, a sul, os mais extremados pan-africanistas consolidavam as suas lideranças, com destaque para Kwame Nkrumah do Gana, mas também J. Kenyatta do Quénia, K. Kaunda da Zâmbia, A. Sekou Touré da Guiné-Conacri, Modibo Keita do Mali, J. Nyerere da Tanzânia ou mesmo Tafari Makonnen, o imperador Hailé Selassié da Etiópia. A crise do Congo conduziu à constituição do bloco radical pan-africanista de Casablanca, que integrava o Gana, a Guiné-Conacri, o Mali, Marrocos, Argélia e a República Árabe Unida (Egipto e Síria), acabando apenas por se dissolver após a criação em 1963 da OUA, em respeito pelo compromisso de dissolução dos blocos políticos sub-regionais. Apesar da criação daquela organização, as divisões e a proliferação de grupos como o de Monróvia ou o grupo de Brazzaville conduziria, a prazo, à emergência de um *Afro-pessimismo* quanto ao projecto de unificação política africana. ■

Referências

BOSSCHÈRE, G. (1977) — *Para entender o Terceiro Mundo*. Lisboa: Moraes Editores.
BOUSSALAH, Z. (2005) — "Malek Bennabi: An Analytical Study of His Theory of Civilization". In *AMSS 34th Annual Conference "Muslims and Islam in the Chaotic Modern World: Relations of Muslims among Themselves and with Others"*. Philadelphia: Temple University. Disponível em: http://www.amss.org/pdfs/34/finalpapers/Zahra-Boussalah.pdf/.
NOUSCHI, M. (1996) — *O Século XX*. Lisboa: Instituto Piaget.
ZORGBIBE, C. (1990) — *Dicionário de Política Internacional*. Lisboa: Dom Quixote.

As independências africanas

Nesta cronologia de independências dos países africanos procuramos evidenciar alguns factores, porventura menos referenciados habitualmente. Por esse motivo não estão identificadas as potências colonizadoras – até porque elas são referidas noutros artigos deste anuário –, e optamos antes por salientar os líderes nacionais. Mas também não os podíamos referir todos, e escolhemos o primeiro e o actual líder nacional, de forma a identificar aqueles que levaram o seu país à independência, e os que actualmente estão à frente dos desígnios nacionais (que em alguns casos, são a mesma pessoa). Deparamos com algumas curiosidades, como por exemplo o facto de em alguns países os filhos virem a assumir o cargo de presidência antes desempenhado pelo pai, ou ainda, o facto de o processo de independências não estar, propriamente, concluído. Concretamente, estamos a referir-nos à República Árabe Saraui Democrática. Ora vejamos: Com a retirada de Espanha em 1974, Marrocos ocupa a partir de 1975 o Sara Ocidental (que dividiu com a Mauritânia na proporção de 2/3 e 1/3 respectivamente), argumentando legitimidade histórica. Em 1979, a Mauritânia retira-se do conflito e Marrocos passa a disputar militarmente o território do Sara Ocidental com a Frente Polisário – movimento de libertação Frente Popular para la Liberación de Saguia el-Hamra y de Río de Oro, que em 1976 declarou a independência da República Árabe Saraui Democrática (RASD). Para consolidar a sua presença no Sara Ocidental, entre 1980 e 1987 Marrocos constrói um "muro defensivo", conhecido por Berm, actualmente com mais de 2.500 km de comprimento e sob um expressivo controlo militar. Esta ocupação militar foi acompanhada por uma ocupação civil, com génese na "Marcha Verde" de 1975, na qual cerca de 350.000 marroquinos entraram no território beneficiando de isenções fiscais e subsídios vitalícios, vantagens que continuam a ser atribuídas àqueles que se estabelecerem hoje em dia no território[1]. Sustentando uma presença continuada, Marrocos enfrenta acusações de condicionamento do estilo de vida nómada da população saraui (por exemplo recorrendo à colocação de minas), induzindo menor mobilidade da população local e incentivando a concentração urbana. A população saraui no território controlado por Marrocos vive sob forte repressão e as restrições às suas liberdades políticas e civis são recorrentes, tendo inclusive aumentado no ano de 2009[2]. Com o passar dos anos, tem-se verificado também uma divisão social entre os sarauis defensores da independência, e os sarauis favoráveis à posição marroquina, já que é notória a melhoria do nível de vida destes últimos[1]. No reverso da medalha, Marrocos tem investido fortemente na região (inclusive em detrimento de outras regiões no próprio território marroquino), investimento que se traduz na existência de 2 aeroportos, 3 aeródromos, 4 portos, 10.000 km de estrada – dos quais 35% estão pavimentados –, e uma taxa de 82% de acesso à electricidade e água potável. É de referir que estamos a falar de um território onde existem algumas das maiores jazidas de fosfatos do mundo, além de petróleo, cobre, urânio e ferro, e que inclui, na sua quase totalidade, a zona costeira do Sara Ocidental (Marrocos tem firmado acordos com empresas petrolíferas internacionais para exploração daquele recurso no território saraui, bem como estabelecido acordos de pesca com a União Europeia que abrangem as águas territoriais disputadas).

País e data de independência	Designação colonial	Primeiro líder nacional	Actual líder nacional	Últimas eleições presidenciais
África do Sul 31/05/1961	União Sul-africana (1910 - 1961)[a]	1939-1948: Jan Smuts	2009: Jacob Gedleyilhekisa Zuma	22 de Abril de 2009[b]
Angola 11/11/1975	Angola	1975-1979: Agostinho Neto	1979: José Eduardo dos Santos	30 de Setembro de 1992
Argélia 13/07/1962	Argélia	1962-1965: Ahmed Ben Bella	1999: Abdelaziz Bouteflika	9 de Abrill de 2009
Benim (em 1975) 1/08/1960	Daomé	1960-1963: Hubert Maga	2006: Dr. Thomas Yayi Boni	19 de Março de 2006
Botsuana 30/09/1966	Bechuanalândia	1966-1980: Sir Seretse Khama	2008: Seretse Khama Ian Khama (filho do primeiro presidente)	16 de Outubro de 2009[c]
Burquina-Faso 5/08/1960	Alto Volta	1960-1966: Maurice Yameogo	1987: Capitão Blaise Compaoré	13 de Novembro de 2005
Burundi 1/08/1962	Burundi (Parte do Ruanda-Urundi)[d]	1962-1965: Mwami Mwambutsa IV	2005: Pierre Nkurunziza	19 de Agosto de 2005[e]
Cabo Verde 8/07/1975	Ilhas de Cabo Verde	1975-1991: Aristides Maria Pereira	2001: Pedro Verona Rodrigues Pires	12 de Fevereiro de 2006
Camarões 1/01/1960	Camarões Franceses e Camarões Britânicos[f]	1960-1982: Ahmadou Ahidjo	1982: Paul Biya	11 de Outubro de 2004
Chade 11/08/1960	Chade	1960-1975: François Ngarta Tombalbaye	1990: General Idriss Deby	3 de Maio de 2006
Comores[g] 6/07/1975	Comores	1975: Ahmed Abdallah	2006: Ahmed Abdullah Mohamed Sambi	14 de Maio de 2006
Congo (Brazzaville) 15/08/1960	Congo	1960-1963: Abbé Fulbert Youlou	1997: Denis Sassou-Nguesso	12 de Julho de 2009
Costa do Marfim 7/08/1960	Costa do Marfim	1960-1993: Felix Houphouët-Boigny	2000: Laurent Gbagbo	8 de Abril de 2005
Egipto 28/09/1922	Egipto	1937-1952: Rei Faruq	1981: Hosni Moubarak	7 de Setembro de 2005
Eritreia 24/05/1993	Eritreia	1993: Isaias Afewerki		O presidente foi eleito pela Assembleia Nacional em 1993.
Etiópia – Independente desde o século XIX	Etiópia (antiga Abissínia)	1930-1974: Imperador Hailé Selassié (Victor Emmanuel III assume o cargo entre 1936 e 1941, durante a ocupação italiana)	2001: Girma Wolde-Giorgis	8 de Outubro de 2001
Gabão 17/08/1960	Gabão	1960-1967: Leon M'Ba	2009: Ali Bongo (filho de anterior presidente)	30 de Agosto de 2009
Gâmbia 18/02/1965	Gâmbia	1965-1970: A rainha Isabel II é chefe de Estado, no âmbito da Commonwelth	1994: Yahya Abdul-Aziz Jemus Junkung Jammeh	22 de Setembro de 2006
Gana 6/03/1957	União da Costa do Ouro e Togolândia britânica	1957-1960: A rainha Isabel II é chefe de Estado, no âmbito da Commonwelth	2009: John Atta-Mils	7 de Dezembro de 2004
Guiné 2/10/1958	Guiné Francesa	1958-1984: Ahmed Sekou Touré	2008: Moussa Dadis Camara (obtém a presidência através de golpe de Estado a 23/12/2008)	21 de Dezembro de 2005
Guiné Equatorial 12/10/1968	Ilha de Fernando Po e Rio Muni	1968-1979: Francisco Macias Nguema	1979: Ten-Coronel Teodoro Obiang Nguema Mbasogo	29 de Novembro de 2009
Guiné-Bissau 10/09/1974	Guiné Portuguesa	1974-1980: Luís de Almeida Cabral	2009: Malam Bacai Sanhá	27 de Julho de 2009
Jibuti 27/06/1977	Somalilândia Francesa	1977-1999: Hassan Gouled Aptidon	1999: Ismaïl Omar Guelleh	8 de Abril de 2005
Lesoto 4/10/1966	Basutolândia	1966: Leabua Jonathan	1990: Rei Letsie III	Monarquia[h]
Libéria 1848	Libéria[i]	1848-1856: Joseph Jenkins Roberts	2006: Ellen Johnson-Sirleaf	8 de Novembro de 2005
Líbia 24/12/1951	Províncias italianas de Cirenaica, Tripolitânia e Fezzan	1952-1969: Rei Idris	1969: Coronel Mouammar el-Kadhafi	Os membros do Conselho da Revolução não são submetidos a sufrágio.
Madagáscar 26/6/1960	Madagáscar	1960-1972: Philibert Tsiranana	2009: Andry Rajoelina	18 de Março de 2009
Malawi 6/07/1964	Niassalândia	1964-1966: A rainha Isabel II é chefe de Estado, no âmbito da Commonwelth	2004: Bingu Wa Mutharika	19 de Maio de 2009

[a] Entre 1910 e 1961 tinha o estatuto de dominion britânico [b] O presidente é escolhido pela Assembleia Nacional. [c] O presidente é eleito pelo Parlamento. [d] Antigo mandato da SDN do Urundi. [e] O presidente é eleito pela Assembleia Nacional e pelo Senado. [f] Antigo mandato da SDN, sendo que a parte norte do mandato britânico foi anexada à Nigéria em 1961. [g] Com excepção da ilha de Mayotte, que optou por se manter francesa. [h] Em 2007 realizaram-se eleições para a Assembleia Nacional. [i] O território foi colonizado por escravos provenientes dos Estados Unidos da América.

Tentativas de soluções do conflito

Sob o auspício da ONU, o confronto militar terminou em 1991 com a assinatura de

País e data de independência	Designação colonial	Primeiro líder nacional	Actual líder nacional	Últimas eleições presidenciais
Mali 20/06/1960	Sudão Francês	1960-1968: Modibo Keita	2002: Amadou Toumani Touré	29 de Abril de 2007
Marrocos 2/03/1956	Marrocos (francês e espanhol)	1956-1961: rei Muhammad V ben Yusuf	1999: Muhammad VI	Monarquia[j]
Maurícia (ilha) 12/03/1968	Maurícia	1968-1992: A rainha Isabel II é chefe de Estado, no âmbito da Commonwelth	2003: Anerood Jugnauth	O Presidente é eleito pela Assembleia Nacional.[k]
Mauritânia 28/11/1960	Mauritânia	1960-1978: Moktar Ould Daddah	2009: General Mohamed Ould Abdel Aziz	18 de Julho de 2009
Moçambique 25/06/1975	Moçambique	1975-1986: Samora Machel	2005: Armando Emílio Guebuza	11 de Novembro de 2009
Namíbia 21/03/1990	Sudoeste Africano	1990-2005: Sam Nujoma	2005: Hifikepunye Pohamba	27 e 28 de Novembro de 2009
Níger 10/11/1960	Níger	1960-1974: Hamani Diori	1999: Tandja Mamadou	4 de Dezembro de 2004
Nigéria 1/10/1960	Nigéria	1960-1966: Dr. Nnamdi Azikiwe	2007: Umaru Musa Yar'adua	21 de Abril de 2007
Quénia 12/12/1963	Quénia	1963-1964: A rainha Isabel II é chefe de Estado, no âmbito da Commonwelth	2002: Mwai Kibaki	27 de Dezembro de 2007
Rep. Centro-Africana 13/08/1960	Ubangui-Chari	1960-1966: David Dacko	2003: General François Bozizé	8 de Maio de 2005
Rep. Dem. do Congo (1997) 30/06/1960	Congo Belga (1960), Zaire (1965)	1960-1965: Joseph Kasabubu	2001: Joseph Kabila	29 de Outubro de 2006
Ruanda 12/07/1962	Parte do Ruanda Urundi	1962-1973: Grégoire Kayibanda	2000: Paul Kagame	25 de Agosto de 2003
Sara Ocidental (Rep. Árabe Saraui Democrática) 27/02/1976	Rio de Ouro (ou Sara Espanhol)	1976: Mohamed Abdelaziz		19 de Fevereiro de 1976[l]
São Tomé e Príncipe 12/07/1975	Ilhas de São Tomé e Príncipe	1975-1991: Manuel Pinto da Costa	2001: Fradique Bandeira Melo de Menezes	30 de Julho de 2006
Senegal 6/09/1960	Senegal	1960-1980: Leopold Sédar Senghor	2000: Abdoulaye Wade	25 de Fevereiro de 2007
Serra Leoa 27/04/1961	Serra Leoa	1961-1964: Sir Milton Margai	2007: Ernest Bai Koroma	8 de Setembro de 2007
Seicheles 29/06/1976	Arquipélago das Seicheles	1976-1977: James Mancham	2004: James Alix Michel	30 de Julho de 2006
Somália 1/07/1960	Somália Britânica e Somália Italiana	1960-1967: Aden Abdulle Osman Daar	2009: Sharif Ahmed	30 de Janeiro de 2009 (Governo Federal de Transição da Somália)[m]
Somalilândia (a independência não foi reconhecida pela comunidade internacional) 28/05/1991	Territórios Somália (antiga Somália Britânica): região de Awdal, Woq Galbeed, Togdheer, Sanaag, e Sool	1991-1993: Abdirahman Ahmed Ali Tuur	2002: Dahir Rayale Kahim	14 de Abril de 2003[n]
Suazilândia 2/10/1968	Suazilândia	1921-1982: Rei Sobhuza II	1986: Rei Mswati III	Monarquia[o]
Sudão 1/01/1956	Sudão Anglo-Egípcio	1956: Isma'il el-Azhari	1989: General Omar Hassan Ahmed el-Bashir	20 de Dezembro de 2000
Tanzânia 9/12/1961	União do Tanganica ao Zanzibar em 1964	1961-1985: Julius K. Nyerere	2005: Jakaya Mrisho Kikwete	14 de Dezembro de 2005
Togo 27/04/1960	Togo (Togolândia Francesa)	1960-1963: Sylvanus Olympio	2005: Faure Essozimna Gnassingbe (filho de anterior presidente)	24 de Abril de 2005
Tunísia 20/03/1956[p]	Tunísia	1956-1987: Habib Bourguiba	1987: Zine el-Abidine Ben Ali	25 de Outubro de 2009
Uganda 9/10/1962	Uganda	1962: Milton Obote (como primeiro-ministro)	1986: General Yoweri Kaguta Museveni	23 de Fevereiro de 2006
Zâmbia 24/10/1964	Rodésia do Norte	1964-1991: Kenneth David Kaunda	2009: Rupiah Bwezani Banda	30 de Outubro de 2008
Zimbábue (1980) 17/04/1980	Rodésia do Sul	1980-1987: Rev. Canaan Banana	1987: Robert Gabriel Mugabe	29 de Março de 2008

[j] As últimas eleições para o Parlamento realizaram-se em 2007. [k] As últimas eleições legislativas foram a 3 de Julho de 2005 e o actual presidente foi nomeado a 7 de Outubro de 2003. [l] Neste dia realizaram-se as eleições para o Conselho Nacional Saraui, que cumpre as funções de Parlamento. É eleito após o Congresso Popular Geral da Frente Polisário, que elege também o Secretariado Nacional. O seu secretário geral torna-se presidente da RASD. [m] O Parlamento Federal de Transição, composto por elementos designados pelos diversos clãs somalis, por sua vez elege o presidente. [n] Eleições previstas para 27 de Setembro de 2009 mas adiadas sem data marcada. [o] As últimas eleições para a Assembleia foram a 18 de Outubro de 2003. [p] Data em que a França reconheceu a independência da Tunísia.

um cessar-fogo, no qual foi reafirmada a já acordada intenção de se realizar um referendo que definisse a situação política do território. Para organizar o referido referendo foi criada, também em 1991, a MINURSO – Misión de las Naciones Unidas para el referéndum del Sáhara Occidental – que, entre outras coisas, seria responsável pela elaboração dos cadernos eleitorais e pela monitorização do cessar-fogo[3]. Contudo, o referendo tem vindo a ser sucessivamente adiado pelas autoridades marroquinas e a possibilidade de a independência poder ser validada num referendo, talvez tenha sido o factor determinante no protelar da sua realização. O facto é que Marrocos aponta razões tão diversas como a dificuldade de identificação do eleitorado[4] e a discordância quanto à inclusão, no texto do referendo, da própria opção de independência, para protelar a consulta popular. A ONU mantém-se empenhada na resolução do conflito e a sua última iniciativa materializa-se no processo de negociação de Manhasset, EUA, iniciado em 2007, e no âmbito do qual decorreram já quatro rondas negociais. Contudo, estas rondas continuam a não ultrapassar o actual impasse político: Marrocos aceita conceder uma forte autonomia ao território do Sara Ocidental – tendo inclusive já falado em regionalização – mas nunca a independência (que poderia ter repercussões internas noutras regiões marroquinas). Por seu lado, a Frente Polisário não aceita o estatuto de maior autonomia e continua a reivindicar a independência.

Principais problemas

O impasse actual é essencialmente político e diplomático, já que militar e administrativamente Marrocos controla confortavelmente o território. No campo diplomático, pelo contrário, a Frente Polisário foi quem mais fortaleceu a sua posição a nível internacional. O direito à autodeterminação dos povos validado pelas Nações Unidas permitiu o reconhecimento internacional da RASD por mais de 60 países, tendo inclusive sido aceite na então Organização de Unidade Africana (que levou, em 1984, à saída de Marrocos daquela organização). Contudo, segundo alguns autores, a Frente Polisário enfrenta alguma contestação interna, sofrendo acusações de falta de democracia (o presidente mantém-se inalterado desde 1976) e má apropriação da ajuda internacional[5].
A par desta complexa ramificação de interesses existentes a que aqui apenas se faz uma breve alusão, é importante referir que este impasse político-diplomático também se alimenta da posição assumida pela ONU no âmbito do processo negocial. Ao defender uma solução "mutuamente aceite", confere a ambas as partes a possibilidade de veto sobre as propostas apresentadas, resultando num bloqueio, de momento aparentemente intransponível. ■

[1] International Crisis Group – *Western Sahara: the cost of the conflict*. Middle East/North Africa Report n.º 65, 11 de Junho de 2007.
[2] Human Rights Watch. Disponível em: http://www.hrw.org/en/publications/reports?filter0=**ALL**&filter1=234.
[3] Actualmente tem o seu mandato até finais de Abril de 2010, de acordo com a Resolução 1871 (2009) do Conselho de Segurança.
[4] Essa identificação deverá ser feita com base no censo espanhol de 1974? ou incluir população saraui a viver em território marroquino? ou, ainda, incluir população marroquina entretanto instalada no território saraui?
[5] MONIQUET, Claude (coord.) – *The Polisario Front: a destabilising force in the region that is still active*. European Strategic Intelligence and Security Centre. Outubro de 2008.

Referências

CALVOCORESSI, Peter — *World Politics since 1945*. Nova Iorque: sétima edição, 1996, Longman Publishing.
"Histoire Générale de L'Afrique" Volume VIII – *L'Afrique depuis 1935*, Éditions UNESCO, 1998.
International Crisis Group — Western Sahara: Out of the Impass. Middle East/North Africa Report n.º 66, 11 de Junho de 2007.
União Africana. Disponível em: http://www.africa-union.org/.
African elections database. Disponível em: http://africanelections.tripod.com/index.html.
European Strategic Intelligence and Security Centre . Disponível em: http://www.esisc.eu/documents/pdf/en/the-polisario-front-a-destabilising-force-in-the-region-412.pdf.

O fim da África Austral branca

No contexto das independências da África Subsariana, também conhecida como África Negra, isto é, da sua libertação face aos regimes coloniais das potências europeias, a África Austral justifica uma abordagem especial. Até porque foi o conjunto regional que encerrou o processo de descolonização.

De Berlim à 1.ª Guerra Mundial

Excluindo os casos particulares da Libéria, Estado já soberano antes da partilha colonial do continente africano na Conferência de Berlim (1884-1885) e da Etiópia, independente quando dessa partilha e que Mussolini tentou colonizar numa experiência efémera a que a sua derrota na 2.ª Guerra Mundial de 1939-1945 pôs termo, a África Negra foi, a partir de 1885, partilhada pelos impérios coloniais europeus. Os vários modelos coloniais não eram uniformes e destacaram-se quatro grandes impérios: o francês, que predominou na África Ocidental e Central com algumas presenças na África Oriental; o britânico que concretizou o projecto "do Cabo ao Cairo", ao longo da África Oriental e com algumas extensões importantes na África Ocidental; o português, com o seu projecto "da costa à contra costa", levado a Berlim com o "Mapa Cor-de-Rosa", mas que se frustrou porque chocava com o projecto britânico no *hinterland* rodesiano do que são hoje, aproximadamente, a Zâmbia e o Zimbábue, acabando por ficar com um império disperso em que sobressaiam as grandes colónias de Angola e Moçambique; o belga, melhor dizendo o do rei dos belgas, dominando a bacia do rio Zaire (ou Congo) e a região dos Grandes Lagos cuja dimensão, posição geoestratégica e potencial económico justificam a sua inclusão nestes grandes impérios. A ambição alemã de edificar um império colonial africano esfumou-se com a sua derrota na 1.ª Guerra Mundial de 1914-1918.

A África Austral foi, desde o início da era colonial, influenciada por um actor determinante, a África do Sul. Foi aqui que se fixaram as primeiras grandes colónias europeias no interior, quando o continente ainda apenas interessava como base de feitorias costeiras, de apoio à navegação para o Extremo Oriente e para as Américas ou às breves penetrações para comércio de ouro e de escravos. O clima ameno atraiu o assentamento de colonos holandeses, promovido pela Companhia das Índias desde meados do século XVII que se dedicaram à agricultura e criação de gado, fundando a comunidade boer (fazendeiro). Nos princípios do século XIX chegaram os ingleses e, depois da Conferência de Berlim, a sua transformação em colónia britânica deu origem à resistência boer e à sua posterior fuga para o interior nordeste e fixação no vale do rio Orange, o *great track*, onde viriam a descobrir as suas abundantes riquezas mineiras, fonte do vertiginoso desenvolvimento económico da região em torno da qual passaria a girar todo o sul do continente. Os ingleses não iriam desperdiçar a oportunidade de a incluir no seu império em ascensão, dando lugar à Guerra Anglo-Boer. Com a constituição dos domínios britânicos no seio da *Commonwelth* nasceria, em 1910, a União Sul Africana, onde a comunidade boer viria a conquistar hegemonia e a afastar-se progressivamente de Londres. Em 1961, torna-se independente como República da África do Sul (RAS), mas já em 1948 assumira oficialmente o regime de *apartheid*. A influência da RAS, potência regional destacadíssima, viria a ser determinante nos processos de independência que se seguiram à 2.ª Guerra Mundial.

É opinião consensual que é na 1.ª Guerra Mundial que podem encontrar-se as primeiras causas das lutas pelas independências africanas (bem como as asiáticas, que não trataremos aqui), pelo despertar da consciência de milhares de homens das colónias, chamados a combater nas fileiras dos exércitos aliados por uma liberdade que, afinal, não seria a deles. A verdade é que, logo a seguir, têm lugar os Congressos Pan-Africanos, dinamizados por líderes negros da América, entre os quais se destaca William Du Bois, o 1.º em Paris em 1919, o 2.º em Paris e Londres em 1921, o 3.º em Londres em 1923 e, em 1927, constitui-se em Bruxelas a Liga Contra o Imperialismo. Numa linha mais radical, Marcus Garvey lidera um grupo que dinamiza o Movimento Pan-Negro. Por outro lado a grande depressão de 1929-1933, afectando as economias das colónias dependentes do mundo industrializado, também contribuiria para a tomada de consciência anti colonial. Na própria Europa, o crescimento de partidos socialistas e comunistas também alimentaria a contestação anti-imperialista e anti-racista e teve eco nas colónias. Na sequência desta movimentação transnacionalista, começaram a surgir nas várias colónias associações culturais, sociais, políticas ou meramente recreativas, de cariz nacionalista, embriões de futuros partidos políticos e, onde estes foram reprimidos, dos movimentos de libertação que se viram obrigados a recorrer à luta armada.

AS REGIÕES AFRICANAS

Fonte: *Grande atlas histórico*. Diário de Notícias. Lisboa: Global Notícias, 2006.

SADC – COMUNIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL

Fonte: epp.eurostat.ec.europa.eu

O fim do colonialismo europeu

O período entre as duas guerras mundiais, de 1918 a 1939, seria o do apogeu do colonialismo em África, com a fixação europeia, a exploração das matérias-primas e reserva de mercados para exportação de produtos acabados nas metrópoles industrializadas. As colónias foram encaradas como factores decisivos para o alargamento do "espaço vital", conceito geopolítico que se vinha impondo nos jogos de poder entre as grandes potências desde o início do século XX. A África do Sul, caso atípico de colonialismo interno, mas não sujeito ao condicionalismo económico de uma metrópole distante, procedia à instalação de importantes parques industriais.

O desfecho da 2.ª Guerra Mundial ditaria, porém, o fim do colonialismo europeu. À mesma influência da 1.ª Guerra Mundial na consciencialização dos africanos que haviam combatido nas fileiras dos aliados, agora amadurecidos por décadas de politização de elites urbanas, acrescentou-se a fundação da ONU e a instalação de um sistema mundial bipolar, com os dois blocos liderados por

superpotências que condenavam os regimes coloniais, declarados incompatíveis com a nova ordem nascente. A retomada dos Congressos Pan-Africanos, nomeadamente o V em Manchester em 1945, daria um impulso decisivo à luta pela independência. A ruptura final seria determinada pela Conferência de Bandung, em 1955, entre cujos princípios se destacava a determinação de pôr fim ao colonialismo. Em África, com as primeiras independências, os Congressos Pan-Africanos deram lugar às Conferências dos Estados Africanos Independentes, a primeira das quais teve lugar no Gana em 1958 e às quais passaram a comparecer representantes das colónias em luta pela libertação.

Na África Subsariana as independências desenvolveram-se em duas vagas e estas revestiram-se de dinâmicas distintas. A primeira vaga, nos finais da década de 50 e princípios da de 60, só tardiamente atinge a África Austral: Tanzânia, Zâmbia e Malawi em 1964 e os antigos protectorados britânicos encravados na RAS, Botsuana, Lesoto e Suazilândia entre 1966 e 1968. Com esta primeira vaga criar-se-ia em África uma fronteira entre os Estados independentes de maioria negra e os territórios da África Austral onde vigoravam regimes dominados por minorias brancas, *apartheid* na RAS e na Rodésia do Sul, colónias portuguesas de Angola e Moçambique e Namíbia, administrada pela RAS na sequência de um mandato que fora concedido pela Sociedade das Nações à União Sul Africana mas revogado em 1966 pela ONU. As independências desta primeira vaga, obtidas na base de negociações com as potências coloniais, deram lugar a transições relativamente pacíficas mas carregadas das contradições que estes processos comportam. Como salienta Basil Davidson[1], a transferência mecânica do modelo do estado-nacionalismo através de partidos políticos sem implantação sociológica e sem tradição democrática, porque nas colónias vigoravam ditaduras mesmo quando as metrópoles viviam em democracias liberais, visava preservar interesses económicos europeus através de estruturas clientelares ligadas aos novos poderes políticos. Foram pretensas concessões, como se as independências fossem dádivas generosas das potências coloniais.

Vários factores contribuíram para que a segunda vaga na África Austral viesse a processar-se de maneira diferente. Em primeiro lugar, a recusa de Portugal em reconhecer o direito dos povos das suas colónias à autodeterminação e independência teria como consequência a passagem da luta de libertação ao patamar armado, uma guerra colonial protagonizada por movimentos de libertação nacional, que conferia à transferência do poder um sentido de ruptura revolucionária, demonstrando o óbvio, isto é, que as independências são conquistas sofridas e árduas dos povos colonizados.

Em segundo lugar, a experiência do antigo Congo Belga. Aí se chocaram, frontal e deliberadamente, a tentativa de Bruxelas para impor, na sombra, um modelo neocolonial apoiado pelos seus aliados da OTAN e pela própria ONU, e o projecto de ruptura de Patrice Lumumba, apesar de este não vir de uma guerra de libertação, e que culminaria com o seu assassinato e com a entrega do poder a Tshombé e, depois, a Mobutu. Esta autêntica conspiração constituiu um alerta para outras colónias ainda em luta pela independência e um pretexto para manobras que levassem ao seu adiamento e ao reforço dos regimes de minoria branca. Pelo seu papel geoestratégico, a instabilidade na República Democrática do Congo tem sido um factor de permanente desestabilização em toda a África Subsariana e, apesar de periférica em relação à África Austral, tem tido aqui enorme influência.

O fim do domínio branco

Por fim, a constituição da Organização de Unidade Africana (OUA) em 1963 veio a ter papel semelhante ao que teve Bandung na primeira vaga, uma vez que desde a sua primeira assembleia fundadora assumiu como tarefa prioritária a coordenação da pressão para acabar com o colonialismo em África.

As independências da África Austral, que tiveram início em Moçambique e Angola no ano de 1975, seguindo-se em 1980 o Zimbábue, em 1992 a Namíbia e culminaram em 1994 na RAS com o fim do *apartheid*, configuram a segunda ruptura na África Subsariana.

Foram processos longos, complexos e violentos, em que se cruzaram lutas de libertação, guerras civis, conflitos regionais e o confronto Leste-Oeste. Citando Frantz Fanon[2] «*Cada rebelião, cada sedição no Terceiro Mundo insere-se no quadro da Guerra Fria*».

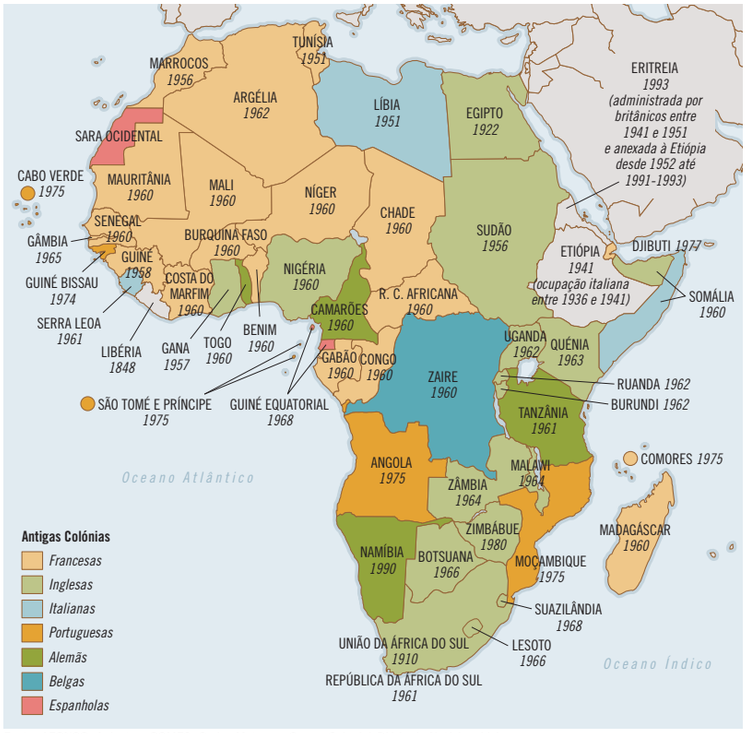
O fim do domínio branco na África Austral encerrou o ciclo colonial na África Subsariana e, ao contrário do que muitos apóstolos do catastrofismo anunciavam, não foi necessário empurrar todos os brancos para o mar. Depois de um êxodo temporário, mais consequência da instabilidade e insegurança provocadas pelo agravamento das guerras no pós-independência do que pela mudança do poder político, aí estão, de novo, cidadãos das antigas metrópoles coloniais de regresso, sem qualquer trauma e prontos a responder aos novos desafios da globalização, inseridos em comunidades onde vigora o poder das maiorias africanas. Poderá constituir um exemplo a ter em conta noutras paragens onde também se invoca a impossibilidade de comunidades em conflito endémico poderem vir a conviver, pacificamente, num mesmo Estado multiétnico e multiconfessional. ■

ÁFRICA AUSTRAL

Há distintas visões sobre o que deve ser considerado como África Austral. Podem assinalar-se 3 perspectivas:

- Restrita: RAS e territórios mantidos durante muitos anos na sua órbita política e económica, Namíbia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia (África Austral);
- Intermédia: Restrita mais Angola, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia e Malawi; conjunto de Estados cujos trajectos para as independências foram, ainda que em graus diferentes, afectados pela ascensão do *apartheid* na RAS e que, uma vez independentes, contribuíram decisivamente para o seu termo (África Austral mais África Subtropical);
- Alargada: Correspondente à SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral), herdeira da SADCC (Conferência para a Cooperação e Desenvolvimento da África Austral) formada em 1980 por Angola, Moçambique, Zimbábue, Zâmbia, Malawi, Tanzânia, Botsuana, Lesoto e Suazilândia; a SADCC passaria a SADC em 1992 com a admissão da Namíbia, vindo depois a integrar a RAS, Maurícia, República Democrática do Congo, Seicheles e Madagáscar.

INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS



Fonte: AFONSO, Aniceto e GOMES, Carlos Matos — *Guerra Colonial*. Diário de Notícias, Lisboa.

[1] DAVIDSON, Basil – *O fardo do homem negro; os efeitos do estado-nação em África*. Campo das Letras, Porto, 2000

[2] FANON, Frantz – *Os condenados da terra*. 1961

Pensamento pós-colonial

Ao longo dos últimos trinta anos *grosso modo*, o pensamento pós-colonial tem vindo a constituir um dos mais poderosos factores de transformação teórica e metodológica do campo das humanidades e das ciências sociais. Tal não resulta simplesmente do modo como esse pensamento oferece novas perspectivas a um repensar da história do colonialismo e da situação das sociedades pós-coloniais. Na verdade, mais do que isso, ele fornece um modelo de crítica à modernidade que atravessa transversalmente todo o campo do conhecimento e incita a um reequacionar de conceitos e perspectivas que representa uma importante ruptura epistemológica e se tem revelado, a um tempo, altamente polémico e imensamente produtivo. Assim, tal como noutros compostos semelhantes, o prefixo "pós" não denota simplesmente uma relação cronológica de posterioridade, antes aponta para a permanência da problemática colonial em contextos que permitem tomá-la como referência para o desenvolvimento de perspectivas críticas que adquirem um significado abrangente.

Elementos de definição

A teoria pós-colonial de modo nenhum constitui um *corpus* unificado; pelo contrário, revela-se como um campo muito heterogéneo e de difícil delimitação. O mais amplo denominador comum das diferentes correntes do pensamento pós-colonial está, seguramente, no modo como fundam a explicação e compreensão do mundo na crítica às relações desiguais entre o Norte e o Sul, perspectivadas como assentes na matriz da relação colonial, e no modo como desenvolvem essa crítica a partir da incorporação do ponto de vista dos colonizados. Na raiz desse pensamento estão, assim, teóricos anticoloniais como, entre outros, Frantz Fanon, Albert Memmi, Aimé Césaire, Édouard Glissant ou Amílcar Cabral, os quais tiveram um papel determinante não apenas na formação de uma consciência anticolonialista e, no caso de alguns, na luta política e militar anticolonial, mas também, mais genericamente, na configuração de um modelo de discurso crítico enquanto discurso da diferença formulado no seio da relação colonial a partir da perspectiva dos oprimidos.

No entanto, a matriz dominante da teoria é de inspiração anglo-saxónica, com a particularidade de, nalgumas das suas formulações mais influentes, ter como referência um conjunto de intelectuais em situação diaspórica e que, provindos de países periféricos ou semiperiféricos do sistema mundial, ocupavam lugares salientes em departamentos de estudos literários e culturais de universidades de topo dos Estados Unidos, como é o caso de Edward Said, Gayatri Chakravorty Spivak ou Homi Bhabha. Sobretudo em anos mais recentes, essa matriz tem vindo a ser contestada, matizada e pluralizada através de um conjunto de trabalhos surgidos nomeadamente, mas não só, em contextos latino-americanos.

A obra de Edward Said, *Orientalismo. Representações ocidentais do Oriente*, publicada em 1978, tem um significado matricial e é paradigmática da abordagem dominante. Partindo de um conceito de discurso, e de um modelo da relação entre o discurso e o poder que vai buscar a Michel Foucault, e baseando-se num entendimento da relação colonial antes de mais como modo de representação, Said desenvolve uma crítica da representação do outro colonizado no âmbito do discurso ocidental a partir de finais do século XVIII. O aparelho de dominação colonial surge, assim, abordado, não apenas do ponto de vista do controlo económico ou político, mas, igualmente, do ponto de vista da construção de um modo de conhecimento. Do ponto de vista de Said, a construção do Oriente no imaginário ocidental corresponde à imposição de uma violência traduzida na liquidação do outro, tornado invisível pelo próprio discurso que ficticiamente o nomeia.

A questão da linguagem e da representação é também central em Gayatri Spivak, cujo ensaio "Does the Subaltern Speak?", publicado em 1988 e, depois, consideravelmente expandido (Spivak, 1999), constitui um dos poucos textos que poderão ombrear com *Orientalismo* no respeitante à influência exercida. Baseando-se nas concepções desconstrucionistas e partindo da categoria do subalterno, colhida em Antonio Gramsci, Spivak desenvolve a problemática do silenciamento do colonizado. Não se trata, como uma crítica superficial deste ensaio poderá fazer crer, de negar a possibilidade da voz do subalterno, mas de mostrar como o lugar de enunciação ocupado por este no seio da relação colonial submete essa voz a um processo de apagamento que, no final, apenas deixa espaço para o discurso dominante. Tal como no caso de Said, o texto de Spivak está, assim, construído a partir de um binarismo aparentemente irredutível e em que tanto o campo do colonizador como do colonizado surgem como monolíticos, não deixando espaço nem para a possibilidade de um discurso de resistência por parte de um subalterno inteiramente invisibilizado, nem para a articulação de contradições e perspectivas críticas no interior do campo dominante.

Os ensaios de Homi Bhabha reunidos em 1994 sob o título *The Location of Culture* constituem, a par de Said e Spivak, uma terceira referência matricial. Partindo de um conceito de fronteira como espaço de articulação, Bhabha leva a cabo um repensar de conceitos como nacionalismo, representação e resistência e define a complexidade da relação colonial com base em categorias como ambivalência, hibridação e intersticialidade. A definição por Bhabha do espaço da cultura como um "entre-lugar" ("in-between") veio a tornar-se muitíssimo influente e exprime a relevância atribuída por este autor às lógicas de descentramento que põem em causa o essencialismo de categorias simplesmente binárias.

O PENSAMENTO PÓS-COLONIAL EM PORTUGAL

Também em Portugal, onde começam a manifestar presença sobretudo a partir da segunda metade dos anos noventa, os estudos pós-coloniais, radicados, em boa parte, inicialmente no âmbito dos estudos literários e culturais, têm vindo a influenciar transversalmente os vários campos das ciências sociais (sobretudo a história, a antropologia e a sociologia) e das humanidades. Um dos seus representantes mais salientes tem sido Boaventura de Sousa Santos, cujo ensaio "Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade" (2002) se transformou, a justo título, num texto de referência. Em ensaios posteriores (incluídos, nomeadamente, em *A gramática do tempo*, (2006), este autor tem vindo a aprofundar, em diálogo sobretudo com autores latino-americanos e africanos, uma perspectiva teórica pós colonial radicada nas especificidades do contexto português.

Outros autores, como Margarida Calafate Ribeiro, Cristiana Bastos, Manuela Ribeiro Sanches, Maria Paula Meneses ou Miguel Vale de Almeida, para citar apenas alguns, têm vindo a oferecer contributos relevantes. De assinalar também o papel desempenhado por investigadores da área dos estudos lusófonos radicados em universidades estrangeiras, como Ana Paula Ferreira, Francisco Bethencourt, Paulo de Medeiros ou Roberto Vecchi. A rede internacional LUPOR – Lusophone Postcolonial Research Network, fundada em 2005, reúne um conjunto amplo de investigadores dessa área em torno do pensamento pós-colonial.

Do ponto de vista institucional, tem sido crescente a presença dos estudos pós-coloniais no plano do ensino e da investigação universitários. Algumas universidades incluem desde há anos esta vertente nos seus planos curriculares. De mencionar, em especial, o programa transdisciplinar de doutoramento "Pós-colonialismos e Cidadania Global" do Centro de Estudos Sociais / Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, iniciado em 2003. Refira-se ainda que na Universidade de Aveiro está em curso o projecto de um Dicionário Terminológico de Crítica Literária Pós-Colonial.

Os textos e nomes citados têm um significado paradigmático, mas de nenhum modo o campo do pensamento pós-colonial pode ser simplesmente deduzido a partir deles. Não apenas muitos outros autores, como, para não ir mais longe, Stuart Hall ou Paul Gilroy, teriam de ser referidos; também os textos aflorados acima estão longe de esgotar a pluralidade da obra dos seus autores (não pode omitir-se, por exemplo, que a noção de resistência, praticamente ausente de *Orientalismo*, desempenha um papel central noutros textos de Edward Said). De todo o modo, correndo algum risco de simplificação, pode dizer-se que os textos representativos da produção teórica pós-colonial anglo-saxónica se situam num contexto de enunciação que os leva a perspectivas que nem sempre são simplesmente generalizáveis e que necessitam de ser ampliadas e revistas em aspectos essenciais.

Nalguns contextos, como o francês e do mundo francófono em geral, tem sido lenta a penetração da teoria pós-colonial, com a produtividade e propriedade da própria designação "pós-colonialismo" a serem objecto de contestação por, alegadamente, devido ao seu viés culturalista, não propiciar uma base adequada à crítica das estruturas neocoloniais. Noutros contextos, como o latino-americano, o conceito, embora igualmente sujeito à crítica, tem vindo a conhecer ampla difusão, ao mesmo tempo que é enriquecido com dimensões assentes, desde logo, na acentuação das especificidades da história colonial ibérica, quase ignoradas pelas formulações anglo-saxónicas dominantes. É assim que o filósofo argentino Enrique Dussel tem vindo a sublinhar o conceito de primeira modernidade, correspondente ao período de expansão ibérica a partir dos finais do século XV, insistindo na importância das configurações geradas nesse contexto para um entendimento mais amplo da modernidade e da história das relações coloniais. Por sua vez, o autor peruano Aníbal Quijano propõe, a partir da experiência latino-americana, o conceito de colonialidade para designar a continuidade e prevalência das relações coloniais em contextos formalmente pós-coloniais.

Outros autores, como o argentino Walter Mignolo, que reivindica o conceito de "pensamento de fronteira", têm vindo a oferecer contributos relevantes para um repensar do aparelho teórico pós-colonial à luz de uma contextualização mais ampla. Neste quadro, é possível articular uma crítica convincente à construção pela teoria pós-colonial de novos universalismos descontextualizados: por exemplo, a atenção específica às zonas de contacto e de articulação permite dar relevo a conceitos como o de hibridação ou de *mestizaje* e, ao mesmo tempo, produzir a crítica a versões eufóricas e indiferenciadas desses conceitos através da acentuação da dimensão da violência e das lógicas de poder que lhes estão associadas. Como é visível, nomeadamente, na relevância destas especificações teóricas para uma crítica ao lusotropicalismo, estamos perante concepções que são particularmente relevantes para o contexto português.

Consequências da teoria

De modo necessariamente sintético e não-exaustivo, é possível enumerar um conjunto de aspectos que correspondem a claras aquisições de uma epistemologia pós-colonial:

1. A dominação colonial pressupõe a produção de um conhecimento sobre o colonizado que é, simultaneamente, produção de desconhecimento, uma vez que opera, no essencial, através da redução do outro ao mesmo. Através da reivindicação da perspectiva do colonizado, o pensamento pós-colonial restitui a noção da pluralidade do mundo e da pluralidade dos modos de conhecimento. Oferece, assim, uma crítica da modernidade que incorpora a denúncia da lógica epistemicida da ciência moderna e dá fundamento a um processo de provincianização da Europa, conceito popularizado a partir da obra homónima de Dipesh Chakrabarty (2000).

2. A acentuação da pluralidade do mundo implica que o pós-colonial não se reivindique como teoria universal; a pluralização do próprio conceito de pós-colonialismo constitui um aspecto essencial da articulação de um pensamento de fronteira atento aos diferentes contextos, localizações e escalas.

3. A centralidade da crítica dos discursos e das representações na teoria pós-colonial impõe a essa teoria uma fundamental dimensão auto-reflexiva, isto é, a reflexão pós-colonial exerce-se também sempre sobre si própria, sobre os modos como constrói a inteligibilidade dos seus objectos. Assim, a análise dos discursos e das representações ganha uma dimensão político-epistemológica concreta.

4. A teoria pós-colonial chama decisivamente a atenção para o facto de que a colonização não transformou simplesmente o mundo colonizado mas implicou, do mesmo passo, uma transformação profunda das sociedades colonizadoras. Por outras palavras, a questão do pós-colonial desestabiliza a distinção centro-periferia e, no geral, todas as distinções simplesmente binárias construídas sobre o mesmo modelo (como colonizador/colonizado) e coloca a questão do colonialismo no coração da modernidade europeia.

5. A complexidade e ambiguidade da relação colonial/pós-colonial são captadas pelo conceito de colonialidade, que permite analisar a prevalência do modelo da relação colonial para além do momento histórico que a produziu. Um aspecto importante associado a este conceito é a percepção de que a relação colonial forneceu ao conjunto das sociedades europeias um modelo identitário que se torna operativo mesmo em contextos que não reflectem directamente essa relação, o que permite pensar, por exemplo, a relação entre racismo e anti-semitismo como marcada pela dimensão da colonialidade.

6. Ao constituir-se como espaço plural de renovação epistemológica, o campo do pensamento pós-colonial potencia a transmigração e recodificação de conceitos centrais para a análise da sociedade e da cultura – como, entre muitos outros, nação, nacionalismo, hegemonia, memória, identidade, diáspora, cidadania, tradução – enriquecendo-os com novas possibilidades e, assim, não apenas alargando, mas também reperspectivando de muitas maneiras o terreno do conhecimento.

Assim, o pensamento pós-colonial afirma a sua vocação transversal e institui-se como uma vertente fundamental da teoria crítica contemporânea. ■

Referências

BHABA, Homi K. (1994) — *The Location of Culture*. London / New York: Routledge.
CHAKRABARTY, Dipesh (2000) — *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*. Princeton: Princeton University Press.
DUSSEL, Enrique (1995) — *The Invention of the Americas. Eclipse of "the Other" and the Myth of Modernity*. New York: Continuum Publishing
MIGNOLO, Walter D. (2000) — *Local Histories, Global Designs. Coloniality, Subaltern Knowledges, and Border Thinking*. Princeton, N.J.: Princeton U.P.
SAID, Edward (1978) — *Orientalism*. London: Routledge & Kegan Paul.
SANTOS, Boaventura de Sousa (2002) — "Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade". *In* Maria Irene Ramalho; António Sousa Ribeiro (orgs.) — *Entre ser e estar. Raízes, percursos e discursos da identidade*. Porto: Afrontamento, 23-85.
SANTOS, Boaventura de Sousa (2006) — *A gramática do tempo. Para uma nova cultura política*. Porto: Afrontamento.
SPIVAK, Gayatri Chakravorty (1999) — *A Critique of Postcolonial Reason. Toward a History of the Vanishing Present*. Cambridge, MA / London: Harvard U. P.

Racismo e cidadania

O racismo – fenómeno existente antes e depois da invenção do conceito de raça – tem marcado os debates sobre cidadania desde meados do século XX, circulando de forma marcante em todas as esferas da vida quotidiana devido às representações sociais e históricas que persistem na sociedade portuguesa, sobretudo devido ao seu passado colonial (Araújo, 2007).

É hoje aceite que o racismo deve ser entendido no plural, recorrendo a argumentos que acentuam tanto a sua base biológica como cultural, expressando-se de modo flagrante e/ou subtil, operando através de lógicas hierarquizantes e segregadoras. Porém, mais do que *racismo sem raças* (na sequência da refutação do conceito após o Holocausto) (Balibar, 1997) ou sem racistas (decorrente da contestação de uma abordagem liberal ao racismo, centrada no indivíduo desviante, que proliferou nas décadas seguintes), testemunhamos hoje tempos de *racismos sem racismo* (Goldberg, 2009). Deparamo-nos com a dificuldade de nomear, circunscrever e sobretudo de provar o racismo, pressentido, porém, na racialização do terrorismo e da figura do "imigrante" no Ocidente. Não há necessidade de exprimir o racismo porque se encontra incorporado no modo de funcionamento das instituições ocidentais. Tal resulta num contínuo reajuste da noção de cidadania para coincidir com a do *verdadeiro* nacional, e, portanto, numa concepção da imigração como sendo "problemática", por expandir estas noções e os direitos a elas consignados.

Interrogando o positivismo epistemológico e metodológico

Este modo de compreender a cidadania e a diversidade (esta *adicionada* a um cenário nacional imaginado como homogéneo) baseia-se numa abordagem positivista à suposta neutralidade do conhecimento científico, que constrói o racismo como irracionalidade e ignorância, enquanto simultaneamente evade a possibilidade de articulação de um discurso sobre a relação, historicamente construída, entre raça e poder. Temos que ter em conta que essa abordagem é, ela mesma, uma construção ideológica: a ignorância é um efeito de um conhecimento particular e não a ausência de conhecimento (Lesko & Bloom, 1998). Ultrapassar o positivismo epistemológico e metodológico requer, assim, ir além da compreensão dos sistemas de representação (Hall, 1992) que constroem o "outro" através de binários opostos, para questionar a relação que é estabelecida como necessária e única entre esses opostos, desestabilizando determinadas formas autoritárias de conceber a diferença (Lesko & Bloom, 1998).

A NOÇÃO HISTORICISTA DO RACISMO

Racismo, cidadania e nacionalidade na Europa contemporânea

Prevalece hoje, na Europa, uma noção historicista do racismo, que podemos considerar como hegemónica nos discursos (anti-)racistas. Esta noção concebe o racismo como um preconceito ultrapassado, hoje apenas (re)incarnado na acção visível e violenta de grupos extremistas. Como consequência, pressupõe o seu desaparecimento gradual com o passar do tempo, ou, pelo menos, o seu estatuto residual nas sociedades europeias (Lentin, 2008). Esta concepção eurocêntrica do racismo está relacionada com o facto de se assumir o Holocausto como o horizonte absoluto de comparação, excluindo assim o colonialismo da sua conceptualização. Tal concepção inscreve-se no projecto da modernidade, que favoreceu uma concepção teleológica do tempo histórico e o desenho de uma geografia assente na dicotomia centro/periferias.

Assim, uma análise crítica dos conceitos de raça e de (anti-)racismo deve considerar esta *epistemologia da história* (Lentin, 2004), pondo em evidência como cada *nova* etapa da história é considerada como um passo *lógico* e *necessário* para o culminar final, e esperado, da perfeição, onde o *centro* é sempre o "motor da história" (a Europa, o homem branco, o mundo civilizado...). Deste modo, o racismo não deve ser historicizado pensando num "tipo único" ou na justaposição de "casos particulares" a serem classificados com base em categorias formais (Balibar, 1997). Processos como o colonialismo, a escravatura, o anti-semitismo e o Holocausto, apesar de possuírem um carácter simbólico específico que é reactivado nos discursos e lutas anti-racistas, não devem ser concebidos como fases do passado, mas como momentos fundamentais da história dos Estados nacionais europeus que condicionam decisivamente as formas do racismo contemporâneo:

Nesta perspectiva, é necessário historicizar de modo mais complexo o racismo e as lutas anti-racistas para compreender as suas manifestações contemporâneas. Como Eric Voegelin defendeu no seu trabalho pioneiro (1933), a análise da teoria e ideia de raça é fundamental para compreender as ideias políticas do mundo moderno, incluindo aspectos como a formação de comunidades políticas e do Estado. No rasto destas políticas destacam-se, no âmbito da União Europeia, uma diversidade de iniciativas que, desde os anos 1990, têm vindo a criar um discurso sobre os níveis de racismo e xenofobia na Europa, assim como diferentes tentativas de assumir uma política europeia para combatê-los. Os diferentes relatórios europeus sobre a matéria revelam a construção do racismo e da xenofobia como relacionados com a imigração – tratada como problemática pelas questões de integração e convivência que coloca – e, sobretudo, como *exteriores* às sociedades nacionais, nas quais seriam os extremistas de direita e os seus partidos políticos que ameaçam a convivência numa comunidade. Nestes discursos, as categorias *imigrante* e *estrangeiro* vão tornar-se significantes condensadores da tensão entre assimilação/exclusão, e guardiãs da unidade essencial das diferentes sociedades nacionais, precisamente porque denotam a carência dessa qualidade que faz dum indivíduo francês-francês, espanhol-espanhol, português-português, etc... Nos relatórios da UE proliferam as categorias que designam aqueles que estão em risco de ser discriminados, de se converterem nas vítimas do racismo dos grupos extremistas, e que estão perto de ser nacionais mas não o são: minorias étnicas, grupos minoritários, novos nacionais (novos-franceses, novos-autríacos, novos-alemães...), cidadãos naturalizados (imigrantes de 2.ª, 3.ª, e 4.ª geração), nacionais de origem (africana, magrebina, latino-americana...). Na prática, os critérios do *verdadeiro nacional* são construídos a partir de convenções jurídicas e de particularismos culturais equívocos. Não obstante, essa qualidade última, que fixa e distingue o *nacional-nacional* dos *outros-nacionais*, torna-se fundamental face ao ideal de igualdade incarnado na cidadania, reactivando a procura da nacionalidade através da raça como um fim inacessível. As qualidades raciais-culturais dos verdadeiros nacionais permanecem portanto inviabilizadas, enquanto a "pretendida visibilidade" da identidade dos outros nacionais é continuamente enfatizada (Balibar, 1997: 87).

Assim, importa questionar certos pressupostos sobre o racismo que persistem no contexto europeu e que consideramos problemáticos: em primeiro lugar, a reprodução de uma visão positivista da diversidade cultural e do racismo, que tem como consequência fundamental o seu posicionamento como exterior – ou pelo menos residual – às sociedades europeias; em segundo, a sugestão da existência de uma relação de causa-efeito entre o fenómeno demográfico da migração e a sua visibilidade política, de tal modo que as sociedades nacionais precisam de ser *educadas* para conviver com as diferenças; terceiro, a ausência de uma concepção que tenha em consideração a centralidade do legado do colonialismo na construção ideológica de raça e cidadania nas relações sociais contemporâneas.

REFERÊNCIAS HISTÓRICAS DA ADMINISTRAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA

1926: Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas (Estatuto do Indigenato).
1930: Acto Colonial.
1954: Última revisão do Estatuto do Indigenato.
1961: Abolição do Estatuto do Indigenato.
1961: Início da luta armada.
1974-1975: Independências.

Este desfilar de condicionalismos conduz-nos à profunda convicção de que o caso português constitui uma excelente oportunidade para levar a cabo este desafio. Tal é particularmente evidente na actual retórica oficial que ajuda a reproduzir o mito do *lusotropicalismo* sobre a suposta tolerância nacional, assim como a reforçar a ideia do *sucesso* das políticas de integração do *diferente*, e que utiliza precisamente a história do colonialismo português como um recurso simbólico disponível para mostrar a sua vocação universalista e tolerante. Consideramos então fundamental ter em consideração a história de administração racial e cultural do colonialismo português e a sua repercussão nas formas contemporâneas de racismo.

Colonização portuguesa em África: a construção do *indígena* e a questão racial

A partir do século XX, o Estado colonial português tenta aplicar uma geometria rígida de categorias raciais e étnicas com o intuito de explicar e controlar a população *negra*, culturalmente heterogénea. Para o caso da população *branca* – também diversa na sua origem geográfica e de classe – este século constitui-se como o momento da sua consagração como grupo dominante através do exercício da autoridade colonial que detém, e articulando a sua identidade num jogo de espelhos face à população "autóctone". Apesar de vários diplomas legais terem articulado, nos espaços coloniais africanos – nos territórios de Angola, Guiné portuguesa e Moçambique –, a distinção entre *indígena* e não-indígena, esta será consagrada em 1926 com a introdução do *Estatuto do Indigenato*, que posteriormente viria a integrar o *Acto Colonial* de 1930. Seria apenas posteriormente, já no contexto das primeiras acções armadas contra a ocupação colonial que ocorreram no Norte de Angola e da intensificação dos discursos anticolonialistas pelas Nações Unidas, que as chamadas "Reformas Adriano Moreira" (Coissoró, 1966), consubstanciadas num pacote legislativo aprovado a 6 de Setembro de 1961, levariam à abolição do Indigenato (Decreto nº 43.893) e à extensão da cidadania portuguesa para todos. Não obstante, tais reformas mantinham a distinção entre cidadãos portugueses e aquele que haviam sido anteriormente indígenas, emitindo para tal efeito dois cartões de identidade diferenciados (Mondlane, 1995: 33).

Este quadro de categorias sociais e jurídicas ilustra a tensão existente entre os indicadores raciais (os indígenas são os "indivíduos de raça negra") e os culturais (que revelavam certos níveis civilizacionais considerados como hegemónicos). Esta tensão foi incarnada por uma pequena fracção da população que veio a gozar do estatuto de cidadão, os *assimilados*, sendo que, como já sugerido por Franz Fanon (1967), a raça continuava a policiar a fronteira entre o assimilado e o *verdadeiro* nacional.

A conversão dos não-cidadãos – os negros e mulatos, chamados *indígenas* – exigia a confirmação, por atestado, do sucesso deste processo de aculturação: dominar a língua portuguesa (saber falar, ler e escrever *correctamente*), praticar a monogamia, ter um emprego estável e adoptar os costumes da população portuguesa, branca e cristã (Penvenne, 1989, 1993; Neto, 1997; Meneses, 2007). Este processo legitimou a validade e hierarquização das categorias raciais (branco = português; mulato e negro = indígena) com base em critérios culturais hegemónicos, ainda que assentes em percepções de origem pseudobiológica estabelecidas pelo próprio sistema colonial. Não obstante, em vários dos contextos coloniais africanos sob dominação colonial de Portugal, as relações de poder entre *negros* e *brancos* (com os seus diferentes estatutos socioeconómicos e políticos) era bem mais complexa, devido à presença antiga de migrantes oriundos da Índia, à forte presença islâmica, e sobretudo com a competição entre estes e os africanos no funcionalismo público, devido à posição jogada por grupos intermédios, como foi o caso dos goeses em Moçambique ou ainda dos cabo-verdianos na Guiné.

Neste contexto, importa antes analisar as políticas da identidade, tendo em consideração a mobilização de determinadas características identitárias, e onde o Estado e a identidade nacional devem negociar com um plexo de identificações regionais, religiosas e linguísticas. Hoje, portanto, a desintegração cultural do "outro" perpetua-se em espaços pós-coloniais, ao se assumirem os espaços geográficos esquartejados pela partilha de África como tendo forjado, na luta anticolonial, *uma* identidade nacional.

Nas últimas décadas, a discussão sobre as "novas" formas de racismo obriga a uma análise mais atenta e avisada sobre a persistência, em espaços pós-coloniais, de conceitos e ideias assentes em percepções de origem pseudobiológica estabelecidas com o encontro colonial. Civilização, nação, cultura, raça, etnia, tribos permanecem como elementos essenciais da configuração e significação da modernidade (Meneses, 2007). Mais especificamente, as políticas actuais de integração em Portugal encontram eco num modelo assimilacionista de cariz colonial, na sua forma de administrar e (re)produzir a diferença. No contexto contemporâneo de *racismos sem racismo* (Goldberg, 2009), o jogo de adjectivação das populações (reactivado através dos discursos hegemónicos sobre a imigração) requer que se reflicta sobre a relação entre Estado, democracia e cidadania, discernindo como neste jogo de relações permeia a ideia de raça. Assim, nos debates sobre cidadania em Portugal, deve pensar-se criticamente sobre como os repertórios de elementos constitutivos da identidade nacional continuam a marcar estatutos diferentes de ser cidadão na vida social, cultural e política. ■

DEFINIÇÃO COLONIAL DE INDÍGENA

Nos termos do *Estatuto do Indigenato*, eram indígenas "os indivíduos de raça negra ou seus descendentes que, tendo nascido ou vivendo habitualmente [na Guiné, em Angola ou Moçambique], não [possuíssem] ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses" (artigo 2.º do Estatuto). Assim, os indígenas deveriam, com efeito, reger-se "pelos usos e costumes próprios das respectivas sociedades", sendo "a contemporização com os usos e costumes [...] limitada pela moral, pelos ditames da humanidade e pelos interesses superiores do livre exercício da soberania portuguesa" (artigo 3.º e respectivo §1.º). Ainda nos termos do Estatuto, assimilados eram os ex-indígenas que haviam adquirido a cidadania portuguesa, após provarem satisfazer cumulativamente os seguintes requisitos: a) ter mais de 18 anos; b) falar correctamente a língua portuguesa; c) exercer profissão, arte ou ofício de que aufira rendimento necessário para o sustento próprio e das pessoas de família a seu cargo, ou possuir bens suficientes para o mesmo fim; d) ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses; e) não ter sido notado como refractário ao serviço militar nem dado como desertor (artigo 56.º).

Referências

ARAÚJO, Marta (2007) — "O silêncio do racismo em Portugal: o caso do abuso verbal racista na escola", in Nilma L. Gomes (Org.), Um olhar além das fronteiras - educação e relações raciais. Belo Horizonte, Brasil: Autêntica Editora, 77-94.
BALIBAR, Étienne (1997/1988), "Racisme et nationalisme", in Étienne Balibar & Immanuel Wallerstein (Orgs.), Race, Nation, classe. Les identités ambigües. Paris: La Découverte, 54-92.
CÉSAIRE, Aimé (1950), Discours sur le colonialisme. Paris: Éditions Réclames.
COISSORÓ, Narana (1966), "A abolição do Indigenato e suas repercussões na evolução social das africanas portuguesas", Estudos Políticos e Sociais, IV (3), 1023-1026.
FANON, Franz (1967), Black Skin, White Masks. New York: Grove.
GOLDBERG, Theo David (2009), The Threat of Race. Reflections on Racial Neoliberalism, Malden (MA): Blackwell.
HALL, Stuart (1992), "The West and the Rest: Discourse and Power" in Stuart Hall & Bram Gieben (Orgs.), Formations of Modernity. Cambridge: Polity Press, 275-331.
LENTIN, Alana (2004), Racism and Anti-Racism in Europe. London: Pluto Press.
LENTIN, Alana (2008), "After anti-racism?", European Journal of Cultural Studies, 11 (3), 311-331.
LESKO, Nancy e BLOOM, Leslie (1998), "Close encounters: truth, experience and interpretation in multicultural teacher education", Journal of Curriculum Studies, 30 (4), 375-395.
MAESO, Silvia Rodríguez (2006), La Política de la Representación. Sociología de la identificación cultural y escenarios urbanos en el Perú y Ecuador contemporáneos. Leioa: Editorial UPV-EHU.
MENESES, Maria Paula (2007), "Os espaços criados pelas palavras: racismos, etnicidades e o encontro colonial", in Nilma L. Gomes (Org.), Um olhar além das fronteiras - educação e relações raciais. Belo Horizonte, Brasil: AutênticaEditora, 55-76.
MONDLANE, Eduardo (1995/1969), Lutar por Moçambique. Maputo: Nosso Chão.
NETO, Maria da Conceição (1997), "Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX", Lusotopie, 327-359.
PENVENNE, Jeanne (1989), "«We are all Portuguese!» : Challenging the Political Economy of Assimilação: Lourenço Marques, 1870-1933" in Leroy Vail (Org.). The Creation of Tribalism in Southern Africa. Chicago: University of Chicago Press.
PENVENNE, Jeanne (1993), Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974). Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique.
SAYYID, Salman (2004), "Slippery people: the immigrant imaginary and the grammar of colours" in Ian Law, Deborah Phillips & Laura Turney (Orgs.), Institutional Racism in Higher Education. Stoke-on-Trent: Trentham Press, 149-159.
Voegelin, Eric (1997/1933), Race and State. Baton Rouge: Louisiana State University Press.

Do Estado colonial ao Estado pós-colonial

Não sendo propriamente uma invenção colonial, a partir de meados do século XIX, concomitantemente com a consolidação da dominação territorial colonial, o Estado adquire em África, em termos de dimensão e de complexidade, uma importância desmesurada quando comparado com situações anteriores.

De facto, muito embora numerosas sociedades africanas tivessem conhecido estruturas políticas centralizadas que, na sua configuração geral, se podem considerar como estatais[1], data da consolidação do territorial colonial a construção do Estado como nós hoje o concebemos. A instituição política ao serviço da afirmação e controlo do poder não só, quando comparada com as situações anteriores, se especializa e reforça no plano burocrático-administrativo, como ainda assume, no plano propriamente da dominação política, novos aspectos e interioriza tecnologias de gestão do poder importadas das metrópoles coloniais.

Nesta última dimensão, por exemplo, data logo dos alvores da implementação do Estado colonial uma das mais significativas alterações ao próprio entendimento de dominação: ao arrepio da situação corrente à época em África. O Estado Colonial, introduzindo a quadrícula político-administrativa, vai tornar o controle do espaço onde os indivíduos residem e circulam num dos elementos centrais da dominação política, social e económica.

Por outro lado, com o Estado colonial, não só o número de competências e a complexidade das tarefas que este adjudicou como suas aumentou significativamente a sua importância, como ainda as noções de fronteira e de espaço político ganharam novos entendimentos e significações.

Todavia, verdadeiramente novo na situação africana foi, importado da Europa, o aparecimento do conceito de nação. Acoplado, como na Europa novecentista, ao de Estado, formando com ele, ideologicamente, face e reverso de uma mesma entidade política, este conceito vai introduzir por mimetismo em África duas outras noções conexas que o Estado colonial procurará homogeneizar e dar sentido político: a de "povo da nação" e a de "território da nação". A estas duas noções acrescentou-se ainda, na mesma época, a de "língua da nação", isto é, introduziu-se na rotina gestionária e burocrática do Estado colonial a ideia de que a língua com que a administração estatal comunica é a língua "que devem falar" todos aqueles que vivem no espaço do Estado e da nação.

Geradora de múltiplos equívocos no tempo colonial, a ideia de nação é ainda hoje, num quadro naturalmente muito diferente do colonial, fonte de grandes debates e mal-entendidos e geradora, sobretudo quando se cruza no confronto político com a de identidade étnica ou religiosa, de conflitos insanáveis entre os diferentes sectores que disputam o controle do Estado. Os actuais conflitos na Somália, no Chade e no Sudão, o perseverante "irredentismo" tuaregue no Mali e no Níger e a persistente tensão étnico-religiosa na Nigéria, como os conflitos, durante vários anos na década de 1990, entre tutsis e hutus no Burundi e no Ruanda ou a guerra civil que quase ininterruptamente, entre Setembro de 2002 e o início de 2007, opôs "marfinenses" a "estrangeiros" (descendentes de malinkés) na Costa do Marfim são paradigmáticos da incapacidade, em muitas situações, de o Estado pós-colonial avocar legitimidade suficiente para controlar todas as entidades que existem no espaço dito nacional.

A "trajectória africana" da ideia de nação, não conseguindo, como o fez na Europa novecentista, em nenhum momento verdadeiramente racionalizar o poder, em pouco tem contribuído para atribuir ao Estado legitimidade incontestável sobre todo o espaço que as fronteiras, em vários casos desde meados do século XIX, delimitam nos seus contornos actuais.

A vários títulos, a experiência dos últimos cinquenta anos demonstra que as políticas estatais foram incapazes de criar a "nação" e que o nacionalismo de Estado não foi em nenhum caso sinónimo de Estado-nação. Nação e Estado-nação dão-se mal em "sociedades compósitas" como são na sua quase totalidade as que compõem os actuais países da África subsariana.

Todavia, a permanência até aos nossos dias de algumas das "perversões estruturais" herdadas do tempo colonial nada têm de extraordinário. O Estado pós-colonial não só não foi uma invenção concebida de raiz na pós-independência, como ainda herdou muitos dos traços culturais, dos suportes ideológicos e das técnicas políticas e administrativas que faziam parte da "essência" da racionalidade do Estado colonial.

No entanto, a formação dos Estados contemporâneos em África não é um simples fenómeno de transplante do Estado colonial para uma nova situação, mas sim o resultado de um longo processo de hibridação e reinvenção em que se jogam, se afrontam e conluiem lógicas e práticas de Estado com origens e tempos de eclosão diferentes, umas vindas do tempo colonial, outras surgidas a partir da necessidade de dar respostas (possíveis) às transformações de toda a natureza que foram ocorrendo desde as independências. Isto é, a formação dos Estados pós-coloniais em África e os aspectos que eles vão sucessivamente assumindo está em larga medida dependente dos "arranjos" entre factores estruturais e conjunturais com que as sociedades e os Estados africanos se confrontam desde as independências.

Só situando neste plano de análise o Estado pós-colonial e entendendo-o como o resultado de um processo dinâmico de transformações podemos compreender o seu funcionamento e, em última instância, as suas dinâmicas de "destruição" e de "reinvenção".

"Dualismo societal": marca duradoura imposta pelo Estado colonial à África subsariana

O Estado colonial – o auto-avocado "homogeneizador" do "povo" que vivia dentro do território por ele demarcado, pela própria natureza do empreendimento colonial, não vai considerar todos os indivíduos que habitam o seu território como portadores dos mesmos direitos e obrigações. Vai, hierarquizando-os segundo uma escala de valores assente "no grau de civilização", distingui-los, quanto a direitos e obrigações, *grosso modo*, em dois grandes grupos: um ultraminoritário, o dos cidadãos, agrupando inicialmente em exclusivo a população de origem metropolitana, outro, o dos sujeitos (o dos "nativos" ou "indígenas"), englobando a larguíssima maioria da população africana. Paralelamente a estes dois grupos veio progressivamente a constituir-se um terceiro, o dos ditos assimilados. O grupo dos assimilados distinguia-se dos outros dois quer pela ambiguidade das relações que tecia com o grupo de onde era originário (o dos sujeitos), quer pela subalternidade de que os seus membros eram alvo em relação aos de origem metropolitana. Todavia, esta situação de efectiva subalternidade não impediu que muitos membros deste grupo nas últimas décadas do colonialismo ocupassem na administração estatal e no sector privado da economia postos de algum realce e que boa parte dos líderes dos movimentos independentistas e dos dirigentes políticos pós-coloniais tenham sido e sejam dele originários.

Esta divisão do "povo da nação" e a "separação simbólica" (.... e prática) de locais residenciais que dela inevitavelmente decorreu, é uma das marcas mais duradouras impostas pelo Estado colonial à África subsariana.

Com efeito, as diferentes potências coloniais implementaram em África sociedades dualistas dotadas de uma parte urbana, usufruída por "brancos" e "assimilados", onde, a par das praxes sociais, culturais e económicas, as regras políticas imitavam as da metrópole e de uma parte de "mato", habitada por "não civilizados", onde as regras políticas da parte urbana, da "praça" como se dizia no tempo colonial na actual Guiné-Bissau, não se aplicavam.

Aplicando a regra da pertença de cada indivíduo a uma parcela determinada da quadrícula político-administrativa, a administração estatal, para além de impor o seu controlo político global ao conjunto dos residentes, ao codificar, ainda antes de finais do século XIX, o trabalho "indígena" assumiu o controlo da economia, deixando aos africanos "não civilizados" a tarefa de produzir, num quadro político e jurídico em vários aspectos diferente do das partes "civilizadas".

O dualismo, ou dito de outra forma, a política de separação entre «populações com diferentes estádios de civilização», não só marcou a instalação, no século XIX,

do Estado colonial, como ainda se veio a revelar instrumento central na manobra de controle das populações africanas e apetrecho duradouro no próprio ordenamento dos campos políticos que coexistem sob a tutela do Estado.

Nesta última dimensão, em alguns aspectos, ainda hoje o dualismo herdado do Estado colonial marca o Estado pós-colonial. Marca-o, por exemplo, fortemente em termos de relacionamento entre campos políticos "modernos" e "tradicionais" ou, mesmo, de formas de representação dos cidadãos nas diferentes instâncias e de responsabilização dos governantes perante a população.

Com efeito, passadas várias décadas das independências, o Estado pós-Colonial não só não conseguiu desfazer-se totalmente do dualismo herdado da época colonial como, ainda, não conseguiu impor a multietnicidade e laicidade ao conjunto da comunidade nacional que está na origem da própria ideia de Estado moderno. Isto é, o Estado pós-colonial africano, marcado pela endémica crise económica e pelo insucesso da sua democratização, continua a caracterizar-se como um Estado dualista, formado por um Estado central hegemónico e frequentemente violento e por um "estado local camponês", dito "étnico" ou "tribal", e suportado por uma noção "vazia" de sociedade civil.

Em vários aspectos o Estado pós-colonial não possui o monopólio do controlo da "nação", das estruturas políticas e da "sociedade civil".

Cidadania, participação política e "sociedades compósitas"

De entre as questões incluídas nas chamadas "especificidades africanas" mais correntemente apontadas como concorrendo para o proclamado falhanço do Estado pós-colonial em África, a da não coincidência (sistemática) entre entendimento de cidadania e de participação política ocupa lugar de destaque.

De facto, a participação política pode ser, como na prática o é em inúmeras situações contemporâneas africanas, um exercício independente do de cidadania. Muitos autores questionam-se mesmo se os conceitos de cidadania e de participação política são conceitos que se entrecruzam frequentemente na actualidade em África.

Na verdade, se analisarmos a questão da cidadania em termos de estatuto, isto é, como um conjunto de direitos e obrigações de observância geral geradores de poder e responsabilidades inscritas na lei, não restam dúvidas que no essencial os seus elementos constitutivos são em larguíssimos pontos incompatíveis com os do estatuto de senioridade que tradicionalmente distingue socialmente os indivíduos e rege o direito de participação política em África[2].

Por outro lado, não só, em inúmeras situações, o direito de participação política está muito mais associado aos direitos advindos da senioridade do que aos da cidadania, como ainda, nos contextos africanos, numa primeira análise, a cidadania é frequentemente vista como uma consequência "natural" da modernização das instituições estatais ou, para ser mais concreto, como um ganho das camadas sociais "implicadas" no "sector moderno" das sociedades africanas, caso, entre outros, no passado colonial, do sector dos "assimilados" e, na actualidade, dos sectores mais jovens e escolarizados da população e das diferentes camadas sociais urbanizadas.

Aliás a experiência dos cinquenta anos pós-independências tem demonstrado que a problemática da cidadania e, por arrastamento, a da democratização do Estado aparecem frequentemente, mesmo nas múltiplas situações em que são "agendadas" por imposições da dita comunidade internacional, simplesmente associadas à modernização do Estado e ao aumento da sua base de apoio, ou, dito de outra forma, agregadas às iniciativas que o Estado toma na procura de alargamento do direito de participação nos assuntos políticos estatais a um maior número de indivíduos e de camadas sociais.

Esta perspectiva de análise, geradora de inúmeros equívocos e mal-entendidos, situa as alterações de relacionamento do Estado com as populações africanas numa dimensão evolucionista e mesmo redutora: ao Estado, na sua qualidade de instituição "modernizante", é dada a exclusiva capacidade de pontuar o sentido das alterações e, naturalmente, de ser o único ganhador.

Por outro lado, este enfoque, para além de deliberadamente privilegiar a análise do político via análise do Estado e, decorrentemente, dos interesses próprios da governação, restringe o conceito de participação política dos africanos à sua eventual intervenção na arena política das estruturas estatais, deixando de fora todos os outros palcos de intervenção política. Isto é, não só deixa de fora a relação de oposição estabelecida em termos identitários desde o tempo colonial entre os sectores tradicionais e o Estado, como também não assinala a "não domesticação" pelo Estado pós-colonial dos sucessivos movimentos de recomposição que ocorrem nos espaços políticos tradicionais.

Todavia, embora o alargamento do direito de participação política e o aprofundamento da cidadania sejam assuntos que devam ser vistos como resultado da pressão exercida pelos actores políticos nas diferentes arenas políticas, o facto de o Estado ser, hoje, uma entre várias arenas políticas à disposição dos actores não lhe retira importância: o terreno estatal é, como sabemos, na actualidade, "alvo" cada vez mais evidente dos diferentes actores políticos, incluindo dos que tradicionalmente são vistos como acantonados no campo das ditas instâncias políticas étnicas e étnico-religiosas.

Os termos do debate sobre a situação do Estado pós-colonial em África não se situam mais, nem em torno de duas tendências analíticas inconciliáveis que marcaram durante largos anos as análises, a "modernista" e a "comunitarista" ou "etnicista", nem em torno de um qualquer exercício de conciliação entre elas.

O debate sobre a situação do Estado pós-Colonial em África anda em boa parte à volta das razões que suportam o generalizado fenómeno de "invasão" da "cidadela Estado" por actores políticos habitualmente vistos como incapazes de se desprenderem do "casulo" da "tradição", do "comunitarismo" ou do "localismo".

Entre outras conveniências heurísticas, centrar nestes termos parte do debate permite recentrar a discussão do falhanço do Estado pós-colonial no essencial, as razões, e afastá-la do acessório, as manifestações. ■

[1] A África subsariana conheceu, antes do advento da dominação colonial, um leque muito variado de sociedades dispondo de órgãos de poder mais ou menos centralizado ou de aparelho estatal, alguns deles com estruturas políticas e burocrático-administrativas bastante sofisticadas e dotados de exércitos com comando centralizado. Referenciem-se, entre as largas centenas de exemplos possíveis, os casos dos impérios do Gana, do Mali e dos Mwenemutapas, dos reinos Ashanti, Zulu, do Congo, do Daomé e o merino de Madagáscar, dos Estados teocráticos do Fouta Djalon e do Futa Tooro e os diferentes Estados «tardios» – alguns surgidos na segunda metade do século XIX – nos actuais Chade e Sudão. A estes exemplos foge em grande parte o da Etiópia que, no século XIX, constrói, sob a capa de "restauração" da "monarquia mais antiga do mundo", um Estado em vários aspectos devedor do modelo europeu de Estado, devido aos contactos regulares mantidos com países europeus.

[2] A ideologia da cidadania está, como é sabido, associada à expansão do acesso à representação através da luta e do protesto político e não a direitos estatutários. A cidadania supõe a representação de todos os cidadãos em todos os sectores da sociedade e a plena responsabilização dos governantes perante os cidadãos.

Referências

BAYART, Jean-François (1989) — *L'Etat en Afrique: la politique du ventre*. Paris, Fayard.

BELLAGAMBA, Alice e KLUTE, Georg (eds) (2008) — *Beside the State – Emergent Powers in Contemporary África*. Colónia: Rudiger Kopp Verlag.

CHÂNTAIGNER, Jean-Mark e MAGRO, Hervé (eds) (2007) — *États et Sociétés Fragiles – Entre conflits, reconstruction et développement*. Paris: Karthala.

COOPER, Frederick (2002) — *Africa Since 1940: The Past and the Present*. Cambridge: Cambridge University Press.

HERBST, Jeffrey (2000) — *States and Power in Africa*. Princeton: Princeton University Press.

MBEMBE, Achille (2000) — *De la Postcolonie – Essai sur l'imagination politique dans l'Afrique contemporaine*. Paris: Karthala.

M'BOKOLO, Elikia (2007) — *África Negra – História e Civilizações – Do século XIX aos nossos dias*. Lisboa: Colibri, (Volume II).

MÉDARD, Jean-François (ed.) (1994) — *Les États d'Afrique Noire – Formation, mécanismes et crises*. Paris: Karthala.

ROTHCHILD, Donald e CHAZAN, Naomi (eds.) (1988) — *The Precarious Balance – State and Society in Africa*. Boulder: Westview Press.

ZARTMAN, Ira William (ed.) (1995) — *Collapsed States: The Disintegration and Restoration of Legitimate Authority*. Nova Iorque: Lynne Rienner Publishers.

Reinvenção do Estado pós-colonial em África

Se para africanos e não africanos é indiscutível que o Estado pós-colonial padece em África de numerosas maleitas – nepotismo, clientelismo, falta de democracia, violação sistemática dos direitos humanos, impunidade, corrupção generalizada, esbulho, recorrente violência nas disputas políticas, ineficácia generalizada dos serviços públicos, etc. –, o mesmo não se passa em relação à caracterização das diferentes situações e, naturalmente, às medidas tomadas para combaterem as ditas maleitas. Os adjectivos para caracterizar as situações têm-se sucedido e alternado sem que, no plano da análise, efectivamente nenhum destes conceitos consiga "no essencial" ser utilizado muito para além do contexto a partir do qual foi formulado e do tempo em que foi enunciado.

De facto, independentemente da bondade das eventuais achegas para a caracterização de uma situação concreta, conceitos como o de "Estado falhado," "Estado colapsado", "Estado rizoma" ou "Estado frágil" não têm conseguido trazer para o debate sobre a situação do Estado pós-colonial em África achegas que permitam globalmente caracterizá-lo. Trata-se em larga medida de conceitos formulados a partir do confronto de situações genuínas africanas com o modelo ocidental de enquadramento das populações pelo Estado. Só assim se justifica, por exemplo, o lugar de grande destaque que desde a década de 1990, no cardápio das (boas) soluções apresentadas pela "comunidade internacional" para a resolução dos problemas do Estado em África, têm tido as medidas de "boa governação" e, dentro destas, as que procuram promover a chamada descentralização.

De facto, em conjunto com o da democratização, o tema da descentralização tornou-se, no contexto da crise actual do Estado em África, num dos temas maiores da problemática do poder e da governação.

Descentralização: panaceia para os males do Estado pós-colonial em África?

Assentado na ideia fortemente enraizada em muitos políticos africanos e decisores internacionais de que a centralização excessiva no topo do Estado, atrofiando todas as iniciativas políticas e económicas que nele não tenham sede, fomenta, *per si*, grande parte dos males de que sofre o Estado em África, a descentralização foi apresentada como medida fulcral, entre outros aspectos, pela capacidade "quase inata" que tem de promover localmente a democracia e a responsabilização política, para impulsionar a democratização do Estado.

Para além da meia dúzia de casos em que foi impulsionada intencionalmente como antídoto a situações de conflito larvar entre regiões ou comunidades étnicas e o Estado e que serão objecto de referência em ponto posterior deste texto, a descentralização tem sido tomada em África, no fundamental, como um conjunto de medidas que, partindo da ideia recorrente desde o tempo colonial de que a função primeira do Estado é a de enquadramento, procuram promover seja, numas situações, "autogovernos" à escala local, seja, noutras situações, a "utilização" dos poderes tradicionais locais como "pontes" entre o Estado e as populações locais.

Independentemente da forma que tenham assumido, as políticas de descentralização não têm conduzido, na generalidade dos casos, nem ao desaparecimento das maleitas recorrentemente apontadas ao Estado pós-colonial, nem a uma efectiva descentralização política.

Pelo contrário, em vários dos casos em que ocorreu alguma abertura ao "autogoverno" o governo central acabou, sob os mais variados pretextos, por retomar grande parte, se não mesmo a totalidade do poder que tinha, num primeiro tempo, delegado nas instâncias políticas locais entretanto criadas (Benim, Burkina Faso, Camarões, Quénia).

Nos casos de "utilização" dos poderes tradicionais como instrumentos de descentralização, na sua maioria, muito mais do que "tomar" as instâncias políticas tradicionais como estruturas de igual dignidade à das da malha político-administrativa, tomaram-nas quase como transitórias estruturas "supletivas". Em termos efectivos, na maioria dos casos, só por razões meramente conjunturais as autoridades tradicionais são vistas como agentes da descentralização ou, mesmo, como tendo algum lugar nas futuras estruturas descentralizadas. Veja-se, por exemplo, o lugar efectivo que, no quadro da descentralização, está a ser pensado para as autoridades tradicionais em países como Angola ou Moçambique: pouco mais do que auxiliares do Estado.

Por outro lado, as políticas de descentralização promovidas em África no quadro da "boa governação" (ou fora dela) não têm conseguido, por exemplo, nem esbater significativamente o dualismo societal que ainda hoje se verifica em muitos países, nem combater de forma palpável o desinvestimento social e económico do Estado em muitas regiões de variadíssimos países da África subsariana. Um desinvestimento notório desde pelo menos o anos 1980, isto é, desde a época em que a chamada comunidade internacional impôs como condição para a ajuda financeira e técnica aos países africanos as medidas de desinvestimento público constantes dos chamados Programas de "Ajustamento Estrutural".

Os Programas de "Ajustamento Estrutural" foram, cronologicamente, o pacote de medidas imediatamente anterior às dos da "boa governação" impostos pela "comunidade internacional" à imensa maioria dos países africanos; algumas das medidas de "boa governação", incluindo as ligadas à descentralização, são, num quadro político diferente do da década de 1980 (fim dos partidos únicos, emergência da sociedade civil, surgimentos de novos actores nas arenas políticas nacionais, novo quadro geopolítico mundial decorrente da queda do Muro de Berlim), a continuação lógica, com aparato diferente, de outras do "Ajustamento Estrutural".

Crise do Estado pós-colonial em África

Muito embora a crise do Estado pós-colonial em África fosse notória desde finais dos anos 1970 e os factos ocorridos nas duas primeiras décadas das independências em nada ficassem a dever, em termos de níveis de violência e de corrupção, de número de golpes militares e de regimes sanguinários ou de grau de disfuncionamento, às décadas posteriores, a imposição, na década de 1980, pelo Banco Mundial, pelo FMI e por outros doadores e financiadores dos Programas de "Ajustamento Estrutural" vai alterar de forma significativa o próprio papel atribuído ao Estado.

De facto, com a generalização da implementação dos sucessivas pacotes de medidas de liberalização económica e de desinvestimento do Estado nos sectores sociais conectados com os Programas de "Ajustamento Estrutural", os Estados africanos não só foram perdendo gradualmente a capacidade de autonomamente intervir e decidir em vastas áreas da vida económica, social e política, como ainda ficaram progressivamente reféns das consequências negativas que, tanto a nível do seu funcionamento, como da sua imagem, esses pacotes de medidas induziram.

Com efeito, desde os anos 1980, não só as instituições de Bretton Woods e outros doadores e financiadores, ao se substituíram frequentemente ao Estado na tomada de decisões, lhes retiram autonomia na tomada de decisões de natureza económica, como ainda, em grande parte devido ao facto de os Estados terem sido obrigados a abandonar políticas sociais que nos primeiros anos das independências foram retardando e limitando a pauperização das populações, eles próprios ficaram reféns de corrupção galopante e generalizada.

No início da década de 1990, na altura do aparecimento em África das primeiras medidas de "boa governação", o Estado em muitos países subsarianos tinha entrado numa situação de deliquescência quase completa, havendo mesmo casos em que tinha na prática desaparecido (Somália), sido tomado num momento ou noutro por bandos a mando de um qualquer senhor de guerra (Libéria, Serra Leoa, Chade) ou visto a sua área de influência reduzida à região natal do presidente e a pouco mais (em larga medida a situação do Zaire nos últimos quatro ou cinco anos do regime de

Mobutu Sese Seko).

Entre outros aspectos, na década de 1990, o reconhecimento do desastre dos programas de "Ajustamento Estrutural" levados a cabo, a generalização de eleições multipartidárias e sobretudo a emergência da "sociedade civil" e das suas organizações como "quase resposta" à falência do Estado em inúmeros países africanos vieram obrigar a "comunidade internacional" a fazer algumas alterações significativas, tanto no cardápio de medidas impostas, como no tipo de interlocutores considerados.

No primeiro caso, por exemplo, fazendo acompanhar as medidas económicas de algumas outras de natureza social ou política, como são o caso das da promoção da democratização do Estado ou a descentralização; no segundo caso, retirando a exclusividade de parceiro ao Estado e diversificando os interlocutores.

Neste ultimo aspecto, ainda antes de finais de década de 1990 e paralelamente à continuação da deliquescência do Estado em muitos países, assistiu-se por toda a África subsariana a uma autêntica corrida à procura, por parte da comunidade internacional, de interlocutores para a implementação a nível nacional e local de algumas das medidas de "boa governação", sejam medidas de carácter económico, social e "humanista", sejam mesmo medidas iminentemente políticas, como é o caso das de democratização do Estado ou de descentralização.

Datam desta altura, por exemplo, as primeiras participações efectivas de "autoridades religiosas", de "autoridades tradicionais e de representantes das "organizações da sociedade civil" activas nos processos de "reconciliação nacional" e nas "conferências nacionais" que permitiram a realização de eleições multipartidárias ou a "valorização" pelas diferentes entidades nacionais e internacionais implicadas na execução das medidas de "boa governação" das autoridades e das instâncias políticas tradicionais enquanto, respectivamente, agentes e eventuais "proto-estruturas" de descentralização política.

Datam também da mesma época os primeiros sintomas daquilo que mais tarde veio a tornar-se um dado incontornável na maioria dos países africanos, um dado maior na explicação da progressiva irrelevância do Estado enquanto fornecedor de vários serviços e um indicador relevante da perda por parte deste do monopólio "não tradicional" do enquadramento das populações: a, à falta de melhor termo, "ongização" das sociedades africanas.

De facto, as diferentes organizações da sociedade civil, que desde meados dos anos 1990 cresceram como cogumelos, não só em termos de prestação de serviços à população, tendem a substituir frequentemente o Estado deliquescente, como ainda adjudicaram para si tarefas tão diversas como as de defensores das populações contra as arbitrariedades do poder político, de, em múltiplos assuntos, interlocutores incontornáveis do Estado e da comunidade internacional e de parceiros privilegiados das instâncias políticas não estatais e das populações e, mesmo, de co-inventoras de uma nova função para o Estado em África: a de "facilitador"!

O malogro dos Estados criados para nações que nunca existiram

Contudo, o problema da situação globalmente comatosa do Estado em África não tem a ver somente com a falhanços das diferentes funções que para ele foram sendo sucessivamente inventadas nos últimos cinquenta anos. A crise do Estado pós-colonial em África tem a ver fundamentalmente com o facto de, como em pontos anteriores foi referido, ele ser, em vários aspectos, o herdeiro directo de um Estado criado para nações que nunca existiram.

Deste ponto de vista, o sucesso bastante limitado de uma das medidas mais paradigmáticas dos programas conectados com a "boa governação", a descentralização, é exemplar.

De facto, para além das ambiguidades resultantes do próprio entendimento do conceito, não só as políticas de descentralização na maior parte dos casos considerados de sucesso se resignaram a pouco mais do que promover a "desconcentração administrativa", como ainda aquelas nas quais se depositaram grande esperanças em termos de resolução de conflitos políticos, étnicos ou religiosos no interior das fronteiras acabaram por resultar, como no caso da Somália, na extinção *de facto* do Estado, como no Sul do Sudão, na criação de zonas cinzentas dominadas por potentados locais, como no da Etiópia pós-Mengistu, a secessões territoriais ou ainda, à semelhança do que sucede quase desde a independência na Nigéria, em confrontos permanentes entre as populações das várias unidades políticas descentralizadas que compõem o país.

Limites da reinvenção do Estado em África

Como a descentralização, os Estados criados para nações que nunca existiram dificilmente ultrapassarão os limites mínimos de reinvenção e arriscam-se mesmo a tornarem-se simplesmente "Estados facilitadores".

De facto, muito embora ninguém saiba bem o que é um "Estado facilitador", dado o trajecto do Estado nestes cinquenta anos de independências em África, toda a gente concorda que o melhor é, pelo menos por enquanto, ele ser mesmo só isso.

Aliás, nalguns casos, pela sua grande inoperância nas mais variadas funções comummente tomadas como da sua competência específica, pouco mais é do que uma "cobertura", isto é, pouco mais é do que uma cobertura que, entre outros aspectos, serve para colocar o país, segundo o direito internacional, formalmente em pé de igualdade com os outros países. ■

Referências

BAYART, Jean-François (1989) — *L'Etat en Afrique: la poltique du ventre*. Paris, Fayard.

BELLAGAMBA, Alice e KLUTE, Georg (eds) (2008) — *Beside the State – Emergent Powers in Contemporary África*. Colónia: Rudiger Kopp Verlag.

CHÂNTAIGNER, Jean-Mark e MAGRO, Hervé (eds) (2007) — *États et Sociétés Fragiles – Entre conflits, reconstruction et développement*. Paris: Karthala.

COOPER, Frederick (2002) — *Africa Since 1940: The Past and the Present*. Cambridge: Cambridge University Press.

HERBST, Jeffrey (2000) — *States and Power in Africa*. Princeton: Princeton University Press.

MBEMBE, Achille (2000) — *De la Postcolonie – Essai sur l'imagination politique dans l'Afrique contemporaine*. Paris: Karthala.

M'BOKOLO, Elikia (2007) — *África Negra – História e Civilizações – Do século XIX aos nossos dias*. Lisboa: Colibri, (Volume II).

MÉDARD, Jean-François (ed.) (1994) — *Les États d'Afrique Noire – Formation, mécanismes et crises*. Paris: Karthala.

ROTHCHILD, Donald e CHAZAN, Naomi (eds) (1988) — *The Precarious Balance – State and Society in Africa*. Boulder: Westview Press.

ZARTMAN, Ira William (ed.) (1995) — *Collapsed States: The Disintegration and Restoration of Legitimate Authority*. Nova Iorque: Lynne Rienner Publishers.

Da Organização de Unidade Africana à União Africana

Quando, em 1963, foi criada a Organização de Unidade Africana (OUA), o espírito político que presidiu à sua edificação pautava-se pela necessidade de desenvolvimento de uma instituição que acolhesse os Estados africanos recém-independentes conferindo-lhes um enquadramento continental. Num contexto internacional marcado pela Guerra Fria, África procurava, assim, emergir enquanto entidade una e coesa num palco de competidores fortemente bipolarizados. Todavia, este projecto acabou por ficar aquém das expectativas, pelo menos no que respeita ao desenvolvimento de competências supranacionais, tendo a OUA assumido um papel eminentemente simbólico de afirmação dos Estados pós-coloniais, em detrimento da edificação de um verdadeiro modelo de união política.

Um passado recente

Logo no início dos anos sessenta, tornou-se evidente a dificuldade de conciliação de duas tendências entre os Estados africanos: a promovida pelo denominado Grupo de Monróvia e a sustentada pelo Grupo de Casablanca.

O Grupo de Monróvia, reunindo os doze Estados africanos francófonos participantes na Conferência de Monróvia em Brazzaville em Dezembro de 1960, a que se juntaram a Libéria, Serra Leoa, Nigéria, Togo, Somália, Tunísia, Etiópia e Líbia (reunidos pela primeira vez na Conferência de Monróvia em Maio de 1961), propalava um modelo de construção da unidade africana baseado na ideia de convivência de Estados plenamente independentes e soberanos, enquadrados num fórum africano de debate e concertação de ideias. Resultava desde modelo uma especial importância atribuída à temática fronteiriça e ao princípio da intangibilidade de fronteiras, tidos como alicerces incontornáveis do processo, à época incompleto, de redefinição da realidade política em África.

O Grupo de Casablanca, promovido pelo Gana, Guiné Conacri, Mali, Marrocos, Egipto e Argélia (reunidos pela primeira

PRINCIPAIS ÓRGÃOS DA UNIÃO AFRICANA

Assembleia

Reúne chefes de Estado e governo dos Estados membros e é o órgão principal da União Africana. O seu presidente é eleito anualmente entre seus membros. Entre as suas funções destacam-se: determinar as políticas comuns da União; apreciar candidaturas de novos membros; aprovar o orçamento da União; orientar a actividade da organização em matéria de Paz e Segurança e nomear o presidente da Comissão.

Comissão

Composta por um presidente, um vice-presidente e oito comissários. Estes dez elementos deverão reflectir uma representação de dois elementos por cada uma das regiões africanas, sendo que um destes deverá ser uma mulher. O presidente e o vice-presidente são eleitos por maioria de 2/3 pela Assembleia de chefes de Estado e de governo.

Os comissários encontram-se adstritos a diversas áreas temáticas entre as quais se destaca: Paz e Segurança, Assuntos Políticos, de Infraestruturas e Energia, Assuntos Sociais, Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia, Comércio e Indústria, Economia Rural e Agricultura, Assuntos Económicos.

Entendida como mais um passo no erguer do Governo da União, na 12.ª Cimeira da União Africana, que decorreu em Addis Abeba em Janeiro de 2009, ficou decidida a transformação da Comissão em Autoridade Africana cujo debate sobre o seu formato e modo de operacionalização ficou agendado para a 13.ª Cimeira, em Julho de 2009. Esta Cimeira atribuiu à Comissão a missão de preparação da implementação desta mudança. Com um mandato que se espera mais alargado daquele que actualmente serve de base ao funcionamento da Comissão, espera-se que este novo órgão venha a dispor de um presidente, um vice-presidente e vários secretários.

Parlamento Pan-Africano

Órgão consultivo com início de actividade em Março de 2004, na Etiópia, como um dos órgãos mais emblemáticos da UA, o PAP (Pan African Parliament) possui a sua sede na África do Sul. Reúne duas vezes por ano e constitui um fórum de debate e aprofundamento de reflexões sobre os mais diversos temas a envolver a actividade da UA. Termina em 2009 o primeiro período de actividade, que corresponde também à sua fase de implementação (2004-2009), é debatida a sua continuação em actividade enquanto verdadeiro órgão legislativo.

Cada Estado membro da UA que tenha ratificado o Tratado Constitutivo do PAP (neste momento 48 dos 53 Estados que integram a UA) encontra-se representado por cinco elementos, eleitos para o efeito a nível das estruturas parlamentares nacionais. O PAP possui um presidente que é assessorado por quatro vice-presidentes em representação de cada uma das cinco regiões consideradas na UA, estes compõem o Bureau do PAP.

Tribunal de Justiça

Composto por 11 juízes. Actualmente integram o colectivo de juizes: Hamdi Fanoush da Líbia, Kelello Mafoso-Gunni do Lesoto, El Hadji Guisse do Senegal, Fatsah Ouguergouz da Argélia (com mandatos de quatro anos iniciados em Janeiro de 2006), Modibo Guindo do Mali, Jean Mutsinzi do Ruanda, Gerard Niyungeko do Burundi (com mandatos de seis anos iniciados em Janeiro de 2006), Sophia Akuffo do Gana, Githu Muigai do Quénia, Joseph Mulenga do Uganda e Bernard Ngoepe da África do Sul (com mandatos de seis anos iniciados em Julho de 2008).

Conselho Executivo

Composto pelos ministro dos Negócios Estrangeiros (ou outros indicados) de cada Estado-membro. Reúne duas vezes por ano para dar cumprimento às suas atribuições.

Comité de Representantes Permanentes

Composto por representantes de cada Estado-membro. Encarregue da preparação do trabalho do Conselho Executivo, actuando na sua dependência.

Conselho de Paz e Segurança

Órgão político de tomada de decisão em matérias relacionadas com a Prevenção, Gestão e Resolução de conflitos, tendo por objectivo fulcral a resposta atempada e eficaz a situações de conflito e crise em África. As actividades deste Conselho são apoiadas pela Comissão, por um Painel de Sábios, por um Sistema Continental de Alerta Precoce, por uma Força Africana em Alerta e por um Fundo Especial.

Conselho Económico Social e Cultural

Que congrega associações, grupos culturais e sociais, representações profissionais, organizações comunitárias entre outros núcleos de associativismo em África. Encontra-se organizado em: Assembleia Geral, Standing Committee, Comités Sectoriais , Comité de Credenciais e um Secretariado.

Comités Técnicos Especializados

Destacam-se 14 comités temáticos: Economia Rural e Assuntos Agrícolas; Assuntos Monetários, Financeiros e Planeamento Económico e Integração; Comércio, Indústria e Minerais; Transportes, Infraestruturas Transcontinentais e Intraregionais, Energia e Turismo; Género e Capacitação das Mulheres; Justiça e Assuntos Legais; Desenvolvimento Social, Trabalho e Emprego; Serviço Público, Governo Local, Desenvolvimento Urbano e Descentralização; Saúde População e Controlo da Toxicodependência; Migração, Refugiados e Deslocados Internos; Juventude, Cultura e Desporto; Educação, Ciência e Tecnologia; Comunicações; Defesa e Segurança.

Cada Comité funciona como órgão de preparação dos programas e projectos da União e, numa fase posterior, como órgão de acompanhamento e implementação dos mesmos.

Instituições Financeiras

Banco Central Africano, Banco Africano de Investimento e Fundo Monetário Africano.

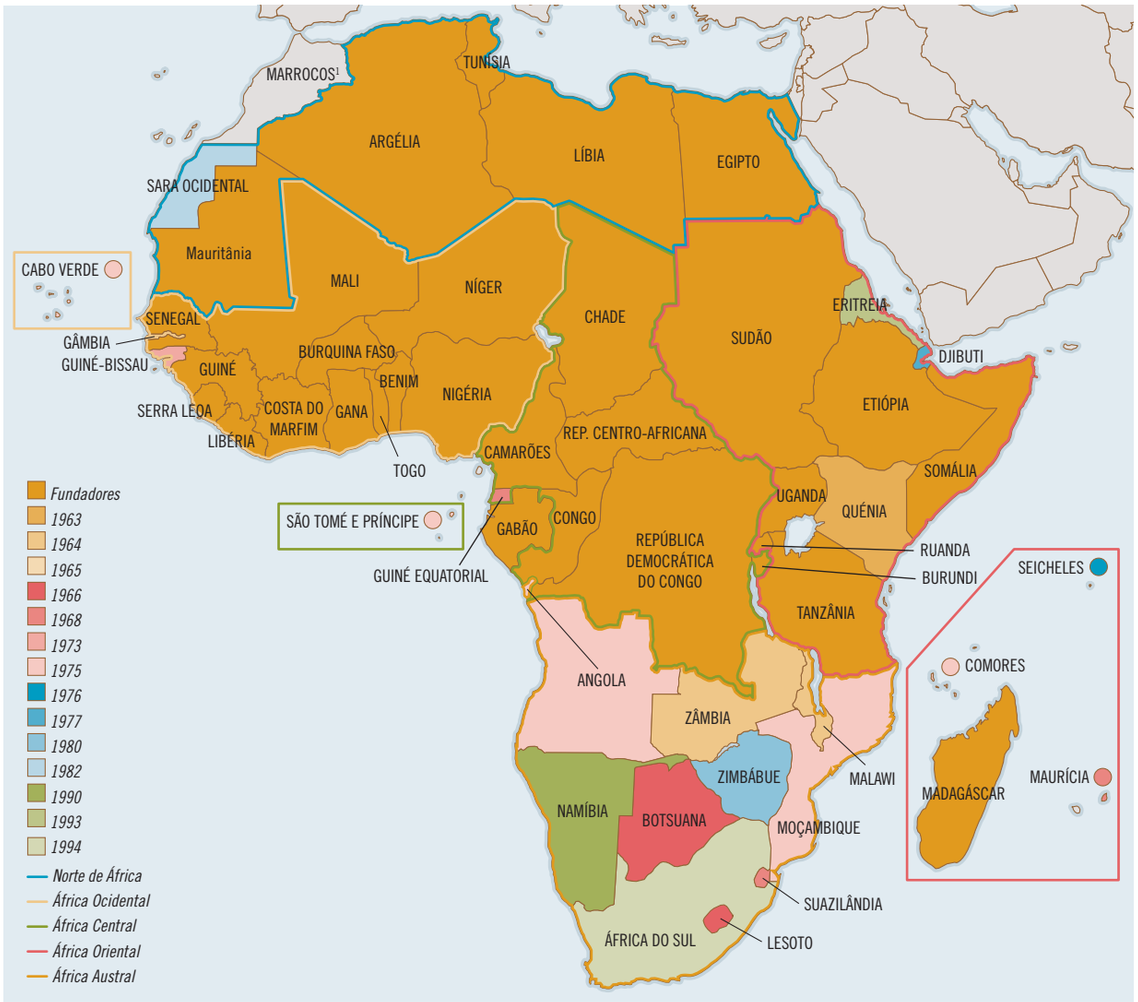
Fonte: União Africana. Disponível em: http://www.african-union.org/ e Institute for Secutity Studies – ISS. African Union Profile. Disponível em: http://www.iss.co.za/. Dados referentes a Maio de 2009, salvo quando expressamente indicado.

vez num encontro realizado em Casablanca em Janeiro de 1960 e do qual resultou a Carta de Casablanca) era apologista de um modelo pan-africanista apontado como maximalista. De acordo com este modelo, o projecto unificador subjacente à OUA poderia tomar a forma de verdadeira União de Estados com o forjar de uma nova entidade política supra-Estados. A ideia de possibilidade de advento dos Estados Unidos de África, radicando numa ideia ancestral de que "a união faz a força", visava a maximização das afinidades entre Estados africanos e o usufruto da complementaridade de múltiplas realidades com um passado, apesar de tudo, comum, a passar pelo domínio colonial e pela natureza incipiente dos processos de construção e funcionamento dos Estados pós-independências.

A estas diferentes visões quanto à natureza da dinâmica de integração associavam-se ainda diferentes perspectivas quanto ao ritmo do processo. Gradualistas e Imediatistas opunham visões diferenciadas quanto ao calendário e agenda dos diferentes modelos preconizados.

O modelo organizativo e de competências presente na formalização da criação da OUA em 25 de Maio de 1963, decorreu, em certa medida, da primazia de um figurino minimalista. Porém, pesem embora as décadas passadas, mantém-se vivo o debate em torno do modelo de funcionamento da organização[1].

MEMBROS DA OUA/UA POR ANO DE ADMISSÃO



[1] Deixou a OUA na sequência da admissão do Sara Ocidental.
Fonte: União Africana [http://www.african-union.org] e Institute for Secutity Studies – ISS, African Union Profile [http://www.iss.co.za]. Organisation of African Unity, disponível em: http://en.allexperts.com

Um presente em construção

Quase cinquenta anos depois, a realidade africana é, no entanto, substancialmente diferente. Ao reduzido dinamismo da OUA correspondeu a criação de diversas organizações regionais e sub-regionais com atribuições predominantemente económicas, mas cujo espectro de acção foi evoluindo, ao longo dos anos, para se apresentar hoje como embrião de processos de integração política regional, cuja convivência e articulação com projecto de integração continental resulta numa incógnita.

Ao que parece, terá vingado, por força das circunstâncias, o sucesso de uma opção regionalista nas políticas externas dos Estados africanos em face das dificuldades de harmonização política numa organização envolvendo 53 Estados (35 inicialmente). A diversidade cultural, histórica, política e económica presente no continente africano constituiu (e possivelmente constituirá ainda) uma barreira na implementação de projectos mais ambiciosos de integração. Em África, a integração continental nos anos sessenta parecia não ser compatível, naquele momento, com o exercício pleno de uma recém-adquirida soberania num ambiente de incipiente inserção na economia mundial.

Como seu resultado, verifica-se hoje a existência em África de diversas organizações de cooperação regional cujo dinamismo acabou por ultrapassar a esfera meramente económica para enveredar por uma dinâmica de aprofundamento político dos laços regionais. Em diferentes estádios de integração, estas organizações são actualmente actores incontornáveis na vida política e económica africana, tendo actuado como catalisadores do relacionamento inter-Estados e dos processos de desenvolvimento e crescimento económico em algumas regiões, contribuindo para o relançar da reflexão em torno das possibilidades de união continental.

Foi este intuito que presidiu, em 2002, à evolução da OUA para a União Africana (UA) num contexto alargado de redefinição do panorama internacional, em resultado do final da guerra fria e tendo como pano-de-fundo não só os avanços verificados no plano da cooperação regional a nível económico e político, mas também as dificuldades experimentadas por muitos Estados na consolidação de sociedades estáveis e democráticas, voltando a relançar-se a ideia de abordagem colectiva a problemas comuns. A noção de "incrementalismo gradual" parece ser agora dominante, muito embora persistam dúvidas quanto ao formato ulterior do modelo em construção. ■

[1] ZERBO, Yacouba — "La problematique de l'unité africaine (1958-1963) Presses Universitaires de France. Guerres Mondiales et Conflits Contemporains, 2003/4, n.º 212, pp. 113-127. Disponível em: http://www.cairn.info.

As fronteiras africanas (I)

Nasce no latim o termo Fronteira, que deriva de *fronteria*, conceito indicador da parte do território situado *in fronte*, isto é, nas margens. Enquanto confins entre dois campos, as fronteiras têm origem na dinâmica intrínseca aos seres vivos, em que a luta pela sua defesa ou expansão entronca no seu comportamento. Com limites não mensuráveis, as fronteiras encerravam, desde tempos ancestrais, uma função de demarcação ou repulsa, contendo uma tangibilidade limitadora do sentimento de posse de comunidades em áreas de controvérsia, principalmente quando se pretendia uma coexistência pacífica com o vizinho. Por isso, a separação assentava em faixas periféricas, avultando as «terras de ninguém». Foi só no século XVI, com o Renascimento e com o aparecimento da cartografia, que as linhas fronteiriças passaram a ter uma visualização efectiva, mediante a sua marcação na carta e uma percepção existencial no terreno. E assim, como refere Ratzel, a fronteira passou a ser constituída *«pelos inúmeros pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar»*.

A fronteira geográfica dos Estados envolve, então, a mística territorial em que se inserem os povos, que por ela estão dispostos aos maiores sacrifícios, sobressaindo a obsessão de sustentar o traçado no relevo, isto é, obter as fronteiras naturais. O resultado é a criação de linhas sinuosas a separar tendências opostas, numa dinâmica conflituosa de fluxo e refluxo que marca o tempo histórico. Portanto, evoluiu-se de uma *limes* imaginária para uma concretização marcada pela orografia e hidrografia, impondo ao planeta uma variância de fronteiras que o *mapa mundi* divide em estados.

Mas o conceito de fronteira esbateu-se na actualidade. Se, por um lado, não existem barreiras para a informação, para a imagem, para o ciberespaço, para os mísseis ou, até, para os fluxos demográficos, por outro, o incremento das organizações inter e supranacionais concede uma maior abrangência ao seu traçado. Surge, assim, uma tipologia de fronteiras diversificada (segurança e defesa, económico-demográfica, cultural). Por oposição a este alargamento transfronteiriço, a relativa transparência das fronteiras tem acelerado a formação de colónias interiores em diversos Estados, conduzindo a uma heterogeneidade étnico-cultural.

Em síntese, os espaços prolongam-se à medida que acompanham o alargamento da nova tipologia de fronteiras e se multiplicam os elos comunicacionais das demografias planetárias. Hoje as fronteiras têm maior transparência e são mais permeáveis que no passado, porém o seu carácter místico de posse mantém-se.

O geofactor africano

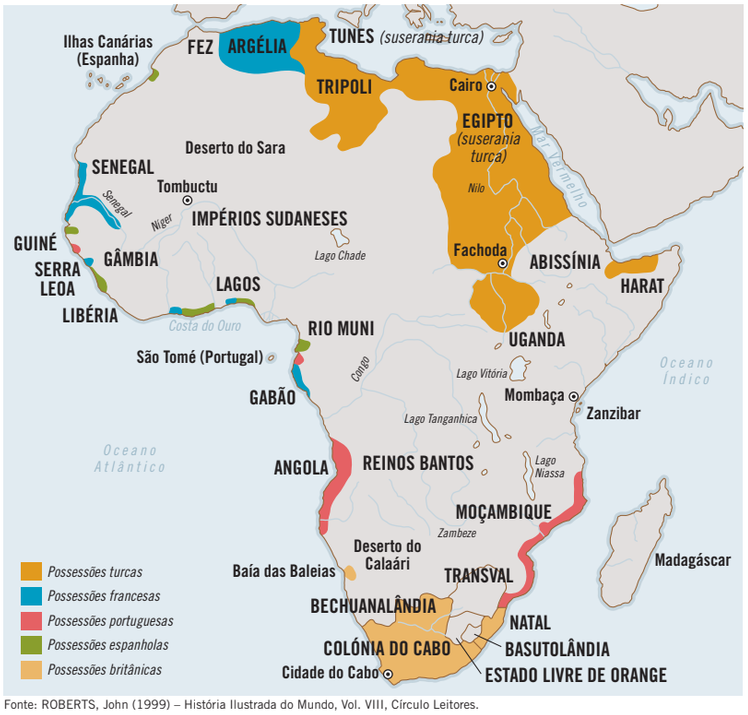
África tem, na diversidade e no contraste da sua geografia, a caracterização do seu carácter. Continente com extensas regiões desérticas (Sara, Namíbia, Kalahari) e de planaltos (cadeia do Atlas, maciço da Etiópia, fossa tectónica do Rift), nele contrastam a selva equatorial (coração do continente), os vales férteis (Rift, rio Limpopo), os lagos de grandes proporções (Vitória, Chade, Alberto, Kivu, Tanganica) e os rios de comprimento superior a 2.000 km (Nilo, Congo, Níger, Zambeze, Shebele, Ubanguinele, Kasai, Orange). Quanto ao clima, o território está situado na zona mais quente da terra, onde a falta de chuva é crónica.

No entanto, na aparência de um mapa, África é o continente mais compacto e homogéneo do planeta. Com cerca de 30.000000 de km² de superfície, plantado entre os oceanos Atlântico e Índico separado da Europa pelo mar Mediterrâneo e da Arábia pelo mar Vermelho, apresenta uma linha de costa de recorte suave e um «miolo» cuidadosamente desenhado por rectas e arcos de circunferência, dando a imagem de um pavimento de mosaico. Causa admiração o "gesto artístico" que a natureza e o homem tiveram ao esboçar o berço da humanidade. Contudo, um olhar mais atento revela-nos outras realidades. É o continente mais dividido do mundo, com os seus cinquenta e três Estados e mais de uma centena de linhas fronteiriças, que no total somam perto de 50.000 km. Consequentemente, a grande maioria dos Estados africanos confina com vários vizinhos, com destaque para o Sudão e o Zaire (9), a Zâmbia e a Tanzânia (8), o Mali e o Níger (7), a Argélia, a Líbia e o Chade (6), com as consequências relacionais inerentes. A par da dimensão territorial de países como o Sudão, a Argélia, o Congo Kinshasa, a Líbia, o Chade e o Níger, que representam 28% do espaço africano e detêm poder de massa, existem micro-Estados como a Gâmbia, a Guiné-Bissau, o Togo, o Djibuti, o Lesoto ou a Suazilândia, com problemas de afirmação da sua soberania. Outro aspecto a merecer ponderação é a existência de quinze superfícies estatais encravadas, isto é, sem acesso ao mar, existindo um continente dentro de outro continente.

No campo demográfico, convém ter presente que as fronteiras da África apresentam pressupostos sociais muito vincados, ou seja, a heterogeneidade africana vai para além da mera observação territorial. De facto, se a África dividida politicamente em Estados é uma construção relativamente recente, a África das nações, das tribos e dos impérios antecede-a, relevando especificidades étnicas, linguísticas e religiosas marcadas por uma história secular. Assim, podemos identificar cerca de 3.000 grupos étnicos, 2.000 línguas e o animismo. Em termos étnicos, no Norte do Sara predominam os caucasóides (berberes e árabes), enquanto os povos subsarianos (70% de africanos) se dividem, grosso modo, entre nilóticos, sudaneses e bantos. Os idiomas mais falados são o Suaíli (África Oriental e o Leste do Congo Kinshasa), o Lingala (África Ocidental), Bambara (Mali, Guiné-Conacri e Costa do Marfim) e Haússa (Norte da Nigéria e regiões vizinhas). A religião africana, a sul do Sara, é tradicional, transmitida oralmente de geração em geração, assente na crença de um Deus Supremo e na adivinhação. Porém, as colonizações de árabes e europeus dividiram o continente, basicamente, em três grandes áreas linguísticas: a inglesa, a árabe e a francesa. Em menor escala, podemos incluir a portuguesa. Na verdade, apesar dos mais de 2.000 idiomas existentes em África, só a Etiópia (Amárico) e a Somália (Somali) não têm como língua oficial uma das quatro línguas referidas. Quanto à religião, a par das africanas, que estão disseminadas pelo continente, o Islamismo centra-se, sobretudo, na parte norte do continente e na costa oriental, e o Cristianismo disseminou-se a sul do Sara.

A compartimentação geopolítica divide África em duas regiões distintas, a Mediterrânica e a Negra, separadas pelo deserto do Sara. A África Mediterrânica (Marrocos, Argélia,

ÁFRICA EM 1880



Fonte: ROBERTS, John (1999) – História Ilustrada do Mundo, Vol. VIII, Círculo Leitores.

Tunísia, Líbia e Egipto), que encontra raízes em civilizações importantes como a egípcia, a cartaginesa, a macedónica, a romana ou a árabe, é caracterizada pela sua larga autonomia e a separação da Europa pelo «mar entre terras», e tem na religião islâmica e na língua árabe os seus factores identificativos.
A África Negra apresenta especificidades de maior variação, seja ao nível da cultura ou da localização geográfica: a região saheliana, que vai da Mauritânia ao Sudão, corredor migratório a partir do qual se formaram grandes reinos (Congo, Luba, Lunda, Mossi, Hansa) e onde o contacto e a partilha de diferenças étnico-religiosas (berberes/negros e cristãos/islâmicos/animistas) são uma realidade; a África do Médio Oriente (parte da Líbia, do Egipto e do Sudão, a Eritreia, Etiópia, Djibuti e a Somália), cintura politicamente fragmentada que confina com o mar Vermelho e o oceano Índico, marginalizada em relação ao Magrebe e ao sul do Sara e que, com excepção da Etiópia, se identifica culturalmente com a península Arábica; a África do *Midland Ocean*, que percorre uma longa faixa ribeirinha desde a Mauritânia ao Congo-Brazzaville, que tem no mar uma fonte de riqueza e ligação intercontinental e onde a influência política e cultural ocidental é notória; a África Central, marcada pela interioridade, apresenta a vulnerabilidade de dependência dos Estados ribeirinhos para comercializar para o exterior e a necessidade de contenção dos circundantes; a África Meridional (Angola, Zâmbia, Tanzânia, Moçambique, Namíbia, Botsuana, África do Sul, Lesoto e Suazilândia), onde existe uma cultura europeia multifragmentada; a África Insular (Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Madagáscar, Comores, Seicheles), com uma configuração territorial descontínua (Madagáscar é excepção).

Definição de fronteiras na África *res nullius*!

Até à segunda metade do século XIX, o conhecimento de África para os europeus resumia-se, exceptuando alguns entrepostos costeiros, à região mediterrânica, onde Estados independentes estavam sustentados territorialmente: em Marrocos, os alauitas foram derrotados pelos franceses (1844), cedendo-lhes a "suserania", partilhada depois com a Espanha (1912); na Argélia, a França sobrepôs-se ao domínio turco (1848); a Tunísia foi também ocupada pelos franceses (1881); a Líbia, parte integrante do Império Otomano, foi transformada num protectorado da Itália (1912); o Egipto era parte integrante do Império Britânico desde o início do século.
Pelo contrário, a África Negra era para os europeus um espaço longínquo, algo desconhecido e considerado agreste. Mas a África dos africanos já existia muito antes da chegada dos árabes no século VII, dos portugueses no XV ou de franceses, ingleses e holandeses nos seguintes, onde nações sustentadas em organizações políticas, sociais e administrativas e a actividade comercial entre as populações residentes ou com árabes e indianos eram uma realidade.
De acordo com Wolfgang Döpcke, na África pré-colonial as sociedades africanas tinham uma ideia clara de territorialidade, marcada por fronteiras tipo zona, imperando uma «terra de ninguém» como área transfronteiriça. Como o Estado era definido política e não culturalmente, as fronteiras pré-coloniais separavam entidades políticas mas não linguísticas, étnicas ou culturais.
A partir de 1860, as sucessivas explorações europeias despertam a cobiça de agricultores, de comerciantes, de caçadores e de aventureiros, e os Estados vêem no "Continente Negro" a solução dos seus diferendos políticos, dificuldades económicas, excedentes demográficos e expansão civilizacional. Com a recessão, a partir de 1873, o crescimento económico de cada país depende do acesso privilegiado a matérias-primas e a mercados externos mais ou menos cativos. Com África ali tão perto, que o "Velho Continente" entende como *res nullius* (sem dono), inicia-se a corrida.
Portugal percebeu a ameaça e demandou, de novo, a África onde detinha a vantagem de posições estabelecidas e de direitos legais adquiridos. Após a exploração da África Meridional, Portugal procura a concordância da Inglaterra (Tratado do Congo, 1884) para a posse territorial da área ribeirinha do Congo, área comercial nevrálgica que ligava o mar ao interior. Porém, a França e a Bélgica opuseram-se. Da discórdia, surgiu a Conferência de Berlim (1884-1885), organizada pelo chanceler Otto Bismarck, o que não deixa de ser curioso, tratando-se de uma potência sem tradição colonial. A afirmação imperial do II Reich e a reaproximação à França explicam-no.
Os burocratas europeus deliberaram, então, a liberdade de navegação à *la carte* no Congo e no Níger, enquanto medida para evitar monopólios comerciais na região, e a consagração do princípio da ocupação efectiva dos territórios do litoral, em detrimento do princípio do direito histórico. São fixadas as fronteiras do Congo em proveito de Leopoldo II da Bélgica e estabeleceu-se um acordo sobre os critérios de futuras anexações em África, ficando claro que a reunião não trataria de questões de soberania ou de reivindicações territoriais, ou seja, excluiu-se o *hinterland*, passível de fazer da potência instalada no litoral dona do espaço que confinava com o interior. Portanto, o papel da Conferência de Berlim, relativamente à partilha de África e ao desenho de fronteiras, foi limitado, cingindo-se à proclamação de regras, embora tenha lançado as bases para o estabelecimento das fronteiras coloniais, que os Estados europeus redigiram, através de acordos bilaterais, em áreas de influência. Assim, o resultado da visão eurocentrista de África foi o estabelecimento das formas geométricas de alguns Estados, através da conjugação de linhas de latitude e longitude dos mapas dos topógrafos, recorrendo-se a obstáculos físicos para a sua delimitação quando necessário (margens de rios e lagos, orografia identificável, troncos de mangueira, embondeiros, termiteiras e blocos de cimento). Mas, em muitos sectores, o trabalho de demarcação não foi realizado, e noutros foi-o de forma imprecisa, provocando divergências na interpretação fronteiriça. Divergências que originaram alguns conflitos: entre a França e a Itália, sobre a integração dos oásis sarianos; entre a França e Grã-Bretanha, com a abertura do canal do Suez, na Fachoda, devido ao vale do Nilo, e no lago Tchad; entre britânicos, franceses, alemães e italianos na partilha da África Oriental; entre Portugal e a Alemanha, no Norte de Moçambique e no Sul de Angola; entre ingleses e os bóeres holandeses no Cabo. Das partilhas resultaram ainda «áreas ocultas», devido a lacunas e erros dos mapas de África, distorcendo o traçado de rios e montanhas e ignorando áreas povoadas.
A definição das fronteiras de África, sem consideração pelas especificidades locais, segundo John Raider, cortaram 177 áreas culturais étnicas, dividindo unidades económicas e sociais preexistentes e, como refere Marc Ferro, as características da sociedade africana foram vilipendiadas, nomeadamente os clãs e a linhagem, os princípios hierárquicos e o agrupamento doméstico. O resultado foi a separação de um mesmo povo ou a concentração em áreas específicas de comunidades humanas que rivalizavam entre si, submetendo o sistema político-social africano à ideia europeia de um continente entendido como reserva estratégica que, dividido a preceito, fez jus à afirmação de Bismarck de que "o meu mapa de África está na Europa". Acrescente-se que as fronteiras geográficas apostas em finais do século XIX tinham uma vocação fundamentalmente administrativa, isto é, separavam áreas de influência entre as potências europeias e marginalizaram o *status* político de chefias africanas dominantes, sem entravar, de todo, a circulação transfronteiriça das pessoas. Por isso, a resistência à ocupação, por um lado, foi evidente, obrigando os europeus à necessidade de impor pelas armas os "direitos territoriais adquiridos", por outro, populações que viviam perto das fronteiras aproveitaram a situação em proveito próprio. ■

Referências

CHISSANO, Joaquim, (2008) – *Entrevista*. Maputo: *Notícias*, 21 de Janeiro.
BONIFACE, Pascal (1999) – *Atlas das Relações Internacionais*. Plátano Edições Técnicas.
KI-ZERBO, Joseph (1972) – *História da África Negra*. Publicações Europa-América.
HUNTZINGER, Jacques (1991) – *Introdução às Relações Internacionais*. PE Edições.
READER, John (2002) – *África. Biografia de um Continente*. Publicações Europa-América.
DÖPCKE, Wolfgang (1999) – "A vida longa das linhas rectas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra". In *Revista Brasileira de Política Internacional*.
M'BOKOLO, Elikia (2007) – *África Negra. História e Civilizações. Do Século XIX aos Nossos Dias*. Edições Colibri.
BACH, Daniel (1995) – "Contraintes et Ressources de la Frontière en Afrique Subsaharienne". In *Revue Internationale de Politique Comparée*, n.º 3.

As fronteiras africanas (II)

A quando da 1.ª Guerra Mundial, África era administrada por potências imperialistas: a Grã-Bretanha, suserana de um império mundial, tutelava, parcial ou totalmente, vinte e um territórios; a França tinha oito na denominada África Ocidental Francesa e quatro na África Equatorial Francesa; a Bélgica dominava o imenso território congolês; Portugal ocupava a Guiné-Bissau, Angola, Moçambique e os arquipélagos de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe; a Alemanha subjugava o Togo, os Camarões e ocupava a África Oriental Alemã e o Sudoeste Africano; a Espanha tinha sob seu controlo o Sara Ocidental, alguns enclaves a norte e a Guiné Equatorial; a Itália dominava a Líbia, a Somália e a Eritreia.

Como Estados independentes em África existiam a Etiópia, a Libéria, desde 1847, mas muito dependente economicamente dos EUA, e a União Sul Africana, mediante a união das províncias do Cabo e do Natal com o Transval, em 1909 (contemplando os 10 Bantostões que o regime de *apartheid* imporia às populações negras) e que ficou "encerrada" na *Commonwealth*. Os "direitos de posse" vigoraram até 1919, altura em que a Alemanha, potência derrotada, foi expropriada das suas colónias pela Sociedade das Nações, que coloca os Camarões e o Togo sob administração conjunta da França e da Grã-Bretanha, o Zanzibar (Tanzânia) e a Niassalândia (Malawi) ficam sob tutela britânica e a Bélgica recebe o Ruanda-Urundi. De modo semelhante, o Império Otomano é obrigado a retirar do Norte de África. Entretanto, a União Sul Africana ocupa de *motu* próprio o Sudoeste Africano e o Egipto separa-se, em 1922, da Grã-Bretanha, que permanece na região, controlando o canal do Suez. Posteriormente, a Itália ocupa a Etiópia (1935-1943).

Da *limes uti possidetis juris*

No período entre guerras assiste-se à realização de vários Congressos pan-africanos, organizados por elites africanas em capitais europeias e nos Estados Unidos, que põem em causa a administração colonial em África e defendem a "África para os africanos negros". Dado o mote, o processo das independências em África tem o catalisador específico no fim da 2.ª Guerra Mundial: quebra da supremacia estratégica global de uma Europa devastada; a Carta das Nações Unidas; a descolonização asiática e o "patrocínio" da Conferência de Bandung (1955); o confronto bipolar no âmbito da guerra-fria, pelo qual a URSS e os EUA se substituem às potencias europeias na ingerência em África. Assim, na década de 1950, Líbia, Marrocos, Tunísia, Sudão, Gana e Guiné-Conacri ganharam o estatuto de Estados soberanos. 1960 é a data-chave da emancipação africana, ano em que dezoito Estados se tornam independentes, num processo que continua nas duas décadas seguintes. O processo culmina com a independência da Rodésia do Sul (Zimbábue), em 1980. Depois, o Sudoeste Africano (Namíbia) separou-se da África do Sul, em 1990, e a Eritreia cindiu-se da Etiópia, em 1993.

Em 1963, na reunião em Adis Abeba que juntou trinta Nações africanas, proclamou-se "a África para os africanos" (substituindo a fórmula pan-africanista). Nascia a Organização da Unidade Africana (OUA) e, com ela, o idealismo de um continente unificado, mediante um comprometimento de respeito pela "integridade territorial de cada Estado e os seus direitos inalienáveis a uma existência independente". Desta forma, evocava-se a diplomacia do equilíbrio cara à Europa dos Estados-nação do século XIX, mantendo as fronteiras coloniais, segundo a doutrina *uti possidetis juris*. Referiu Julius Nyerere, líder da Tanzânia e mentor da OUA, que "as fronteiras que separam os Estados africanos são tão absurdas que, não fosse o nosso sentido de unidade, seriam causas de atritos". Evitar o risco de desencadear uma série de conflitos era a preocupação dominante.

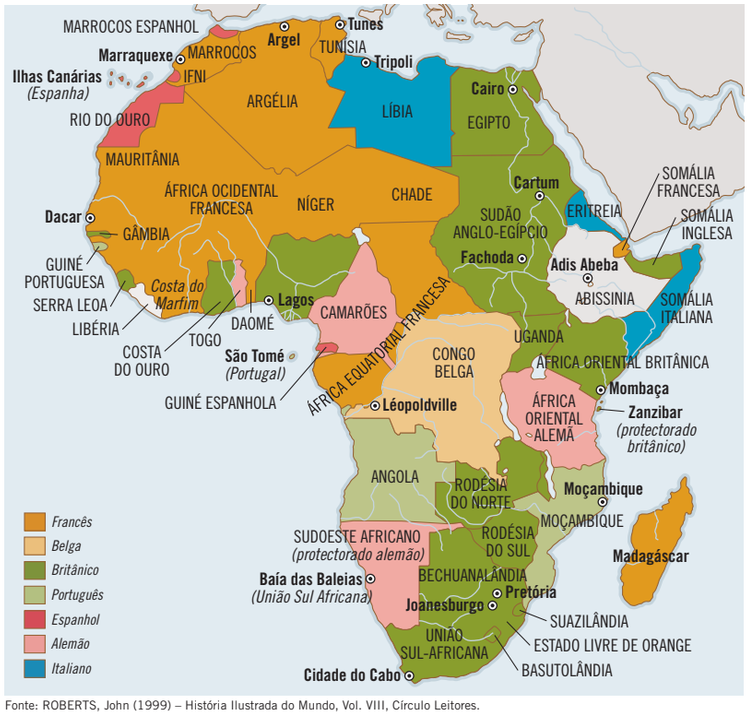
Contudo, o processo de assunção das fronteiras não foi unânime: os nacionalistas contestaram a delimitação herdada, entendendo-a como contrária aos interesses das populações etnicamente divididas; alguns dirigentes, interessados em preservar as "áfricas francesas" e unir as possessões inglesas da África Oriental num só Estado, temiam a "balcanização" dessas regiões em pequenos Estados; os pan-africanistas defendiam a unidade política do continente mediante uma mera função administrativa das fronteiras.

Após a independência, o princípio de intangibilidade das fronteiras não foi totalmente respeitado. Se a união do Tanganica e do Zanzibar (Tanzânia) representa uma integração coordenada, outros movimentos representaram um clara violação à intangibilidade das fronteiras proclamada pela OUA: a Etiópia absorveu a Eritreia; Marrocos reivindicou o Sara Ocidental (que permanece); a Somália exigiu parcelas da Etiópia e do Quénia; com a independência da Nigéria (1960) e a guerra de secessão do Biafra (1967), a Costa do Marfim, o Gabão, a Tanzânia e a Zâmbia ingerem territorialmente na situação. Os Estados Unidos de África sonhados por Nyerere desvanecem-se. No entanto, a falência da unidade africana teve menos a ver com os conflitos interestatais, que foram diminutos, do que com os conflitos internos, onde a luta pelo poder foi frequente. Dos países representados na sessão inaugural da OUA, só quatro não sofreram mudança violenta de governo ou estiveram a braços com uma guerra no interior do seu território até à actualidade (Tunísia, Camarões, Costa do Marfim, Tanzânia).

Vários factores explicam a incapacidade política da OUA na resolução dos problemas internos de África: diferenças entre a África francófona e anglófila; a coabitação do pan-africanismo com o pan-arabismo e a Liga Árabe; a falta de uma potência directora; Estados mais preocupados com os seus problemas internos que com a estabilidade do espaço continental.

Quando a OUA adoptou as fronteiras para os Estados africanos independentes, ignorando a perigosa premissa de a um povo étnico corresponder um Estado, assumiu uma postura política racional e a inserção *de jure* dos países africanos no sistema político internacional. Em termos de legislação internacional, os acordos coloniais permanecem, por isso, vinculativos. Assentes em barreiras naturais ou pontos de demarcação mediante um conceito de linha, elas não obrigam, utilizando terminologia de Ratzel, um movimento orgânico a parar, algo impensável na África multiétnica transfonteiriça. Na verdade, favorecem a comunicação e a interligação entre os povos. África é o continente com o maior número de conflitos armados do mundo, mas a grande incidência é no interior dos Estados. Efectivamente, como informa Elikia M'Bokolo, "raras foram as situações em que

ÁFRICA EM 1914



Fonte: ROBERTS, John (1999) – História Ilustrada do Mundo, Vol. VIII, Círculo Leitores.

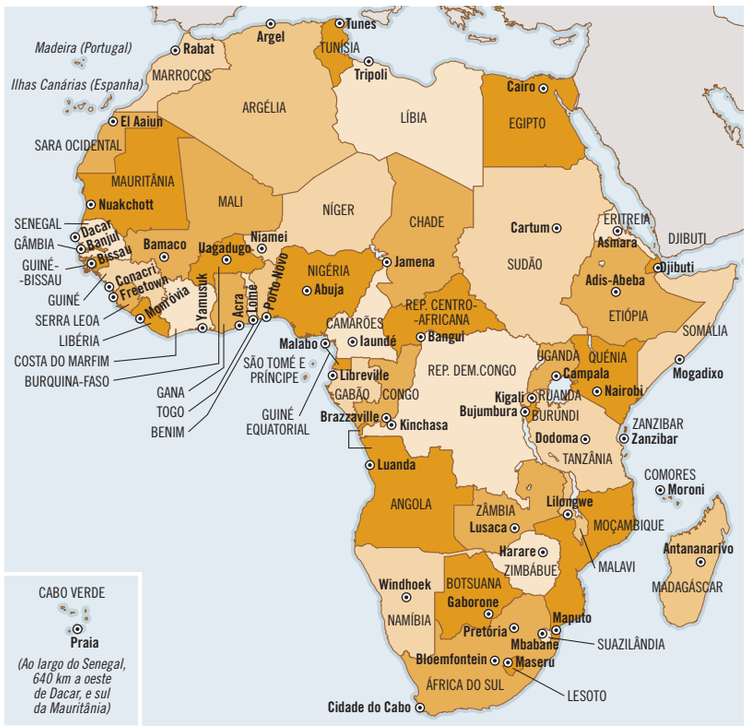
se suprimiram as fronteiras coloniais num processo de integração". Apesar da divisão cultural que o retalho fronteiriço apresenta em África (muito vincado também no período pré-colonial), o irredentismo é quase nulo, os movimentos separatistas resumem-se a curtos exemplos (Marrocos, Nigéria, Sudão, Congo Belga), mas os golpes de Estado e as guerras civis são recorrentes.

África: nova ordem fronteiriça?

Sabemos que a maior ou menor relevância estratégica de um território e as características do agregado populacional que encerra são muito importantes para se entender a dinâmica de uma unidade política com as limítrofes, que amiúde determinam a extensão das fronteiras. Tal pode acontecer por razões de segurança, étnicas ou simples ânsia de poder. Contudo, o carácter prático das fronteiras geográficas surge, no século XXI, algo mitigado pela dinâmica imprimida por factores como os económicos/recursos, que também são, em conformidade com Jacques Huntzinger, «meio ambiente» dos Estados. Em África, como afirma Daniel Bach, "os fluxos e circuitos transestatais exercem funções de regulação social e de acumulação vitais para as populações face à desagregação dos circuitos oficiais e à regressão do enquadramento territorial do Estado". A porosidade das fronteiras africanas impele ao comércio paralelo (petróleo, diamantes, cacau, algodão, amendoim, trigo). Hoje, as fronteiras são um elemento motivador das trocas comerciais e de negócios "chorudos", só possível pelo estímulo que um obstáculo não dissuasor permite ao nível da tributação *ad-hoc*. A situação é tanto mais grave quanto tal actividade subreptícia é implicitamente "patrocinada" por alguns Estados. Portanto, os negócios de fronteira são um maná para grupos de contacto transfronteiriços, que lapidam receitas dos Estados e subjugam estratos populacionais. O exemplo dos Hansas, divididos entre a Nigéria e o Níger, ou o Congo Belga-Shaba e a Zâmbia-Copperbelt são elucidativos.

Em Adis Abeba, os Estados assumiram as fronteiras herdadas, "jurando" não se imiscuírem nos assuntos internos dos países limítrofes. Mas, como refere Pascal Boniface,

AS FRONTEIRAS AFRICANAS NA ACTUALIDADE



Fonte: Nações Unidas.

foram confrontados com um dilema: "a cooperação conduz à supranacionalidade e o respeito pelas soberanias impele-as à não-ingerência". A existência de largos espaços e de vastas extensões geográficas, bem como a ampla mobilidade que lhe está associada, incutem nas populações uma secundarização do problema dos traçados rígidos de uma fronteira, a que a aceitação explícita obrigou após a descolonização. Mas os recursos, disponíveis ou latentes, inscritos nas zonas de fronteiras terrestres (difusas) ou nas marítimas (muito ignoradas no passado), colocam os Estados numa dinâmica relacional estratégica passível de conflito.

Há alternativas às fronteiras existentes em África? Fará sentido redesenhá-las em conformidade com as identidades étnicas, linguísticas e religiosas dos povos? O factor recursos vai impelir os Estados a uma nova ordem fronteiriça? A questão das fronteiras é um dos grandes desafios da União Africana (UA), que substituiu, em Julho de 2002, a OUA. O litígio sobre as fronteiras marítimas entre a Nigéria e os Camarões (península de Bakassi) e, mais recentemente, entre a Eritreia e o Djibuti (região de Rãs Doumeira) fizeram soar as "campainhas de alarme". Neste sentido, em Julho de 2007, Said Djinnit, à época comissário para a Paz e Segurança da UA, declarou que, "além da má definição de fronteiras, o conflito de interesses dos Estados pelos recursos naturais e estratégicos encontrados nas áreas transfronteiriças complicam muitas vezes a situação". Por isso, enfatizou que "é imperioso criar um programa inovador para a gestão programática das fronteiras interafricanas, visando não apenas promover um ambiente de paz, segurança e estabilidade mas também facilitar a integração socioeconómica e o desenvolvimento sustentável em África". Em Janeiro de 2008, os líderes africanos pediram à comissão da UA para trabalhar no programa fronteiriço, com vista à prevenção estrutural de conflitos. A essência do programa é a procura da cooperação transfronteiriça de modo a converter as áreas limítrofes em zonas de solidariedade capazes de reforçar o processo de integração africana. No horizonte, perspectiva-se a criação da Comunidade Económica Africana, isto é, busca-se a anulação de possíveis conflitos interestatais, devido à competição pelos recursos em zonas de fronteira de suserania difusa, mediante a anulação geográfica das fronteiras numa óptica de espaço alargado a nível económico.

Porque, como frisou Joaquim Chissano, "fronteira mal gerida é fonte de conflitos", alguns países, de comum acordo, procedem à reverificação dos marcos das fronteiras terrestres, melhorando a sinalização efectuada pelos europeus, evitando ambiguidades. Contudo, ao contrário das fronteiras continentais em África, que foram delimitadas pelas potências europeias, com as marítimas tal não aconteceu. Hoje, os assuntos do mar captam, sobremaneira, a atenção dos países de África. Mas há uma grande diferença entre as fronteiras terrestres e as marítimas; nestas não se colocam marcos e as referências são as coordenadas geográficas. Assim, o processo de partilha tem uma acuidade própria, estando em causa confrontações de costa, que inclui o mar territorial (soberania espacial), a Zona Contígua (soberania sanitária, migração e aduaneiros) e a ZEE (soberania de recursos). Depois, há a reclamação da Plataforma Continental, que os países têm que apresentar a breve trecho às Nações Unidas. A UA apontou 2012 como data limite para os países africanos clarificarem as suas fronteiras.

Em jeito de fecho, a geografia gera poder e é, por definição, a ciência das fronteiras. Em África, ela condiciona comportamentos em vez de impor soluções. Mas uma coisa é certa: o Estado moderno em África tem que ser construído a partir da realidade existente, em que a sensibilidade relativa às questões de fronteira tem de ser tratada na base da cooperação assente na confiança mútua e, de preferência, através da tutela de uma instância supraestatal, como é a UA. Como a ânsia de acesso a recursos é óbvia e o carácter místico de posse territorial perene, as fronteiras (terrestres e marítimas) ou são geridas com parcimónia ou o conflito pode surgir como solução, situação indesejável para uma África que se deseja inserta na "aldeia global". Dizia o historiador helénico Políbio que "da África surge sempre algo de novo". Será a centúria que iniciámos o século de uma África nova? ■

Referências

Vide texto da página 124.

El poder y las autoridades tradicionales africanas

Transcurrido aproximadamente medio siglo después que la mayoría de colonias africanas obtuvieran la independencia, uno de los debates que aún continúa manteniendo la atención de los africanos es el que intenta esclarecer el papel que se les debe asignar a los poderes y liderazgos africanos existentes antes de la conquista y que, de una u otra forma, han pervivido hasta la actualidad.

Entre aproximadamente 1880 y 1920 la gran mayoría de las sociedades africanas fueron obligadas por la fuerza a tener que aceptar el gobierno de algun pais europeo. Incluso aquellas sociedades que se aliaron con los planes de conquista europeos contra otros africanos vieron como sus formas de ejercer el poder sobre las personas y el territorio era sustituido por otro modelo, el Estado colonial, procedente de Europa. Durante este fase inicial uno de los retos principales de las potencias colonizadoras fue el de sustituir la administración militar por una administración civil. Esta administración, además de garantizar la paz conseguida con el uso o la simple amenaza de los ejércitos coloniales, tenía que ser lo suficientemente eficaz para empezar a explotar cuanto antes el potencial económico del territorio africano recién conquistado. Cómo organizar esta administración civil fue una de las preguntas que más debate y polémica suscitó en los medios coloniales de las cinco potencias que por aquel entonces intentaban consolidar su imperio africano: el Reino Unido, Francia, Portugal, Alemania y Bélgica.

En cada uno de estos paises el debate siguió una deriva perticular que estaba acorde tanto con sus diferencias políticas internas, como con las diferentes ideas de imperio que querían materializar en su expansión colonial. Sin embargo, tal como ha mostrado Mahmood Mamdani (1996), con el transcurrir de las décadas todos ellos acabaron apoyándose en las fuentes de poder que ya existían antes de su llegada para poder conseguir una administración civil efectiva. Ciertamente, el procedimiento de los nombramientos y de las sucesiones de estos poderes africanos fueron distorsionados por la ingerencia europea, pero también es cierto que los líderes africanos eran cosncientes de que encabezaban unas instituciones que poseían una lógica y una razón de ser que no procedía de la conquista europea, y que tenían en los diversos ritos locales un medio de continuar en vigor y reproducirse.

Según el modelo administrativo adoptado por cada potencia colonial, las autoridades tradicionales escogidas fueron o bien integrados en los escalafones inferiores de la administración colonial, o bien reconocidas oficialmente en su condición de líderes locales mediante la concesión de privilegios y prebendas. En ambos casos, la contrapartida que se esperaba de ellos era su participación en las difíciles tareas de administrar un territorio immenso habitado por una población geográficamente muy dispersa y culturalmente muy distante de los europeos.

La alienanción cultural producida por el colonialismo

En todos los casos el estado colonial fue un estado autoritario que, necesitado de amortizar lo más rápidamente posible los immensos gastos que comportó la conquista, sometió a la población africana a un esfuerzo físico y tributario extraordinario. No obstante, además de la violencia física, coercitiva, hubo también otra forma de ejercer la violencia tal vez menos visible a primera vista pero no menos importante: fue una violencia añadida que consistía en justificar la violencia física con razones y argumentos falaces que se sustentaban tanto en el humanitarismo de los europeos como en el tradicionalismo de los africanos. Las razones de tipo humanitario argumentaban que la empresa colonial era una contribución europea a la civilización de las razas y culturas inferiores. El intento de sustituir los ritos locales por el cristianismo, considerada una religión superior, fue otra forma de erosionar a los poderes locales africanos. Las razones de tipo tradicionalista, por su parte, justificaban la violencia y el autoritarismo del Estado colonial bajo el manto de una supuesta tradición africana, haciendo ver que lo único que hacía el estado colonial era reproducir el sistema de organización social al que los africanos estaban acostumbrados.

Fue a través de esta violencia del discurso, que acompañaba en paralelo a la violencia física de las guerras y los trabajos forzados, que el Estado colonial -mediante la transimisión de ideas a través de la radio y los libros escolares- distorsionó a varias generaciones de africanos la percepción de su pasado, de del valor su bagaje cultural y de la diferencia cultural con los europeos. Así, condicionando la visión de los africanos sobre sí mismos, se propició un equívoco fundamental sobre el pasado africano que consistió en afrimar que era tradicional africano aquello que, en el fondo, no respondía más que a una necesidad de encontrar colaboradores africanos que garantizaran una mínima administración local. En otras palabras, el Estado colonial disfrazó de tradicional aquello que sólo tenía sentido en una lógica colonial.

Este equívoco tuvo el efecto perverso de despojar a las sociedades africanas de un pasado propio, que fue sustituido por simulacros de instituciones africanas totalmente subordinadas al Estado colonial. Desde entonces, con el pasar de las generaciones, la consciencia de la historia africana se ha ido diluyendo, y actualmente todo apelo a un pasado africano se encuentra bajo sospecha de ser una invención colonial. Así las cosas, aunque nadie puede negar que existió una historia africana antes de la colonización, lo cierto es que después de la experiencia colonial no resulta nada fácil para los africanos establecer vínculos con ese pasado.

LA TRADICIÓN AFRICANA VISTA POR LOS PENSADORES COLONIALES

Durante el colonialismo destacaron una serie de hombres que combinaron su implicación en la administración de sus respectivos imperios con el estudio o la teorización sobre las sociedades africanas y las formas de gobernarlas. Gran parte del conocimiento que tenemos sobre el proceso de definición de lo tradicional en África por parte de los europeos se sustenta en sus trabajos, que repoducen su experiencia personal tanto como sus prejuicios. Destacamos aqui algunos de los que más se interesaron en el lugar que había que otorgar a las autoridades tradicionales africanas en el Estado colonial que ellos contribuyeron a crear.

Por parte británca es imprescindible mencionar a Lord Lugard como impulsor del llamado *indirect rule* en la administración colonial británica de finales del siglo XIX. Lord Hailey dejó, algunas décadas más tarde, un gran compendio de saber colonial africano en los diversos volúmenes de su An African Survey (1936). En el caso francés destaceremos el trabajo de Paul Marty sobre el Islam en el África del Oeste durante las primeras décadas del siglo XX; y la experiencia como adminsitrador colonial de Robert Delavignette, cuyo libro Service Africain (1946) fue traducido al inglés en 1950. En el ámbito portugués hay que destacar a Eduardo da Costa, autor de un extenso tratado sobre los problemas administrativos de las colonias africanas. Fue publicado en 1901 e influyó en todas las legislaciones coloniales portuguesas posteriores. Más avanzada la colonización también fue muy significativa la labor teórica de Adriano Moreira durante los años cincuenta y sesenta, intentando reformar la legislación colonial para defender ante el mundo la no descolonización de los territorios portugueses en África. Por último citaremos al investigador polaco Jan Czekanowski, que entre 1907 y 1908 participó en una misión científica alemana en la zona de los Grandes Lagos y en las cuencas del Nilo y del Alto Congo. Su trabajo nos ofrece la perspectiva del ambiente académico alemán sobre los reinos de los grandes lagos. Por último citaremos los diversos volumenes editados a partir de 1923 por el belga Louis Verlaine sobre el método colonizador belga.

Los efectos de este equívoco todavía duran y, de hecho, se encuentra implícitamente en la base de los debates actuales sobre las autoridades tradicionales, impidiendo en la gran mayoría de la veces que estos debates se encaucen hacia una discusión histórica e identitaria seria.

El vacío de legitimidad y los límites de la independencia

Las independencias de los paises africanos supusieron la toma de control del Estado africano por parte de determinadas elites africanas. Sin embargo, tras las euforia de los primeros momentos, el paso de las décadas ha demostrado que este control sobre el Estado no ha sido suficiente para garantizar más libertades y bienestar para la mayoría de población africana. En parte esto se debe a que continúa existiendo el problema estructural de que el Estado moderno africano es un artefacto que fue pensado y puesto en marcha según un modelo de sociedad del que no eran partícipes la gran mayoría de las poblaciones africanas que fueron incluidas en él. En otras palabras, las elites africanas heredaron un Estado en el que, por su propia naturaleza, es difícil que participe todo el mundo: ni estaba pensado para eso ni tiene la mínima base económica y administrativa imprescindibles para que eso ocurra. Esta incapacidad de los líderes africanos para, desde las institucuiones del Estado, crear empatía con la población a la que gobiernan nos está delimitando un vacío de significado: para la gran mayoría de la gente, el Estado postcolonial continúa sin aportar ni soluciones prácticas ni relatos heurísticos que den seguridad a la población.

Por eso se mantiene abierto en África el debate sobre como encontar un vínculo que dé sentido al presente a partir del pasado. Las autoridades tradicionales, a pesar de todos los problemas derivados de la alienación sufrida sobre su origen, del desgaste sufrido por la colaboración de algunas de ellas con el Estado colonial, y de las profundas transformaciones sociales vividas por las sociedades africanas en los últimos siglos, aún consiguen representar esta conexión entre la población y su pasado muchos más que los Estados. La autoridad tradicional existe porque existen colectivos que sienten la necesidad de ser representados por alguien cercano y que se sitúe en sus mismas coordenadas.

Estrategias postcoloniales

Analizando cómo los líderes africanos intentaron integrar y movilizar a las masas en los nuevos Estados independientes nos encontramos con dos grandes tendencias. La primera suponía eliminar todos los cimientos del Estado colonial y, por tanto, prohibir y marginar a todas las autoridades tradicionales por haber colaborado con la explotación colonial. El caso de Milton Obote en Uganda, que en 1966 aprovechó su control sobre el nuevo ejército nacional para enviar al exilio al Kabaka (rey) de Buganda es un ejemplo de esta tendencia, como también lo es el autoritarismo de Sekou Touré en Guinea Conakry, o el envío de algunos régulos a los llamados campos de reeducación por parte del Frelimo en Mozambique. La segunda tendencia suponía aceptar el discurso tradicionalista forjado por el Estado colonial para los escalafones más bajos de la administración y subirlo de categoría hasta emplazarlo en la propia presidencia de la república: la defensa de la autenticité africana propugnada por Mobutu Sese Seko en el Zaire y por Jean Bedel Bokassa en República Centroafricana, así como la deriva ensimismada de Haile Selassie en Etiopia irían en esta dirección.

Lo que queremos destacar no es tanto que ambas tendencias reaccionan de forma contraria en relación a una determinada idea de tradición africana, sino que ambas asumen como cierta una visión de la historia y la cultura africana que recibieron del colonialismo, y que se fundamenta más en la apariencia floclórica que en la asunción de su reponsabilidad sobre el bienestar de la población a la que representan. Ni en un caso ni en otro la independencia supuso una mejor cohesión de los estados africanos.

Actualmente va abriéndose paso entre la intelectualidad africana un cierto consenso propiciado en parte por el modelo de democracia multipartidaria: las sociedades complejas africanas, para cohesionarse y avanzar en un proyecto político orientado al futuro sin prescindir de su pluralidad, necesitan referentes previos al gobierno europeo. Esto ha otorgado un nuevo protagonismo de las autoridades tradicionales en el espacio público, y también ha reactivado viejas rivalidades entre linajes locales porque cada una de ellos pretende ser la representante de la tradicón en el lugar y, por tanto, el principal interlocutor con el gobierno.

Dada la precariedad de los médios técnicos y financeiros de los Estados africanos, el nuevo clima social permite a los gobiernos africanos volver a cooptar a las autoridades tradicionales para suplir sus propias limitaciones. Igual que durante el periodo colonial, a cambio del reconocimiento por parte del Estado se les pide, por una parte, que ejerzan tareas administrativas que no les correspondería a ellas realizar y, por la otra, se les exige de favorecer la campaña electoral del partido en el poder. Las lógicas clientelares que se producen en este tipo de relaciones no son fáciles de mantener sin que las autoridades tradicionales pierdan parte de la credibilidad que tenían como legítimos representantes de la población local, pues el riego de ser visto como un funcionaro más del Estado es difícil de evitar.

Todo lleva a pensar que, a pesar de que es indudable que a lo largo de su historia las sociedades africanas desarrollaron instituciones propias para afrontar los retos que se les presentaban, la herencia colonial continúa dificultando que estas instituciones, así como el modelo social y los valores que representan, se liberen del equívoco que pesa sobre ellas, y puedan aportar, como hicieron en el pasado, acciones innovadoras que renueven la vida social africana. Sin embargo, no hay que perder la confianza en su potencial, pues como dice Basile Guissou (2007), en los últimos cien años por África ha pasado el colonialismo y el socialismo, ambos con una retórica tan agresiva que parecía que se iban a quedar para siempre. Las autoridades tradiconales tenían menos capacidad para hacer ruido, pero tenían la virtud de estar allí desde mucho antes que aquellos proyectos llegaran, y continúan estando allí ahora, muchas décadas después de que aquellos que querían someterlas o erradicarlas hayan desaparecido. ■

Referências bibliográficas

FLORÊNCIO, F. (2006) — *Ao encontro dos Mambos. Autoridades Tradicionais vaNdau e Estado em Moçambique*. Lisboa: ICS.

GUISSOU, B. (2007) — "La autoridad tradicional en la política del Alto Volta y Burkina Faso". *Nova Africa* n.º 21, CEA-Barcelona, p. 63-74.

LOURENÇO, V. A. (2007) — *Mfumo e (Ti)Hosi. Figuras do olítico em Moçambique*. Lisboa: Associação de Estudos Rurais, Universidade Nova de Lisboa.

MAMDANI, M. (1996) — *Citizen and Subject. Contemporary Africa and the legacy of late colonialism*. Princeton: PUP.

PERROT, C.H.; FAUVELLE-AYMAR, F. X. (eds.) (2003) — *Le retour des rois, Karthala*. Paris.

ROUVEROY VAN NIEUWAAL, E. (2000) — *L'État en Afrique face à la Chefferie, Karthala*. Paris.

COSTA, Eduardo da (1901) — "Estudo sobre a administração civil nas nossas possessões africanas". *Boletim da Sociedade Geográphica de Lisboa*, 19.ª série, n.º7, p. 535-761.

MARTY, Paul (1921) — *L'Islam en Guinée. Fouta Diallon*. Paris: E. Leroux.

VERLAINE, Louis (1923) — *Contribution a la recberche de la Methode de Colonisation*, vol. 1, Bruxelas.

LUGARD, Lord (1929) — *The Dual Mandate in British Tropical Africa*. Londres.

HAILEY, Lord (1936) — *An African Survey*. Londres: Oxford University Press.

DELAVIGNETTE, Robert (1946) — *African Service*. Paris.

MOREIRA, Adriano (1961) — "Política de Integração". *Estudos Ultramarinos* n.º4, Lisboa, p.7-21.

A democracia em África

Nos anos 60, a Inglaterra e a França procuraram, na hora da partida, assegurar que os Estados africanos emergentes adoptassem um modelo democrático de governação. Essa experiência foi de curta duração e não vingou, cedendo rapidamente o lugar a regimes de partido único ou de inspiração militar. Os "perigos" do tribalismo, o divisionismo, a "irresponsabilidade" da oposição, e as urgentes tarefas de reconstrução nacional foram alguns dos argumentos que justificaram a sentença de morte do *modelo de Westminster*.

A transição para a democracia

Houve que esperar pelos anos 90 para assistir ao regresso da democracia ao continente africano. A queda do *Muro de Berlim*, como ficou conhecido para a história o colapso da União Soviética e dos seus satélites, abriu a porta à mudança política em África. Com este colapso, os regimes autoritários africanos perderam a capacidade de usar a rivalidade Este-Oeste que, até então, mantivera ininterrupto o fluxo de fundos internacionais ao dispor das suas elites. Os países ocidentais, principais doadores das economias africanas, encontraram-se, pela primeira vez, em posição de impor um novo condicionalismo político: a relação estreita entre ajuda económica e democratização. A Conferência de La Baule, em Junho de 1990, ficou como marco desta condicionante da cooperação ocidental, com o presidente François Mitterrand a fixar os novos termos em que passariam a ser elegíveis os países beneficiários da ajuda francesa ao desenvolvimento. Sem acesso a fundos internacionais para pagar os salários da função pública, o soldo aos militares e para assegurar a fidelidade das extensas redes de clientes, a manutenção dos regimes autoritários tornava-se insustentável.

O cenário estava preparado para a mudança. O quadro externo favoreceu a *abertura*, desencadeando a pressão popular encabeçada por movimentos sociais, bem como a resposta da elite dirigente, que procurou adequar-se rapidamente à nova realidade. Em alguns países, como o Benim e a Zâmbia, a abertura política levou à substituição do grupo no poder. Todavia, onde o poder tinha ainda força, como no Togo, Camarões, Guiné-Bissau, Gabão, entre outros, o ritmo e a amplitude da mudança foram controlados no sentido de permitir à elite governante a sua manutenção no poder. Em nenhum outro continente foi possível a um idêntico número de líderes obter tamanho sucesso na transição de um sistema político hegemónico para outro mais plural.

Passados vinte anos sobre o início dos processos de abertura política, a esperança no futuro da democracia em África é ensombrada pelos retrocessos e desvios que esta tem conhecido em múltiplas partes do continente. Neste contexto, num clima de pessimismo, tem vindo de novo a ganhar peso o velho argumento de que a democracia não é aplicável à realidade africana e que esta deve buscar nas suas raízes culturais o seu próprio modelo político. Nos anos 60, este mesmo argumento ajudou à instauração dos regimes hegemónicos por todo o continente.

Que democracia?

Os *rankings* mundiais da democracia, como o *Map of Freedom* (*Freedom House*) ou a *Democracy Table* (*Democracy Audit*) colocam os países africanos nos patamares mais baixos. O continente é, de facto, rico em maus exemplos em matéria de democracia: é o caso do Ruanda, cuja transição para a democracia culminou em genocídio; do Zimbábue onde Robert Mugabe não hesitou em destruir a economia para se conservar no poder; da Guiné Equatorial, em que o presidente se fez eleger com quase 100% dos votos e do Quénia, tido com relativamente estável e democrático, no qual o processo eleitoral de 2008 quase levou o país à guerra civil.

A difusão da democracia do mundo ocidental para as diversas partes do globo tem vindo a evidenciar as diferenças entre o que se pode designar por *modelo* democrático *observante* e a pluralidade de modelos democráticos *observados*[1]. Essa diferença tende a acentuar-se nos Estados que possuem uma herança cultural marcadamente distinta da ocidental, levando a que se questione – como o faz Samuel Huntington[2] – a capacidade de democratização das áreas extra ocidentais. Todavia, existem exemplos de sociedades culturalmente distintas da ocidental que são consensualmente consideradas democráticas: é, designadamente, o caso da Índia, que conjuga a sua democracia com uma desigualdade profunda entre as suas castas e do Japão, que pratica a sua numa cultura de orientação colectivista, em que o interesse individual se acha submetido ao colectivo. Mas sobre África a apreciação é outra. As suas democracias levantam dúvidas e despertam temores. E isto porque se constata que não só é grande a distância entre o modelo *democrático observante* e o *observado*, como esta se vai acentuando. É neste ponto que os *rankings* de avaliação

POSIÇÃO DOS PAÍSES AFRICANOS NO *RANKING* DA DEMOCRACIA DO EIU

	País	*Ranking*
Democracias plenas	Maurícias	26.º
Democracias imperfeitas	África do Sul	31.º
	Cabo Verde	34.º
	Botsuana	39.º
	Namíbia	64.º
	Lesoto	71.º
	Benim	80.º
Regimes híbridos	Mali	83.º
	Madagáscar	90.º
	Moçambique	92.º
	Senegal	93.º
	Gana	94.º
	Tanzânia	96.º
	Zâmbia	97.º
	Libéria	98.º
	Malaui	99.º
	Uganda	101.º
	Quénia	103.º
	Etiópia	105.º
	Burundi	106.º
	Gâmbia	111.º
	Serra Leoa	112.º
Regimes autoritários	Mauritânia	118.º
	Ruanda	121.º
	Burkina Fasso	122.º
	Comores	123.º
	Nigéria	124.º
	Camarões	126.º
	Níger	128.º
	Angola	131.º
	Costa do Marfim	134.º
	Suazilândia	137.º
	Gabão	139.º
	Congo Brazzaville	142.º
	Sudão	146.º
	Zimbábue	148.º
	Togo	151.º
	Eritreia	153.º
	Rep. Democrática Congo	154.º
	Guiné Equatorial	155.º
	Guiné Conacri	158.º
	Guiné-Bissau	160.º
	Rep. Central Africana	162.º
	Chade	166.º

Fonte: The Economist Intelligence Unit's index of Democracy, 2008.

A CHINA E A DEMOCRACIA EM ÁFRICA

No início do novo milénio, a China, de um modo surpreendente, projectou-se para África, conquistando um acesso privilegiado aos seus produtos e mercados e passando a ocupar um lugar cimeiro na cooperação económica e política com o continente.

A inquietação dos países ocidentais, além das implicações económicas da forte concorrência chinesa nestes mercados, decorre do total desinteresse da RPC sobre os assuntos dos Estados africanos que não estejam directamente relacionados com a protecção dos seus interesses e com a adesão à *One China Policy* em relação a Taiwan. Todos os outros não motivam qualquer atenção, vigorando o respeito pelo princípio da não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado. Este é, aliás, um aspecto em que a China considera virtuoso o seu modelo de cooperação (*Win-Win*), por oposição ao dos países ocidentais repleto de condicionantes políticas (boa governação, respeito pelos Direitos Humanos, etc.). Esta atitude, aliada à sua forte demanda por matérias-primas, leva-a a ser um parceiro de eleição dos regimes *outcast* do Ocidente, como o Zimbábue e o Sudão, que encontram nesta relação uma forma de resistirem ao sufoco financeiro imposto pelos países ocidentais.

Tudo isto preocupa quem vê na crescente influência chinesa em África um risco para a democratização do continente. E isto porque a RPC não é considerada democrática, nem se perspectiva que venha a trilhar essa via, temendo-se o impacto nefasto que poderá ter sobre os regimes políticos africanos. O seu sistema monopartidário, a sua indiferença pelas questões internas dos países que não atentem contra os seus interesses e a sua prosperidade económica, poderão aconselhar alguns dos líderes africanos a querer experimentar a *democracia socialista chinesa*, que alguns já vêm apontando como o modelo de desenvolvimento a seguir. Mas tal como qualquer modelo *observante*, dos vários que têm sido difundidos para África, também este não deixará de sofrer a influência dos elementos da cultura política africana.

da democraticidade dos Estados falham na compreensão dos problemas da democracia em África. A sua análise, ao colocar toda a ênfase no modelo democrático *observante*, acaba por não levar em linha de conta a forte influência de todo um conjunto de elementos oriundos da cultura política africana. Na realidade, não é possível compreender o fenómeno democrático em África sem partir do entendimento de que este é o resultado de um processo, ainda em definição, que combina ideias, valores e instituições democráticos ocidentais com os preexistentes nas sociedades africanas[3]. Essa democracia a que se chega em África revela, por isso, um cariz democrático e um outro autoritário, em resultado da presença de elementos não-democráticos que têm acompanhado os diversos sistemas políticos ensaiados no continente. Os regimes africanos são, por isso, *um misto de hegemonia e de democracia* em que o grau de democraticidade depende da elite governante e do nível de ameaça percebido à sua manutenção no poder[4]. Se a ameaça for considerada séria, os níveis de intolerância serão elevados, como sucede, com frequência, no Zimbábue e nos Estados em que as eleições conduzem a grande tensão pós-eleitoral por não consagrarem claramente um vencedor.

Existem muitos elementos constituintes das democracias africanas que contribuem na sua tendência para a *hegemonia*, de que se destacam os seguintes:

• Em África a imagem do poder é indissociável da riqueza e da sua ostentação, num contexto em que os privilégios económicos constituem não só a principal recompensa do poder político, como também a forma de o manter. Para a elite política africana, pressionada a ostentar e a obter recursos para distribuir pelas suas redes familiares e de apoiantes, o enriquecimento em funções públicas, pela apropriação privada de bens e de capitais públicos, é considerado normal. É algo a que tem direito pelo estatuto que alcançou: *C' est le fruit de mon travail*, como um dia afirmou o presidente da Costa do Marfim, Houphouet-Boigny, acerca da sua fortuna pessoal[5].

• A luta pelo poder é nas democracias africanas tende a ser particularmente intensa, permanente e dura, conduzindo nos casos extremos a um jogo de *soma zero* que não concede um estatuto digno à elite não governante, nem instituições para amortecer a sua derrota. Em África, a presença de tais instituições é diminuta porque o sector privado é fraco e é o Estado que concentra a maioria dos recursos disponíveis. Neste contexto, a luta pelo poder ganha contornos mais conflituosos pois trata-se, para todos os efeitos, de uma luta pela subsistência.

• Para algumas lideranças africanas não tem sido fácil admitir que o mandato é uma realidade a termo em democracia. Para isso contribui a luta pelo poder, a preocupação com a perda de imunidade que a saída de funções pode acarretar e, igualmente, a imagem do poder prevalecente na sociedade, que retém dos poderes tradicionais o princípio de entronização do chefe para a vida. O que se procura é assim um mandato vitalício. Nesse sentido, diversos presidentes africanos, como Museveni do Uganda ou Paul Biya dos Camarões, já fizeram remover ou alterar os artigos constitucionais que impediam a sua continuidade no poder além do segundo mandato.

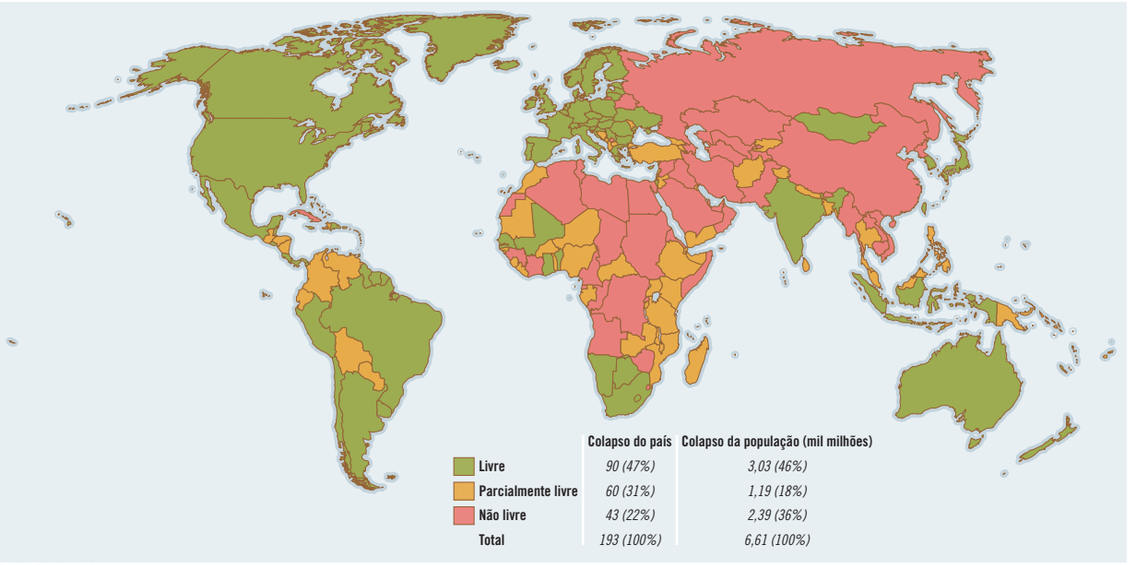
• Um dos elementos que mais aproximam as democracias africanas das hegemonias é o espaço apertado de actuação que consentem à oposição política. De facto, no que se pode designar por *democracia limitada*, a negação do direito à oposição política, característica do período de regime de partido único, deu lugar à sua aceitação contrariada. A oposição é tolerada mas não especialmente acarinhada. Os opositores – *os trouble makers*, como lhes chamava Julius Nyerere[6] – são, do ponto de vista da cultura política africana, não um concorrente legítimo, mas o inimigo; a ameaça a que é preciso vigiar e, se possível, anular.

• As sociedades africanas caracterizam-se por um forte pendor colectivista que retira dimensão ao indivíduo. A sua importância só conta na medida do seu contributo para o grupo e, se este for negativo, a violência justifica-se para proteger a comunidade do mal que este possa representar. Por essa razão, quer as sociedades, quer os Estados africanos possuem um conceito minimalista de direitos humanos que não abrange os indivíduos percepcionados como ameaças ao grupo ou à comunidade. É contra esses indivíduos (ou grupos) que representam ameaças aparentes ou reais que a violência é tida como uma opção legítima na defesa dos interesses do grupo ou da comunidade.

• A sociedade civil africana é muito distinta da ocidental. O problema em África não é o do Estado invasivo da esfera privada, mas o do Estado ausente da maior parte do território e incumpridor das suas funções. Tudo isso abre um vasto campo de trabalho às organizações da sociedade civil, só que as que assim podem ser consideradas nada mais representam que uma ínfima parte do associativismo africano. A maioria das organizações – muitas de cunho tradicional – não reúnem os requisitos para serem consideradas Organizações da Sociedade Civil, nem visam as mesmas metas. Não são democráticas na sua essência, nem visam pugnar pela democracia e servir de contrapeso entre o Estado e os cidadãos. A sua acção, que é politicamente relevante, tem em vista o acesso aos recursos e a obtenção de algum ganho patrimonial na relação com o Estado.

Estes são alguns elementos que contribuem para que as democracias africanas sejam efectivamente um misto de hegemonia e de democracia. É cedo para decretar o seu falhanço ou o seu sucesso. Para todos os efeitos, trata-se de um processo em definição cujos contornos ainda não estão inteiramente fixados, não sendo naturalmente de excluir a possibilidade de, tal como no passado, se virem a ensaiar outras opções, porventura menos democráticas. ■

MAP OF FREEDOM



Fonte: Freedom House.

[1] O modelo observante é o proposto, enquanto o *observado* é que se verifica na realidade social. Vide MOREIRA, Adriano — *Teoria das Relações Internacionais*. Coimbra, Almedina, 2005 (1.ª ed. 1995), p. 24; p. 31.

[2] HUNTINGTON, Samuel — *O Choque de Civilizações*. Lisboa, Gradiva, 2001 (1.ª ed. 1996).

[3] NÓBREGA, Álvaro — *A Africanização da Democracia*. Lisboa, Prefácio, 2009.

[4] DAHL, Robert — *Análise Política Moderna* (1.ª ed. 1963). Brasília, EUB, 1981.

[5] ELA, Jean Marc — *Quand l'Etat Pénètre en Brousse: les Ripostes Paysannes à la Crise*. Paris, Karthala, 1990, p.185.

[6] NYERERE, Julius — "One Party Government", in *Transition*, n.º 2. Dez. 1961.

Fragilidade do Estado em África

O conceito de "Estado frágil" abrange uma multiplicidade de situações, muito diversas e dificilmente comparáveis: desde países que possuem índices de desenvolvimento baixos e estruturas estatais fracas (como a Nigéria ou Timor-Leste), países que estão numa situação de conflito (Sudão ou República Democrática do Congo) ou de pós-conflito (Serra Leoa, Libéria), países que têm uma identidade nacional forte e capacidade de projecção regional mas são ainda incapazes de satisfazer as necessidades básicas das populações (como Angola), países que se negam a cumprir os compromissos de segurança e desenvolvimento para com os seus povos (como o Zimbábue), até situações mais extremas em que se verifica um colapso das estruturas estatais (como a Somália). Isto significa que existe também um espectro alargado de variação, desde a fragilidade dos Estado até ao colapso ou falhanço do mesmo. O conceito é, por isso, multifacetado, fluido e com pouca utilidade quando se trata de formular estratégias de intervenção externa, de ajuda ao desenvolvimento ou de resolução de conflitos, uma vez que estas terão necessariamente de ser baseadas nas causas, problemas e dinâmicas específicas de cada país.

Para além disso, o conceito tem sido encarado com alguma desconfiança por alguns países africanos, uma vez que receiam a sua conotação negativa, a qual pode desencorajar o investimento externo ou estigmatizar o país em termos de desenvolvimento, perpetuando o ciclo de instabilidade e/ou vulnerabilidade. Na verdade, embora não seja uma classificação estática, tem-se verificado que os Estados que entram nesta classificação raramente dela conseguem sair, o que aponta para uma persistência da situação de fragilidade.

A classificação de "Estado frágil" está ainda associada à doutrina de segurança dos Estados Unidos pós-11 de Setembro, que assumem o direito de intervenção preventiva, o qual não reflecte a perspectiva de muitos países em desenvolvimento. Isto deriva de uma visão securitária da paz e do desenvolvimento, que não tem em devida consideração o papel do desenvolvimento na construção dos Estados, enquanto fundação indispensável de uma nova segurança colectiva. Esta visão assenta em políticas de segurança de curto-prazo, centradas na estabilidade imediata e nas preocupações de segurança dos países ocidentais, podendo resultar numa visão militarizada da segurança, por contraponto a uma abordagem mais abrangente e de longo-prazo, envolvendo uma multiplicidade de factores do desenvolvimento.

A existência de diversas definições, indicadores de medida e ferramentas de análise resulta em disparidades nas várias tipologias, pelo que a lista de Estados aqui apresentada é indicativa.

No entanto, existe consenso sobre o facto de a fragilidade estar ligada a problemas estruturais e institucionais que prejudicam não só a transparência e eficácia dos processos de decisão pública, como a capacidade de fornecer serviços sociais e de segurança às suas populações. Vários destes elementos tendem a reforçar-se mutuamente, como a pobreza extrema e a instabilidade social, ou o desenvolvimento desigual e o risco de conflitos, gerando ciclos viciosos de fragilidade. Os dados revelam que: os países frágeis recebem menos ajuda do que outros países em circunstâncias similares; que os fluxos de ajuda são mais voláteis, com os doadores a tomarem decisões de retirar ou recomeçar a ajuda de uma forma descontínua; que cerca de metade da ajuda recebida é direccionada para o alívio à dívida externa ou para assistência humanitária, o que significa que o envolvimento é mais reactivo do que pró-activo; e que a maior parte dos fundos tende a concentrar-se num número restrito de Estados – normalmente países em situação de pós-conflito e/ou considerados estrategicamente importantes para a segurança global, como o Iraque ou o Afeganistão – enquanto outros permanecem "órfãos da ajuda" ou "crises esquecidas".

A indiferença internacional ou a imprevisibilidade dos fluxos da ajuda em países menos importantes do ponto de vista estratégico, combinada com uma menor capacidade de absorção dos fundos externos por parte dos Estados frágeis, poderá perpetuar esse ciclo de fragilidade, tendo até consequências nefastas na recuperação dos países.

Fragilidade do Estado: um fenómeno endémico em África?

Apesar de as classificações variarem consoante a fonte utilizada, é comum a todas as análises a preponderância de países africanos nos *rankings* de Estados frágeis e falhados. Na lista dos dez países mais susceptíveis de se tornarem Estados falhados, publicada pela *Foreign Policy* em 2009, a maioria – sete – situa-se na África Subsariana, o que corresponde a uma característica comum a anos anteriores. Pelo menos 30 países da África Subsaariana foram classificados como frágeis nos últimos anos pelos diferentes critérios de avaliação.

Relativamente aos países lusófonos, Timor-Leste é o que apresenta maiores fragilidades, sendo caracterizado como um país em que o Estado tem pouca legitimidade, com fracos serviços públicos e de segurança e com elites fracturadas. A Guiné-Bissau aparece em 27.º lugar, sendo particularmente penalizada pelo desenvolvimento desigual, pela incapacidade dos serviços públicos e das suas forças de segurança. Angola figura no 55.º lugar, sendo paradoxalmente um dos países com melhor pontuação no capítulo da economia mas o quinto pior no que respeita à desigualdade do desenvolvimento.

Com efeito, verifica-se que em muitos destes países o crescimento económico não se traduz num desenvolvimento sustentável, nem esse desenvolvimento se reflecte numa melhoria das condições de vida e bem-estar das populações. Paralelamente, a existência de baixos níveis de desenvolvimento ou de grande desigualdade na distribuição dos rendimento é um dos factores conducentes a conflitos violentos, pelo que os Estados com pior classificação em termos de fragilidade são, na sua maioria, Estados afectados por conflitos (p. ex. Somália, Sudão, Chade, RDC, entre outros).

As implicações regionais são de grande relevância neste contexto. Da mesma forma que os conflitos têm normalmente repercussões negativas nos países vizinhos, também a existência de um país com bom desempenho é insustentável se os países vizinhos se encontrarem numa situação de instabilidade e fragilidade. Estas ligações são evidentes, p. ex., no caso do Sudão – com o efeitos no Chade –, do Zimbábue – com o declínio económico a originar a pressão de milhares de zimbabueanos nas fronteiras da Zâmbia e da África do Sul –, ou da República Democrática do Congo, com as

ÍNDICE DE ESTADOS FALHADOS

1. Somália	21. Uganda	41. Colômbia
2. Zimbábue	22. Sri Lanka	42. Quirguistão
3. Sudão	23. Níger	43. Egipto
4. Chade	24. Burundi	44. Laos
5. Rep. Dem. Congo	25. Nepal	45. Ruanda
6. Iraque	26. Camarões	46. Mauritânia
7. Afeganistão	27. Guiné-Bissau	47. Guiné Equatorial
8. Rep. Centro-Africana	28. Malawi	48. Butão
9. Guiné Conacri	29. Líbano	49. Cambodja
10. Paquistão	30. República do Congo	50. Togo
11. Costa do Marfim	31. Uzebequistão	51. Bolívia
12. Haiti	32. Serra Leoa	52. Comores
13. Myanmar	33. Geórgia	53. Filipinas
14. Quénia	34. Libéria	54. Moldávia
15. Nigéria	35. Burquina Faso	55. Angola
16. Etiópia	36. Eritreia	56. Azerbeijão
17. Coreia do Norte	37. Tazaquistão	57. China
18. Iémen	38. Irão	58. Israel/Faixa de Gaza
19. Bangladeche	39. Síria	59. Turquemenistão
20. Timor-Leste	40. Ilhas Salomão	60. Zâmbia

Mais informação em: http://www.foreignpolicy.com/ ou http://www.fundforpeace.org/

interligações políticas e económicas variadas na região dos Grandes Lagos.

Historicamente, a prevalência de situações de fragilidade em muitos países africanos correlaciona-se com a evolução do próprio Estado africano, cuja legitimidade foi afectada pela proliferação de regimes ditatoriais nos anos de 1970 e 1980, assentes em redes clientelistas de perpetuação do poder. África sofre mais tarde, na década de 1990, uma dupla transição: (i) a transição política no sentido da democratização e implementação de regimes multipartidários e (ii) a transição económica, com a generalização do modelo neo-liberal após a queda da União Soviética. Este modelo económico, cuja manifestação paradigmática foram os programas de ajustamento estrutural, traduziu-se numa contracção do aparelho estatal, que era fundamental para assegurar as redes de perpetuação do poder político. Esta situação criou as condições para a desestruturação do Estado, com a emergência de conflitos internos em muitos países africanos na segunda metade dos anos 90, ou com o prolongamento de crises estruturais profundas que configuram uma situação de "nem guerra, nem paz" em vários países. Mesmo com a criação de condições para a resolução formal de vários conflitos na presente década, derivada em boa parte de um maior protagonismo de actores africanos nesses processos, as condições que determinam a fragilidade do Estado permanecem no longo-prazo. Para além disso, esse contexto, caracterizado por uma fraca capacidade institucional, propicia o ressurgimento de conflitos e dificulta a consolidação de uma verdadeira cultura democrática.

Por outro lado, a crise financeira e económica global poderá transformar alguns países africanos emergentes em países frágeis, anulando os ganhos provenientes das altas taxas de crescimento registadas em África nos últimos sete anos e representando um recuo no caminho para os ODM.

Estes países são mais vulneráveis a choques externos, uma vez que estão, à partida, menos equipados para proteger as suas economias, combater os efeitos da crise e responder de forma adequada a uma combinação complexa de vulnerabilidades internas e externas. A estes factores podemos acrescentar a fraca capacidade de gerar receitas fiscais e mobilizar recursos internos, a falta de redes sociais de suporte e a evolução lenta dos indicadores sociais em muitos países africanos, principalmente nos considerados frágeis – os quais não têm acompanhado as taxas de crescimento económico – e a própria estrutura da maioria das economias africanas, pouco diversificadas e muito dependentes do exterior. O impacto das variações nos fluxos de comércio, investimento, ajuda ao desenvolvimento e remessas dos emigrantes será, assim, mais prolongado nestes Estados, em comparação com outros países em desenvolvimento.

O papel da comunidade internacional

É actualmente reconhecido que a responsabilidade primordial por evitar o falhanço do Estado reside nos próprios países, nomeadamente na capacidade e/ou vontade da sua liderança para prevenir, absorver, gerir e ultrapassar crises potenciais ou reais. Contudo, é igualmente reconhecido que a comunidade internacional pode desempenhar um papel importante no reforço de uma liderança responsável e com capacidade de resposta, bem como na prevenção do aumento da instabilidade e de outros factores de fragilidade (como a pobreza nas suas várias dimensões).

Existe um grande dilema sobre as formas e nível de envolvimento que os doadores deverão prosseguir. No entanto, há um consenso crescente sobre a necessidade de se envolverem de forma pró-activa e o mais cedo possível, centrando-se em estratégias preventivas.

Reconhece-se igualmente que as intervenções externas não podem seguir modelos gerais pré-definidos, devido à grande heterogeneidade dos países, e que são ineficazes ou mesmo contraproducentes se não for tido em consideração o papel e funcionamento das instituições locais. Isto porque a actuação em Estados frágeis ou falhados reveste-se sempre de um carácter político, mais do que técnico, uma vez que as iniciativas de *peacebuilding* ou *statebuilding* lidam directamente com as dinâmicas Estado-sociedade, as questões de poder, ou os princípios e normas que organizam determinada sociedade. A existência de análises políticas e sociais profundas que reflictam a complexidade de cada situação deve, assim, ser condição necessária de qualquer estratégia de desenvolvimento nestes países.

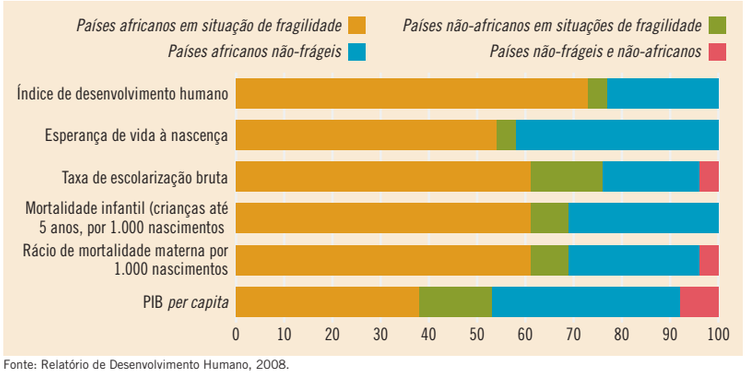
As necessidades específicas dos países frágeis originaram uma transição das tradicionais iniciativas de desenvolvimento para áreas novas e inexploradas – como a reforma das instituições, a construção do Estado, a prevenção de conflitos, ou os processos de reconciliação – as quais nem sempre se coadunam com a obtenção rápida de resultados quantificáveis. Para além de uma abordagem de longo-prazo, é essencial flexibilidade, uma vez que as dinâmicas de fragilidade não seguem um processo sequencial e são altamente voláteis, exigindo uma capacidade de adaptação e a combinação de vários instrumentos.

Um dos principais desafios para a comunidade internacional reside na apropriação das reformas por parte do país frágil, ou seja, na implementação de uma sequência de reformas e de acções de reforço do Estado que corresponda às necessidades e prioridades identificadas pelo próprio país. Frequentemente, as acções internacionais tendem a sobrecarregar instituições já fragilizadas com um vasto leque de exigências e solicitações, baseadas em expectativas irrealistas sobre o que é possível atingir em situações de fragilidade ou de falhanço do Estado.

As estratégias ou políticas dirigidas apenas a determinado aspecto – como a segurança alimentar, a resolução formal do conflito, ou a reforma da justiça – são ineficazes pelas suas limitações, embora os mandatos institucionais das agências de cooperação tendam a limitar-se a áreas sectoriais específicas. Num país onde exista simultaneamente uma missão de manutenção da paz, uma missão humanitária e programas de desenvolvimento, ou onde é urgente a implementação de processos de desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR) ou reformas do sector de segurança (RSS), a coordenação entre actores é condição fundamental de sucesso. Neste campo apontam-se várias insuficiências, entre as quais: a falta de um entendimento comum entre intervenientes diversificados, dificuldades na implementação de políticas mais coerentes e abrangentes, e ainda divergências que impedem o estabelecimento de parcerias efectivas entre os parceiros de desenvolvimento e o país-alvo das acções.

Numa perspectiva abrangente, o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE estabeleceu os princípios para uma intervenção mais eficaz em Estados frágeis. No entanto, o exercício permanece, em grande parte, teórico. Manter os países frágeis no topo das prioridades internacionais é, desde logo, o maior desafio. Em segundo lugar, a implementação de abordagens integradas, que combinem acções de curto e longo-prazo, envolvam recursos políticos, técnicos, financeiros e por vezes militares, e coordenem uma multiplicidade de actores (estatais e não-estatais) é um processo muito complexo e difícil, como demonstram as intervenções internacionais nos países mais frágeis de África.

PAÍSES COM PIOR DESEMPENHO, VÁRIOS INDICADORES (em %)



Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano, 2008.

As grandes potências em África (1960-2010)

Após a 2.ª Guerra Mundial, tanto a Grã-Bretanha como a França, apesar de fragilizadas, tentaram manter os seus impérios coloniais. A partir do momento em que se aperceberam que tal não era possível, procuraram promover processos de descolonização que lhes permitissem controlar as novas elites africanas, esforço no qual a França foi mais bem sucedida.

Paralelamente ao enfraquecimento franco-britânico, o mundo passou a ser dominado pelo conflito bipolar. Neste contexto, tanto a União Soviética como os Estados Unidos da América começaram alargar as suas áreas de intervenção.

O aumento da influência das superpotências em África foi favorecido pelas suas posições anticoloniais. A posição dos EUA derivava do facto de terem sido uma colónia, o que levou a que se enraizasse na história norte-americana a ideia de anticolonialismo. A posição da União Soviética assentava em dois argumentos: o ideológico, que defendia a libertação de um povo sob domínio externo, e o utilitário, o qual defendia a causa anticolonial como forma de afectar o desenvolvimento e riqueza das grandes potências europeias.

Durante a Guerra fria, o relacionamento entre os países africanos e as superpotências foi influenciado, acima de tudo, pelos objectivos destas e apenas marginalmente de acordo com os interesses dos africanos. Porém, se, aparentemente, esta realidade podia ter alguns aspectos positivos para os países africanos, uma vez que podiam jogar com esta rivalidade para obter maiores benefícios, esta liberdade de movimentos era, simultaneamente, sinónimo da pouca importância que o continente tinha para as superpotências. As excepções foram Angola para o lado soviético e a África do Sul para os EUA.

A partir de finais dos anos 60, as superpotências passaram a ter a concorrência da República Popular da China, apostada também em criar a sua área de influência em África. O início oficial do relacionamento entre a China e África deu-se, em 1956, com o estabelecimento de relações diplomáticas com o Egipto. Nas décadas seguintes, a China foi dos grandes apoiantes dos movimentos de libertação nacional em África. Foi uma fase marcada pelo idealismo ideológico, em que os interesses económicos estavam ausentes ou tinham uma posição claramente marginal. Apesar da menor capacidade de apoio, a China tinha a vantagem de se apresentar aos olhos dos africanos como um país do Terceiro Mundo, o qual também tinha estado subjugado ao poder ocidental. O interesse chinês em África esmoreceu em finais dos anos 70, embora a solidariedade criada durante a luta anticolonial tenha deixado boas recordações nas mentes africanas. Com a reforma da economia chinesa, iniciada em 1976, o envolvimento ideológico das décadas anteriores diminuiu, com Pequim a concentrar-se, até aos anos 90, na sua situação interna.

As novas influências em África

Se, durante a Guerra fria, a luta ideológica foi o grande motivo por detrás da intervenção externa em África, após este conflito, o continente despertou uma atenção crescente devido às suas potencialidades económicas. Porém, nesta nova fase, o equilíbrio de poderes mundial tinha-se alterado. A implosão da URSS fez com que a sua herdeira natural, a Rússia, se tivesse que virar para dentro. Os EUA também se concentraram, temporariamente, em outras áreas do globo. As antigas potências coloniais viram a sua influência diminuir consideravelmente. A França, apesar de apoiar as elites africanas, gozava de pouca popularidade em África, como ficou demonstrado na Costa de Marfim após a morte de Félix Houphouët-Boigny e, mais recentemente, no Gabão após a morte de Omar Bongo. A Grã-Bretanha enfrentou problemas crescentes ao querer marcar a sua posição, como foi o caso da estratégia adoptada no relacionamento com o regime de Robert Mugabe no Zimbábue.

Na redefinição das influências em África a que se assistiu no início do século XXI, em que a componente económica passou a ser determinante, destacou-se, desde logo, a presença crescente da China.

Ao analisar-se a evolução das relações entre a China e África, basta ter em atenção o aumento das trocas comerciais desde os anos 90, para ser bem visível o enorme crescimento das mesmas. O comércio entre a China e África, com a vertente energética a dominar, atingiu um valor recorde em 2008, totalizando 106.8 mil milhões de USD, o que representa um aumento de 45,1% em comparação com 2007.

A continuação do crescimento económico chinês está muito dependente do acesso a mais fontes de energia. Em 2008, a China já consumia 8,5% da produção mundial diária de 85 milhões de barris de petróleo e, em 2025, igualará a procura energética do EUA. A busca de fontes de energia por parte de Pequim não se resume ao petróleo, sendo que a energia nuclear é já uma opção em exploração. A China vai acrescentar, até 2020, mais trinta e dois reactores nucleares, os quais se juntarão aos onze que já se encontram em laboração. Também em 2020, a China passará a ser o maior produtor mundial de energia eólica.

Na busca de mercados alternativos de energia, o continente africano é terreno fértil para as ambições chinesas. Entre os dez primeiros abastecedores de petróleo à China, constam quatro países africanos: Angola, Sudão, República do Congo e Guiné Equatorial. As boas relações entre a China e Angola reflectiram-se num aumento das trocas comerciais, as quais ascenderam a 25,3 mil milhões de dólares em 2008, sendo que as exportações angolanas são basicamente petróleo, o que faz de Luanda o maior parceiro comercial de Pequim em África.

Para além da crescente procura de novas fontes de energia, a China tem a necessidade de escoar a sua enorme produção de bens básicos de baixo valor com vista a manter os seus níveis de crescimento, muito baseados na capacidade de exportação do país.

A junção destes dois factores, busca energética e necessidade de exportar, transformou África num mercado prioritário para Pequim.

O governo chinês decidiu fazer de 2006 o "Ano de África na China", aproveitando

PLANO DE ACÇÃO DO FÓRUM DE COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA (2007-2009)

1. Cooperação política: Criação de mecanismos de consultas regulares ao nível ministerial entre as partes. Para além das relações entre países, pretende-se estimular as relações entre a China e a União Africana e entre o Fórum de Cooperação e a *New Partnership for África's Development* (NEPAD).

2. Cooperação económica e comercial: Nesta área, considerada essencial no relacionamento bilateral, as acções a desenvolver pretendem, acima de tudo, aumentar consideravelmente o apoio chinês ao continente africano:

- Criação de um fundo de desenvolvimento China-África no valor de 5 mil milhões de USD com vista a promover investimentos de companhias chinesas em África;
- Criação de zonas de cooperação económica e comercial;
- Continuação e reforço do apoio na área agrícola;
- Alcançar, até 2010, o valor de 100 mil milhões de USD em trocas comerciais;
- Aumentar o número de produtos africanos com acesso livre ao mercado chinês com vista a promover as exportações africanas;
- Continuar a apostar na construção de infraestruturas, nomeadamente transportes, telecomunicações, fornecimento de água e energia, como área essencial da cooperação bilateral;
- Apoio à exploração de recursos energéticos africanos.

3. Cooperação na área internacional: Harmonização das posições de ambas as partes sobre as grandes questões internacionais, nomeadamente a prossecução dos ODM; reforma da ONU e combate ao terrorismo.

4. Cooperação e desenvolvimento social: Nestas áreas, as medidas apresentadas no âmbito da Cimeira de Pequim pretendem alcançar toda uma série de objectivos ambiciosos:

- Redução da dívida externa dos países africanos à China, nomeadamente os países africanos altamente endividados;
- Disponibilização, nos próximos três anos, de 3 mil milhões de USD em empréstimos preferenciais e 2 mil milhões USD em créditos para a aquisição de produtos para África;
- A nível da educação – construção de 100 escolas rurais em paralelo com acções de formação para docentes. Também na área da educação pretende-se aumentar o número de bolsas de estudo, passando das 2.000, em 2006, para as 4.000 em 2009;
- Na área da saúde – construção de trinta hospitais e continuação das acções de formação em doenças tropicais, assim como o envio de equipas médicas;
- Na área do turismo – alargamento do estatuto de destino de turismo aprovado a mais nove países africanos: Argélia, Cabo Verde, Camarões, Gabão, Ruanda, Mali, Moçambique, Benim e Nigéria, perfazendo vinte seis países africanos os que já usufruem deste estatuto.

o 50.º aniversário do estabelecimento das relações sino-africanas. Nesse ano realizou-se o III Fórum de Cooperação China-África, cujo sucesso foi o resultado de uma ofensiva diplomática iniciada ainda durante a década de 90 pelo presidente Jiang Zemin. As vantagens para África são evidentes, o apoio financeiro e económico é feito sem condicionalismos políticos, a única situação política que parece interessar a Pequim, por agora, no seu relacionamento com os países africanos, é retirar a Taiwan os poucos apoios de que este ainda usufrui em África. Um outro país com presença crescente em África é a Índia, a qual, devido ao seu crescimento económico, com uma taxa anual de 9%, necessita de garantir novos recursos energéticos.

Nova Deli já teve relações próximas com o continente africano, embora tivesse sido num contexto completamente diferente. Durante as décadas de 60 e 70 do século passado, a Índia foi um dos líderes do Movimento dos Não Alinhados, e um dos principais apoiantes dos movimentos de libertação africanos. Nesse contexto, o relacionamento económico era marginal.

A componente económica começou a ganhar importância à medida que a Índia se foi afirmando como potência regional, e um dos países com maior crescimento mundial. As relações comerciais da Índia com o continente africano passaram de 5,2 mil milhões de USD, em 2002-2003, para 26 mil milhões de USD em 2007-2008. Com vista a aprofundar, ainda mais, o relacionamento com África, o primeiro-ministro Indiano, Manmohan Singh, promoveu a realização, em Abril de 2009, de uma Cimeira Índia-África. Esta Cimeira teve como objectivo principal a procura de novas modalidades de relacionamento com vista a reforçar a cooperação entre os dois parceiros, nomeadamente na área económica, tecnológica, desenvolvimento social, energia e infra-estruturas.

À semelhança da China e da Índia, também o Japão tem demonstrado um interesse crescente pelo continente africano. As relações comerciais entre as duas partes têm aumentado consideravelmente nos últimos anos, alcançando um volume total de 34,1 mil milhões de USD em 2008. Face ao aumento mundial do preço dos bens alimentares, para o Japão, o incremento da produção agrícola em África é essencial, não só para o continente africano, como também para o mundo em geral. Para contrariar alguma marginalização de que África foi alvo após o conflito bipolar, o Japão criou, em 1993, a TICAD (Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento de África), cujo principal objectivo foi o de tentar chamar a atenção para a importância e a urgência do desenvolvimento africano. Para além do Japão, a organização desta Conferência foi apoiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial.

PROGRAMA DE COOPERAÇÃO CIMEIRA ÍNDIA-ÁFRICA

1. Cooperação económica;
2. Cooperação política;
3. Ciência, tecnologia, investigação e desenvolvimento;
4. Cooperação na área do desenvolvimento social;
5. Turismo;
6. Infraestruturas, energia e ambiente;
7. Meios de comunicação.

Na sequência da aprovação deste programa de cooperação, foram adoptadas decisões muito concretas de apoio aos países africanos:

- A Índia decidiu, unilateralmente, conceder às exportações de trinta e quatro países africanos o acesso preferencial ao seu mercado. Esta isenção tarifária vai beneficiar as exportações africanas de algodão, cacau, alumínio, cobre, castanha de caju, cana-de-açúcar, vestuário, peixe e diamantes industriais;
- Aumento considerável das linhas de crédito a conceder a países africanos. Entre 2003-2004 e 2007-2008, foram concedidas linhas de crédito no valor de 2,1 mil milhões de USD. É intenção das autoridades de Nova Deli conceder, nos próximos cinco anos, empréstimos no valor de 5,5 mil milhões de USD. Estes empréstimos serão concedidos a nível bilateral e ao nível das comunidades económicas regionais;
- Será consagrada uma ajuda de 500 milhões de USD para projectos de desenvolvimento, nomeadamente ao nível nas infraestruturas de caminhos-de-ferro, tecnologias de comunicação;
- Continuar a aposta na formação de quadros ao nível da educação, tecnologias de informação, energias renováveis e agricultura;
- Aumento do número de bolsas de estudo a conceder a alunos africanos.

Outro actor externo que se está a destacar em África é a Rússia. Depois dos tempos da URSS e do apoio por motivos ideológicos derivado da Guerra fria, Moscovo está agora interessada em explorar as relações comerciais. É neste contexto que deve ser entendida a visita do presidente Dmitri Medvedev a África, em Junho de 2009, tentando recuperar algum tempo perdido em relação à Europa, EUA e China.

Nesta nova era, Moscovo pretende aproveitar as suas mais-valias, nas áreas energéticas, mineral e militar, para criar ligações privilegiadas com os países africanos. Moscovo deseja igualmente utilizar a sua capacidade de influência política e diplomática para apoiar as suas empresas que estão presentes ou que exportam para o continente africano, como é o caso das companhias Alrosa (exploração de diamantes), Rosoboronexport (armamento), Gazprom (exploração de gás), Lukoil (exploração de petróleo), Rusal (produção de alumínio), Gammakhim (indústria química), Technopromexport (produção de energia).

Outro sinal do envolvimento russo é a crescente participação nas missões de paz em África. Nesse sentido, a Rússia está presente nas missões de *peacekeeping* da ONU na República Democrática do Congo, Sara Ocidental, Serra Leoa, Sudão, Libéria, Costa do Marfim e na missão no Chade/República Centro-Africana. Paralelamente, a Rússia apoiou, com efectivos militares, a missão da UE no Chade/República Centro-Africana.

As velhas influências em África

Paralelamente a estes novos actores em África, a presença dos EUA continua a ser muito forte. A intervenção norte-americana no continente pretende aliar duas componentes: a económica e a segurança. A primeira visita do presidente Obama a África, ao Gana em Julho de 2009, para além da carga simbólica, pretendeu demonstrar aquilo que será a conduta do seu país em relação ao continente africano, ou seja, promoção do desenvolvimento económico, transparência na utilização dos recursos naturais e a responsabilidade política no combate à pobreza. Neste sentido, as relações comerciais continuam a fazer dos EUA um parceiro importante para África.

No entanto, Obama pretende igualmente incorporar na sua política africana muito daquilo que foi iniciado pela administração Bush, nomeadamente na área da segurança, em que uma decisão estratégica foi a criação do *United States África Command* (AFRICOM). Nesse sentido, os EUA pretendem impedir que África se torne uma zona fértil para a actuação e refúgio de grupos terroristas.

No caso da União Europeia (UE), as relações com o continente africano têm por base os princípios expostos na Parceria UE-África, a qual tem por objectivo estabelecer uma visão conjunta do futuro das relações entre a União Europeia e a União Africana, com benefícios para os dois continentes. Porém, e apesar das intenções demonstradas, a verdade é que, por um lado, as agendas próprias dos Estados membros em matéria de política externa, e, por outro, a crescente condicionalidade da ajuda da UE não têm facilitado a manutenção da influência europeia em África. Perante isto, a apesar de a UE ser o principal prestador de auxílio ao continente africano e o seu parceiro económico e comercial mais importante, não consegue transpor esta força para o campo político. ■

PLANO DE ACÇÃO DE YOKOHAMA (TICAD IV) (2008-2013)

1. Promoção e expansão do comércio;
2. Encorajar o investimento directo estrangeiro;
3. Apoiar o desenvolvimento do sector privado africano;
4. Promover o turismo africano;
5. Ajuda alimentar de emergência a África com vista a enfrentar o aumento dos produtos alimentares. Este apoio será completado com envio de apoio técnico japonês para vários países africanos com vista a duplicar a produção de arroz do continente e alcançar 14 milhões de toneladas;
6. O Japão disponibilizará empréstimos no valor de 4 mil milhões de USD destinados à criação ou recuperação de infraestruturas;
7. Com vista a duplicar o investimento privado japonês em África, Tóquio disponibilizará igualmente 2,5 mil milhões em assistência financeira através do Banco Japonês de Cooperação Internacional;
8. O Japão comprometeu-se, até 2012, a duplicar a ajuda do seu país ao continente africano com vista a promover o crescimento e atrair o investimento estrangeiro.

Independências e novos cânones do pensamento africano

A tragédia do pensamento africano tem a ver com a ausência de ideologia, dizia Amílcar Cabral. Mas ele não se referia aos debates sobre o fim das ideologias, posteriores à sua observação, mas sim à timidez de vontade própria, de projeto político próprio, à contraposição do mimético que caracterizou a África pós-independente. Na fonte dessa postura: a persistência do princípio da inferioridade africana.

Foi Hegel quem melhor sintetizou, no pensamento filosófico, a percepção mantida no Ocidente de que a África era dominada por uma presença humana inferior, traçada pelo destino de Caim. Ao proclamar que a África era incapaz de produzir História, aliava-se a visão de que a civilização veio da escrita e a reivindicação do Egipto como não africano, ou negro, e do Mediterrâneo como berço de um mundo iluminado apenas por europeus.

Sabemos que todas essas categorizações são historicamente inconsistentes e apenas reflectem várias formas de produzir alteridade. Mas ao longo do tempo a sua persistência, veiculada pelos detentores do poder, foi de tal ordem, que ainda hoje, de forma muitas vezes explícita, embora mais frequentemente implícita, acredita-se numa certa inferioridade africana. Essa percepção ultrapassou a visão do colonizador e atingiu em cheio o colonizado, que tem uma visão de si mesmo influenciada por complexos e uma constante recorrência à identificação tradicional e inferiorizada da política. No fundo isso é ausência de vontade própria, ausência de ideologia.

Outra consequência maior é misturar a África num objeto único de estudo e classificação, como se a enorme diversidade do continente coubesse no cabaz estreito da inferioridade.

Não surpreende que a África tenha uma dificuldade maior de relacionamento com a modernidade, tal como ela foi e é definida. Não surpreende porque a África, agora sim no seu todo, foi abalada pela experiência colonial, que deixou marcas mais profundas do que o próprio tráfico de escravos. É que este último muitas vezes utilizou mais do que destruiu as estruturas políticas e comerciais africanas.

O papel dos intelectuais

Quando as elites protonacionalistas começaram a se manifestar, o seu desejo primeiro era de serem considerados cidadãos integrais, com direitos plenos, como os almejados, por exemplo, pela Revolução Francesa. O seu ponto de referência era a construção de uma harmonia *nacional*. Era, pois, natural que houvesse uma evolução para conquistar uma expressão nacional diferenciada, até porque a luta das elites protonacionalistas teve eco no imaginário popular, mas com outro tipo de reivindicações. Elas queriam mostrar as suas diferenças em relação a quem os dominava e nunca as considerou seres iguais. Os intelectuais africanos ficaram sempre presos às suas comparações com a modernidade externa, ao mesmo tempo que queriam afirmar-se diferentes. A dimensão nacionalista sempre minou a capacidade crítica.

Os intelectuais africanos na sua grande maioria adoptaram os princípios da *modernidade*, dando-lhe uma racionalidade nacionalista interna: governo forte; liderança carismática, direito legítimo – na concepção *weberiana* – e soberano. O facto de se tratar de um nacionalismo sem nação não parecia incomodar. O arquétipo Estado-nação tinha sido adoptado por todos como símbolo e referência da modernidade; por isso mesmo os africanos não podiam ficar para trás.

Com esta adopção vinha todo um enredo de políticas e direitos que pressupunham um comportamento moderno. Os dirigentes dos primeiros países independentes foram muito criativos na adaptação – alguns chamaram-lhe africanização – do autoritarismo e centralidade do Estado. Construíram barreiras para parecerem modernos aos olhos do exterior e *autênticos*, ou tradicionais, para o seu público interno. Este processo de uma certa forma continua ainda presente, 50 anos depois do surto independentista.

Um dos parâmetros mais importantes do moderno pensamento africano logo foi o pan-africanismo, nascido primeiro fora do próprio continente – com expoentes como W. E. B. Dubois, George Padmore, Dudley Thomson – e trazido para dentro por correntes políticas nacionalistas. Ele tinha a virtude de servir de contraponto a uma imagem unitária do continente, construída à volta da inferioridade africana. Mas apresentou desde o início uma série de fraquezas, a mais importante das quais era o próprio nacionalismo. A fonte de afirmação dos novos Estados (que se predispuseram, na constituição da Organização da Unidade Africana, a não contestar as fronteiras herdadas do colonialismo) contradizia o propósito proclamado de unificação do continente. Mas mesmo assim essa ideologia pan-africanista encontrava ressonância, visto que ela servia de contraponto e posicionava o continente numa vertente de contestação do tipo nacionalista, mas desta feita a nível continental. E foi assim que a África moderna se manifestou perante o mundo: com uma ideologia fraca, e não com um objectivo pragmático.

Os grandes pensadores do nacionalismo foram do Norte de África – Habib Bourguiba da Tunísia, Gamal Abdel Nasser do Egipto e Mohamed V de Marrocos – enquanto os ferrenhos pan-africanistas estavam mais ao Sul – Hailé Sellasié da Etiópia, Jomo Kenyatta do Quénia, Keneth Kaunda da Zâmbia, Ahmed Sekou Touré da Guiné-Conacri, Modibo Keita do Mali, Julius Nyerere da Tanzânia e, o maior deles todos, Kwame Nkrumah do Gana.

As lutas de libertação *nacional*, como eram conhecidas as lutas dos movimentos independentistas, também tinham um espaço importante no imaginário dos intelectuais africanos. Esses movimentos influenciavam o pensamento dos intelectuais e davam um foco claro às reivindicações internacionais africanas. Só a libertação da África do Sul do regime de *apartheid* encerrou esse foco, que durou varias décadas. Paradoxalmente essas lutas serviam de ponte entre os princípios nacionalistas e os princípios pan-africanistas. As lutas da Argélia, das colónias portuguesas e, mais tarde, da Rodésia e África do Sul, serviram de atracção para as relações internacionais do continente.

A visão política dos intelectuais africanos sempre foi ambígua em relação à democracia. Quando se estabeleceu a Associação Africana de Ciências Políticas, AAPS, em Dar-es-Salam, de cujo directório viriam a sair muitos dirigentes políticos africanos, o foco era a análise de *classe*. A influência marxista foi muito forte, mas criativa. Não se tratava de uma adopção pura e simples dos dogmas marxistas em voga, mas sim de uma tentativa constante de ver como aplicar os princípios da análise de classe ao terreno africano. Em plena guerra fria era natural que muitas vezes esses debates fossem influenciados do exterior, tanto a favor como contra uma certa análise marxista; que permeava mesmo os redutos mais fortes da visão puramente capitalista, como a Costa do Marfim de Houphoet Boigny.

Tanto em Dar-es-Salam como em Dacar havia um ambiente cosmopolita, com *intelectuais* vindos de muitos outros países, patrocinados pela benevolência intelectual dos presidentes Nyerere e Senghor. A acolhida das ideias de Frantz Fanon, Amílcar Cabral e outros nacionalistas pensadores era muito grande. A contribuição da nova vaga de historiadores africanos como Joseph Ki-Zerbo e Cheikh Anta Diop aumentava a vontade de mostrar uma África de pirâmide invertida: em vez da inferioridade, lisonjear uma certa autenticidade que dava um carácter humano superior aos africanos.

A agenda condicionada

Apesar do surgimento de pensadores africanos com projecção continental, a África nunca se libertou da síndrome da inferioridade.

O debate sobre a etnologia e a antropologia teve um grande protagonismo em África. No campo da historiografia as batalhas foram imensas para uma afirmação africana, apenas parcialmente conseguida com a publicação da volumosa *História Geral de África*, feita fundamentalmente por africanos, sobre a égide da UNESCO. Na linguística, a luta pelo reconhecimento das línguas nacionais não ganhou muito terreno na maioria dos países. E ainda hoje dividem-se os africanos entre arabófonos, francófonos, anglófonos e lusófonos. Na ciência política disputou-se primeiro a aptidão dos africanos para construir um Estado moderno e logo para estabelecer a democracia, dado o recorde

de golpes de Estado e violações de direitos fundamentais. Enfim, em quase todas as frentes a marginalização do pensamento do continente continuou a ser notória, tanto mais que as vozes estridentes e dissonantes eram aplacadas no próprio continente.

No campo do direito o advento da sociedade civil, do aparecimento de grupos organizados de jovens, mulheres, comunidades, mudou a natureza da interacção do Estado e contextualizou a luta nacional para um terreno mais fragmentado. A nação deixou de ser emplacada com o território, e com esse novo paradigma rebentou um sem-mundo de lutas identitárias, aproveitadas politicamente de várias formas nos vários países: algumas de traço moderno, outras bem arcaicas.

A luta por um direito cidadão, ou direito de participação, dominou as últimas duas décadas em África. Essa pressão vinda de baixo, na expressão do cientista político francês Jean François Bayart, ameaçou todos os cânones do pensamento africano. Obrigou os intelectuais a mudar de cardápio. Forçou os políticos a inverter o discurso sobre a democracia. Criou cumplicidades entre activistas completamente desconhecidos pouco antes, com movimentos externos, que os influenciaram, e muitas vezes os financiaram também.

No que respeita à economia, a crise dos preços do petróleo de 1973 e 1979 mudou completamente as tendências económicas em África, provocando dívidas impagáveis e aquilo que o estudo então elaborado por Eliot Berg para o Banco Mundial disse serem problemas *estruturais* nas economias africanas. Assim sendo, o tipo de intervenção multilateral deveria centrar-se em programas de *ajustamento estrutural*. É curioso assinalar que este diagnóstico, na época feito apenas para a África subsariana, depressa se tornou uma referência para o desenvolvimento. O credo liberal então no seu apogeu acreditava que os problemas estruturais podiam resolver-se com mais liberalização e redução do papel interventivo do Estado. Com a introdução da condicionante económica, as economias africanas ficaram sem opção e tiveram que adoptar estes novos princípios de uma forma ortodoxa e inflexível.

Infelizmente o condicionalismo ficou tão apelativo e os países africanos estavam em tal curva descendente que o escopo de intervenção da macroeconomia estendeu-se a praticamente todos os sectores da vida pública: educação, saúde, investigação, infraestrutura e até governação. Dada a precária auto-estima das elites africanas, não foi de espantar o impacto negativo que estes desenvolvimentos tiveram na evolução de um pensamento próprio.

Porque a globalização experimentava o seu período áureo nos anos 80 e 90, logo se gerou uma série de associações infelizes: transições democráticas falhadas, globalização polarizante e ajustamento estrutural sem resultados positivos pareciam facetas de uma agenda condicionada.

A frente da recusa

Devido à própria situação do continente, as análises tendem a tornar-se pessimistas, tendo a dado momento inclusive contribuído para criar um movimento chamado de afropessimismo. Na realidade muitas tomadas de posição fortes sobre as questões aqui assinaladas não têm tido a mesma repercussão dentro e fora de África: Senghor protagonizou o movimento de valorização da negritude; Anta Diop energicamente defendeu a origem negra do Egipto; Ngugi Wa Thíong'o obrigou a uma nova oportunidade para as línguas africanas; Ali Mazrui questionou a divisão entre árabes e africanos negros; Elikia Mbokolo e Jean Loup Amselle ofereceram uma interpretação da etnicidade africana completamente diferente; Archie Mafeje introduziu uma concepção distinta da questão da terra; Axelle Kabou provocou todos com um livro expondo as razões estruturais da recusa do desenvolvimento; Patrick Chabal estudou de forma diversa a verdadeira resistência às aparências democráticas; Thandika Mkandawire demonstrou brilhantemente a interferência externa nos projectos económicos e de construção de aparelhos de Estado em África. Os exemplos multiplicam-se, mas nenhum deles ultrapassou as fronteiras africanas ou dos africanistas.

A presença de uma diáspora de intelectuais africanos nas universidades europeias e americanas vai contribuir para uma diminuição deste fosso. No entanto, a relação da África com a sua diáspora ainda é muito ambivalente. Os africanos muitas vezes ressentem-se do facto de a diáspora mais antiga ter uma visão mítica da África, completamente virada para o passado e distorcida do ponto de vista historiográfico. Existe uma antipatia em relação à utilização do folclore africano de uma forma mercantil e sem referências aos valores culturais e espirituais na origem dessas manifestações identitárias. As diásporas antigas, por seu turno, recusam uma associação próxima com os intelectuais africanos, por verem nestes uma ameaça à sua própria idealização do continente.

As diásporas novas podem servir de ponte, por causa da sua própria natureza: muitas vêem a globalização como uma oportunidade. Muitos dos intelectuais nascidos em África, mas diasporizados, são activistas de movimentos e redes mundiais, o que facilita o seu entendimento com a globalização. O seu regresso ao continente faz-se cada vez mais através de participações em redes, muitas virtuais, e não necessariamente através do regresso físico. Estes parâmetros ajudam a diminuir o isolamento do pensamento africano.

As relações internacionais

A substituição da Organização de Unidade Africana pela União Africana não é mera cosmética. É uma mudança importante de rumo, pois por detrás da UA está a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, ou NEPAD, liderada pela África do Sul, Nigéria, Argélia e, até recentemente, Senegal. Ambos os processos, juntamente com a evolução das questões relacionadas com manutenção de paz e gestão de conflitos, mostram uma vontade de arrumar a casa que não existia antes. A OUA era voltada para o protesto, enquanto a UA, embora com muitas limitações em relação à retórica, volta-se para dentro, para a introdução de valores democráticos. Esta não é uma tarefa fácil mas, se bem sucedida, pode ser mais uma resposta ao eterno dilema de fazer contraponto à imagem de inferioridade africana.

Uma redução drástica do PNB *per capita* da África até ao novo século desmoralizou o Estado e enfraqueceu os serviços públicos. A desconfiança mútua em relação aos sistemas de ajuda não facilita contemporizações. O desgaste do condicionalismo ainda está longe de ter sido ultrapassado. A luta pelo desenvolvimento está marcada por procura de espaço na globalização, sobretudo através de um comércio mais justo e uma parceria mais equilibrada. Guerras fratricidas mostraram que o maior problema dos conflitos no continente é dentro dos países e não entre eles. Todas estas razões militam em favor de novas formas de olhar a soberania não como um princípio sacrossanto, mas algo que precisa de ser revisto.

O aparecimento de blocos regionais durante algum tempo até criou algumas expectativas. Mas essa diplomacia económica ainda não tomou rumo. Com excepção da Comunidade dos Países da África Austral, a SADC, nenhum dos outros blocos regionais é verdadeiramente centrado nas questões económicas. No entanto, as zonas monetárias do franco CFA, dependente da França, e a SACU, dependente da África do Sul, continuam à espera de ser exploradas como motores de integração regional mais fortes. Para tal, o NEPAD teria de sair do papel, o que ainda não é o caso.

A África hoje

A África esteve muito ocupada com a resolução de conflitos. Assim sendo, é difícil imaginar as relações internacionais do continente saírem completamente dos parâmetros do passado. Terá um pendor menos pan-africanista e nacionalista, seguramente. Mas ainda não estamos em um período de libertação dos fantasmas que tanto ocuparam as elites africanas.

O continente vive desde 2000 um novo fôlego. Crescimento de todos os indicadores económicos, novas parcerias com países emergentes, em particular a China, novo relacionamento com a Europa, chegada das novas tecnologias de comunicação, afirmação de elites jovens, urbanizadas e pós-modernas.

Foi preciso esperar 50 anos para se ser optimista? A realidade nua e crua de Kourouma continua presente. Mas a metáfora vai-se localizando, deixando transparecer uma nova África. ■

Encruzilhadas da África Austral

Desde a segunda metade do século XX a região austral de África sofre profundas transformações. De situações coloniais, de colonização regional e de regimes de *apartheid*, existem actualmente países com independências políticas e com processos de crise, conflito, democratização, ajustamentos económicos e mudanças nas políticas e relações externas.

Este texto argumenta que após as independências e durante os conflitos e os ajustamentos económicos, as ex-potências coloniais perderam influência, tanto económica como política. As riquezas da região (petróleo e recursos minerais), a importância estratégica da África Austral (rota marítima do Atlântico Sul), os supostos perigos da penetração e influência muçulmana na costa leste, a dimensão dos conflitos, as dinâmicas dos países e da SADC (Southern Africa Development Community) e as diplomacias habilidosas desses governos ultrapassam as capacidades das ex-metrópoles para eventuais projectos neocoloniais. Configurou-se porém, num quadro mais amplo, um relacionamento externo de natureza diversa, porventura não menos dependente que as tipificadas com o conceito neocolonial. O surgimento das economias emergentes, sobretudo a China, introduz elementos que contribuem para o referido anteriormente.

Este texto faz um breve resumo da evolução política e económica dos últimos cinquenta a sessenta anos, seguindo-se uma análise das actuais dinâmicas económicas e políticas com o objectivo de demonstrar as principais mudanças na região e ressaltando aspectos relevantes de alguns países.

Transformações principais nas últimas décadas

Grande parte dos países alcançou as suas independências no período em análise. Alguns através de guerras (Angola, Moçambique, Namíbia e Zimbábue). O fim do *apartheid* na África do Sul (RAS) foi igualmente alcançado por um conflito político e também violento, porém de natureza diferente. Existiam então dinâmicas de radicalização política e social em Portugal e nas ex-colónias, que introduziram erros nas descolonizações (também em relação ao Zimbábue e no período pós-*apartheid*) e não foram acautelados interesses dos povos, tantos dos colonizados, como dos colonizadores. As relações diplomáticas foram difíceis até à década dos anos oitenta. Actualmente sabe-se o que se passa com o Zimbábue.

Forças políticas inspiradas no *apartheid* e na independência unilateral da Rodésia pretendiam uma África de governos brancos ao sul do Zambeze. Os grandes interesses económicos, a riqueza em recursos naturais, a posição estratégica e os regimes ideologicamente radicalizados e instrumentalizados por forças externas com alianças internas colocavam os países e a região na órbita da Guerra-Fria. Henry Kissinger referiu-se à "pinça comunista" (sendo Angola e Moçambique os "braços" da pinça), e a "presa" a África do Sul. Os conflitos regionalizaram-se, sem qualquer relevância para o papel e as capacidades políticas e militares do então colonizador (Portugal), onde o regime tinha também mudado e estava fundamentalmente virado para a integração na Europa (década dos anos oitenta).

As experiências socialistas (Angola, Moçambique e eventualmente Tanzânia), redundam em fracassos, em que a guerra, as políticas desajustadas, o contexto internacional hostil e a crise do mundo socialista reforçaram-se mutuamente, provocando situações económicas, sociais e militares insustentáveis. O *apartheid* é derrotado, as situações coloniais terminam (Namíbia e Zimbábue) e os regimes autoritários da região (África do Sul, Moçambique e posteriormente Angola), são forçados à democratização e a mudanças fundamentais nas opções económicas, que entretanto deixaram de ter o suporte externo devido à derrocada do Muro de Berlim. Em Angola, o conflito prolonga-se até 2002, porque forças externas, sobretudo os EUA (Estados Unidos da América), acreditavam que a UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola) poderia constituir alternativa ao governo do MPLA (Movimento Popular para a Libertação de Angola).

Uma das questões centrais após as independências era a influência na região pelas grandes potências. Os objectivos eram, através de governos locais aliados, concretizar o domínio dos recursos naturais e a defesa ou o desenvolvimento do capitalismo local que fosse um parceiro ou facilitador da penetração do capital externo. Ou de países de orientação socialistas, principalmente sob influência de Moscovo. E essas mudanças, se necessário, também seriam conseguidas pela via dos conflitos, considerando que a região experimentava processos de radicalização política de mais de quatro décadas em que os actores eram sensivelmente os mesmos.

Por outro lado, com o tempo, criaram-se dinâmicas internas com capacidade de reprodução interna e regional dos conflitos (casos da África do Sul, Moçambique, Namíbia e, em alguma medida também Angola). Essas dinâmicas permitiram que algumas guerras estivessem fora do controlo dos governos que até então tinham alimentado. Também foram permitidas condições de acabar com os conflitos quando as expectativas de alternativas políticas internas se tornaram pouco prováveis ou se aclararam como não desejáveis (caso de Angola). Através de processos negociais com características diferentes, os conflitos terminaram dando origem à abertura económica e à democratização, a maioria dos quais de fachada, em que a juventude das democracias não é suficiente para justificar alguns dos actuais regimes parlamentares autocráticos de domínio de um partido e de estados neopatrimonialistas.

As dinâmicas recentes

A situação de não-conflito (excepto no Zimbábue e na República Democrática do Congo), permitiu iniciar um período de reconstrução com alguma estabilização e crescimento económico, assente sobretudo nos seguintes factores: (1) num forte apoio e cooperação externa e alguns investimentos em mega-projectos (alumínio e gás) em Moçambique; (2) no aumento da produção e nas condições favoráveis do preço do petróleo (Angola) e em elevados investimentos públicos; (3) edificação ou reabilitação de redes de comunicação regionais; (3) estabilidade dos restantes países. A África do Sul, principal economia e motor do desenvolvimento regional, tem atravessado uma crise derivada principalmente da redução do investimento externo, saída de capital humano, perda de confiança dos agentes económicos e algum desalento por parte da população negra por expectativas pós-*apartheid* não verificadas (sobretudo o emprego, aumento de oportunidades económicas e melhoria dos serviços aos cidadãos). O recente movimento em volta de Zuma e do seu discurso populista e integrador revela o reactivar dessas expectativas.

A *Southern African Development Coordination Conference* tem captado investimento externo, principalmente para infraestruturas transnacionais e redes de comunicações. Existem intenções dos países membros de fazer da região uma comunidade económica e monetária até 2018, não obstante as grandes dificuldades. Profundas diferenças de desenvolvimento, regimes com políticas diversas, permanência de conflitos com envolvimentos não convergentes (por exemplo, relações de Angola no Congo e por esta via no conflito dos Grandes Lagos, o caso não consensual do Zimbábue, etc.), dúvidas da comunidade internacional, aspectos relacionados com a construção das respectivas burocracias e a corrupção constituem incertezas que sustentam muitos observadores referirem ser a SADC um projecto intermitente, de consensos de conveniência, umas

SADC

Constituição da SADC: em 1992, com base na SADCC (Southern African Development Coordination Conference).

vezes utilizado como escudo protector contra intervenções externas (caso do conflito no Zimbábue e outrora em outros casos) e como instrumento de captação de recursos da comunidade internacional. Os estados e respectivas sociedades possuem défices de entendimento das implicações da integração regional, sobretudo no que respeita a perdas de soberania e não estão alcançados patamares mínimos da consciência cidadã de pertença a uma comunidade supranacional em fase de construção das próprias nações e na qual os valores étnicos e os estigmas raciais permanecem na memória viva.

Não obstante estas realidades complexas, existem passos no sentido de uma maior integração económica. A África do Sul reforça a influência em Moçambique com a localização neste país de grandes investimentos (gás, finanças, importação de energia, investimentos no turismo e, de alguma forma, o grande investimento da MOZAL). A SACU (Southern Africa Costums Union), com origem de há quase um século (1910) e constituída por Botsuana, Lesoto, Namíbia, RAS e Suazilândia, tem-se reforçado paralelamente, podendo-se considerar ser já uma quase comunidade económica e monetária (e, porventura, política). A penetração do capital sul-africano em Angola é todavia reduzido mas aumenta com o tempo. A circulação de pessoas está facilitada entre grande parte dos países. Existem acordos aduaneiros em implementação. Os países mais a norte da região (Zâmbia, Tanzânia, Congo e os países insulares), integram a SADC mais por razões principalmente históricas, políticas, diplomáticas e militares, que por motivos económicos.

Angola possui dinâmicas económicas historicamente menos integradas na região. O petróleo e os diamantes não possuem as suas cadeias de valor (fileiras) em África nem na ex-potência colonial. A presença dos EUA é fundamentalmente em redor do petróleo, da segurança na região com as preocupações do tráfego de droga, de pessoas, da influência islâmica na costa do Índico e de influências nas políticas económicas através das Instituições de Bretton Woods.

A China realiza grandes investimentos, sobretudo na construção de infra-estruturas a troco da exploração de recursos naturais, com acordos governamentais de longo prazo e condições de financiamento mais favoráveis que as oferecidas pelo sistema financeiro internacional. O Brasil possui importantes investimentos, sobretudo em Angola e Moçambique. Estão em configuração relações externas assentes na extracção massiva e não sustentável de recursos não renováveis, influências na definição de políticas económicas, muito embora os discursos "nacionalistas" para consumo interno de algumas elites.

A integração económica regional assenta principalmente na África do Sul. Os países da SACU, Moçambique e Zimbábue, possuem articulações e funcionalidades de desenvolvimento configuradas há mais de um século, tendo a RAS uma posição cimeira no investimento directo estrangeiro e nas relações comerciais. Os mecanismos de acumulação centrados no complexo mineiro e energético sul-africano, reproduzem o desenvolvimento desigual iniciado nos princípios do século XX. Não obstante, todos os países terminam por desejar essa integração porque também economicamente benéfica e reforçadora de alianças políticas necessárias para as relações de poder dentro e entre países da região.

Não se deve ainda negligenciar sentimentos nacionalistas, de africanidade e eventualmente de negritude nas relações externas, na perspectiva da afirmação dos países e de África que são reforçados ao nível da SADC. Os fenómenos do *black empowerment* (principalmente na África do Sul, Zimbábue e Namíbia e em menor escala pela menor dimensão e importância económica das comunidades não negras, em Angola e Moçambique) são a expressão nacional desses fenómenos.

A teia de interesses políticos e diplomáticos, económicos e de estabilidade social possui igualmente complexas alianças de grupos e de personalidades que foram construindo redes de parentesco, amizades e inimizades pessoais ao mais alto nível dos signatários dos países da região, independentemente das tendências ideológicas ou de pertença a partidos no poder ou nas oposições. Sem ser um elemento central de análise, deve ser tomado em consideração.

Perspectivas de futuro

Em resumo, pode-se afirmar que a *Southern African Development Coordination Conference* realiza esforços para desenvolver dinâmicas económicas internas, sendo a África do Sul o grande motor da região. Angola, a um outro nível e com uma especialização distinta, configura uma hipotética sub-região que se pode designar do arco do Atlântico e Grandes Lagos. Essa tendência não pode desvincular-se das relações de dependência externa de alguns países, como por exemplo Moçambique, onde o orçamento público é financiado em mais de 50% por donativos. Por outro lado, não obstante a existência de importantes riquezas naturais e da presença de economias com indicadores económicos do grupo de países de médio rendimento (Botsuana e Namíbia), existem também países que se encontram entre os mais pobres do mundo. A persistência de conflitos com posicionamento diferenciado no seio da região, a permanência de mais de 35% da população em situação de pobreza absoluta (perto de 81 milhões de pessoas), alguns regimes com Estados neopatrimonialistas, regimes parlamentares autoritários de um partido dominante, constituem dificuldades que fazem pensar que a construção da *Southern African Development Coordination Conference*, nos prazos estabelecidos, constitui um desejo das elites governativas sem qualquer correspondência com a cidadania e o desenvolvimento sociocultural de quase toda a população. Pelo desequilíbrio de desenvolvimento e competitividade, também as elites económicas nacionalistas mantêm reservas quanto à integração, onde a África do Sul será, em quase todos os sectores, o principal beneficiado.

Apesar de tudo, a integração parece ser um processo irreversível porque vantajoso para as economias, o desenvolvimento e a estabilidade, a resolução de conflitos, porque empresta facilidades na captação de recursos e alianças externas, por um lado, e permite uma maior protecção contra a globalização desvantajosa, por outro e, finalmente, porque persistem sentimentos culturalistas e mesmo de negritude que interessa, internamente, manipular. Considerando as condições existentes, será, sem dúvida, como a construção de outras comunidades económicas, um processo de longo prazo com avanços e recuos. ■

BREVES INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS DA REGIÃO, RESSALTANDO A RAS, ANGOLA E MOÇAMBIQUE

	SADC	RAS	Angola	Moçambique
População (em milhões)[1]	226,4	21,2%	7,1%	9,1%
PIB, em 2005[1] (10)[9]	331,5	72,2%	9,9%	2,2%
PIB *per capita*, em 2005[1]	1.464	5.109	2.058	335
IDH (média das posições dos países e *ranking* individual em 179 países)[1]	149	121	162	172
Totais gastos em saúde/PIB (em %)[1]		8,8	1,9	4,0
Totais gastos em educação/PIB (em %)[1]		5,4	2,6	3,7
Exportação-Importação/PIB[1] (em %)		-2	26	1
Índice de competitividade[2] (em 134 países)		45	Nd	130
Índice *doing business*, 2007-2008[3] (em 181 países)		32	168	141
Índice de corrupção, 2007[4] (em 179 países)		43	147	117

Fontes: [1] Informe sobre el desarrollo humano 2007-2008.
[2] Doing Business, Measuring doing business regulations. Disponível em: http://www.doingbusiness.org/CustomQuery/
[3] *Global Corruption Report 2008*.
[4] *The Global Competitiveness Report 2008-2009*.

Os conflitos das últimas cinco décadas

Das guerras de independência aos sangrentos conflitos em que a Guerra-fria servia de pano-de-fundo, e que marcaram a construção dos Estados africanos pós-colonialismo, encontramos hoje uma realidade assente na manutenção da conflitualidade em múltiplos locais do continente africano.

Palco de instabilidades crónicas, África não conseguiu ainda, em muitos aspectos, gerir eficazmente a diversidade de culturas e modos de vida e conciliar divergentes perspectivas quanto ao funcionamento de alguns Estados, apesar de tudo, ainda frágeis.

Todavia é possível identificar algumas alterações nos conflitos em África ao longo das últimas cinco décadas: por um lado, verifica-se um acentuado decréscimo dos conflitos inter-estatais e, por outro, assistimos à predominância de conflitos multifacetados evidenciando processos de mudança de difícil enquadramento em apenas uma categoria.

A diminuição dos conflitos inter-Estatais poderá encontrar, entre outros, justificação em três aspectos:

1 — a edificação de instituições continentais, regionais e sub-regionais com competências crescentes em matéria de Paz e Segurança e progressivamente dotadas de mecanismos de prevenção, mediação e resolução de conflitos, cuja actividade, embora ainda limitada, começa a despontar, tendo já obtido resultados interessantes em alguns contextos;

2 — a normalização do relacionamento inter-Estados, evoluído de uma dinâmica de competição por poder e território e hoje objecto de enquadramento em estruturas institucionais soberanas;

3 — um percurso de crescimento económico e desenvolvimento social em curso em alguns países.

Já a predominância de conflitos de complexidade acrescida, quer no que respeita a actores envolvidos, quer no que concerne à agudização dos factores de perturbação e dificuldade de resolução, poderá ser consequência da coincidência de múltiplas dinâmicas enquadradas num contexto de debilidade dos Estados na gestão precoce destes fenómenos, entre as quais se destacam as seguintes:

Alterações quanto aos Actores

Colocado em evidência com maior acuidade nas últimas duas décadas, nesta alteração quanto aos actores radica a boa parte da complexidade hoje inerente aos conflitos africanos. No epicentro desta, é possível apontar alguns aspectos a considerar embora numa análise não exaustiva.

As alterações quanto à configuração dos exércitos, a tendência de privatização da violência, e as ligações à criminalidade organizada, são apenas alguns exemplos.

No que respeita à configuração dos exércitos assinala-se o recurso à utilização de crianças soldado. Não se tratando de uma realidade distante no passado, é todavia difícil o seu diagnóstico atendendo ao isolamento dos locais onde têm lugar e/ou à dificuldades verificadas na colecção de provas que conduzam à responsabilização dos líderes envolvidos resultando num ambiente de alguma impunidade. A situação no Uganda com a actividade do *Lord's Resistance Army* de Joseph Kony, a situação em apreciação no Tribunal Penal Internacional alegadamente envolvendo Thomas Lubanga Dyilo e a *Union des Patriotes Congolais*, na região de Ituri, na República Democrática do Congo, ou as suspeitas que recaem sobre a *Union des Forces Démocratiques pour le Rassemblement*, na República Centro Africana ou ainda as dúvidas sobre as *Forces Nouvelles* na Costa do Marfim, quanto à idade de alguns soldados, constituem exemplos contemporâneos da concretização real deste processo[1]. Nestes casos, o recurso a crianças e jovens para ingresso nas fileiras de combate parece surgir em consequência da fusão entre a necessidade de angariação de soldados ou o desejo de doutrinamento precoce na "ideologia" e modo de vida dos grupos onde estes são inseridos.

Em muitos casos, tratam-se de crianças e jovens subtraídos às suas famílias e mantidos com recurso à força no seio destes movimentos. O desconhecimento de outro modo de vida, resultado da integração muito precoce nos movimentos, e o instinto de sobrevivência acabam não raramente por resultar na formação de "soldados" em relação aos quais o regresso à vida não militar se afigura muito difícil.

Contudo, esta é uma realidade que não se esgota na utilização de crianças/jovens em situações de guerra, exemplos há de cenários onde a instrumentalização de grupos de jovens é veiculo de afirmação de poder junto das populações.

Em Abril passado, o Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-Moon apontou a existência de 56 entidades (Governamentais ou não) tidas como violadoras das leis internacionais de proibição do recrutamento e uso de crianças soldado[2].

No respeitante à privatização do uso da força, verifica-se uma crescente participação de entidades privadas em processos conflituais no continente africano. Não se tratando de um fenómeno exclusivo deste continente, nem tão pouco aí originado, as importantes lacunas legislativas, as falhas dos sistemas judiciais africanos e, no limite, a fragilidade dos próprios Estados resultam na talvez mais visível actividade destas neste contexto.

Para além da importante reflexão sobre as consequências da generalização do recurso a entidades privadas de tipo empresarial em situações de conflito, importa o diagnóstico do impacto desta realidade no modo de condução dos conflitos e no modo de os prevenir, gerir e resolver. O desenvolvimento e actividade de empresas privadas com capacidades de tipo militar, não só em termos de equipamento, como no que concerne à preparação e actividade do seu pessoal, acarreta o risco de aprofundamento da conflitualidade, entendida esta como lucrativa, num panorama onde se comercializa a arte de fazer a guerra.

A utilização dos serviços destas empresas por entidades não estatais, mas com disponibilidade financeira, constitui um outro universo de preocupações. Em 2004, o alegado envolvimento de Simon Mann[3] (*Executive Outcomes* e *Sandline International*) na preparação da deposição do General Obiang na Guiné Equatorial poderá ilustrar este quadro[3]. Os resultados desta dinâmica em África não são ainda inteiramente conhecidos mas suscitam já a atenção das Nações Unidas no âmbito do âmbito do *Working Group on the Use of Mercenaries*[4].

Em linha com esta temática da empresarialização dos conflitos em África, estão as alterações no modo de condução das guerras num contexto onde cada vez mais se prosseguem objectivos não militares, visando a população civil e não exércitos ou forças armadas oponentes. Estas novas formas de fazer a guerra, serão especialmente visíveis na região sudanesa de Darfur, quanto à acção de alguns grupos sobre as populações.

O envolvimento de grupos criminosos no desenrolar de alguns conflitos em África ou a sua participação na agudização da instabilidade em alguns países e/ou regiões, constitui mais uma das facetas a considerar na análise da conflitualidade neste continente. Para além dos benefícios a retirar da manutenção da instabilidade crónica, condição facilitadora da sua actividade, releva o seu possível papel na promoção de alguns conflitos. O seu crescimento e influência em certos países adquire hoje contornos passíveis de influenciar a sua vida política e o funcionamento de instituições democráticas. Actividade lucrativas como o narcotráfico ou o tráfico de seres humanos e auxilio à imigração ilegal, são hoje realidades incontornáveis em África, e a sua interacção com a paisagem política local bem como o seu potencial desestabilizador parecem hoje evidente, por exemplo, na Somália e na Guiné Bissau[5]. Prosseguindo uma agenda muito própria, este grupos estão simultaneamente dentro e fora de alguns processos conflituais. São parte interessada apenas na medida da salvaguarda da sua actividade e lucro. O impacto destes "actores fantasma" sobre as metodologias de resolução de conflitos constitui uma realidade de abordagem ainda embrionária.

Alterações quanto ao Tempo

Não obedecendo a padrões convencionais, alguns conflitos em África evidenciam alte-

rações quanto ao modo como decorrem no tempo. Encontramos conflitos intermitentes, isto é, cuja actividade decorre ao longo de anos, mas não de forma contínua, e conflitos perenes que se mantém activos durante prolongados períodos de tempo resultando em zonas de instabilidade crónica. Actualmente a situação na Somália, em colapso permanente desde 1991, poderá servir de exemplo, bem como a situação no Sudão onde, pese embora com contornos diferentes, a conflitualidade se mantém desde 1956. A perenidade de conflitos de baixa intensidade, à semelhança do que sucede no Uganda, constitui uma outra destas facetas, talvez menos visível aos olhos da Comunidade Internacional mas apesar de tudo activa. Esta relação dos conflitos em África com o tempo é igualmente interessante do ponto de vista da modificação da percepção internacional dos mesmos e da sua gravidade. O hábito, a ausência de progressos, de novidade, ditam o desenvolvimento de um certo alheamento e desinteresse face aos mesmos, com todas as implicações daí decorrentes para as populações mais afectadas.

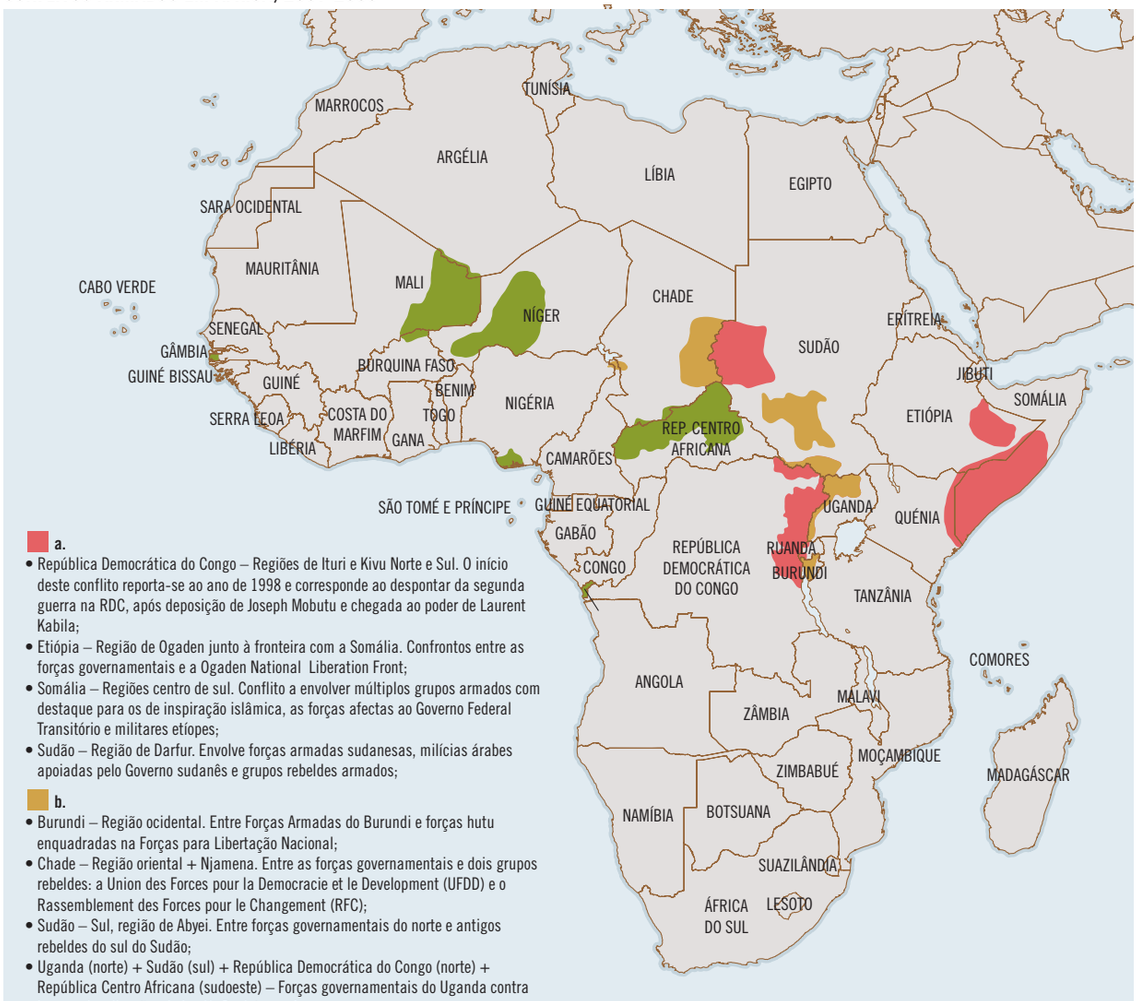
Alterações quanto ao Espaço

Também no que respeita ao modo como estes conflitos interagem com o espaço que os rodeia verifica-se uma tendência interessante de desvalorização das fronteiras enquanto limite da actividade dos Estados, no âmbito da qual, após décadas de afrontamento e sobre-valorização do território, os conflitos extravasam as demarcações fronteiriças em processos, nem sempre inteiramente assumidos, de incursão em países vizinhos.

Na região dos Grandes Lagos africanos, e durante grande parte da década de 90, a noção de fronteira parecia ter adquirido um novo significado. As constantes incursões do Uganda e do Ruanda em território da actual República Democrática do Congo pareciam delinear um cenário onde as guerras destes países eram travadas fora do seu espaço nacional. As forças governamentais do Uganda perseguiam o *Lord's Resistance Army*, dentro do território congolês, o mesmo sucedendo com as incursões das forças do Ruanda na perseguição de grupos de Hutu[6].

Na África ocidental, o exemplo da porosidade das fronteiras Serra Leoa — Libéria e Costa do Marfim — Libéria no âmbito dos conflitos que grassavam nestes países, poderá, também, constituir um exemplo interessante. ■

CONFLITOS ARMADOS EM ÁFRICA, 2007-2009



a.
- República Democrática do Congo – Regiões de Ituri e Kivu Norte e Sul. O início deste conflito reporta-se ao ano de 1998 e corresponde ao despontar da segunda guerra na RDC, após deposição de Joseph Mobutu e chegada ao poder de Laurent Kabila;
- Etiópia – Região de Ogaden junto à fronteira com a Somália. Confrontos entre as forças governamentais e a Ogaden National Liberation Front;
- Somália – Regiões centro de sul. Conflito a envolver múltiplos grupos armados com destaque para os de inspiração islâmica, as forças afectas ao Governo Federal Transitório e militares etíopes;
- Sudão – Região de Darfur. Envolve forças armadas sudanesas, milícias árabes apoiadas pelo Governo sudanês e grupos rebeldes armados;

b.
- Burundi – Região ocidental. Entre Forças Armadas do Burundi e forças hutu enquadradas na Forças para Libertação Nacional;
- Chade – Região oriental + Njamena. Entre as forças governamentais e dois grupos rebeldes: a Union des Forces pour la Democracie et le Development (UFDD) e o Rassemblement des Forces pour le Changement (RFC);
- Sudão – Sul, região de Abyei. Entre forças governamentais do norte e antigos rebeldes do sul do Sudão;
- Uganda (norte) + Sudão (sul) + República Democrática do Congo (norte) + República Centro Africana (sudoeste) – Forças governamentais do Uganda contra bases e localizações do Lord´s Resistance Army.

c.
- Angola – Região de Cabinda. Entre as Forças Armadas Angolanas e rebeldes no seio da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) – Forças Armadas de Cabinda (FAC);
- República Centro Africana – Região norte. Confrontos entre forças governamentais e rebeldes da UFDR e APRD;
- Mali – Região noroeste. Entre forças governamentais e grupo rebelde Turareg;
- Níger – Região noroeste. Entre as forças governamentais e o Mouvement Nigerian pour la Justice (MNJ);
- Nigéria – Delta do Níger. Entre forças governamentais e o Mouvement for the Emancipation of the Nigeria Delta (MEND);
- Senegal – Região de Casamansa. Entre forças governamentais senegalesas e Mouvement des Forces Democratiques de Casamance (MFDC).

Conflitos Armados: Conflitos nos quais forças governamentais combatem insurgentes armados ou onde grupos armados combatem entre si.

a. *De Alta Intensidade (+ de 1.000 mortes por ano, incluindo as provocadas pelo agravamento da violência e as causadas pela malnutrição e doença agravadas pelo conflito);*

b. *De Média Intensidade (Pelo menos 25 mortes por ano e um total acumulado de pelo menos 1.000 mortes desde o início do conflito mas menos de 1.000 no ano anterior);*

c. *De Baixa Intensidade (Pelo menos 25 mortes por ano mas com um total acumulado de baixas inferior a 1.000).*

Fonte: United States Department of State, Humanitarian Information Unit, disponível em http://hiu.state.gov. Revisto e adaptado.

[1] International Criminal Court (ICC-01/04 e 01/06). Disponível em: http://icc-cpi.int/.
Office of the Secretary-General for Children and Armed Conflict. Disponível em: http://un.org/

[2] "Secretary General's Remarks to the Security Council Meeting on Children and Armed Conflict", 29 de Abril de 2009. Disponível em: http://www.un.org/sg/.

[3] Perfil de Simon Mann. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/.

[4] Office of the High Commisionaire for Human Rights. Disponível em: http://www.ohchr.org/.

[5] US Department of State — "Trafficking in Persons Report, 2008 Special Cases – Somalia". 4 de Junho de 2008. Disponível em: http://www.unhcr.org/.
Cocaine Trafficking in West Africa: The Threat to Stability and Development. UNODC, Dezembro de 2007.
World Drug Report 2009, UNODC. Disponível em:http://www.unodc.org/.

[6] D. R. of Congo Conflict History. International Crisis Group. Disponível em: http://www.icg.org/.
GERSONY, Robert — "The Anguish of Northern Uganda: Rescues of a Field Base Assessement of Civil Conflicts in Northern Uganda. Kampala: US Embassy and USAID Mission, 1997.

Golpes de Estado em África e militarização dos regimes

Adoptando o critério de classificação do fenómeno relativo aos intervenientes, o golpe de Estado constitui-se, na grande maioria das casos, como uma guerra interna, mesmo considerando apoios e estímulos externos. Estamos a falar de uma acção caracterizada pela rapidez e surpresa, executada por determinado conjunto ou grupo, com a valência de utilização da força física/militar, com a principal finalidade de tomar o poder.

Importa ainda acrescentar que nos estamos a referir a grupos naturalmente restritos, o que nos remete para a ideia de uma acção ou acções que não implicam e não envolvem as massas populares.

Parece-nos útil acrescentar ou induzir pensamento para outra tipologia de acção, sobretudo no caso em que aquele grupo restrito seja constituído maioritariamente por militares; estamos a abordar o quadro conceptual da revolta militar. Do ponto de vista teórico, a última consubstancia acção de parte, senão significativa, pelo menos importante e representativa, das forças militares e até policiais, também com o intuito de derrubar a autoridade de facto.

Ambas as acções podem confundir-se porque têm como finalidade o derrube da autoridade; são efectuadas por um grupo restrito de pessoas e não envolvem a utilização e participação das massas populares.

A diferença está, essencialmente, no seguinte: o golpe de Estado, na esmagadora maioria das situações, não pressupõe grandes alterações dos chefes, estruturas e organizações militares e, na sua preparação, garante-se o seu apoio, pese embora possam ocorrer, por razões sempre justificáveis, substituições de alguns comandantes ou a deslocalização e desmantelamento de algumas unidades que possam revelar indícios de comportamento incerto. A revolta militar não pressupõe um apoio na estrutura e forças militares, tais como existem no momento, pelo menos em toda ou em parte significativa e será por isso que a adesão dos elementos e respectivos comandantes não participantes ou que apoiam a autoridade de facto será importante para o sucesso da revolta; de outra forma, estão criadas condições para se evoluir para situações de guerra civil.

Em contextos teóricos e académicos, o exposto anteriormente associa-se à questão da lealdade das Forças Armadas ao poder político, que se poderá constituir como obstáculo a golpes de Estado e revoltas militares com sucesso; aquela lealdade, em momentos e espaços diferenciados, pode ser garantida, no extremo, pela percepção da legitimidade governativa, por um lado e, por outro, pela ideia e prática de as forças militares, militarizadas e até policiais poderem retirar maiores benefícios do regime instalado.

Sobre o termo «militarização», este relaciona-se com o «militarismo», que pode ser entendido como doutrina política que advoga a ideia de as Forças Armadas governarem os destinos de um povo, organizado politicamente, seja na forma de Estado, seja noutra qualquer tipologia.

A ideia da militarização simplifica-se, muitas vezes, na lógica da ocupação ou tentativa de ocupação do poder pelas Forças Armadas mas, de facto, temos que a complexificar; muitas vezes significará mais que isso e este incremento materializa-se ou deveria materializar-se na concepção e implementação de determinado projecto político para aquele povo, aquela nação, politicamente organizada.

Muitas das vezes, as intervenções das Forças Armadas na designada política de um Estado correspondem à fragilização e incapacidade de outras instituições o fazerem e, nestes casos, até falamos do papel moderador da Instituição militar. Mas o que importa, neste pequeno enquadramento conceptual, é que na situação descrita, a instituição militar, através do projecto definidor, também se ocupa do estabelecimento, execução e controlo da gestão de todos os sectores e aspectos civis das sociedades. É a militarização destas, numa palavra.

O "golpe de Estado" em África

Retivemos certamente que as acções descritas manifestam formas violentas de tomar o poder ou garantir alternância, grande parte das vezes sem envolvimento imediato das populações, ao contrário das acções revolucionárias, na sua pureza.

Num continente caracterizado pela república como forma de governo esmagadoramente maioritária, cerca de 80%, podemos verificar a utilização do golpe de Estado como acção prioritária seleccionada para aceder ao poder. Existe alguma discrepância relativamente a números apresentados, derivando certamente do entendimento conceptual de golpe de Estado, de conspiração no sentido do planeamento ou mesmo de revolta militar e até de revolução.

Mas o que importa é destacar o número elevado de situações e isso é possível: de acordo com um estudo de *Patrick J. McGowan* publicado em 2003 no *Journal of Modern African Studies*, no período compreendido entre 1960 e 2001, registaram-se 109 tentativas marcadas pelo insucesso e oitenta e dois golpes de Estado que vingaram e estes números têm aumentado até aos nossos dias.

Komi Tsakadi, em Dezembro de 2008, em artigo publicado em 1998, no *Journal of Peace Research*, refere o número de 267, entre tentativas e golpes de Estado com sucesso, no período compreendido entre 1960 e 1990.

Parece assim não haver dúvida de que a tomada do poder pela força em África é sintomática. Sobre as razões e alguns elementos interessantes, avançaremos mais à frente, mas uma coisa também parece certa: é que o método e as variâncias de poder não vieram modificar a realidade africana, caracterizada pelas pobres condições económicas e instabilidade política.

Em todos os casos, as Forças Armadas e os seus chefes, desempenharam papel importante e decisivo, senão o principal, o que não é de estranhar, dado que, em última análise, são detentores dos meios da violência física e militar. Esta realidade também induz logo a ideia ou percepção, pelo menos às populações em geral, do militarismo e/ou da militarização.

Por outro lado, em sociedades modeladas por diferenças substanciais, nos mais variados aspectos, pobres também em índices educacionais, mas principalmente ressurgidas de guerras civis ou governadas por grupos que tomaram o poder pela força, os seus diferentes sectores são por eles controlados ou pelos seus apoiantes ou famílias, mesmo depois de desmilitarizados, e a imagem social, na generalidade, é a de receio e incompreensão de projectos políticos, se assim os podemos chamar, até porque muitos deles se tornam carentes de resultados positivos, o que, em última análise, propicia outro golpe.

O insucesso social e económico resultante leva muitos autores, como por exemplo *Elaigwu* (1981), a referir que a militarização da política no continente africano não trouxe, de forma clara, alguma vantagem.

Estudos efectuados com o auxílio da econometria procuraram responder à questão da grande frequência de golpes de Estado em território africano; tal é o caso das reflexões (2005) de *Paul Collier* e *Anke Hoeffler* do Departamento de Economia da Universidade de Oxford. Dos resultados, poderemos destacar:

- a significativa importância dos factores económicos, tais como a falta de crescimento económico e os baixos rendimentos *per capita*, no despoletar da tendência da execução de golpes de Estado; a estes

MILITARES E GOLPES DE ESTADO EM ÁFRICA

Mauritânia – Em Agosto de 2008, o ex-chefe do Estado-Maior do Exército e comandante da Guarda Presidencial, general *Mohamed Ould Abdel Aziz* toma o poder.

Guiné – Em Dezembro de 2008, o capitão *Dadis Camara*, liderando uma junta militar, toma o poder.

Madagáscar – Em Março de 2009, o líder da oposição ao presidente *Ravalomanana*, assumiu o poder, com o apoio maciço do Exército.

Fonte: *Security Council Report*, Abril de 2009.

factores, que poderiam ser mitigados pela homogeneidade étnica ou alguma dominância por parte de determinada componente, acresce a diversidade de etnias existente; sobre esta possível causa, diríamos somente que pode ser integrada no quadro mais vasto de um ambiente sociopolítico frágil, marcado pela incapacidade governamental e pela falta de cultura política de um povo, muito particularmente de quem o governa, contribuindo em muitos casos, pela extrema fragilidade do Estado, que não consegue garantir os fins teleológicos à intervenção de forças militares;

• o incremento da despesa militar ou a melhoria das condições dos militares, ao contrário do que se poderia pensar, fará aumentar o risco de ocorrência de golpes de Estado; isto pode ser explicado pela possibilidade de que melhores condições propiciam um acréscimo de *status* que, por sua vez, poderá induzir nos comandantes outro tipo de ambições. De outro ponto de vista, umas Forças Armadas cujo único elo de coesão são as condições que proporcionam serão mais fáceis de comandar, por parte de um chefe ambicioso. Na nossa opinião, a militarização de alguns sectores-chave da sociedade também poderá ajudar ao golpe;

• o estudo concluiu que Forças Armadas significativas do ponto de vista quantitativo, contrariando igualmente o que a intuição nos tenta dizer, induzem maior probabilidade de ocorrência de tentativas da guerra interna, explicável, de acordo com os autores, pela existência de maior número de grupos no seio militar, separados pelo ressentimento, sentimentos de vingança, ambições diferenciadas e, acrescentaríamos nós, vários suportes ideológicos, religiosos e étnicos;

• a utilização do golpe de Estado para a tomada de poder agrava a tendência para o contragolpe e assim sucessivamente; se um grupo político quer ver legitimado o acesso ao poder através do método violento, estará a legitimar quem tente a alternância pela mesma via.

Ainda gostaríamos de acrescentar as questões relativas à legalidade e à legitimidade. Se relativamente a esta, poderá o próprio povo, manipulado ou não, pressionar no sentido de uma acção deste tipo ser considerada legítima, já do ponto de vista da legalidade, a matéria apresenta-se como muito problemática. É neste contexto que a Organização da Unidade Africana, depois União Africana, em 1999, emitiu a conhecida Declaração de Argel, onde se condena a tomada de poder com recurso ao golpe de Estado. De qualquer maneira, como se verifica, o documento e/ou toda a legislação internacional sobre a matéria não produziram nenhum efeito prático, apesar de o primeiro, por exemplo, preconizar sanções contra os prevaricadores.

Bem pelo contrário, diferentes dirigentes parecem ter encontrado solução em manobras eleitorais menos claras e até em alterações de natureza constitucional, facilitando legitimações e legalizações de permanência no poder; situações fáceis, até porque algumas vezes, o próprio poder legislativo assim se erigiu pela via da violência;

• a instabilidade política existente ou que entretanto foi criada pela tentativa ou mesmo realização de um golpe de Estado com sucesso, e que não é ultrapassada, induz em pouco tempo, a existência de nova alternância política pelo mesmo método.

Prova-se que, se este círculo vicioso de golpe e contragolpe não for quebrado, o mesmo tende a perpetuar-se.

Cenários futuros

O Relatório do Desenvolvimento Humano 2007/2008 faz realçar, entre outras coisas, o predomínio dos Estados africanos, em particular da África subsariana, na parte final da tabela, quer no que respeita ao Índice de Desenvolvimento Humano, quer a indicadores de natureza económica.

Em estreita associação, verifica-se a existência de alguns regimes que têm muita dificuldade, por uma série de factores, nos quais se incluem o cultural e o histórico, em justificar a sua inserção num Estado cumpridor das finalidades teleológicas e que, porventura, só existe como tal, dos pontos de vista formal e jurídico. No fundo, poderemos estar perante abstracções, em que o cidadão comum terá grande dificuldade em conviver, na justa medida em que não sente verdadeiras melhorias da sua condição de vida, ao mesmo tempo que vê classes ditas elitistas e governantes a acumular riqueza, por vezes desmesurada, sem praticar a boa governança, ao mesmo tempo que legalizam a sua cristalização no poder.

Como tal, existe grande possibilidade de o golpe de Estado se manter como método para a alternância política e as forças militares, neste contexto, continuarem a ser percebidas como ameaça para os próprios regimes. ■

ÁFRICA: O CONTINENTE DOS GOLPES DE ESTADO

Gana – Fevereiro de 1966
Líbia – Setembro de 1969
Uganda – Janeiro de 1971
Nigéria – Julho de 1975
Seychelles – Junho de 1977
Rep. Centro-Africana – Setembro de 1978
Burquina Faso – 1983
Mauritânia – Dezembro de 1984
Sudão – Abril de 1985
Burundi – Setembro de 1987
Gâmbia – Julho de 1994
São Tomé e Príncipe – Agosto de 1995
Comores – Setembro de 1995
Serra Leoa – Janeiro de 1996
Nigéria – Janeiro de 1996
Burundi – Julho de 1996
Zaire – Maio de 1997
Serra Leoa – Maio de 1997
Congo-Brazzaville – Outubro de 1997
Níger – Abril de 1999
Comores – Abril de 1999
Guiné-Bissau – Maio de 1999
Costa do Marfim – Dezembro de 1999
Rep. Centro-Africana – Março de 2003
São Tomé e Príncipe – Julho de 2003
Guiné-Bissau – Setembro de 2003
Togo – Fevereiro de 2005
Mauritânia – Agosto de 2005
Mauritânia – Agosto de 2008
Guiné – Dezembro de 2008
Madagáscar – Janeiro de 2009

Fonte: adaptado de NHANTUMBO, Noé (2008) — *Golpes de Estado em África*. Internet: http://comunidademocambicana.blogspot.com/2008/06/golpes-de-estado-em-africa.html, 14 de Junho de 2009, 23h15min.

POSIÇÃO POR ORDEM DE IDH
(universo de 177 países)

Desenvolvimento Humano Médio

São Tomé e Príncipe – 123
Guiné Equatorial – 127
Comores – 134
Gana – 135
Mauritânia – 137
Congo – 139
Madagáscar – 143
Sudão – 147
Togo – 152
Uganda – 154
Gâmbia – 155

Desenvolvimento Humano Baixo

Nigéria – 158
Guiné – 160
Costa do Marfim – 166
Burundi – 167
Rep. Democrática do Congo – 168
Chade – 170
República Centro-Africana – 171
Níger – 174
Guiné-Bissau – 175
Burquina Faso – 176
Serra Leoa – 177

Fonte: PNUD (2007) — *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007/2008*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Nova Iorque, EUA.

A "arquitectura" de paz e segurança em África

Num contexto de expressiva ocorrência e perenidade de conflitos armados, que convive com inúmeras situações de instabilidade latente, a temática da segurança em África adquire especial relevo. Independências recentes, insuficiente solidez das estruturas estatais (ou até inexistência das mesmas), ausência de recursos financeiros e humanos, clivagens étnicas e problemas económicos de ordem diversa, entre outros factores, suscitam o delinear de um cenário facilitador de propensão ao conflito no qual o funcionamento de estruturas institucionais de prevenção, gestão e resolução de conflitos se assume como fulcral.

Porém, à imagem do sucedido em outros contextos regionais, tem resultado difícil em África a execução e operacionalização de sistemas regionais e/ou continentais que contemplem uma abordagem a um tempo preventiva e simultaneamente com capacidades na gestão e resolução de crises.

O facto de boa parte das organizações de cooperação africanas terem sido concebidas tendo em vista objectivos do foro económico, a que se associa a modesta existência de componentes de cooperação política, resultaram, num passado recente, no limitado alcance de instrumentos embrionários na área da defesa e segurança. Durante décadas, após as independências, a barreira da soberania, a inexistência de mecanismos de alerta precoce, a complexa articulação de meios militares e os limites de competências da maior parte das instituições africanas possibilitaram a existência de um cenário de desadequação de procedimentos e escassez de meios no lidar com fenómenos de conflito progressivamente mais complexos.

Com o passar dos anos e usufruindo de experiências acumuladas, foi possível a estas organizações consolidar o seu papel na esfera económica e ensaiar passos no sentido da articulação de sensibilidades, por vezes divergentes, na capacitação institucional em matéria de defesa e segurança. Contudo, verifica-se a persistência de alguns entraves neste processo de aprofundamento de competências e necessária harmonização inter-organizações. A coexistência de dinâmicas de impulso à actuação na esfera da defesa e segurança em múltiplos níveis (sub-regionais, regionais e continentais) traduz-se num intrincado processo de articulação e harmonização de competências, particularmente na ligação com a organização continental, a União Africana (UA).

Os debates em torno do aprofundamento de competências político-económicas da UA são, também, indissociáveis da reflexão quanto ao estabelecimento de um "sistema" continental de paz e segurança.

Mais do que a concretização da ideia de "soluções africanas para problemas africanos", e beneficiando de um conhecimento de proximidade (e em alguns casos de alguma ascendência sobre actores em presença) nas organizações africanas reside o potencial de geração e operacionalização de um efectivo quadro de actuação em matéria de paz e segurança.

Terá sido este o espirito que presidiu à concepção da designada Arquitectura de Paz e Segurança da UA, num esforço de aquisição de competências e concertação de abordagens a nível continental.

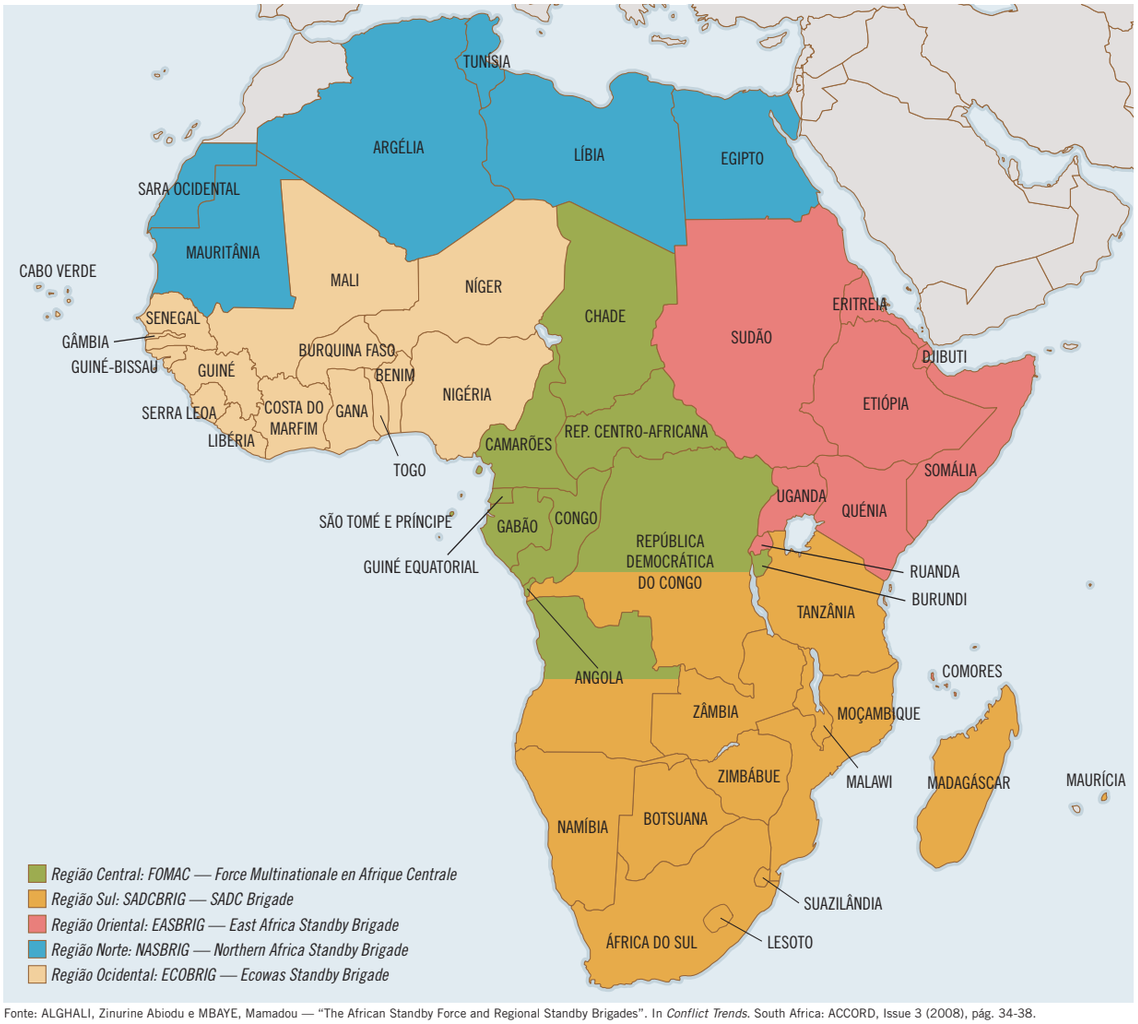
Espelhando as vicissitudes do processo enunciado, a UA procurou uma "arquitectura" que integrasse a adopção de um sistema gradualista de intervenção face à ocorrência de conflitos no continente e a primazia da abordagem politico-diplomática na gestão dos mesmos.

Foi, neste sentido, concebida uma estrutura própria que recupera alguns dos mecanismos previstos na anterior Organização de Unidade Africana, mas que são agora desenvolvidos e enquadrados num sistema em que o núcleo é o Conselho de Paz e Segurança, em torno do qual gravitam diversas estruturas em diferentes estádios de implementação.

O Painel de Sábios
(*Panel of the Wise*)

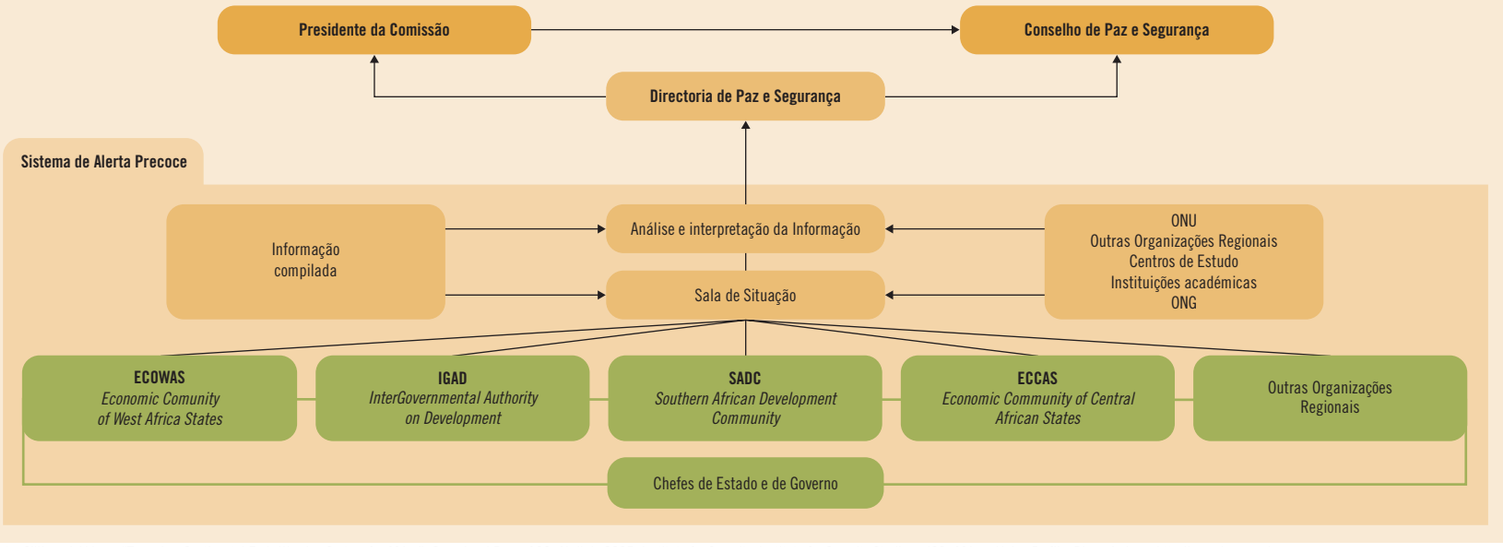
Composto por cinco personalidades africanas de renome escolhidas pelo presidente da Comissão em articulação com os Estados membros e atendendo à representatividade das cinco regiões, para um mandato de três anos. Actualmente integram o Painel: Salim Salim, antigo secretário geral da OUA em representação da África Oriental; Brigalia Bam, presidente da Comissão Eleitoral Independente da África do Sul, em representação da África Austral; Ahmed Ben Bella, ex-presi-

A FORÇA AFRICANA EM ALERTA: BRIGADAS EXISTENTES



Fonte: ALGHALI, Zinurine Abiodu e MBAYE, Mamadou — "The African Standby Force and Regional Standby Brigades". In *Conflict Trends*. South Africa: ACCORD, Issue 3 (2008), pág. 34-38.

O SISTEMA DE ALERTA PRECOCE DA UNIÃO AFRICANA



Fonte: Cilliers, Jakkie — "Towards a Continental Early Warning System for Africa". Occasional Paper 102, Abril de 2005, Institute for Security. Institute for Security Studies – ISS, African Union Profile. Disponível em: http:// www.iss.co.za/

dente da Argélia, em representação do Norte de África; Elisabeth Pognon, ex-presidente do Tribunal Constitucional do Benim, em representação da África Ocidental e Miguel Trovoada, ex-presidente de São Tomé e Príncipe, em representação da África Central.

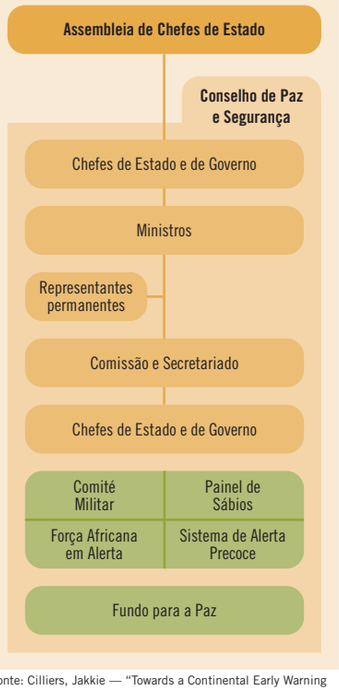
O Sistema Continental de Alerta Precoce (*Continental Early Warning System*)

Trata-se de uma rede de contactos unindo diversos centros de estudo, acompanhamento e análise da conflitualidade em África, cujo ponto comum previsto é o Centro de Gestão de Conflitos (*Conflict Management Centre*) e a uma Sala de Situação (*Situation Room*) da União Africana. A ideia subjacente consiste no estabelecimento de uma sistema de ligações entre pólos de estudo da conflitualidade, sejam estes Centros de Estudo, Institutos de Análise Estratégica, Universidades, ou grupos junto de instituições governamentais e regionais.

Aquando do seu funcionamento pleno, o sistema prevê a existência de um núcleo de recolha de informação, reflexão estratégica e produção de relatórios informativos sobre conflitos. Para o patamar de recolha de informação contribuem, de forma activa mas informal, os Média em geral, as Nações Unidas, outras Organizações Internacionais, Centro de Estudos, Instituições Académicas e ONGs. De modo mais formal contribuem também núcleos de colecção de dados (*Observation and Monitoring Units*) no seio das organizações regionais africanas (CEDEAO, IGAD, SADC, entre outras), bem como eventuais missões no terreno promovidas pela União Africana.

Este intrincado sistema deverá funcionar como núcleo de apoio à decisão para o trabalho desenvolvido pela Comissão e pelo Conselho de Paz e Segurança em matéria de conflitualidade.

O CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA DA UNIÃO AFRICANA



Fonte: Cilliers, Jakkie — "Towards a Continental Early Warning System for Africa". Occasional Paper 102, Abril de 2005, Institute for Security.
Institute for Security Studies – ISS, African Union Profile.
Disponível em: http://www.iss.co.za/

A Força Africana em Alerta (*African Standby Force*)

Deverá ser composta por cinco brigadas, representando cada uma das regiões cuja operacionalização deverá permitir a criação de uma força multidisciplinar africana, com componentes civis e militares, capaz de actuar com rapidez em cenários de crise e/ou conflito.

O Comité Militar

Reúne os Chefes Militares dos países representados no Conselho de Paz e Segurança e providencia assessoria ao mais alto nível em assuntos militares, e possuirá um papel de maior relevo aquando do funcionamento pleno da Força Africana em Alerta.

O Fundo para a Paz

Preconizado como fonte de financiamento para a actividade evolutiva da União em matéria de paz e segurança. Ponto nevrálgico no desenvolvimento de competências da UA em matéria de paz e segurança, depende, porém, da estabilidade e sustentabilidade do crescimento económico dos Estados membros.

Em conjunto, estes diferentes núcleos na órbita do Conselho de Paz e Segurança compõem a designada Arquitectura de Paz e Segurança em África, sobre a qual recaem elevadas expectativas de contributo para a pacificação de zonas de conflitualidade crónica no continente e também na ampliação do trabalho da UA em matéria de prevenção de conflitos.

No entanto, para além das barreiras colocadas pela escassez de meios próprios, designadamente militares, mas também financeiros, o desafio fulcral que se coloca no presente gira em torno da difícil acomodação de diferentes perspectivas face a múltiplos dossiês.

Incontornavelmente, coexistem diversas visões nacionais sobre o futuro da cooperação em matéria de paz e segurança a nível continental. ■

Referências

União Africana — *Protocol relating to the establishement of the Peace and Security Council of the African Union*. Disponível em: http://www.africanunion.org/.

EL ABDELL AOUI, Jamila — "The Panel of the wise". ISS Paper 193, Agosto de 2009.

Os «guardiões da paz» em África

O empenhamento da União Africana (UA) na criação de uma força militar – *Standby Force* (SBF) – que garanta o cumprimento das suas responsabilidades no âmbito das Operações de Apoio à Paz (OAP), ou de outras intervenções militares, demonstra claramente as intenções desta Organização Internacional (OI), bem patente na expressão de Jim Fisher-Thompson "*Africans make the best peacekeepers for Africa…*" (2007).

Até um passado recente, falar em Operações de Apoio à Paz (OAP) conduzidas por forças africanas era uma verdadeira miragem. A situação securitária no interior da maioria dos Estados africanos não permitia que os mesmos tivessem uma capacidade militar suficientemente eficaz, que se objectivasse de forma coerente e credível para o cumprimento desta tipologia de operações. Actualmente, os esforços promovidos por Estados e por OI, no desenvolvimento de capacidades no quadro das OAP, demonstram de forma clara a inversão daquela que foi a realidade até ao final do séc. XX.

A génese do poder bélico estadual

Ao procurar a génese do que são hoje os exércitos africanos, assalta-nos a ideia de que serão o produto daquilo que foi a descolonização europeia. Com efeito, com o final da 2.ª Guerra Mundial têm início os movimentos de libertação que rapidamente chegam ao continente africano, induzindo na década de 60 que a maioria dos Estados africanos adquiram a independência através de processos mais ou menos pacíficos (pela transferência de poder negociada ou pela resistência e sublevação popular que originou o «impulso» final aos regimes coloniais em fase de retracção). A excepção a esta «regra» são os casos da Argélia, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, que se empenharam numa guerra de libertação contra as potências colonizadoras, adquirindo a Argélia o estatuto de Estado independente em 1962 e Angola, Moçambique e Guiné-Bissau em meados da década de 70.

Todavia, as décadas de 60 e 70 do séc. XX, para além de assistirem ao nascimento de Estados, depararam-se com a emergência de um conjunto de conflitos no seio dos recém-independentes Estados africanos. Um pouco por todo o continente eclodem conflitos domésticos cujas causas são as mais variadas. Os factores internos são os que encontram a máxima expressão na escala causal. Podem-se entender, desde logo, as clivagens étnicas e sociais profundas que assolaram aquele continente, como foi possível identificar na Somália ou na África do Sul (entre Zulos e Cossas). A pobreza extrema, outro elemento interno, é outra das razões para o ímpeto impresso na violência em África, como é facilmente identificável no conflito que, ainda hoje, grassa no Sudão (o Norte relativamente rico face ao Sul relativamente empobrecido). Para além destes dois elementos, sobressai o fracasso da liderança africana, causa principal para múltiplos golpes de Estado, consubstanciado nas políticas repressivas e outros excessos políticos, perpetrados por governos, os quais são, em muitas situações, um factor multiplicador das tensões anteriormente identificadas, tomando para exemplo, entre outros, os regimes de Idi Amin no Uganda e de Mobutu no Zaire.

O factor regional é também outro elemento a ter em linha de conta; indo para além da norma de não-ingerência, muitos conflitos foram promovidos e mantidos por Estados com «boa vontade» em garantir apoio a movimentos no interior de países vizinhos (o apoio prestado pela África do Sul à Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) em Moçambique e União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) em Angola e o Zimbábue em relação à UNITA em Angola, são disso exemplo).

Sendo de cariz mais abrangente, o factor internacional é outro dos factores a considerar no que concerne à conflitualidade na África Subsariana. Assim, torna-se óbvio o papel que os actores externos desempenharam naquele continente, quer como elementos facilitadores (como o caso da França em relação à estabilização do Chade ou o papel dos EUA nas negociações de paz em Angola), quer como destabilizadores (como por exemplo a projecção de 20.000 militares cubanos, apoiados pela URSS, para apoiar o governo angolano).

A envolvência internacional (como por exemplo a URSS, China, EUA, Reino Unido e França) foi uma constante nos conflitos na África Subsariana, aliás, como ainda se faz sentir na actualidade, no comércio ilegal de armamento ligeiro que, de acordo com Schroeder e Lamb (2006) "*Since 2000, UN investigators have documented weapons transfers by neighbouring governments to armed groups in Somalia, Democratic Republic of Congo, Liberia, Sierra Leone and Sudan, all of which were under UN arms embargoes at the time of the transfers…*" sendo que, para Guy Arnold (2008), os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) – Estados Unidos da América (EUA), Rússia, Reino Unido, França e China – são os responsáveis por cerca de 90 por cento do comércio de armas em todo o mundo.

Ao caracterizar os exércitos africanos no fim do paradigma bipolar, poderíamos referir que estavam maioritariamente vocacionados para as operações de defesa interna, doutrinariamente orientados para combate em savana e floresta, nomeadamente para operações de cerco e busca, sendo o treino de combate em áreas urbanizadas uma realidade em poucos exércitos (África do Sul, por exemplo). O recrutamento era eminentemente obrigatório, sendo de destacar a qualidade superior dos oficiais no Quénia e Gana (Clayton, 2002: 52). Acresce ainda que a carreira militar, na maioria dos Estados da África Ocidental, era vista como uma possibilidade de aceder a empregos civis mais lucrativos. Com material relativamente obsoleto (Angola, grande quantidade de veículos soviéticos da década de 70; Etiópia e Nigéria, com uma porção grande de veículos da década de 60; a África do Sul, equipamento tecnologicamente avançado; no Quénia, sobressaíam os esquadrões de cavalaria do ar; e a maioria dos exércitos mais pequenos contava com equipamento e armamento ligeiro e viaturas sem blindagem ou blindagem ligeira) e uma cadeia logística fraca (poucos sobressalentes e baixos padrões de manutenção) muito equipamento ficava inoperacional, particularmente no campo de batalha, interferindo de forma qualitativa e quantitativa no emprego das forças militares.

Com estruturas políticas débeis e sem a real capacidade para garantir os fins últimos do Estado – Segurança e Bem-estar – é natural que as estruturas militares se tenham ressentido na sua eficácia, isto é, na capacidade que os exércitos têm de gerar poder militar a partir dos recursos do Estado, sendo este o factor que, em nossa opinião, moldou o que são hoje as estruturas militares na África Subsariana. Em contraste, os países do Norte de África (Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egipto) mantiveram a capacidade de proporcionar os fins teleológicos do Estado, sendo o nasserismo e o nacionalismo árabe, provavelmente, o «cimento» que permitiu garantir a consolidação das estruturas do Estado e, consequentemente, da eficácia dos seus aparelhos militares.

Na actualidade, os exércitos na África Subsariana "*…have changed less than we might have hoped since the end of the Cold War*" (Ellis, 2007). As perspectivas de que a onda de democratização da última década do séc. XX iria pôr fim aos golpes militares em África não se verificaram. Ainda se encontram líderes militares que se constituem como governantes e os exércitos são frequentemente leais a regimes políticos em detrimento do Estado. De facto, de acordo com o *The Economist* (2009), dos 55 Estados que compõem o continente africano, sete possuem um regime democrático (Maurícias, África do Sul, Cabo Verde, Botsuana, Namíbia, Lesoto e Benim), catorze um regime híbrido (Madagáscar, Moçambique, Senegal, Gana, Tanzânia, Zâmbia, Libéria, Malawi, Uganda, Quénia, Etiópia, Burundi, Gâmbia e Serra Leoa) e os restantes assentam num regime autocrático ou de partido único, isto é, cerca de 62% dos Estados em África assentam o seu governo num regime autocrático ou de partido único.

A eficácia dos aparelhos militares

De forma a podermos apontar a real eficácia dos aparelhos militares, temos de recorrer à análise dos elementos tangíveis e intangíveis dos factores que a influenciam, sendo a possível resposta direccionada, não para o número de militares, espingardas ou carros de combate, mas para o resultado

PRINCIPAIS FORÇAS ARMADAS AFRICANAS

Nação	Cap. FA[1]	Milit. Activo[2] (milhares)	Orç. Def.[3] (milhões $US)
Egipto	532	468	3.400
Argélia	177	147	3.700
Etiópia	141	140	350
Eritreia	124	200	200
África do Sul	96	62	3.900
Marrocos	96	196	2.500
Angola	73	108	2.400
Nigéria	56	80	1.000
RD Congo	35	135	200
Líbia	30	76	800

[1] Cap. FA: Capacidade global das Forças Armadas.
[2] Milit. Activo: Pessoal militar no activo.
[3] Orç. Def.: Orçamento de Defesa (em milhões de dólares US).
Fonte: http://www.strategypage.com

da «equação» que entra em linha de conta com a influência que os factores intangíveis produzem nos primeiros.

Se os elementos tangíveis são facilmente inferidos, os factores intangíveis têm de ser deduzidos através de um exercício que relacione a estrutura política dos Estados, as estruturas étnicas e sociais e a envolvente internacional com as actividades militares (processo de avaliação estratégico, o comando e controlo, a selecção e o treino, entre outros) e os elementos que compõem a eficácia dos exércitos (Integração – o grau no qual as diferentes actividades militares são consistentes, internamente, e se reforçam mutuamente ao nível estratégico, operacional e táctico; Capacidade de resposta – a capacidade de responder às solicitações oriundas de nova informação acerca das nossas forças, adversário e meio ambiente; Competências – a capacidade de realizar tarefas particulares e acatar ordens; e Qualidade – a capacidade de autoprovidenciar armamento e equipamento tecnologicamente avançado).

Se atendermos às estruturas políticas, a «mescla» entre o poder político e forças militares pode produzir efeitos bastante negativos. Assim, basta ter como ponto de partida os processos de selecção e de promoção para a ocupação de cargos de responsabilidade na cadeia de comando. Havendo uma ligação de lealdade para com o regime, ao invés do Estado, estes critérios privilegiam a promoção dos que são mais próximos do regime e não daqueles que possuem mais competências. Desta forma, a capacidade de resposta ressente-se, negativamente, pois os elegíveis não têm, necessariamente, a capacidade para efectuar um processo de avaliação estratégico eficaz condicionando a percepção das ameaças e constrangimentos exógenos e, assim, têm mais dificuldade em aplicar estratégias ou tácticas que permitam explorar as vulnerabilidades adversárias e maior dificuldade em capitalizar as suas próprias potencialidades. Também a integração pode ser afectada tendo em conta que a interrelação dos diversos níveis (estratégico, operacional e táctico) pode nem sequer ser conseguida devido à falta de consistência dos diversos comandos, em virtude da compartimentação e competição improdutiva, para além da possibilidade de o topo da liderança política se imiscuir no nível táctico. Acresce ainda que a influência deste elemento poderá estar na base da contratação de Empresas Militares Privadas e Mercenários: por norma a selecção e promoção, com base no mérito, afecta o nível de competência, isto é, um bom comandante tem influência no treino e motivação dos seu militares, permitindo que estes possuam maior número de competências e motivação para conduzir operações tácticas mais arriscadas e sofisticadas; caso não se verifique, a contratação de «serviços» que possam colmatar esta lacuna apresenta-se como possibilidade.

A divisão étnica e social representa um dos maiores problemas dos Estados, com particular incidência no caso do continente africano. Afecta, acima de tudo, a condução da política e a coesão nacional, criando fragilidades na mobilização do potencial humano e nos processos de tomada de decisão, comando e controlo, induzindo, desta forma, uma barreira significativa à maximização da eficácia dos aparelhos militares. As clivagens étnicas, a par da divisão social, afectam a vontade de combater das forças e as políticas de promoção já anteriormente debatidas, uma vez que procura garantir que elementos potencialmente desleais não ascendam a postos mais elevados. Por outro lado, se o foco é a defesa interna, ao invés da defesa externa, do Estado, as estruturas organizativas, as doutrinas e as politicas de treino são, necessariamente, afectadas. Ainda que não directamente ligado a este factor, o aspecto sanitário assume especial preponderância em termos sociais como elemento exponencial, isto é, o impacto do flagelo de doenças infecto-contagiosas (com particular referência para o vírus do HIV/SIDA, com especial incidência no Sul de África – Botsuana, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue) como uma barreira à eficácia, traduzindo-se na dificuldade de estabelecer competências de elevado nível e no aumento do peso da cadeia logística (cujo objectivo é o de manter as forças em operações).

Bilateralidade e prontidão militar

Tendo em conta o empenhamento internacional, para além da já referida interferência em termos de comércio de armas e ingerências de países vizinhos, na actualidade, a senda de conferir capacidades e competências a alguns exércitos daquele continente é cada vez maior. Por um lado, o esforço impresso por OI na transferência de competências no quadro das OAP é crescente, sendo notório através dos exercícios militares, desenvolvidos pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), União Europeia (UE) e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em coordenação com alguns Estados e com a União Africana. Por outro lado, a criação do U.S. AFRICACOM (comando estratégico norte americano), como resultado da «guerra global» contra o terrorismo, e do Departamento de Estado norte americano que pretende, através de iniciativas bilaterais através do *African Contigency Operations Training and Assistence* (ACOTA), desenvolver capacidades em África que possam facilitar a ligação civil-militar, proporcionando a possibilidade dos parceiros africanos desenvolverem competências necessárias de forma a conduzirem OAP. Realçam-se, também, os projectos bilaterais (como por exemplo, entre Portugal e Angola, e o recente projecto entre Portugal e Moçambique) cuja parceria se consubstancia, por exemplo, na formação de quadros superiores das forças armadas. Por certo este tipo de iniciativas traduz-se no aumento da eficácia dos aparelhos militares. Desde logo, pela interoperabilidade (mais do que a integração do equipamento, faculta a integração de doutrinas e organizações), fundamentalmente, num quadro regional. A organização militar, de modo a poder maximizar estes preceitos, terá de sofrer alterações organizativas significativas, decorrentes da necessidade de operar numa lógica diferente da que tem sido praticada.

Fruto da análise efectuada, parece-nos difícil identificar um Estado no continente africano que possua a primazia da força militar, parecendo-nos, contudo que a primazia da eficácia está concentrada principalmente nos Estados do Norte de África e talvez, na África Subsariana, na África do Sul. Há, ainda, muito trabalho a realizar. No entanto a iniciativa da (UA) de criar a *African Standby Force* é a demonstração clara das preocupações e intenções de apostar no desenvolvimento da paz e democracia naquele continente.

Outro indício da vontade de alterar a norma do emprego da força militar está patente nas diversas iniciativas ao nível internacional (seja através de OI, seja através de iniciativas bilaterais – EUA e Portugal, por exemplo). Para além das competências, equipamento e doutrinas militares, também as competências culturais (a linguagem e dialectos locais, a percepção das dinâmicas sociais e outras) podem assumir papel de relevo no desempenho de missões no âmbito das OAP, pois são factor multiplicador que permite o ganho dos corações e das mentes das populações. Por todas estas razões, concordamos com Jim Fisher-Thompson (2007) quando refere que "*Africans make the best peacekeepers for Africa…*", abrindo caminho para o emprego eficaz da força militar no desenvolvimento da segurança e bem-estar em África. ■

Referências

CLAYTON, Tony (2002) — «African Military Capabilities in Insurrection, Interventions and Peace Support Operations». In FURLEY, Oliver e MAY Roy, (edit.) — *African Interventionist States*. Ashgate Pub Ltd, Farnham, 2002.

ELLIS, Dr. Stephen, (2007) — *African armies in a changing world*. Obtido em 16 de Agosto de 2009, Radio Netherlands Worldwide. http://www.rnw.nl/fr/afrique/article/african-armies-changing-world.

FISHER-THOMPSON, Jim, (2007) — *U.S. Military Training Program benefits African Peacekeepers*. Obtido 10 de Julho de 2009, America.gov. http://www.america.gov/st/washfile-english/2007/March/20070320124038lEJrehsiF0.3458979.html.

StrategyPage.com — *Armed Forces of the World*. Obtido em 24 de Junho de 2009, Strategy Page. http://www.strategypage.com/fyeo/howtomakewar/databases/armies/a.asp.

The Economist (2009) — «The Economist Intelligence Unit's Index of Democracy 2008». Obtido em 01 de Outubro de 2009, *The Economist*. http://graphics.eiu.com/PDF/Democracy%20Index%202008.pdf.

Intervenções militares e presença militar estrangeira

Já desde os tempos da Grécia Antiga que alguns Estados encontram vantagens em intervir nos assuntos de outros, em nome dos seus próprios interesses e contra a vontades daqueles ou de terceiros, escudados no preceito mais realista das relações internacionais – o interesse nacional; como referia Morgenthau, "a intervenção é um instrumento de política externa tão antigo e estabelecido como é a pressão diplomática, as negociações e a guerra".

O termo intervenção remete-nos para uma panóplia variada de interpretações, pelo seu carácter vago e impreciso, mas foi Rosenau, já em 1969, no seu importante estudo da intervenção enquanto conceito científico, que melhor caracterizou este fenómeno, referindo-o, normalmente, como um instrumento de acção, um meio e não um fim, dependendo a sua moralidade ou imoralidade do fim para o qual é dirigida; se é certo que muitas intervenções invadem a privacidade das pessoas e comprometem a estabilidade do sistema internacional, outras há que defendem os direitos humanos e preservam a ordem internacional. *Latu sensu*, considera-se intervenção qualquer acção por meio da qual um ou mais Estados têm impacto nos assuntos internos de um outro. No âmbito deste artigo, intervenção militar, como refere Rosenau, refere-se a um envolvimento militar coercivo em conflitos civis ou regionais, afectando normalmente resultados políticos internos. Inclui Estados e outros actores dentro e fora da região e/ou do continente; pode ser unilateral, multilateral ou colectiva; e pode envolver forças regulares do interventor, ou irregulares que actuem a seu mando.

Contextos e motivos de intervenções desde a década de 60

Encontrar causas únicas para as diferentes intervenções militares ocorridas em África é um exercício de sistematização complexo, pois normalmente cada intervenção resulta da combinação de condições muito heterogéneas, onde se enredam factores de ordem económica, cultural, étnica, política, social ou mesmo societal, tais como os interesses de grandes potências, os antagonismos domésticos sociais e políticos, o "contágio" de intervenções militares noutros países africanos, o mal-estar e problemas económicos, a corrupção, afinidades étnicas, expectativas de ganhos económicos, ou mesmo a consciencialização, por parte de líderes militares, do seu poder para influenciar ou substituir líderes políticos.

Apesar de inúmeros estudos e escolas de pensamento no que respeita às causas de intervenções militares em África – das que se realçam as protagonizadas por Samuel Huntington, que enfatiza as fraquezas societárias e estruturais de muitas sociedades africanas – é geralmente aceite que os motivos para as intervenções assentam em grande parte na idiossincrasia geopolítica do próprio continente, em que a luta pelos diversos instrumentos de poder e influência (políticos, económicos, ou outros), ao longo do último meio século, tem gerado conflitos militares com características próprias. É pois interessante analisar os contextos geopolíticos em dois períodos diferentes, tentando encontrar motivos para as intervenções militares então ocorridas: 1.º período, década de 60 até final da década de 80 e, o 2.º período, a partir da década de 90 até à actualidade.

1. período: desde a década de 60 até final da década de 80

O 1.º período é marcado por dois importantes acontecimentos: o processo de descolonização e a Guerra Fria. Efectivamente, neste período de tempo, iniciaram-se e concluíram-se praticamente todos os processos de transição para a independência; na grande parte dos casos, a pouca capacidade e apetência dos novos governos, associadas às fracturas sociais – de cariz étnico, religioso, etc. – herdadas do período colonial, levaram a diversos conflitos internos pelo domínio do poder nas ex-colónias, tornando-se o recurso à violência armada o meio mais utilizado pelas partes em confronto; multiplicaram-se então os golpes de Estado e emerge a importância do papel político dos militares. Por outro lado, a debilidade e a situação revolucionária em muitos desses "novos" Estados africanos criaram condições propícias ao confronto indirecto entre os EUA e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), através de intervenções mais ou menos encobertas, recorrendo a instrumentos diversos, como a pressão diplomática, a propaganda, o apoio militar às facções em conflito – ora no governo, ora na oposição – fomentando subversões, golpes de Estado ou mesmo regimes ditatoriais, no contexto de uma rivalidade tão bem descrita por Zaki Laïdi, em "The Super-Powers and Africa: the Constraints of a Rivalry – 1960-1990".

2. período: a partir da década de 90 até à actualidade

O 2.º período é caracterizado pelo fim da Guerra Fria e o emergir de um novo paradigma político-estratégico, contribuindo decisivamente para o surgimento de regimes mais liberais. Apesar da quase totalidade de os regimes militares e ditatoriais africanos terem, neste período, empreendido vários processos eleitorais, por iniciativa própria ou sob pressão, a falta de estruturas e de capacidade dos Estados levaram a que houvesse um aumento dos problemas sociais e da desordem, principalmente na África subsariana. Emerge assim uma conflitualidade intrinsecamente ligada ao enfraquecimento do Estado e à deterioração das condições económicas e de sobrevivência das pessoas, contribuindo para o surgimento de formas de soberania e ordens políticas e sociais que contornam o sistema estatal, tais como os "principados militares" no Ruanda, Uganda, Burundi, Etiópia, Eritreia ou Somália, que actuam como autênticos governos nas áreas que controlam, se autofinanciam a partir da exploração de recursos naturais e em que a enorme presença de deslocados e refugiados, normalmente "arrebanhados" em campos, lhes serve de apoio e esconderijo. Por outro lado, no início deste período, com a retirada das superpotências de conflitos locais e com o falhanço dos esforços de

PRESENÇA MILITAR EM ÁFRICA NA ACTUALIDADE

A presença militar em África na actualidade decorre, sobretudo, da participação em operações de paz das Nações Unidas (NU) e da salvaguarda de interesses estratégicos na região, realçando-se, além da enorme e significativa participação de países asiáticos nas operações das NU (actualmente, os três maiores contribuidores de tropas são o Paquistão, o Bangladeche e a Índia), a presença militar francesa, americana e chinesa.

A presença militar francesa em África é muito significativa, em consonância com os seus interesses e história na região, apesar de nos últimos anos se assistir a uma redução, em virtude de alterações na política de segurança e defesa. Existem várias bases que servem de apoio à actividade militar em África, sendo três delas permanentes. A maior é no Jibuti, com cerca de 2900 militares, existindo outra no Senegal, com 1200 homens, e outra no Gabão com 980. Em Junho de 2009, dos 10700 militares envolvidos em operações militares no exterior, cerca de 3900 encontravam-se em África, principalmente na Costa do Marfim, na RD do Congo, no Chade e na República Centro-Africana.

A presença militar americana, ao contrário da francesa, está a aumentar. Foi criado um comando regional, em 2007 – o AFRICOM – atribuindo-se-lhe a função de acompanhar e apoiar as actividades no âmbito da segurança e defesa, nomeadamente o combate ao terrorismo e proliferação de armas de destruição maciça, a resolução de conflitos regionais, mitigação de desastres naturais e humanitários e, sobretudo, garantir a liberdade de acção estratégica na região. Tem implementado e apoiado programas em todo o continente, assegurando acordos de diversa natureza. Para apoio das suas actividades tem utilizado, principalmente, a base permanente que possui no Jibuti, onde está sedeada uma Força Conjunta (CJTF – HOA), e a ilha da Ascensão, no Atlântico. Em Dezembro de 2008 possuíam cerca de 1950 militares em actividade em África.

A presença militar chinesa suporta e decorre da estratégia da China para África – reforço dos laços com países e organizações africanas, perdão da dívida, ajuda ao desenvolvimento e participação em operações de manutenção da paz em África – para ganhar influência e garantir acesso a recursos energéticos e estratégicos. A estratégia militar assenta em três vertentes principais, nomeadamente, a venda de armas, a assessoria e capacitação de forças militares africanas e a participação em operações de paz. Com actividade em praticamente todo o continente, realçam-se os acordos económicos e militares com Angola, Sudão (onde possui cerca de 4500 homens para protecção das infra-estruturas energéticas que possui na região), Zimbábue, Congo e Egipto. No âmbito do seu crescente envolvimento em operações de paz, a China participa em seis das sete operações das NU em África, com cerca de 1650 homens, entre militares e polícias, e assegurando o comando da operação MINURSO, no Sara Ocidental.

resolução de conflitos e de manutenção de paz das NU, acelerou-se a tendência para a regionalização dos conflitos internos, sendo o vácuo criado preenchido, principalmente, por potências regionais. Desaires como o genocídio no Ruanda, a guerra civil no Sudão, ou a operação das NU na Somália, liderada por americanos, contribuíram para um alheamento crescente de grandes potências na resolução activa dos conflitos africanos, preferindo confinar-se a um papel de carácter mais humanitário (salvaguardando, contudo, os seus interesses através de presença militar) e encorajando soluções africanas para os problemas africanos. Isto, apesar de muitas vezes essas soluções mais não serem do que tentativas de hegemonia política, económica e militar numa região, incluindo aquelas em que um Estado contribui com tropas para missões de paz das NU, como a Nigéria.

Com a saída ou diminuição do envolvimento das grandes potências, assistiu-se também a um aumento da utilização de empresas de segurança (e militares) privadas e mercenários – cujos serviços prestados variam desde acções de combate militar, guarda de recursos valiosos, como diamantes ou petróleo, apoio logístico, assessoria técnico-militar, etc. – mas também da cooperação técnico-militar estrangeira na preparação e capacitação de forças militares, em que algumas foram mesmo usadas em intervenções (v. g. forças senegalesas treinadas ao abrigo do programa francês ReCAMP (Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção da Paz) intervieram na Guiné-Bissau).

Nos últimos anos diversos mecanismos têm emergido no continente, no quadro da arquitectura de segurança em África (como a Força Africana de Intervenção, o Sistema Continental de Alerta Antecipado, ou o Fundo para a Paz, no âmbito da UA), demonstrando que o conceito de segurança colectiva regional no continente se tem alterado e continua a evoluir. Constata-se que os Estados africanos cada vez mais procuram soluções africanas para os seus problemas de segurança, mitigando praticamente a conflitualidade interestatal; o maior problema é, como dantes, a conflitualidade interna, com fortes raízes no processo de divisão de fronteiras e na pouca cultura democrática. As intervenções militares, por isso, continuarão a acontecer, revestindo agora formas diversas, cada vez mais aceites, mas continuando a afectar resultados políticos internos. ■

INTERVENÇÕES MILITARES DESDE A DÉCADA DE 60

Local	Ano	Interventor(es)	Missões/intervenções de Organizações Internacionais
Angola	1974-1976 1989-1995 1998-2001	Zaire, EUA, África do Sul, Cuba (com apoio soviético) África do Sul; Zaire, Namíbia Zâmbia, Namíbia	UNAVEM I, II, III – Missão das NU (1991-1997); MONUA – Missão das NU (1997-1999)
Burundi	1990-1992 1995-2001	Tanzânia Tanzânia, Zaire, Uganda, Zimbábue	MIOB – Missão da OUA (1993-1996); MIAB – Missão da União Africana (UA) (2003-2004); ONUB - Missão das NU (2004-2006)
Camarões	1960-1964	França	
Chade	1968-1972 1978-1984 1986-2007	França França, Líbia, Nigéria Sudão, Burquina-Faso, Líbia, Togo, França	Missão da OUA (1981-1982); UNASOG – Missão das NU (1994); EUFOR Chade-RCA – Missão da União Europeia (UE) (2007-2009); MINURCAT – Missão das NU na RCA e Chade (2007-…)
Comoros	1995	França	
Congo (Brazzaville)	1997-1999	Angola	ONUC – Missão das NU (1961-1964)
Corno de África (Ogaden)	1977-1978	Somália, Iémen (do Sul), Cuba, URSS	
Costa do Marfim	1970 2002-2007	França França	UNOCI – Missão das NU (2004-…)
Jibuti	1991-1994	França	
Etiópia	1989-1991 1998-2001	Sudão, Líbia Eritreia	UNMEE – Missão das NU (2000-2008)
Gabão	1990	França	
Gâmbia	1981	Senegal	
Guiné	2000-2001	Libéria	
Guiné-Bissau	1998-1999	Guiné, Senegal	ECOMOG – Missão da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) (1998-1999)
Lesoto		SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)	Operação BOLEAS – Missão da SADC (1998-1999)
Libéria	1989-1996 2000-2001	Costa do Marfim, Burquina-Faso, Líbia, Serra Leoa Guiné	ECOMOG – Missão da CEDEAO (1990-1999); UNOMIL – Missão das NU (1993-1997); UNMIL – Missão das NU (2003-…)
Mauritânia	1958-1963 1977-1978	França, Espanha Polisário, Marrocos	MINURSO – Missão das NU (1991-...) em Marrocos, no Sara Ocidental.
Moçambique	1982 1989-1992	África do Sul Zimbábue, Quénia	ONUMOZ – Missão das NU (1992-1994)
Quénia	1964	Reino Unido	
República Centro-Africana (RCA)	1979 2001 2006	França Líbia França	MISAB – Missão interafricana de monitorização dos acordos de Bangui (1997); FOMUC – Missão da Comunidade Económica e Monetária da África Central (CEMAC) (2002-2008); MINURCA – Missão das NU (1998-2000); MINURCAT – Missão das NU (2007-…); MICOPAX – Missão da CEMAC (2008-…)
República Democrática do Congo (Zaire, até Maio de 1997)	1977-1978 1991 1996-2001	França, Bélgica, Marrocos, Senegal, EUA França, Bélgica Burundi, Ruanda, África do Sul, Uganda, Angola, RCA, Chade, Congo, Quénia, Namíbia, Sudão, Tanzânia, Zimbábue	ARTEMIS – Operação da UE (2003); EUFOR R.D. Congo – Operação da UE (2006); MONUC – Missão das NU (1999-…)
Ruanda	1990-1994 1998-2001	Uganda, Zaire, França República Democrática do Congo	UNOMUR – Missão das NU no Uganda e Ruanda (1993-1994); UNAMIR – Missão das NU (1993-1996)
Serra Leoa	1991-2001	Libéria, Guiné, Nigéria, Burquina-Faso	ECOMOG – Missão da CEDEAO (1998-2000); UNOMSIL – Missão das NU (1998-1999); UNAMSIL – Missão das NU (1999-2005)
Somália	1982 1989-2001	Etiópia Etiópia	IGASOM – Missão da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD) (2005-2007); UNOSOM I, II – Missão das NU (1992-1995); AMISOM – Missão da UA (2007-…)
Suazilândia	1963	Reino Unido	
Sudão	1989-2001	Etiópia, Quénia, Líbia, Eritreia, Uganda	AMIS – Missão da UA (2004-2007); UNMIS – Missão das NU (2005-…); UNAMID – Missão híbrida UA/NU (2007-…) (Darfur)
Tanganica	1964	Reino Unido	
Tunísia	1980	Líbia	
Uganda	1964 1979 1989-1991 1994-2001	Reino Unido Líbia, Tanzânia Quénia, Zaire, Sudão Sudão, Zaire	UNOMUR – Missão das NU no Uganda e Ruanda (1993-1994)
Zimbábue	1982	África do Sul	

Fonte: FURLEY, Oliver; MAY, Roy (2001) — *African Interventionist States.* Aldershot: Ashgate Publishing. GRIFFIN, Christopher (2007) — *French Military Interventions in Africa: French Grand Strategy and Defense Policy since Decolonization.* Chicago: University of Southern California. MACFARLANE, Stephen N. (1984) — *Intervention and Security in Africa.* International Affairs. Vol. 60. YOON, Mi Yung (2005) — *Internal Conflicts and Cross-Border Military Intervention in Sub-Saharan Africa in the Post-Cold War Era.* Journal of Political and Military Sociology. Vol. 33. n.º 2. WINGEN, John Van; TILLEMA, Herbert K. (1980) — *British Military Intervention after World War II: Militance in a Second-Rank Power.* Journal of Peace Research. Vol. 17, N.º 4. http://www.un.org; www.operationspaix.net/.

Operações de paz da ONU em África

No decurso da presente década, o declínio do número de conflitos violentos em África foi acompanhado de um aumento do número de missões de paz no continente. Apesar de não constituir uma relação de causa-efeito, o aumento das missões internacionais, em número e tamanho, sugere, por um lado, o reconhecimento da legitimidade e relevância das Nações Unidas enquanto actor de segurança global e, por outro lado, a necessidade de respostas internacionais concertadas para fazer face à complexidade dos conflitos actuais.

A nova natureza dos conflitos

Com efeito, verifica-se que a vasta maioria dos conflitos, em África e no Mundo, são actualmente intraestatais e de grande complexidade, quer em termos de actores implicados – não apenas com dois beligerantes em oposição, mas com a participação de grupos rebeldes, facções radicais e/ou terroristas, senhores da guerra, etc. – dos vários níveis a que se desenrola o conflito – com implicações e interligações regionais importantes – e das causas profundas dos conflitos, que envolvem vários factores interligados como a exclusão estrutural, antagonismo entre determinados grupos sociais, as desigualdades na distribuição da riqueza ou vários elementos de fragilidade do Estado. A Paz, indo muito para além da tradicional ausência de guerra, exige a criação de condições sustentáveis para a sua consolidação, pelo que não surpreende o facto de 44% dos países que saem de uma situação de guerra civil, em África, voltarem a submergir num conflito violento nos cinco anos seguintes.

O contexto internacional pós-Guerra Fria, a reorientação dos esforços militares para outras zonas do globo – como a ex-Jugoslávia ou o Médio Oriente – e as experiências falhadas da Somália em 1992 e do Ruanda em 1994 tiveram dois efeitos aparentemente contraditórios. Em primeiro lugar, determinaram uma maior relutância das grandes potências em intervir nos conflitos africanos, particularmente no que respeita ao envolvimento directo de tropas. O gráfico "Principais contribuintes para as missões de Paz em África" espelha esta realidade, uma vez que, se em 1991 oito dos dez maiores contribuintes em termos de efectivos para as missões de paz da ONU eram países com elevado índice de desenvolvimento, actualmente a maioria são países em desenvolvimento, incluindo vários países africanos. Isto coloca desafios importantes às Nações Unidas, desde logo porque a existência de mais e maiores missões exige uma grande capacidade de recrutamento e rapidez de destacamento que nem sempre se verifica. Como exemplo, refira-se que apenas em Outubro de 2009 foi concretizado o reforço da Missão das NU na R. D. Congo (MONUC), em cerca de 3000 efectivos, decidido pela Resolução do Conselho de Segurança n.º 1856, aprovada em Dezembro do ano anterior.

Em segundo lugar, registou-se uma evolução do próprio conceito de manutenção da paz, integrando aspectos como a "responsabilidade de proteger" ou a "segurança humana". Os princípios anteriormente consagrados, que exigiam o consentimento das partes para a existência de uma missão de paz, a imparcialidade total e o uso da força apenas para defesa própria estão actualmente desactualizados face à natureza dos conflitos e às necessidades ligadas à sua resolução. Os mandatos das missões de paz excedem, cada vez mais, as tradicionais tarefas de manutenção da paz ou de monitorização de um cessar-fogo, assumindo funções complementares de diplomacia preventiva, protecção de civis e apoio à ajuda humanitária, medidas de criação de confiança entre as partes, verificação de acordos de limitação de armamento, ajuda ao combate a tráfico de droga ou ao crime organizado, regresso de refugiados e reassentamento das populações deslocadas, entre outras. A inclusão de componentes de "peace-enforcement" e de tarefas civis tornou as operações de paz progressivamente mais complexas e multidimensionais. No contexto africano, frequentemente em países com grande extensão de território, com infraestruturas limitadas, processos de paz frágeis e não totalmente consolidados, com hostilidades ainda presentes ou governos não-cooperantes, estas tarefas tornam-se particularmente exigentes.

FACTOS E DADOS

- Em 2008, existiam 19 operações de paz em África, com um total de 78.975 efectivos. Este número de efectivos representa um aumento de 14% em relação a 2007 e de 400% desde 1999.
- Aproximadamente um terço das operações de paz no mundo está localizado em África.
- Cerca de metade das operações de paz em África são actualmente conduzidas pela ONU. Esta é também a organização que possui mais efectivos em missões de paz no continente, seguida da União Africana.
- 70% do total de pessoal deslocado pela ONU foi destinado às missões de paz em África, embora os destacamentos em 2008 tenham ficado 21% abaixo dos níveis autorizados para as missões de paz naquele continente.
- África conta igualmente com as maiores missões: cinco das nove operações de paz da ONU com mais de 5.000 efectivos estão localizadas no continente africano.
- África e Ásia são os dois continentes que fornecem mais efectivos para as missões da ONU em África: em 2008, 43% do pessoal destacado nestas missões foi proveniente de países africanos e 42% de países asiáticos.
- Apesar de o custo total das missões de paz das Nações Unidas no Mundo estar estimado em cerca de 7,75 mil milhões de dólares, em 2009, isso representa menos de 1% dos gastos militares globais.

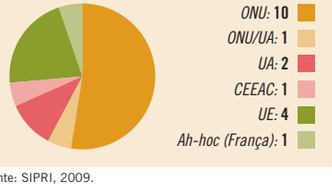
Fontes: SIPRI e ONU, 2009.

Constrangimentos ao papel da ONU

Permanecem igualmente constrangimentos importantes, que derivam não apenas de aspectos logísticos – como a exiguidade das forças de paz face ao tamanho dos territórios, os atrasos no destacamento, ou as limitações de mandato de uma missão – mas igualmente de factores políticos, tais como a influência política limitada das Nações Unidas em determinados contextos. Desta forma, reconhece-se também de forma crescente que a existência de uma missão internacional de paz é apenas um contributo para a resolução de determinado conflito, devendo estar interligada com uma estratégia abrangente de construção da paz (*peacebuilding*) e de reconstrução económica e social. A Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) não constitui a solução para a implementação do Acordo de Paz entre o Norte e do Sul do Sudão, nem a UNAMID pode ser a resposta para os assassínios em massa no Darfur, mas constituem instrumentos válidos que poderão fornecer condições para a implementação de outras medidas, essenciais para a consolidação da paz. O caso da Libéria é paradigmático, uma vez que a missão de paz presente no território foi crucial para ajudar a neutralizar pelo menos três tentativas de confrontos violentos desde que a paz foi assinada em 2003, bem como para lançar as bases de reformas fundamentais, como a desmobilização dos antigos combatentes, ou a reforma das forças de segurança.

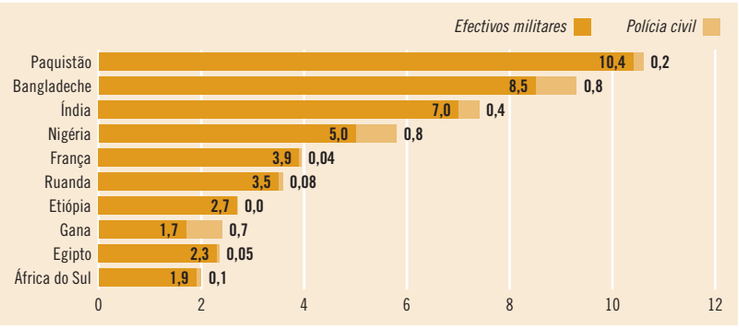
A fase de transição, perante a perspectiva de retirada de uma missão de paz, é crucial em contextos de fragilidade do Estado, em que não estão ainda asseguradas as condições de segurança e onde as capacidades das instituições locais são insuficientes para assegurar o funcionamento eficaz do Estado de Direito. A importância da interligação entre as diferentes fases e aspectos de um processo de paz tem levado a um aumento das missões políticas e de *peacebuilding* das Nações Unidas, das quais mais de metade são em África. Como exemplo, refira-se que o Escritório Integrado de *Peacebuilding* na Serra Leoa (UNIPSIL) foi lançado em Outubro de 2008, para substituir o Escritório Integrado das NU (UNIOSIL), que fechou em Setembro do mesmo ano. Ao nível central, a Comissão de Peacebuilding das Nações Unidas, que focaliza a sua actuação no Burundi, Serra Leoa, Guiné-Bissau e República

NÚMERO DE OPERAÇÕES DE PAZ EM ÁFRICA, 2008



Fonte: SIPRI, 2009.

PRINCIPAIS CONTRIBUINTES PARA AS MISSÕES DE PAZ EM ÁFRICA, 2008 (n.º de efectivos)



Fonte: SIPRI, 2009.

Centro-Africana, não tem conseguido, contudo, estabelecer uma estratégia coerente e integrada de construção da paz que seja partilhada por todos os intervenientes.

As exigências perante as missões de paz das NU são cada vez maiores, em parte porque os custos do fracasso são também mais altos. A globalização dos problemas e a interdependência dos desafios origina que a instabilidade num país não tenha apenas impacto na população desse espaço geográfico, mas antes conduza a efeitos regionais, abertura de espaços para actividades ilícitas e fenómenos de terrorismo, potenciais fluxos de refugiados entre países e falhanço do próprio Estado. À medida que o contexto regional assume um papel proeminente, surge igualmente a questão de coordenação e divisão de trabalho entre a ONU e as organizações regionais e continentais respectivas. Esse esforço é particularmente importante no continente africano, onde se verifica um processo de reforço das capacidades continentais de resolução de conflitos e manutenção da paz, que tem registado avanços consideráveis desde a criação da União Africana (UA), em 2002.

Operacionalização da arquitectura de paz e segurança africana

Nos últimos anos, a intervenção das Nações Unidas tem-se desenrolado, por várias vezes, numa fase posterior à imposição da paz por forças regionais e/ou continentais. Foi o caso da Libéria em 2004, em que a maior parte dos 3500 efectivos da ECOMIL foi posteriormente integrada na missão de paz UNMIL ou da Costa do Marfim, em que os 1400 efectivos da missão CEDEAO foram absorvidos pela UNOCI. Esta coordenação de esforços tem permitido colmatar as limitações financeiras das forças regionais, resolvendo simultaneamente o problema da lentidão na implementação das forças das Nações Unidas no terreno. Mais recentemente, o aumento das capacidades regionais, particularmente na África Ocidental, permite igualmente a situação contrária. É o caso da República Centro-Africana, onde a autoridade política e operacional da Força Multinacional na República Centro-Africana (FOMUC) foi transferida para a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC), em Julho de 2008, sendo renomeada de Missão Internacional de Consolidação da Paz na República Centro-Africana (MICOPAX).

A vontade política de aumentar a capacidade de resposta da UA contrasta ainda com limitações operacionais e financeiras, como demonstrou a missão africana no Darfur (AMIS). Em 2006, o impasse gerado pela recusa do governo sudanês em aceitar uma missão das Nações Unidas originou uma extensão da missão da UA, que conduziu as tropas a um ponto de colapso, com vários efectivos sob ataque e o incumprimento no pagamento dos salários por vários meses.

A discrepância entre as expectativas criadas e a realidade no terreno é exemplificada pelo facto de o Ruanda e o Senegal, entre os principais contribuintes em efectivos, terem ameaçado retirar as suas forças, em Maio de 2007, se os membros das Nações Unidas não cumprissem os compromissos assumidos em termos de financiamento, fornecimento de equipamento e apoio logístico. O mesmo se verifica na Somália, onde a AMISOM se debate com falta de equipamento aéreo, de transporte e de comunicações. A experiência do Darfur, onde existe uma força híbrida conjunta das Nações Unidas e da União Africana desde Janeiro de 2008, pode originar lições importantes para a colaboração entre as duas organizações, cujas bases estão já estabelecidas pelo Relatório do painel NU-UA publicado em Dezembro de 2008.

Grandes desafios se colocam à operacionalização da Arquitectura de Paz e Segurança Africana, cujo aspecto central é a criação de uma Força Stand-by Africana, prevista até Maio de 2010. As actividades do Conselho de Paz e Segurança da UA e as missões de paz estão dependentes de um número reduzido de doadores, nomeadamente a União Europeia, que financia estas actividades através da Facilidade de Paz para África e assume a paz e segurança como uma parceria fundamental no seio da Estratégia Conjunta UE-África (aprovada em Dezembro de 2007). O sucesso da manutenção da paz em África depende, em parte, dos resultados do reforço da UA em termos institucionais e de recursos humanos, bem como da procura de financiamentos sustentáveis e diversificados que assegurem, simultaneamente, a previsibilidade dos fundos e a liderança africana de todo o processo. ■

MISSÕES DA ONU EM ÁFRICA

Missões de manutenção da paz
MINURCAT – Missão das Nações Unidas na República Centro-Africana e Chade, Setembro de 2007
Enquadramento legal: Resolução 1778; missão em concertação com a União Europeia
Efectivos: 2.637 (dos quais 2.368 tropas)
Baixas: 2
Orçamento aprovado: US$690,75 milhões (Julho 2009 - Junho 2010)
UNAMID – Força Híbrida Nações Unidas /União Africana no Darfur, Julho de 2007 (iniciada em 31 Dezembro, 2007)
Enquadramento legal: Resolução 1769, missão conjunta com a União Africana
Efectivos: 18.810 (dos quais 14.659 tropas)
Baixas: 43
Orçamento aprovado: US$1.598,94 milhões (Julho 2009 - Junho 2010)
UNMIS – Missão das Nações Unidas no Sudão, Março de 2005
Enquadramento legal: Resolução 1590
Efectivos: 9.723 (dos quais 8.545 tropas)
Baixas: 47
Orçamento aprovado: US$958,35 milhões (Julho 2009 - Junho 2010)
UNOCI – Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim, Fevereiro de 2004
Enquadramento legal: Resolução 1528, no seguimento de Missão da CEDEAO
Efectivos: 8.385 (dos quais 7.027 tropas)
Baixas: 60
Orçamento aprovado: US$491,77 milhões (Julho 2009 - Junho 2010)
UNMIL – Missão das Nações Unidas na Libéria, Setembro de 2003
Enquadramento legal: Resolução 1509, no seguimento de Missão da CEDEAO
Efectivos: 11.516 (dos quais 10.046 tropas)
Baixas: 139
Orçamento aprovado: US$561 milhões (Julho 2009 - Junho 2010)
MONUC – Missão de Organização das Nações Unidas na R. D. Congo, Novembro de 1999
Enquadramento legal: Resolução 1291
Efectivos: 18.638 (dos quais 16.844 tropas)
Baixas: 149
Orçamento aprovado: US$1.350,00 milhões (Julho 2009 - Junho 2010)
MINURSO – Missão das Nações Unidas para o Referendo no Sara Ocidental, Setembro de 1991
Enquadramento legal: Resolução 690
Efectivos: 242 (dos quais 20 tropas)
Baixas: 15
Orçamento aprovado: US$53,53 milhões (Julho 2009 - Junho 2010)
Missões políticas / *peacebuilding*
BONUCA – United Nations Peace-Building Office in the Central African Republic
UNOGBIS – United Nations Peace-Building Support Office in Guinea-Bissau
UNOWA – United Nations Office for West Africa
UNIPSIL – United Nations Integrated Peacebuilding Office in Sierra Leone
UNPOS – United Nations Political Office for Somalia
BINUB – United Nations Integrated Office in Burundi

Fontes: SIPRI e ONU, 2009.

A cooperação militar em África

Após a descolonização demorou algum tempo até que alguns países africanos aceitassem iniciar relações de cooperação com países ocidentais, alguns antigos colonizadores. Entretanto, a Guerra Fria foi o cenário ideal para que a Rússia, a China e Cuba entrassem no continente. A cooperação militar destes países pretendeu, inicialmente, apoiar as pretensões de alguns dos Estados envolvidos em conflitos internos ou externos. Do lado ocidental, a França foi o primeiro país a desenvolver relações de cooperação militar em África, seguindo-se os EUA, com o objectivo de diminuir a crescente influência soviética no continente. Portugal só mais tarde, em 1990, materializou a sua acção de cooperação militar com as suas anteriores colónias africanas.

Neste artigo caracteriza-se a cooperação militar desenvolvida no continente africano nas últimas décadas, dando-se natural destaque ao modelo francês, o mais antigo do mundo ocidental, o americano, pela sua dimensão e, naturalmente, o português. Outros modelos são abordados de forma simplificada.

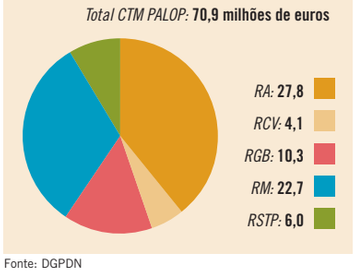
O modelo francês

A França foi, durante anos, a única potência ocidental a desenvolver relações de cooperação militar em África. A maior parte dos acordos de cooperação foram estabelecidos, durante os anos 60, à medida que os países colonizados conseguiam a sua independência. Inicialmente, a sua Cooperação bilateral Técnico-militar (CTM) baseava-se num modelo de substituição, através do qual os militares franceses assumiam directamente as responsabilidades inerentes à função. Os acontecimentos no Ruanda, nos anos 90, o apoio da França ao processo de democratização do então Zaire, associados à reorganização das forças armadas e à redefinição da política externa e de cooperação francesas (97/98) provocaram grandes alterações no modelo, que passou a ser de assessoria de projectos, semelhante ao actual modelo português. Estes acontecimentos abriram também as portas à cooperação francesa com países não francófonos, assim como alguns do Magreb e verificou-se uma maior aproximação aos projectos desenvolvidos pelo Reino Unido e pelos EUA no continente visando harmonizar os projectos destes países no apoio à construção de capacidades militares africanas para emprego em Operações de Apoio à Paz (OAP).

A actual doutrina, adoptada em 1998, baseia-se na promoção de modelos de cooperação multilaterais; na redução da presença militar francesa em África; na multilateralização da aproximação francesa às questões de insegurança no continente e no apoio aos Estados africanos ao desenvolvimento de capacidades próprias para resolverem situações de crise e de conflito no continente. O programa cíclico *Renforcement des Capacités Africaines de Maintien de la Paix* (ReCAMP), instituído em 97, materializa esta estratégia e, juntamente com a criação de um conjunto de escolas militares nacionais de vocação regional (ENVR) destinadas à instrução e treino de militares, espalhadas pelos países africanos aderentes ao programa, constituem a espinha dorsal da actual cooperação militar francesa. O ReCAMP assenta no princípio da abertura a todos os países africanos; na transparência das contribuições dos participantes e no princípio da criação de capacidades apenas para fins de OAP. Organiza-se distinguindo os países ou organizações doadoras e os países contribuidores africanos potencialmente participantes em OAP. É constituído por três vectores: a formação de quadros e treino de forças militares; a realização periódica de exercícios de OAP e o pré-posicionamento, e posterior fornecimento, do equipamento necessário ao levantamento de unidades para emprego em OAP. Cada ciclo do programa tem a duração de dois anos e é composto por quatro fases co-organizadas por um país africano anfitrião e pela França. O ReCAMP desenvolve-se actualmente em 40 países de África e encontra-se integrado na Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD).

Apesar da substancial alteração do modelo de cooperação francês e consequente redução de efectivos no continente, o país continua a manter-se activo na prevenção e resolução de conflitos em África e parece ter aumentado a eficiência global do seu sistema de cooperação militar.

ENCARGOS FINANCEIROS MDN/CTM, 1991 A 2009 (em milhões euros/PALOP)

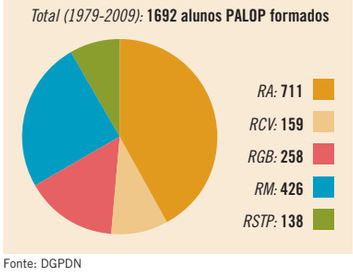


Fonte: DGPDN

O modelo dos EUA

Antes de 1996, a cooperação militar norte-americana era feita de forma esporádica e aleatória. Por outro lado a actuação dos EUA, ou falta dela, nas crises da Somália e do Ruanda revelou-se um factor de descrédito da utilização das suas forças militares no continente. Os factos expostos, dos quais também não é de excluir o interesse crescente dos EUA, no continente, pela defesa dos seus recursos, principalmente os energéticos, a luta contra o terrorismo e a crescente influência da China e da Rússia na região, potenciaram o desenvolvimento da cooperação norte-americana, tendo o modelo adoptado sido o da criação de programas de instrução, treino e fornecimento de material a forças militares africanas. Deste modo, foram criados vários projectos de cooperação militar cuja principal finalidade foi a de capacitar as forças armadas dos países de África para participarem em operações de resposta a crises e/ou humanitárias e diminuir o emprego directo de forças dos EUA no continente. O primeiro destes programas foi o *African Crisis Response Iniciative* (ACRI), desenvolvido entre 1997 e 2001, destinado a países da África subsariana. O programa garantiu o treino a cerca de 8600 militares de oito países. Contudo, após os atentados de 2001 nos EUA, o país redefiniu e incrementou a sua assistência militar no continente. O programa *Operation Focus Relief* (OFR) é um exemplo do referido, tendo mudado a estratégia americana no continente ao prever o treino para emprego de forças em cenários de guerra e o fornecimento do respectivo equipamento. Sucedeu-lhe o programa *African Contingency Operations Training and Assistance* (ACOTA), com início em 2002 e fim previsto para 2010. Embora o seu principal objectivo seja o de apoiar a UA na formação das *African Standby Force Brigades*, visa também apoiar a construção de uma capacidade africana sustentável para treino de forças destinadas a OAP; a construção de um sistema eficaz de comando e controlo dessas forças e a promoção de uma uniformização de procedimentos e materiais que permita uma maior interoperabilidade entre forças de países diferentes. O ACOTA integra um pacote de módulos de treino, aprovados pela ONU, destinados a diversas situações, incluindo missões com elevada possibilidade de combate, seleccionados de acordo com as necessidades e capacidades dos países cooperantes. Cada um destes programas desenvolve-se num período de 18 meses em 3 fases distintas: a primeira sob responsabilidade total de militares norte-americanos; a segunda, conduzida por militares norte-americanos e da nação hospedeira e a terceira conduzida apenas por militares do país receptor com orientação de militares dos EUA. Actualmente, o programa conta com 21 parceiros africanos, entre os quais a África do Sul, e treina anualmente cerca de 20 batalhões. Desde 2004 treinou cerca de 45.000 soldados e 3.200 instrutores, os quais já participaram em várias OAP no continente. Paralelamente, outros programas de treino foram criados, sendo de relevar o *Enhanced International Peacekeeping Capabilities* (1998 a 2004) e o *Africa Regional Peacekeeping Program* (2001), ambos visando aumentar o número de militares africanos disponíveis para participarem em OAP; o *Pan-Sahel Iniciative* (2002) e o *Trans-Sahara Counter Terrorism Iniciative* (2004 a 2009), orientados para a luta contra o terrorismo e o *International Military Educational and Training Program,* orientado para a formação de militares africanos nos EUA, no qual já participaram mais de 46 países além

FORMAÇÃO DE ALUNOS PALOP EM PORTUGAL (total/PALOP)



Fonte: DGPDN

da UA e outras organizações sub-regionais.
Em 2004, os EUA estruturaram a sua cooperação militar no continente através do programa *Global Peace Operations Iniciative* (GPOI) que deverá proporcionar formação no âmbito das OAP, até 2010, a cerca de 75.000 militares estrangeiros, com prioridade para África. O GPOI tem como objectivos principais: apoiar o plano de acção internacional para incrementar a capacidade global africana para realização de OAP; criar e manter um sistema de transporte de militares e respectivo apoio logístico para o teatro de operações; garantir o equipamento dos militares empregues em OAP; apoiar a Itália na criação do Centro de Formação de Polícia e apoiar os países cooperantes na garantia da manutenção das capacidades adquiridas durante a execução do programa. É desenvolvido em coordenação com outros programas estrangeiros, considerando-se a possibilidade do seu prolongamento para além de 2010.
Ainda de realçar é a criação do *African Center for Strategic Studies*, em 1999, e do Comando para África (AFRICOM) que se tem revelado fundamental para a estratégia norte-americana, permitindo apoiar e optimizar o seu esforço de cooperação no continente.
Em conclusão, a cooperação militar dos EUA em África tem vindo, de forma gradual, a ganhar uma estrutura mais coerente, dada pelo seu crescimento e pela inclusão de objectivos melhor definidos e mais facilmente avaliados. Esta realidade, demonstrativa da importância crescente que os EUA têm vindo a dar ao continente, é bem vincada pela crição do AFRICOM.

O modelo de outros países

Comparados com os modelos francês e dos EUA, os modelos de cooperação militar desenvolvidos por outros países são relativamente modestos. É o caso do modelo do Reino Unido, cujo principal objectivo é o de formar instrutores, sendo a maior componente da cooperação desenvolvida pelos chamados *British Military Advisory and Training Teams*, destacados para preparar e dar formação às forças armadas dos países anglófonos. Este modelo funciona desde 1970 e não é exclusivamente focado em missões de OAP, incluindo outros módulos de treino específico projectados de acordo com as necessidades dos países cooperantes. O Reino Unido também tem contribuído para o financiamento e equipamento de forças militares envolvidas em OAP. Desde 2000, aprofundou o seu modelo de cooperação militar através do projecto *Conflict Prevention Pool* (CPP), que procura potenciar a articulação dos seus diversos órgãos e ministérios envolvidos na cooperação militar.
O país estabeleceu também uma rede de conselheiros militares baseados em África.
A Itália criou o centro de excelência para a formação de forças policiais em Veneza (CoESPU) e novos cursos de formação ministrados pela Escola da ONU em Turim.
No modelo da UE, os Estados membros assumem um papel de destaque, dada a sua experiência no terreno. Actualmente, a UE aparece também associada à componente multilateral não apenas entre Estados, como também com outras organizações.
A Rússia, desenvolveu um modelo de cooperação militar que pretendeu apoiar o desenvolvimento das forças armadas de países africanos, não apenas com treino de instrutores e forças, mas também pelo fornecimento de equipamento e armamento. O seu modelo de cooperação militar, inicialmente movido por questões ideológicas, tem actualmente por detrás a pesada máquina do comércio de armamento e equipamento (é o segundo maior exportador, atrás dos EUA, para o continente). O governo russo desenvolveu uma série de acordos bilaterais de CTM com Estados africanos, que envolvem a nomeação de assessores militares colocados estrategicamente junto dos órgãos de poder governamentais.
A China só durante os anos 60 e 70 começou a desenvolver laços de cooperação com os países africanos, principalmente com movimentos revolucionários e independentistas. Actualmente tem diversos interesses em África, tendo desenvolvido uma estratégia para o continente baseada na defesa dos seus interesses económicos (recursos e comércio) e políticos. Neste contexto as forças armadas chinesas assumem um importante papel que não se limita à CTM mas, também, à capacitação de forças armadas através de treino e fornecimento de equipamento e armamento, além do apoio à formação no âmbito das OAP e missões humanitárias. As relações militares chinesas são actualmente desenvolvidas com 25 dos 48 países africanos com quem mantém relações diplomáticas. A cooperação militar, exclusivamente bilateral, compreende a troca de experiências; consultas bilaterais sobre assuntos relacionados com a segurança; exercícios combinados e participação em OAP. A sua presença militar no continente tem-se mostrado modesta, comparativamente à dos EUA. Contudo, verifica-se um incremento na acção desenvolvida pela sua componente diplomática, principalmente pela rede de adidos de defesa, após o surgimento do AFRICOM. Actualmente, o país é um dos principais fornecedores de armas em África, logo a seguir à Rússia.

O MODELO PORTUGUÊS

Inicialmente, a cooperação portuguesa processava-se de forma "avulsa", reduzindo-se à oferta de formação militar em Portugal. Os primeiros acordos de cooperação militar foram assinados em 1988, após os quais se seguiu a assinatura dos respectivos Programas-Quadro (PQ) de CTM. O PQ é negociado e aprovado bilateralmente e constitui-se como o plano director das acções e do investimento da cooperação militar portuguesa. Integra um conjunto de projectos cuja execução materializa o modelo de CTM nacional. Para cada projecto é nomeado um Director Técnico português e outro do país beneficiário, responsáveis pelo cumprimento dos objectivos definidos. Cada projecto é constituído por uma equipa de militares, variável de acordo com as suas necessidades (por norma, um a seis) podendo esta ser, ou não, residente no país beneficiário (normalmente nomeada por períodos de meio a um ano). As equipas podem ser reforçadas por assessores temporários que se deslocam ao país cooperante quando necessário. Angola é o país com maior fatia do orçamento da CTM portuguesa (ver gráfico), estando em vigência o PQ 2007-2010, constituído por doze projectos com trinta e cinco militares residentes, em média. No total da CTM, estão destacados, em África cerca de uma centena de militares das Forças Armadas.
A cooperação militar inclui também um programa de formação de pessoal, no país, que visa a capacitação técnica dos militares dos PALOP de acordo com as necessidades dos projectos inscritos nos PQ.
Os objectivos da cooperação portuguesa assentam na afirmação estratégica do país, na contribuição para o estreitamento da cooperação no mundo lusófono e na contribuição para a segurança e estabilidade interna dos PALOP, concretamente, promovendo a capacitação das suas Forças Armadas e o seu desenvolvimento cultural e económico e contribuindo para o esforço internacional de dotar os africanos de capacidades que lhes permitam intervir na gestão de crises no continente. Este ponto é reforçado pela criação, em 2005, do Programa de Apoio às Missões de Paz em África (PAMPA), actualmente em fase de «adopção» pela UE, o qual prevê a multilateralização da CTM portuguesa, centrando-se na capacitação institucional no âmbito da segurança e defesa dos países africanos; na formação de militares desses países; na cooperação multilateral com organizações africanas e na mobilização da agenda africana nas OI em que Portugal participa.

Conclusões

A cooperação militar tem assumido um papel importante na capacitação das forças armadas de países africanos. Simultaneamente, tem procurado aumentar as suas capacidades de intervenção em situações de crise e de conflito para que sejam estes os primeiros a intervir no continente e assim diminuir a necessidade de intervenção de forças militares estrangeiras. Os modelos adoptados pelos países envolvidos têm evoluído de bilaterais para multilaterais, promovendo a concentração de esforços e diminuição de custos.
Relativamente a Portugal, a CTM tem-se desenvolvido continuamente há quase duas décadas, potenciando, a baixo custo, a defesa dos interesses nacionais no continente e nos diversos *fora* onde o país está envolvido, além de contribuir para o esforço internacional do apoio ao desenvolvimento do continente. ■

Principais fontes utilizadas

Departamento de Defesa dos EUA (http://www.defenselink.mil/)
Institute for Security Studies (Pretória) (http://www.iss.co.za/)
Military Review (http://www.stimson.org/home.cfm)
Ministério da Defesa francês (http://www.defense.gouv.fr/defense_uk)
Ministério da Defesa Nacional (DGPDN) (http://www.mdn.gov.pt/mdn/pt/)
Revista militar (http://www.revistamilitar.pt/)
The Henry L. Stimson Center (Washington) (http://www.stimson.org/home.cfm)
União Europeia (http://europa.eu/index_pt.htm)

Alterações estratégicas na África subsariana

Até à Conferência de Berlim (1884-1885) os actores em conflito na África Subsariana, africanos em confrontos internos ou resistindo aos invasores europeus e europeus contra a resistência africana ou nas suas disputas para-imperiais, ainda não tinham atingido o patamar da "estratégia científica", mantendo-se no da "estratégia instintiva"[1]. Os princípios e métodos da estratégia científica, introduzidos por Carl Von Clausewitz, encarada como o emprego racional da coacção na gestão dos conflitos ao serviço da política, a oposição a um "outro" como essência do raciocínio estratégico, só chegaram ao continente africano através das guerras em que se confrontaram ambições coloniais das potências europeias, cujo início podemos situar na Guerra Anglo-Boer (1898-1902).

Da partilha de África à iniciativa estratégica do nacionalismo africano

Quando as ideias de Clausewitz começaram a impor-se na Europa, na segunda década do século XIX, já os impérios africanos originários estavam em processo de decomposição pela acção das incursões europeias e, se bem que a resistência contra a penetração e fixação dos novos invasores se mantivesse em permanência, foi conduzida na base de respostas casuísticas às iniciativas destes, sem objectivos e planos de conjunto que lhes conferissem conteúdo estratégico.

Formalizada a partilha do bolo colonial africano em Berlim, os conflitos no continente passaram, até ao fim da 2.ª Guerra Mundial de 1939-1945 (2.ª G.M.), a inscrever-se nas estratégias das potências coloniais. Mesmo as guerras de ocupação nos finais do século XIX e princípios do século XX, que a historiografia portuguesa designa, erradamente, por "Campanhas de Pacificação", apesar de dominadas pela resistência à penetração europeia para o interior, são determinadas por objectivos estratégicos das potências europeias em conflito entre si, na sequência das imposições da conferência que fazia depender o direito de posse da ocupação efectiva, com desprezo total das soberanias africanas tradicionais.

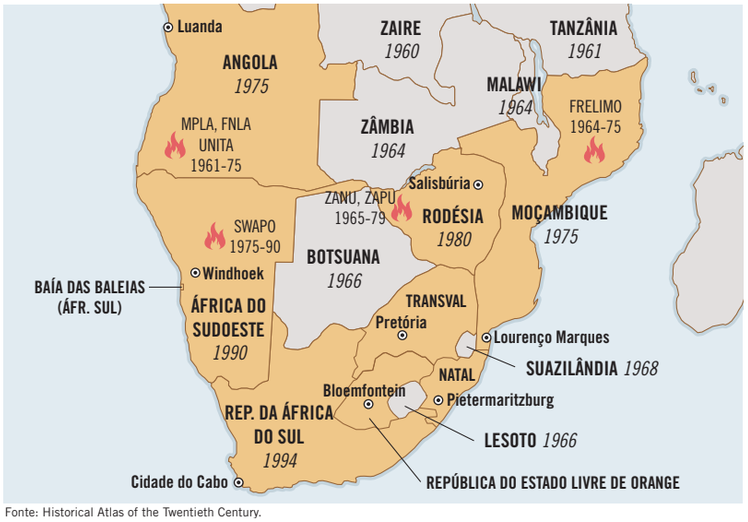
Rudolf Kjellén, fundador da geopolítica, previu a extensão à Ásia e África da lógica do espaço vital de Ratzel, que então dominava o pensamento estratégico, ao escrever que *«(…) os Estados cheios de vitalidade cujo espaço é limitado têm como imperativo categórico alargar o seu território através da colonização, da anexação ou conquista de diversos tipos (…)»*[2]. E as teorias de Mackinder são claramente justificativas da pretensa naturalidade do império colonial britânico, da mesma forma que o efémero império colonial alemão em África teve por mentor Karl Haushoffer e a sua Escola de Munique.

O pós-IIGM abriria as portas à iniciativa estratégica do nacionalismo africano.

A partir da primeira metade da década de 60, com a primeira vaga de independências das colónias britânicas, francesas e belgas, estala a primeira ruptura geoestratégica na África Subsariana, que deixa de ser uma região homogénea de nações negras sob dependência colonial branca – ainda que a República da África do Sul (RAS) constituísse um caso especial –, passando a heterogénea com dois grandes blocos antagónicos, um no norte e centro onde predominavam Estados independentes de maioria negra, outro a sul, na maioria com territórios sujeitos a regimes de minoria branca (ver mapa). Num e noutro bloco havia excepções: no norte e centro a Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe permaneciam colónias portuguesas, o Djibuti e as ilhas Comores colónias francesas e as ilhas Seychelles colónias britânicas; no sul a Zâmbia e o Malawi tornaram-se independentes em 1964 e os antigos protectorados britânicos de Bechuanalândia e Basutolândia chegaram à independência em 1966, como Botsuana e Lesoto e a Suazilândia em 1968, se bem que a destes últimos fosse precária, dado a sua dependência geográfica e económica, encravadas no bloco branco da RAS e seus aliados.

Era, então, na África Austral que essa heterogeneidade se manifestava de forma mais acentuada e, consequentemente, seria aí que o quadro estratégico atingiria um nível conflitual mais agudo. A Organização da Unidade Africana (OUA), logo na sua Assembleia Fundadora em Maio de 1963, assume-se como fórum dinamizador e coordenador da luta pelas independências dos territórios ainda sob domínio colonial, internacionalizando e conferindo unidade estratégica às lutas de libertação. Em resposta também os regimes brancos trataram de coordenar a sua acção, constituindo um bloco *de facto* para preservação dos seus domínios, para o que contaram com o apoio explícito dos EUA na administração Nixon-Kissinger. Este confronto ascendera à natureza armada de guerra colonial em que predominava uma estratégia assimétrica e prolongada, por definição favorável às forças guerrilheiras. Guerra que, ao assumir uma dimensão regional, iria prosseguir para além das independências. As guerras coloniais inscrevem-se num fenómeno mais global que, segundo reputados autores, estará na origem de uma ruptura estratégica que se traduz numa mudança de paradigma na tipologia dos conflitos, estando na génese das novas guerras da era da globalização. É o que o general Rupert Smith[3] chama *«(…) guerra no seio do povo (…) que emergiu no seguimento da Segunda Guerra Mundial (…)»*, considerando que foi a descolonização que lhe forneceu o cenário caracterizador.

GUERRAS DE LIBERTAÇÃO E INDEPENDÊNCIA NA ÁFRICA SUBTROPICAL E AUSTRAL



Fonte: Historical Atlas of the Twentieth Century.

Cruzamento de conflitos e novas guerras

Com as independências de Angola e Moçambique, em 1975, os Estados da África Austral fundam o Grupo dos Países da Linha da Frente (GPLF) com o objectivo principal de apoiar as independências do Zimbábue e da Namíbia e o fim do *apartheid* na RAS. O Zimbábue, independente em 1980 e, ao contrário dos esforços de Pretória, num sentido desfavorável à RAS, entra para o GPLF, que se transforma na Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral (SADCC) (ver mapa) que, para além dos objectivos do GPLF, proclama como objectivo estratégico regional o fim da dependência económica face à RAS. Em contrapartida a RAS, potência económica e militar regional destacada, encontra-se pela primeira vez estrategicamente isolada na tentativa de salvaguardar o *apartheid* e manter a Namíbia sob seu controlo, conduzindo uma estratégia agressiva de repressão interna e intervenções armadas e desestabilização nos Estados vizinhos, nomeadamente Angola, Moçambique e Zimbábue.

O quadro estratégico na África Austral torna-se, então, de grande complexidade,

SADCC – CONFERÊNCIA PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL

Fonte: ERIKSEN, Tore Linn C *et al.* — *Ajiika* i *kort og tal.* Copenhaga: Mellemfolkeligt Samvirke, 1986.

cruzando-se vários conflitos em grande parte herdados das guerras de libertação nacional. Em primeiro lugar guerras civis internas em todos os países. Para além dos factores endógenos, estas guerras civis inscrevem-se no quadro da Guerra Fria, alimentadas pelo conflito Leste-Oeste com as duas superpotências a disputarem zonas de influência pelo apoio a Estados ou facções rivais, directamente ou através de terceiros como o Zaire, a RAS ou Cuba. Por fim a sobreposição das várias guerras internas com apoios transfronteiriços configura vários conflitos regionais, nomeadamente entre a RAS e o SADCC mas, em escalas mais reduzidas, também entre Angola e a RAS, Angola e o Zaire, Moçambique e a RAS, Zimbábue e a RAS. Este quadro complexo fez da África Subsariana um teatro privilegiado de estratégias indirectas.

Este quadro estratégico só se altera com o fim da Guerra Fria e com a independência da Namíbia e o termo do *apartheid* na RAS em 1994. Fecha-se o ciclo e a África Subsariana torna-se, de novo, estrategicamente homogénea, agora com Estados independentes de regimes de maioria negra.

Com a globalização surge, porém, uma nova tipologia dos conflitos e a África Subsariana não só não lhe escapará como se torna um seu palco mais visível. Palco que quase se estende à dimensão continental mas que incide mais intensamente na chamada grande diagonal africana dos conflitos, que vai da foz do Rio Zaire até ao corno de África e tem epicentro na região dos Grandes Lagos (ver mapa). É um novo paradigma da guerra, não-clausewitziana, as novas guerras como as baptizou Mary Kaldor[4], visando objectivos que não são mais políticos ou nacionais, com intervenção de actores que não são estatais e pondo em confronto estruturas militares não institucionais. São guerras pelo controlo de recursos económicos, por interesses identitários étnicos e/ou religiosos que surgem por vezes associados a motivações cisionistas (separatistas) ou fusionistas (irredentistas), ligadas às máfias da criminalidade transnacional organizada, recorrendo a acções terroristas, genocídios e limpezas étnicas, atentados epidemológicos ou ambientais, sabotagens cibernéticas.

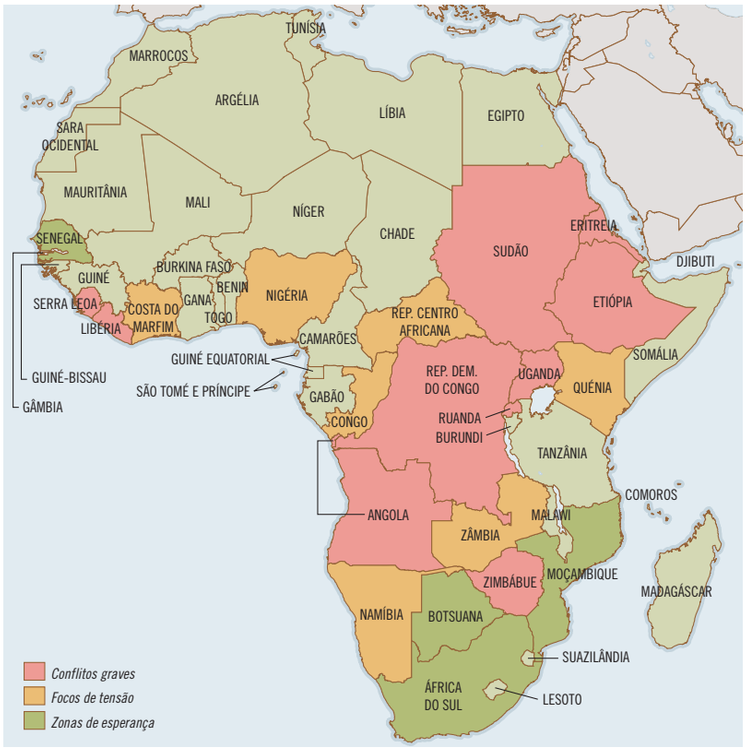
Conflitos desta natureza atingiram Angola, Libéria, Serra Leoa, Costa do Marfim e Nigéria, aqui com antecedentes na década de 60, dilaceraram a Somália hoje tornada Estado falhado, permanecem na região dos Grandes Lagos, no Darfur, na Guiné-Bissau e regressaram na modalidade da moderna pirataria às costas do golfo da Guiné e do corno de África. São ainda conflitos relacionados com a violência estatal de regimes predadores e despóticos, muitas vezes associados a intervenções de Empresas Militares Privadas (EMP). Por isso, dados da ONU classificavam a África Subsariana como a região do mundo onde, no final do século XX, se registava maior número de conflitos violentos.

Soluções globais

A resposta a estes novos desafios estratégicos que, por serem da era da globalização, também exige soluções globais enfrenta uma dificuldade endémica: o continente nunca foi uma prioridade nas preocupações internacionais. Estas continuam orientadas para a bacia do Mediterrâneo e Médio Oriente alargado até à Ásia Central. A ONU e as potências ocidentais, França, Grã-Bretanha, EUA, continuam a intervir em África mas, em geral, tardiamente e quando as situações já se degradaram irreversivelmente. Pelo seu lado, os Estados africanos tardam a encontrar estruturas próprias de resposta às crises. Algumas organizações regionais de segurança têm-se revelado experiências pouco frutuosas e têm carecido de credibilidade. No espaço da Comunidade para o Desenvolvimento da África Ocidental (CEDEAO) constituiu-se o Grupo de Monitorização do Cessar-Fogo na CEDEAO (ECOMOG), formou-se um Bloco dos Grandes Lagos, o SADC organizou um Órgão para a Política de Defesa e Segurança. No entanto estas estruturas acabaram por revelar vícios e debilidades das próprias potências regionais que as lideravam, sendo os resultados das suas intervenções muito aleatórios.

Com a prioridade do núcleo duro da globalização orientada para outras paragens, os EUA e a França procuraram dinamizar estruturas regionais que assumissem responsabilidades em acções de construção e consolidação da paz no continente. Foi assim que surgiu o Centro de Estudos para a Segurança Africana (ACSS) por iniciativa dos EUA e em substituição de uma anterior tentativa da Iniciativa de Reacção às Crises Africanas (ACRI), enquanto a França promovia o Reforço das Capacidades Africanas de Manutenção da Paz (RECAMP). Têm, porém, para os povos africanos o estigma de surgirem como formas de defesa de interesses exteriores ao continente. Já no início do século XXI assistiu-se a uma nova iniciativa, esta de âmbito mais amplo, a fundação da União Africana (UA) que se substituiu à antiga OUA que, na manutenção da paz, nunca teve um papel relevante. Por enquanto a UA tem estado mais preocupada com a sua própria afirmação e estruturação, privilegiando a união política e económica, se bem que, nos seus objectivos, contemple a "Promoção da Paz, Segurança e Estabilidade do Continente". No seu Plano Estratégico tem uma área orientada para a "Boa Governação, Paz e Segurança Humana", para o que se propõe constituir vários órgãos: um "Conselho para a Paz e Segurança", um "Sistema de Alerta Rápido", um "Estado-Maior" e forças militares em *standby* articuladas em contingentes regionais que possam participar na reconstrução e consolidação pós-conflito. E, à semelhança da União Europeia (UE), propõe-se desenvolver uma "Política de Segurança e Defesa Africana Comum". Estes passos da UA ainda são, por enquanto, demasiado incipientes, não passando de meras intenções. Se vierem a contar com o empenho dos próprios Estados-membros e com ajuda externa eficaz, nomeadamente da ONU, dado os desafios de segurança que se colocam em África e os seus reflexos no resto do mundo, poderão constituir um instrumento relevante para, pela primeira vez, se dotar de um instrumento eficaz de segurança e defesa colectiva, contribuindo para a pacificação do continente e estabilidade mundial. Constituirá, assim, a grande mudança estratégica em África neste início do século XXI. ■

GRANDE DIAGONAL AFRICANA DE CONFLITOS



Fonte: *Público*, 21 de Maio de 2000.

[1] BOTTI, Ferruccio –"Le concept de géostratégie et son application à la nation italienne dans les théories du général Durando (1846)". *Stratégie* n.º 58. Paris: Institut de Stratégie Comparée, 2.º Trimestre 1995.

[2] KJELLÉN, Rudolf – *Der staat als lebensform*. Berlim: Kurt Vowinckel Verlag, 1923.

[3] SMITH, Rupert – *A utilidade da força; a arte da guerra no mundo moderno*. Lisboa: Edições 70, 2008.

[4] KALDOR, Mary – *New and old wars; organized violence in a global era*. Cambridge: Polity Press, 1999.

África: meio século de independência

Os últimos 50 anos foram para o continente africano um período tumultuoso caracterizado, em muitos casos, por uma sucessão de desastres, de instabilidade política, de calamidades naturais, de golpes de Estado e de guerras civis que deram origem, perante a opinião pública mundial, a uma imagem deplorável, por vezes também algo exagerada ou distorcida de uma realidade que não é necessariamente a mesma em todas as regiões.

Estratégias de desenvolvimento

De facto, não é raro ignorar-se que se houve *retrocessos* evidentes nestas últimas décadas, também se registaram *progressos* que passam mais demasiado desapercebidos mas que não são menos reais, tanto na vida cultural e política como no plano económico, mesmo quando esses "progressos" são sectoriais ou circunscritos no espaço. As iniciativas da sociedade civil (por exemplo, na organização de defesa dos consumidores, na constituição de cooperativas populares como as *tontines* na África Ocidental, na criação e desenvolvimento de sindicatos ou de movimentos cívicos em defesa da democracia, etc.), ou de instituições públicas e privadas e mesmo do Estado, têm conseguido resultados que estão longe de serem negligenciáveis, mesmo quando não beneficiam da publicidade que os tornaria mais conhecidos ou valorizados, ou quando os seus resultados ficam, apesar de tudo, aquém dos intentos que estiveram na sua origem.

Outro elemento frequentemente esquecido é a extrema juventude da população africana, o que, implicitamente, é um factor de dinamismo para o futuro mesmo se, por agora, constitui um fardo pesado do ponto de vista financeiro. De qualquer modo, se compararmos o número de quadros africanos (técnicos, intelectuais e outros) dos anos 60 com o número avassalador (embora ainda hoje insuficiente) de jovens africanos preparados em todos os ramos da ciência, da técnica e da cultura, vemos que o chamado "declínio" da África é uma noção muito relativa. Todos aqueles que conheceram directamente os dois períodos sabem-no bem.

No plano económico, três grandes estratégias de desenvolvimento caracterizaram as políticas seguidas depois da independência pela generalidade dos países africanos: a estratégia de substituição das importações (ESI), a estratégia de promoção das exportações (EPE) e a estratégia das indústrias industrializantes (EII).

A primeira (ESI) e a mais divulgada, que tantas legítimas esperanças despertou nos anos 1960-80, revelou-se um fracasso. Não pelo princípio em si – que tem fundamento desde que seja visto como uma "medida provisória" – como os neoliberais costumam sustentar, mas porque a ESI foi tomada como um *fim* e não como um *meio*, ao contrário do que fez a Coreia do Sul depois da 2.ª Guerra Mundial. Na maior parte dos países africanos o erro dessa opção era visível logo nos primeiros anos de aplicação da ESI, mas os dirigentes africanos obstinaram-se em segui-la, em grande parte por razões ideológicas, embora alguns autores – sobretudo liberais – tenham lançado o alerta. Porém a maioria dos economistas, incluindo economistas africanos, só *a posteriori* tomou consciência da inviabilidade da ESI enquanto fim em si. As barreiras alfandegárias, os projectos irrealistas (os chamados "*elefantes brancos*"), o endividamento progressivo, a falta de inovação tecnológica, a corrupção crescente, mostraram claramente que eram um ciclo vicioso cujos limites foram a pouco e pouco atingidos e as suas consequências agravadas.

A segunda orientação – a "estratégia de promoção de exportações" (EPE) – também não se revelou exequível pela simples razão, que a África Subsariana (AS), desprovida de equipamento ou de tradição industrial, de *know-how* e de recursos humanos qualificados (com excepção da África do Sul), nada tinha para exportar para além das matérias-primas brutas e de produtos agrícolas, claramente insuficientes para promover um desenvolvimento diversificado e dinâmico. A única excepção no continente foi, até certo ponto, a Tunísia, na África do Norte, sob a orientação pragmática de Habib Bourguiba, a qual apostou nas exportações de produtos manufacturados, ainda que em indústrias artesanais ou de pequena dimensão – baseadas na valorização do artesanato – que souberam integrar algumas inovações tecnológicas.

A terceira via foi a "estratégia das indústrias industrializantes" (EII) teorizada na época pelo professor Gérard Destanne de Bernis, ou seja, uma modalidade ambiciosa da substituição de importações, com uma aposta nas indústrias pesadas a montante (petroquímica, siderurgia, etc.) e a sua integração com a procura a jusante (máquinas, ferramentas, produtos químicos, etc.), tudo à medida de um idílico mercado interno integrado, onde a indústria e a agricultura se alimentariam recíproca e harmoniosamente. Esse circuito fechado dentro das fronteiras nacionais revelou-se rapidamente asfixiante e altamente oneroso. Por isso só a Argélia independente tentou aplicar esse modelo por ser um país produtor de petróleo cujas bases financeiras foram fortalecidas pelos "choques petrolíferos" dos anos 70 (1973 e 1979). Mas as flutuações do mercado do crude provocaram em seguida a diminuição drástica desses rendimentos. O endividamento, seguido do estrangulamento financeiro, fizeram o resto. A EII revelou-se finalmente tão ilusória e ineficaz como as precedentes, conduzindo à ruína do único país africano que tentou esta estratégia…

As dimensões da "externalização" e da "interiorização" em África

As desilusões das primeiras décadas das independências africanas foram igualmente agravadas pelas turbulências políticas na construção das Nações por Estados mal apetrechados em termos políticos e técnicos, o que abriu caminho a desequilíbrios profundos que se traduziram frequentemente em golpes de Estado, guerras, conflitos étnicos, etc., que arruinaram todos os países onde se verificaram. Alguns escaparam durante algum tempo a essas calamidades mercê da acção pragmática de *leaders* políticos como foram os casos de Senghor no Senegal e de Houphouet Boigny na Costa do Marfim, ou de Bourguiba na Tunísia (mais recentemente é de assinalar igualmente a acção positiva de homens como Nelson Mandela na África do Sul, de Joaquim Chissano em Moçambique, de Abdou Diouf e Abdoulaye Wade no Senegal, e de praticamente todos os altos responsáveis políticos cabo-verdianos), mas, com novos dirigentes, o futuro da maior parte dos países africanos é bastante incerto.

De uma maneira geral as causas das crises africanas do último meio século podem ser vista a dois níveis:

O primeiro e mais frequentemente referido pelos analistas tem a ver com as relações entre a África e os países industrializados na perspectiva de uma dominação "imperialista" ou "neocolonial". O acento tónico é posto na "externalização", ou seja a causa do subdesenvolvimento africano reside – ou encontra as suas origens – na "dominação" da África pelos países desenvolvidos do Ocidente.

O segundo nível, habitualmente mais timidamente abordado pelos analistas, a que poderemos talvez chamar da "interiorização", encontra as causas das crises africanas nos factores internos – má governação, corrupção, tribalismo, incapacidade das elites políticas africanas, etc.

Esta dicotomia parece exagerada e talvez seja mais acertado encontrar as razões das dificuldades na conjugação das duas vertentes: externa e interna.

É certo que o desequilíbrio entre o Norte e o Sul, entre países desenvolvidos e países "em desenvolvimento" não foi (e continua a não ser) politicamente corrigido. Nesse capitulo é evidente a responsabilidade da Europa e dos EUA (sem falar das responsabilidades decorrentes do período colonial propriamente dito), apesar das iniciativas que nos últimos anos tiveram lugar (Convenção de Lomé, Ajuda Pública ao Desenvolvimento, cláusula da nação mais favorecida do GATT, e outras…) que, sem deixarem de ser positivas, foram insuficientes para promover o desenvolvimento africano.

No entanto a visão doutrinária excessivamente "externalizada", cuja análise teórica atingiu o seu ponto mais elaborado com a *escola da dependência* (Gunder Frank, Teotónio dos Santos, Samir Amin e, de maneira mais heterodoxa, Fernando Henrique

Cardoso) revelou-se insuficiente para ter em conta as responsabilidades políticas internas no Sul. É hoje evidente que esta última vertente foi demasiadamente negligenciada, como agora se verifica pelos resultados da acção de Robert Mugabe no Zimbábue ou, nos últimos dias de Setembro de 2009, na Guiné-Conacri, com os crimes ordenados pelo capitão Dadis Camara, o qual parece querer seguir a "tradição" obsoleta inaugurada pelo antigo presidente Sékou Touré (revista *Jeune Afrique*, 4 de Outubro de 2009)

Se a separação das causas externas e internas é artificial e explica pouco, por outro lado também o acento posto exclusivamente nas origens económicas da crise africana não basta para nos fazer compreender as dificuldades actuais. Por exemplo, falta ainda discutir o papel do Estado em África, esse "Estado Leviatã" , espécie de monstro *ad hoc* desprovido daquela racionalidade, organização e "eficácia" que a construção política de Thomas Hobbes pressupunha. Da imagem complexa do Leviatã em muitos casos ficou apenas retida a caricatura do Ogre que devora os seus próprios filhos e serve minorias predatórias que se apropriam da soberania para exclusivo uso pessoal.

O défice de democratização real e abertura

O caminho a percorrer em África, como noutras partes do mundo, já foi enunciado pelo universalismo de Montesquieu, apontando para a democracia e não para "*autenticidades*" africanas duvidosas (fundamentalmente racistas, aliás) ou para regimes autoritários e mesmo despóticos que só trazem com eles a ruína e a regressão.

Um outro factor que tem dominado as preocupações africanas é, pelo menos desde 1975, o problema da integração regional num continente em que a fraqueza dos mercados internos nacionais exige uma união muito mais consistente do que meros acordos fronteiriços e mais ou menos pontuais. As instituições de integração regional existentes desde 1975 (CEAO, CEDEAO, SADCC/SADC, etc.) têm-se revelado incompletas e ineficazes, em grande parte por falta de vontade política.

Também nos últimos anos foram lançadas iniciativas como os "*Objectivos do Milénio*" ou, por iniciativa propriamente africana, o NEPAD (New Partnership for Africa's Development), a primeira propondo-se reduzir drasticamente os maus indicadores do continente em vários sectores (educação, saúde, etc.) até 2015, e o segundo propondo-se favorecer a intervenção do sector privado em África numa perspectiva que podemos considerar essencialmente liberal.

A crise mundial desencadeada a partir de 2007-2008 parece ter alterado esses planos. Tudo indica que as nobres intenções dos "Objectivos do Milénio" não serão concretizadas e que o NEPAD poderá estar a caminho do fracasso, segundo as críticas do próprio presidente do Senegal, A. Wade.

A euforia do neoliberalismo mundial impulsionado nos anos 1980 pelos países anglo-saxónicos, EUA (Ronald Regan) e Reino Unido (Margaret Thatcher) estendeu-se durante mais de vinte anos pelo mundo inteiro, incluindo os países africanos. O optimismo dogmático dos neoliberais, irrealista como já está demonstrado, é também, em grande parte, mal fundamentado no plano teórico (ver J. Stiglitz, A. Sen e P. Krugman, para só citar três prémios Nobel da Economia), conduziu em 2008 à maior crise que a economia mundial conheceu nos últimos 80 anos e cujas consequências ainda são imprevisíveis. É certo que, de um determinado ponto de vista, a chamada globalização se revelou de certo modo eficaz (centenas de milhões de chineses e de indianos foram tirados da miséria absoluta). Mas, em termos globais, pela maneira como foi posta em prática com a supremacia absoluta do sector financeiro especulativo, revelou-se um gigante com pés de barro, como já tinha sido afirmado em 1944 por Karl Polanyi, cuja leitura adquiriu nova actualidade depois de a sua lição ter sido quase esquecida com o advento do neoliberalismo nos anos 80.

Se a África sofreu menos do que outras regiões do mundo com esta crise, não foi por ter observado qualquer "princípio de precaução", mas simplesmente porque o seu sector financeiro estava ainda pouco integrado no sistema global, pelo que o sismo abalou menos os alicerces das economias africanas do que noutras regiões mais "globalizadas". O total dos activos dos 100 primeiros bancos africanos atinge em 2009 cerca de 952 mil milhões de dólares, o que ainda é relativamente modesto para um continente com várias dezenas de países. Desse total, 30 bancos detêm 82% dos activos financeiros (revista *African Business*, n.º de Set/Out 2009).

Projecções para o futuro

Em resumo, o futuro de desenvolvimento africano dependerá muito do que for feito nos países industrializados (inclui-se aqui a China) para reparar os estragos ocasionados a nível mundial pela falta de regulação dos mecanismos financeiros. Nesse plano é difícil ser tão optimista como a generalidade dos neoliberais, se julgarmos pela timidez das medidas preconizadas até este momento pelo G20, cujos governos não parecem tirar todas as consequências dessa crise financeira, em particular se pensarmos na intocabilidade dos chamados "paraísos fiscais", cujo carácter nocivo ficou bem evidente, mas que continuam a não ser objecto de medidas realistas anti-especulativas.

Sendo a questão da regulação financeira um problema central da economia mundial, como o demonstrou Polanyi, é verosímil que, mesmo se esta crise for debelada (o que ainda falta demonstrar), mais cedo ou mais tarde outras se lhe seguirão, talvez até com maior violência ainda. Nessa hipótese não se vê como é que as economias africanas poderão enveredar finalmente pelo caminho do desenvolvimento sustentável (não se fala aqui apenas de "crescimento") num futuro próximo. A globalização parece ser um fenómeno irreversível que é inútil rejeitar cegamente, mas será necessário controlar e aproveitar as suas potencialidades para não a deixar cair mais uma vez nas mãos de especuladores irresponsáveis ou de políticos sem outro projecto para além da obsessão teológica do mercado. Se a crise se acentuar ou se, depois de uma acalmia, regressar com a mesma violência por não terem sido tomadas a tempo as decisões políticas e económicas adequadas, os países africanos serão as maiores vitimas da sua própria fragilidade.

De qualquer modo o balanço destes 50 anos de independência deve ser um balanço de algum modo prudente. Apesar dos erros, em muitos sectores foram dados passos que não podem ser objectivamente ignorados se compararmos a África de hoje com aquela de há mais de 50 anos. A despeito das tragédias sofridas, de que as elites políticas acarretam grandes responsabilidades, e da insatisfação que muito jovens africanos alimentam face ao futuro, se nos projectarmos no horizonte dos próximos 50 anos, o *afropessimismo* deve ser arduamente combatido porque as potencialidades do continente são imensas e continuam praticamente inexploradas.

Mas o problema é político, antes mesmo de ser económico… ■

La gestion impérialiste de l'Afrique post coloniale (I)

L'Afrique indépendante est partagée de 1960 à 1963 en deux camps: celui de Casablanca (Egypte, Maroc, Guinée, Ghana et Mali) qui considère que les indépendances "octroyées" n'ont pas réglé la question de la libération, et celui de Monrovia (les autres pays) qui acceptent leur sort, qualifié par les premiers de "néo-colonialiste". Elle se retrouve réunie dans l'OUA, crée en 1963. Toute l'Afrique indépendante adhère alors au Mouvement des Non-Alignés, produit de Bandoung (1955), dont l'esprit a trouvé un écho suffisant pour engager non seulement ses peuples mais encore les classes dirigeantes et les gouvernements.

Mais l'Afrique nouvelle est fragile, précisément par l'héritage misérable que cette colonisation lui lègue. Les sociétés africaines sont menacées de désintégration. Le discours dominant en attribue la responsabilité à la «maturité insuffisante» de ces sociétés, sous entendu trop vite décolonisées. On passe sous silence la véritable cause du drame: le marché. Car le marché par lui même opère toujours comme une force centrifuge, désintégratice. Et c'est seulement lorsqu'il est régulé par l'Etat qu'il cesse de l'être. Dans des économies aussi fragiles que celles que l'Afrique a héritées de la colonisation, et avant celle-ci de la traite négrière, cet effet désintégrateur a des effets encore plus marqués qu'ailleurs. Car ici nous n'avons pas de système productif digne de ce nom; et le marché ne le crée pas; c'est à l'Etat – instrument de la société et des compromis sociaux qui la caractérisent à chaque étape de son évolution, fut-elle capitaliste – que revient la responsabilité de créer un système productif cohérent avec le projet sociétaire. En l'absence de celui-ci, ce que font les forces du marché c'est tout simplement exploiter les segments épars d'un système qui, n'existant pas, ne peut pas leur opposer de résistance. La compradorisation est la forme sociale, politique et idéologique à travers laquelle s'exprime cette situation de «non Etat». Il n'y a pas «trop d'Etat» en Afrique; il y a seulement une mauvaise administration compradore. Le néocolonialisme ne se déploie donc que sur un fond de crise permanente. C'est la raison pour laquelle il a été remis en question par les vagues successives de ripostes nationales populistes. La première de ces vagues – le Ghana de Nkrumah, le Mali de Modibo, la Guinée, le Congo – s'était à peine épuisée que se renouvelle la tentative, en Afrique de l'Ouest au Bénin, puis au Burkina Faso alors qu'une renaissance s'amorce peut être au Ghana et au Mali, en Afrique de l'Est en Tanzanie, en Ethiopie, à Madagascar puis en Afrique australe.

Faillite de l'Afrique? Non. Il faut dire: faillite du capitalisme, incapable d'offrir à l'Afrique quoi que ce soit d'acceptable. Aujourd'hui que la page de Bandoung est tournée, l'impasse est plus dramatique que jamais. L'attaque frontale contre la paysannerie que promeut le programme de libéralisation de l'OMC accélère la transformation du continent en un monde de campagnes désolées et de bidonvilles. La pression migratoire qui en résulte (les nouveaux "boat peoples") en est la conséquence inéluctable, tandis que les Européens s'entêtent à n'envisager la coopération des Etats africains dans ce domaine que dans le cadre de sa gestion policière.

En Afrique, la régionalisation en trompe-l'œil

L'Organisation de l'Unité Africaine, devenue Union Africaine, a une vocation principalement politique dont les fonctions ont été d'une part de soutenir les luttes de libération dans les colonies portugaises, au Zimbabwe, en Namibie et en Afrique du Sud, et d'autre part de contenir et d'arbitrer les conflits intra -Etatiques. L'OUA constituait dans cet esprit un substitut affadi du panafricanisme. Pendant les «décennies du développement» (1960 et 1970) les tâches de l'OUA ont été rendues relativement aisées du fait que les Etats qui la constituaient bénéficiaient d'une certaine légitimité auprès de leurs peuples. Les réalisations du développement que permettait la base nationale populiste et transethnique héritée des mouvements de libération devenus partis de pouvoir justifiaient cette légitimité. Celle-ci était fondée par l'élargissement d'un noyau de «classes moyennes» (produit par les progrès de l'éducation) autour duquel s'était constituée une nébuleuse de clientèles actives dans les classes populaires.

La conjoncture politique est aujourd'hui tragiquement différente. L'érosion des modèles de développement populistes et le diktat de la mondialisation libérale ont brutalement délégitimisé la majorité des Etats africains, sans que les formes de la démocratie de façade qui ont pris le relais des pouvoirs nationalistes populistes autocratiques ne parviennent à restaurer la légitimité de gouvernements devenus incapables d'offrir à leurs peuples quoi que ce soit d'acceptable en matière de progrès social. L'Afrique est alors entrée dans une phase d'involution caractérisée par ce qu'on appelle – mal – les «guerres tribales internes». Car il ne s'agit pas là de conflits ayant leur origine véritable dans l'hostilité des ethnies les unes vis à vis des autres; mais de conflits fabriqués par des seigneurs de la guerre cherchant à faire main basse sur les ressources des pays (pétrole, diamant), mobilisant l'ethnicité à cet effet. L'OUA – ou même l'ONU – appelée au secours s'avère dans ces conditions tout également impotente. Dans ces circonstances l'idée même de régionalisation n'a plus de sens.

Il existe également de nombreuses institutions de coopération sous-régionale dont les principales sont la CEDEAO (ECOWAS) en Afrique de l'Ouest, la SADC (faisant suite à la SADCC) et la COMESA (prenant le relais de la PTA) en Afrique de l'Est et Australe, la CEAO-UMOA et l'UDEAC pour les pays de la zone franc, la SACU et la CMA pour ceux de la zone rand, les succursales de grandes institutions mondiales (comme la BAD, quasi succursale de la Banque Mondiale) et d'autres institutions mineures (type Mano River Union, Communauté des Grands Lacs, Comité Inter-Etats pour Sahel etc.). On observera à cet égard que les institutions d'apparence régionale les plus solides sont celles qui sont liées soit à la France soit à l'Afrique du Sud (avant et après l'apartheid). La France avait pris le soin, au lendemain de l'indépendance de ses colonies africaines, de négocier leur maintien dans la zone franc dans des formes rigides qui excluaient pratiquement toute marge d'autonomie en matière de gestion monétaire. Vestige colonial désormais menacé de disparition sous l'effet triple de la substitution de l'euro au franc, de la mondialisation libérale et des involutions africaines. Mais si le système venait à éclater, rien n'est prévu pour en préparer une relève efficace, ni aux niveaux des pays concernés ni à celui des régions qu'ils constituent.

En Afrique australe les conventions qui organisent les unions douanière et monétaire entre l'Afrique du Sud d'une part, le Lesotho et le Swaziland d'autre part ne méritent pas davantage d'être classées sous la rubrique «coopération régionale», tant le déséquilibre est flagrant entre le partenaire dominant et les pays en question. La SADCC, qui avait été créé au temps de l'apartheid pour permettre aux pays de l'Afrique australe de se libérer de leur dépendance envers Pretoria, s'est elle-même transformée, au lendemain de la libération de l'Afrique du Sud, en une organisation nouvelle de coopération (la SADC) qui compte désormais ce pays parmi ses membres. Mais la nouvelle Afrique du Sud entend poursuivre la même politique que l'ancienne envers les pays de la région qu'elle domine par son avance industrielle. Les partenaires accepteront-ils indéfiniment ce rapport inégal?

Le bilan du fonctionnement des organisations sous-régionales de coopération/intégration africaines est donc maigre. Les échanges commerciaux sont demeurés négligeables et les flux de capitaux intra-régionaux inexistants. L'adhésion ultérieure des Etats africains aux principes du libre échange formulés par la nouvelle OMC ne peut qu'aggraver encore les effets décevants de «l'ouverture commerciale». Le volet économique des fonctions de l'OUA se réduisait en fait à la participation active de l'Afrique, (au sein du Mouvement des Non-Alignés et du groupe des 77 à l'ONU), à la constitution d'un «front commun» présentant les revendications du Sud face au Nord dans l'ordre économique international. Néanmoins l'OUA a tenté de proposer aux Etats africains des «plans» de développement impliquant leur intégration régionale et leur industrialisation. Le danger qu'ils représentaient a bel et bien été ressenti par la Banque Mondiale: le fameux rapport Berg (1981), produit en réponse immédiate au Plan de Lagos, et devenu depuis la Bible de la Banque Mondiale, des institutions

internationales de coopération et des Etats, ne propose en contrepoint rien d'autre que de poursuivre en Afrique les spécialisations fondées sur les avantages «naturels» et de rester donc dans les limites de la vieille spécialisation agro-minière. Les faiblesses des propositions de l'OUA tiennent au fait que leur mise en œuvre suppose une impulsion active par les Etats. Or les classes dirigeantes rentières constituées dans le cadre de la formation des Etats africains en question n'ont ni les moyens ni probablement la volonté même de s'engager dans une voie autre que celle de la spécialisation agro-minière dont elles tirent leurs revenus. La «régionalisation» dans ces conditions n'est pas à l'ordre du jour de leurs préoccupations réelles, ni de celles des forces dominantes dans le système mondial. Elle n'est qu'un trompe-l'œil.

L'association Union Européenne/ ACP (Afrique, Caraïbes, Pacifique)

Si, à l'échelle du système mondial, l'association CEE-ACP n'occupe qu'une position mineure, son importance pour ce qui est de l'analyse de la place de l'Afrique dans le système mondial est réelle.

A l'origine l'objectif des accords de Lomé n'était pas de mettre les relations extérieures au service de transformations économiques, politiques et culturelles positives pour les peuples africains, mais de renforcer la position de l'Europe dans le système mondial, tant au plan économique que géopolitique. Autrement dit, la dimension développementaliste était secondaire, moins importante que la dimension politique. Il s'agissait avant tout de soutenir les Etats dits «modérés» et de renforcer les tendances allant dans ce sens ailleurs, autrement dit d'affaiblir les aspirations populistes tentées de mobiliser à leur bénéfice la concurrence géopolitique des deux superpuissances engagées dans la guerre froide.

Dans la nouvelle perspective libérale la réorganisation des rapports euro-africains s'inscrit dans le cadre tracé par l'OMC, consolidant ainsi les monopoles que les centres détiennent dans des domaines décisifs, dont le contrôle de l'accès aux ressources naturelles, la génération des nouvelles technologies et l'organisation du système monétaire et financier. Dans cet esprit les régionalisations tirent leur rationalité de leur capacité de constituer des espaces de déploiement optimal des activités des oligopoles transnationaux. Les résistances à cette conception devraient pouvoir se développer en Afrique pour les raisons suivantes: i) les régions et les pays peu intéressants dans cette optique sont exclus de facto des bénéfices potentiels de la régionalisation, (ii) la polarisation croissante et l'exclusion entraîneront des mouvements migratoires d'autant plus difficiles à gérer que le néo-libéralisme ignore dans son schéma la libre circulation des travailleurs, (iii) le schéma intègre implicitement des alliances militaires qui vulnérabilisent les pays du Sud récalcitrants. Conçue comme elle l'est, la régionalisation des rapports euro-africains serait parfaitement compatible avec la gestion des conflits internes produits dans l'Afrique marginalisée par la désintégration sociale.

Durant les décennies 1960 et 1970, derrière les conventions d'association entre la CEE et les pays africains on pouvait lire en pointillé le souci de l'Europe d'assurer son ravitaillement en produits agricoles tropicaux et en produits miniers et pétroliers. Aligné désormais sur la rhétorique de l'OMC, l'Europe a souscrit sans réserve à l'ordonnance médicale universelle des programmes d'ajustement structurel. Les pouvoirs locaux ont parfois tenté de résister à ces programmes qui, en mettant un terme à l'expansion de leur base sociale, leur faisaient perdre toute légitimité. Le poids de la dette extérieure et la corruption dans la gestion publique devaient se charger de réduire à néant leur marge de manœuvre, les privant par là même de la possibilité de procéder à un auto-ajustement et les contraignant à se soumettre aux injonctions quotidiennes des institutions internationales chargées de gérer directement leur crise. L'initiative dite des "pays pauvres très endettés", formulée par la Banque Mondiale et imposée par l'Union Européenne, s'inscrit dans ce plan de recolonisation du continent.

Le bilan de cette association n'est pas brillant. L'écart entre le produit par tête de l'Afrique subsaharienne et celui des autres pays en voie de développement n'a dès lors fait que se creuse. S'y ajoute le retournement de la balance des flux financiers, les transferts de capitaux de l'Afrique vers l'extérieur (le Nord, particulièrement européen) l'emportant désormais sur les flux inverses publics et privés. De surcroît l'évolution de la répartition du revenu qui a accompagné la mise en œuvre des stratégies en question s'est soldée par l'aggravation de l'inégalité qui, à son tour, engendre des gaspillages dans l'investissement (la priorité de fait étant donnée aux investissements coûteux destinés à satisfaire la demande des classes privilégiées). La marginalisation de l'Afrique dans l'investissement international complète l'image de l'échec: bien que l'Union Européenne fournisse la moitié des ressources financières externes des ACP, le maintien de cette proportion n'a été possible que grâce à l'augmentation continue des flux d'aide publique, tandis que l'ouverture des économies se soldait par des désinvestissements des capitaux privés.

Enfin l'Union Européenne ne paraît pas avoir défini une politique de l'environnement qui tienne compte des dégradations de celui-ci en Afrique. Dans les négociation en cours entre l'UE et les ACP, conduites dans le cadre de la convention de Cotonou, les ACP ont rédigé les *directives* tandis que la Commission européenne a rédigé le *mandat*. Selon un document rédigé par *the European Research Office* à la demande du *Cotonou Monitoring Group*, les points de vue sont assez divergents, mais les différences ne portent pas sur les problèmes de fond. Les négociations portent en effet sur les modalités de mise en place des zones de libre échange avec l'Europe à partir de 2008; ce qui suppose un processus d'intégration économique intra-africaine accéléré. La résistance à ces projets (dits APER), qui s'inscrivent dans la continuité des rapports coloniaux Europe/Afrique, s'exprime avec une force et une autorité grandissantes au sein des Forums sociaux africains et de l'Assemblée de leurs mouvements. Cette résistance trouve sa résonnance auprès de certains gouvernements, notamment celui du Nigeria.

L'accentuation de la pénétration du capitalisme mondial et local dans l'agriculture est une caractéristique majeure de notre époque. Dans les conditions de l'Afrique cette pression grandissante s'est donnée l'objectif de déposséder la majorité des paysans du continent qui bénéficient encore, dans des conditions dramatiques, de l'accès au sol.

La question agraire (au sens de l'accès au sol de tous les paysans) est au cœur du défi d'une démocratisation associée au progrès social. Le capitalisme impérialiste est incapable de donner une solution à ce problème majeur pour les sociétés d'Afrique, d'Asie et d'Amérique latine. Le modèle de «privatisation du sol» proposé, voire imposé, s'assigne un tout autre objectif, au bénéfice des transnationales de l'agri-business (Monsanto et autres) et des nouveaux agriculteurs capitalistes locaux. La «coopération» internationale soutient toutes les initiatives qui vont dans ce sens, combat celles à travers lesquelles s'exprime la résistance des paysans majoritaires.

Cette offensive est développée en parallèle avec celle de l'OMC sur le thème de la mondialisation de l'agriculture (double ouverture prétendue des marchés du Nord et du Sud au commerce des produits agricoles et alimentaires). La question des subventions à l'agriculture constitue l'axe central du conflit, qui oppose ici les Etats du Nord (Etats Unis et Europe, parfaitement alignés contre le Sud en dépit des conflits – mineurs – qui les opposent) à ceux du Sud. Un conflit qui a conduit l'OMC à l'impasse à Doha.

La flambée des prix alimentaires révèle l'ampleur du drame structurel sous-jacent. Les Etats du capitalisme central ont toujours poursuivi l'objectif de conquérir leur accès prioritaire aux ressources majeures du globe, entre autre aujourd'hui le pétrole et l'uranium. Et de l'interdire à leurs concurrents éventuels (aujourd'hui la Chine en particulier). Cette préoccupation centrale gouverne largement les projets de «coopération» entre l'Europe et l'Afrique. On sait par exemple que le Niger est inondé «d'aides», destinées principalement à la corruption de son pouvoir politique (et non parce qu'il est le pays le plus pauvre du continent!) et à éviter que ne s'installe à Niamey un pouvoir nationaliste susceptible de nationaliser les mines d'uranium (contrôlées par le commissariat français à l'énergie atomique) dans une région située entre l'Algérie, la Lybie et le Nigeria. ■

La gestion impérialiste de l'Afrique post-coloniale (II)

Le discours dominant donne à l'aide l'objectif de «réduire la pauvreté», en s'appuyant sur la «société civile», pour substituer une «bonne gouvernance» à une autre, jugée «mauvaise».

Le terme même de «pauvreté» relève d'un langage vieux comme le monde, celui de la charité (d'origine religieuse ou autre). Cette langue appartient au passé, non au présent, a fortiori à l'avenir. Il est antérieur à la constitution du langage développé par la pensée sociale moderne, qui cherche à être scientifique, c'est-à-dire à découvrir les mécanismes qui engendrent un phénomène observable et observé.

La masse gigantesque de la littérature sur la pauvreté porte son attention exclusive – ou presque – sur le «repérage» du phénomène et sa quantification (les critères de sa mesure, un ou deux dollars par jour, le volume des «pauvres» ainsi répertoriés). Elle ne pose pas les questions en amont: quels sont les mécanismes qui engendrent la pauvreté en question? Ont-ils quelques rapports avec les règles fondamentales (comme la compétition) qui constituent la base de nos systèmes? En particulier, pour ce qui concerne les pays du Sud assistés, les stratégies et politiques de développement conçues pour eux.

La pauvreté, la société civile, la bonne gouvernance: la rhétorique pauvre du discours dominant de «l'aide»

Le discours sur la pauvreté rejoint alors celui du passé lointain, des temps où l'on considérait richesse et pauvreté comme des données «de la nature», où la question de transformer celle-ci (c'est-à-dire la société) n'était pas posée. Le ralliement de la Banque Mondiale, de l'OCDE, du CAD, et des Agences de coopération Internationale à cette langue constitue, non un progrès de la pensée, mais une illustration de sa misère, de sa démission.

Le concept de «société civile», même pris au sérieux (sans parler donc de son usage à tord et à travers), s'érige-t-il à la hauteur de ce qu'un concept doit être pour tenter sa chance et mériter d'entrer dans le débat sérieux à vocation scientifique?

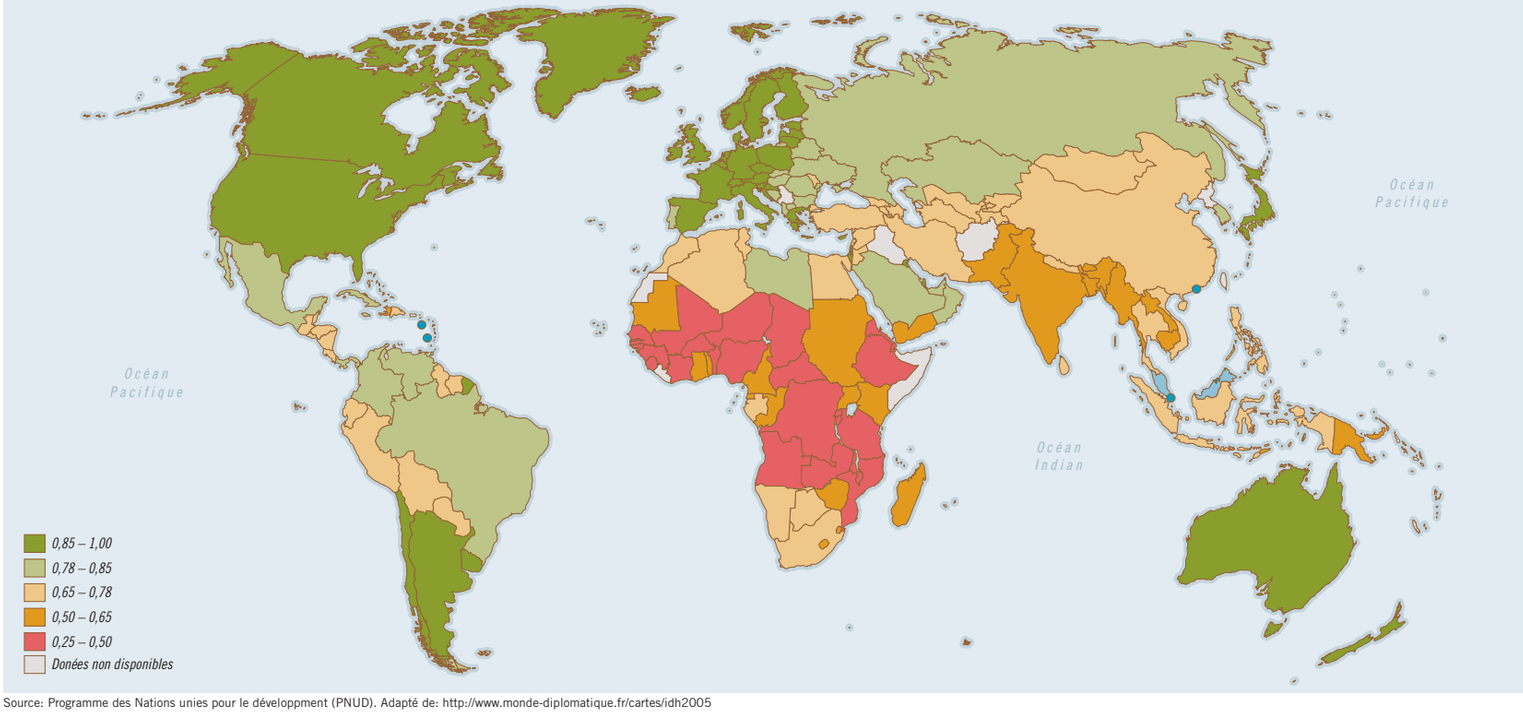
Telle qu'elle nous est proposée, la «société civile» en question est associée à une idéologie du consensus. Double consensus: (i) Qu'il n'y a pas d'alternative à «l'économie de marché» (expression elle-même vulgaire pour servir de substitut à l'analyse du «capitalisme réellement existant», d'hier et d'aujourd'hui); (ii) qu'il n'y a pas d'alternative à la démocratie représentative fondée sur le multipartisme électoral (conçue comme «la démocratie»), pour servir de substitut à la conception d'une démocratisation de la société, étant elle-même un processus sans fin.

La société civile est alors l'ensemble des assemblées de voisinage, de «communautés» (le concept est indissociable de l'adhésion à l'idéologie «communautariste»), «d'intérêts» locaux (l'école, l'hôpital, les espaces verts), eux-mêmes donc indissociables de pans d'idéologies émiettées, séparées les unes des autres (le «genre» compris dans ce sens étriqué, le respect de la nature, également institué en objectif séparable des autres). Cette idéologie, qui nous vient d'Outre-Atlantique, n'est pas celle des cultures politiques façonnées par l'histoire. Par delà leurs différences, modestes ou considérables selon les cas, ces cultures politiques sont celles du conflit reconnu des intérêts sociaux, donnant entre autres un sens aux termes de «droite» et «gauche», attribuant à la démocratie créatrice le droit et le pouvoir d'imaginer des alternatives et non exclusivement des «alternances» dans l'exercice du pouvoir (changer les noms pour faire la même chose).

Le concept de société civile correspondant aux cultures politiques du conflit (attention, le terme n'est pas nécessairement affublé du qualificatif de «violent») restitue toute leur place aux organisations de lutte: des travailleurs (syndicats), des paysans, des femmes, des citoyens. Il intègre et n'exclut donc pas les partis politiques du mouvement, réformateurs ou dits «révolutionnaires». A leur place le discours à la mode donne la prééminence aux «ONG». Cette option est indissociable d'un autre pan de l'idéologie dominante, qui voit dans «l'Etat» l'adversaire par nature de la liberté. Dans les conditions de notre monde réel cette idéologie revient à légitimer «la jungle des affaires», comme la crise financière en cours l'illustre.

La «gouvernance» a été inventée comme substitut au «pouvoir». L'opposition entre ses deux qualificatifs – bonne ou mauvaise gouvernance – rappelle le manichéisme et le moralisme, substitué à l'analyse de la réa-

INDICE DU DÉVELOPPMENT HUMAIN (IDH)



Source: Programme des Nations unies pour le développment (PNUD). Adapté de: http://www.monde-diplomatique.fr/cartes/idh2005

lité, aussi scientifique que possible. Encore une fois cette mode nous vient de la société d'outre-Atlantique, où le sermon a souvent dominé le discours politique.

La «bonne gouvernance» implique que le «décideur» soit «juste», «objectif» (retienne la «meilleure solution»), «neutre» (acceptant la présentation symétrique des arguments), et par-dessus tout «honnête» (y compris bien entendu au sens le plus platement financier du terme). A lire la littérature produite par la Banque Mondiale sur le sujet, on se découvre relire les doléances présentées – en général par des hommes (peu de femmes!) de religion et/ou de droit – dans les temps anciens de l'Orient au «despote juste» (pas même éclairé !). Le sermon est complété par une litanie interminable de procédures para-techniques destinées, selon leurs auteurs, à «garantir» la mise en œuvre de la bonne gouvernance en question.

L'idéologie visible sous-jacente s'emploie tout simplement à évacuer la question véritable: quels intérêts sociaux le pouvoir en place, quelqu'il soit, représente et défend? Comment faire avancer la transformation du pouvoir pour qu'il devienne progressivement l'instrument des majorités, en particulier des victimes du système tel qu'il est? Etant entendu que la recette électorale pluripartiste a prouvé ses limites de ce point de vue.

Aide, géo-économie, géopolitique et géostratégie

Les politiques d'aide, le choix des bénéficiaires, des formes d'intervention, leurs objectifs immédiats apparents sont indissociables des objectifs géopolitiques.

L'Afrique sub-saharienne est parfaitement intégrée dans ce système global, et en aucune manière «marginalisée» comme on le dit hélas, sans réfléchir, trop souvent. Je renvoie ici à mon papier (sur le sujet, voir liste des références): le commerce extérieur de la région représente 45 % de son PIB, contre 30 % pour l'Asie et l'Amérique latine, 15 % pour chacune des trois régions constitutives de la triade. L'Afrique est donc quantitativement «plus» et non «moins» intégrée, mais elle l'est différemment.

La géo-économie de la région repose sur deux ensembles de productions déterminantes dans le façonnement de ses structures et la définition de sa place dans le système global: (i)Des productions agricoles d'exportation «tropicales»: café, cacao, coton, arachides, fruits, huile de palme, etc. (ii)Les hydrocarbures et des productions minières: cuivre, or, métaux rares, diamant, etc. Les premiers sont les moyens de «survie», au-delà de la production vivrière destinée à l'auto-consommation des paysans, qui financent la greffe de l'Etat sur l'économie locale et, à partir des dépenses publiques, la reproduction des «classes moyennes». Ces productions intéressent plus les classes dirigeantes locales que les économies dominantes. Par contre, ce qui intéresse au plus haut point ces dernières ce sont les produits des ressources naturelles du continent. Aujourd'hui les hydrocarbures et les minerais rares. Demain les réserves pour le développement des agro-carburants, le soleil (lorsque le transport à longue distance de l'électricité solaire le permettra, dans quelques décennies), l'eau (lorsque son «exportation» directe ou indirecte le permettra).

La course aux territoires ruraux destinés à être convertis à l'expansion des agro-carburants est engagée en Amérique latine. L'Afrique offre, sur ce plan, de gigantesques possibilités. Madagascar a amorcé le mouvement et déjà concédé des superficies importantes de l'Ouest du pays. La mise en œuvre du code rural congolais (2008), inspiré par la coopération belge et la FAO, permettra sans doute à l'agri-business de s'emparer à grande échelle de sols agraires pour les «mettre en valeur», comme le Code Minier avait permis naguère le pillage des ressources minérales de la colonie.

Les paysans, inutiles, en feront les frais; la misère aggravée qui les attend intéressera peut être l'aide humanitaire de demain et des programmes «d'aide» pour la réduction de la pauvreté !

La nouvelle phase de l'histoire qui s'ouvre est caractérisée par l'aiguisement des conflits pour l'accès aux ressources naturelles de la planète. La triade entend se réserver l'accès exclusif à cette Afrique «utile» (celle des réserves de ressources naturelles), et en interdire l'accès aux «pays émergents» dont les besoins sur ce plan sont déjà considérables et le seront de plus en plus. La garantie de cet accès exclusif passe par le contrôle politique et la réduction des Etats africains au statut d'»Etats clients».

Le cas du Niger illustre à la perfection l'articulation ressources minérales stratégiques (l'uranium) / aide «indispensable» / maintien du pays dans le statut d'Etat client. Il pourrait paraître curieux que le Niger soit toujours dépendant à l'extrême de l'aide. Une augmentation de la rente minière, voire la nationalisation des mines sont-elles «impossibles»? D'autant que le Niger n'est pas un «producteur marginal» dans ce domaine. Les diplomaties de la triade le savent, le disent (à mots couverts, évitant la publicité), et le craignent (la situation géographique du Niger en constitue un motif supplémentaire). C'est pourquoi l'arme de la «rébellion touareg» est mobilisée ici, avec cynisme. En fragilisant par ce moyen le pouvoir de Niamey on facilite sa soumission. Le conflit autour des concessions, jadis monopole exclusif de la France, révèle la réalité de la menace (par l'entrée en lice de la Chine). Il s'est soldé, pour le moment, par le triomphe d'AREVA et de ses associés. Croit-on que dans les «négociations» diplomatiques qui ont préparé ce triomphe, les armes de l'aide et de la rébellion touareg puissent avoir été «oubliées» par les uns et les autres?

D'une certaine manière donc il n'est pas abusif de considérer que l'objectif de l'aide est de «corrompre» les classes dirigeantes. Au-delà des ponctions financières (bien connues hélas, et pour lesquelles ont fait semblant de croire que les donateurs n'y sont pour rien !), l'aide devenue «indispensable» (puisqu'elle devient une source importance de financement des budgets) remplit cette fonction politique. Il est alors important que cette aide ne soit pas réservée exclusivement et intégralement aux classes aux postes de commande, au «gouvernement». Il faut aussi qu'elle intéresse également les «oppositions» capables de leur succéder. Le rôle de la société dite civile et de certaines ONG trouve sa place ici.

L'aide en question, pour être réellement politiquement efficace, doit également contribuer à maintenir l'insertion des paysans dans ce système global, cette insertion alimentant l'autre source des revenus de l'Etat. L'aide doit donc également s'intéresser au progrès de la «modernisation» des cultures d'exportation. Comme elle doit également faciliter l'accès aux biens communs (éducation, santé, logement) des classes moyennes et de fractions (urbaines principalement) des classes populaires. Le fonctionnement politique de l'Etat client en dépend dans une bonne mesure. ■

Lectures complémentaires

AMIN, Samir — *L'Afrique de l'Ouest bloquée*, Minuit 1971 ; Le Niger pp 161-167.
TANDON, Yash — *Ending Aid Dependence*, South Centre, Genève 2008.
AMIN, Samir — *The Millenium Development Goals*, Monthly Review, March 2006.
ORWELL, Georges — *1984*.
AMIN, Samir — *L'Afrique dans le système mondial*, Site Web FTM; publié en Anglais, Helen Lauer (ed), History and Philosophy of Science, Hope Public, Ibadan 2003.
BEDNIK, Anna — *Bataille pour l'Uranium au Niger*, Le Monde diplomatique, Juin 2008.
AMIN, Samir et FOUNOU-TCHUIGOUA, Bernard — *Les régionalisations, quelles régionalisations?* Site Web FTM; partiellement in S. Amin et alii, Afrique, exclusion programmée ou Renaissance, Maisonneuve et Larose, 2005, pp. 129 et suiv.
NDIAYE, Abdourahmane — *L'avenir des sociétés paysannes en Afrique de l'Ouest, critique des travaux du Club du Sahel*, Site Web FTM.
BERTHELOT, Jacques — Site Web.
(i) OMC et Sud.
(ii) La question agricole.
(iii) Démêler le vrai et le faux dans la flambée des prix agricoles.
(iv) Cinq bonnes raisons pour ne pas signer l'APE-AO.
BORIS, Jean Pierre — *Le roman noir des matières premières*, Pluriel, 2005.
AMIN, Samir — *L'éveil du Sud*; Le Temps des Cerises, Paris 2008.
AMIN, Samir — *La crise, sortir de la crise du capitalisme ou sortir du capitalisme en crise* (ed Le Temps des Cerises, Paris 2009).
AMIN, Samir — Esclavage, marché, capitalisme, le lien oublié.
ZITA, Langa — Is South Africa the weakest link in the imperialist chain?
FOUNOU, Bernard — Nepad, nouveau partenariat ou nouvelle phase de l'ajustement structurel?
SHIVJI, Issa — Pan africanism or Imperialism?
MARAIS, Hein — Reinforcing the Mould.
NDIAYE, Abdourahmane — Les avenirs des sociétés paysannes en Afrique de l'Ouest.
MAFEJE, Archie — The Agrarian Question, Access to Land and Peasant Responses in Sub Saharan Africa.
MOYO, Sam — Land in the Political Economy of African Development: Alternative strategies.
AMIN, Samir — Desirable land tenure reforms in Africa and Asia.
AMIN, Samir — Aid for Development; Fahamu Books.
FOUBOU, Bernard — Afrique de l'ouest : l'illusion de la sécurité humaine par l'émigration.

L'Afrique noire et le bilan de cinquante ans d'indépendance

Il y a près de 50 ans au lendemain des indépendances de la très grande majorité des pays africains, René Dumont (1962) écrivait *l'Afrique noire est mal partie*. Ce constat était-il prophétique ou a-t-il été infirmé par les faits? L'Afrique est à la fois une et plurielle. Elle est diversifiée du point de vue géographique, historique, économique, culturelle et géopolitique. Les réponses à la question posée par René Dumont diffèrent selon que l'on adopte une approche *top down* ou *bottum up* et selon l'éclairage disciplinaire retenu.

LA CRISE ÉCONOMIQUE MONDIALE ET L'AFRIQUE

On avait constaté, en rupture avec le trend de stagnation et de marginalisation, au début du XXIème siècle, une croissance économique africaine annuelle supérieure à 5% en moyenne et un reclassement géopolitique. Les équilibres financiers étaient, dans l'ensemble, réalisés avec une forte réduction de la dette extérieure et des finances publiques. L'Afrique avait diversifié ses partenaires et a accédé à de nouveaux financements. La flambée des cours des hydrocarbures, des produits miniers, agricoles et alimentaires s'expliquait largement par la croissance économique rapide des «émergents». On constatait globalement un maintien d'une spécialisation post coloniale entre les fournisseurs de matières premières non transformées et les fournisseurs de produits manufacturés ou de services.

La crise mondiale a modifié ces trajectoires. La crise mondiale infléchit les trajectoires du Tiers Monde et notamment de l'Afrique par le biais de trois principaux canaux de transmission:

1. Le canal *commercial et productif*. La chute en valeur des exportations se répercute en termes de devises et de recettes budgétaires.

2. Le canal *financier*. Les économies africaines ont été à court terme relativement déconnectées de la crise financière. Plusieurs effets financiers apparaissent néanmoins: la chute des transferts des migrants, la baisse de la part don de l'aide publique au développement et la chute des investissements directs étrangers.

3. *L'instabilité des prix*. Largement dépendantes des prix pétroliers, agricoles et alimentaires, les économies africaines subissent les effets de l'extrême volatilité des prix rendant impossible toute prévision et privilégiant ainsi des comportements court-termistes. L'Afrique devrait voir sa croissance en 2009 se situer à 3% contre 5,7% en 2007 (FMI). Bien entendu, ces facteurs extérieurs ne jouent qu'en relation avec les dynamiques internes (fragilité des Etats, régulation de tensions sociales, sécurité).

I Le regard sur l'Afrique: entre afropessimisme et afro-réalisme

Depuis que l'on écrit sur l'Afrique, dominent des représentations afropessimistes sur un «continent dans l'enfance» bien que le plus vieux du monde, caractérisé par les trois Parques mortelles de Malthus: les guerres, les épidémies et les famines. Les représentations dominantes aujourd'hui oscillent entre l'afropessimisme et l'afrocentrisme, considérant que les maux de l'Afrique viennent de l'extérieur, depuis la traite esclavagiste jusqu'aux drames actuels en passant par la colonisation.

Une démarche d'en haut (*top down*), présentant l'Afrique à partir d'indicateurs normés internationaux, donne souvent un éclairage «pessimiste». Elle montre que l'Afrique est placée sur une tendance de stagnation à long terme de la productivité conduisant à une marginalisation vis-à-vis des flux commerciaux et financiers internationaux et à un endettement extérieur difficilement gérable, même si l'on avait observé depuis le début du XXI^{e} siècle une certaine reprise de la croissance économique. Pour 12 % de la population mondiale, elle représente 1 % du produit intérieur brut (PIB) mondial, 1,3 % du commerce mondial et 2 à 3 % des investissements directs étrangers (IDE). Les indicateurs de pauvreté y sont les plus élevés au monde. L'Afrique comprend 33 des 48 pays les moins avancés (PMA) et 36 des 45 pays à indice de développement humain (IDH) faible. Elle regroupe 180 millions de sous-alimentés, 25 millions de personnes touchées par le virus du VIH/sida. Six pays étaient en conflit en 2009. Elle n'a enclenché que tardivement et de manière contrastée sa transition démographique et doit gérer des croissances démographiques qu'aucune autre société n'a eues à gérer dans l'histoire. L'Afrique est davantage un sujet subissant, voire jouant par sa nuisance, qu'un acteur géopolitique pesant par sa puissance. Elle est déclassée géopolitiquement sur l'échiquier international, malgré une inflexion récente et est plus mondialisée que mondialisatrice. Dans une représentation statique et statistique, l'élaboration d'indicateurs permet de comparer, d'ordonner et de classer l'Afrique au dernier rang de la classe internationale dans plusieurs domaines (PIB, Indice du développement humain ou de perception de la corruption). Chacun sait toutefois que l'on compte rarement ce qui compte et que les pays pauvres sont à faible fiabilité statistique.

En adoptant une démarche par le bas (*bottom up*), partant des pratiques du terrain d'acteurs différenciés et en changeant d'angle d'observation, le paysage devient plus contrasté, des «dynamiques du dedans» transparaissent et les Afriques plurielles deviennent contrastées.

Les maux de l'Afrique (conflits, famines ou épidémies) doivent être contextualisés. Les conflits armés concernent principalement la Corne de l'Afrique et les pays voisins (Soudan, RDC). Le VIH/sida concerne principalement l'Afrique australe qui n'est pas aujourd'hui marquée par la conflictualité ou par une démographie non contrôlée. Les menaces environnementales de sécheresse concernent principalement les zones sahéliennes et la Corne de l'Afrique, alors que l'Afrique forestière connaît surtout des risques de mauvaise gestion de sa forêt. Face aux mêmes défis, les réponses des acteurs diffèrent selon les structures sociales et les choix politiques.

À un niveau général, les Africains ont été capables de gérer à leur manière, depuis leur indépendance, un triplement de leur population, un quintuplement de leur population urbaine, le maintien de frontières constitutives d'Etats-nations en voie d'émergence. Ils ont en deux générations réalisé des transformations culturelles et structurelles considérables. Sauf exceptions, le monde de la brousse s'est déplacé vers la ville avec l'accès aux infrastructures, aux images et à de nouveaux référents culturels. Les transformations institutionnelles sont considérables, que ce soit les réformes fiscales, la libéralisation ou les progrès de la démocratisation. L'apartheid a disparu. Les acteurs du bas ont été capables d'inventer, d'innover, de créer des activités répondant à la satisfaction des besoins essentiels. Les économies populaires ou «informelles» ont constitué des modes d'accommodement, d'ingéniosité, de vie ou de survie du plus grand nombre. Le développement des infrastructures, des systèmes scolaires et sanitaires, des appareils productifs, ainsi que l'émergence d'élites formées ou de la société civile font que l'Afrique du XXI^{e} siècle est fort différente de ce qu'elle était lors de la décolonisation. Un processus lent de démocratisation est en cours.

II Quel éclairage disciplinaire retenir? Entre ethnocentrisme et hétérocentrisme

La réponse à la question de René Dumont diffère également selon les disciplines. L'Afrique est un construit où s'affrontent les discours des sciences sociales. L'économiste mettra en avant la marginalisation, les faibles progrès de productivité, le poids des économies de rente et l'informalisation des économies africaines. A l'opposé l'anthropologue insistera sur la permanence des rapports de parenté, des structures sociales du symbolique ou du sacré. Le politiste cherchera à comprendre les rapports de pouvoir et les discours se jouant dans la sphère interne ou internationale, pas les acteurs du bas ou les pouvoirs officiels. Le géopoliticien mettra en avant la faiblesse des puissances africaines dans la scène

internationale et leur rôle de nuisance ou de jeu par le *soft power*.

Les représentations des sciences sociales sont à la fois ethnocentristes (se définir comme le référent) et hétérocentristes (penser les différences et relativiser les centres). Dans un monde de l'image et de l'instantané, le catastrophisme médiatique joue sur la compassion et l'urgence. Ce primat du court terme et de l'action humanitaire sur le développement s'accompagne très bien dans une mondialisation libérale d'un discours sur le développement durable et l'intergénérationnel. Comment sortir des idées reçues oscillant entre une Afrique sous-développée, attardée, engluée dans ses traditions venues du fonds des âges et celle d'une victime aliénée, exploitée justifiant l'approche humanitariste de compassion ou militante d'anticolonialisme? Comment éviter le dualisme opposant individualisme et communautarisme? Peut-on comprendre sur quels modes les sociétés insérées dans la modernité (efficacité, libertés, rationalisation) héritent de traditions (sacralisation, liens, hiérarchies) tout en construisant une postmodernité porteuse de sens – direction et signification – (soutenabilité, citoyenneté)? *L'Afrique ambiguë* (Balandier 2003) construit sa modernité selon des cheminements pluriels. On ne peut la réduire à des assignations identitaires en termes de tribus ou d'ethnies. Il est dangereux d'idéaliser les communautés villageoises consensuelles au nom d'une soi-disant solidarité. Des conflits et des rapports de force se jouent autour des biens communs. L'Afrique n'est pas une victime particulière de la violence, lot commun des sociétés humaines. On y observe une pluralité des registres, des normes, des règles et des symboles. Il y a perméabilité, métissage et hybridation des référents. Les tensions entre ceux-ci entraînent de la part des acteurs des négociations, des ruses, des compromis, des crises ou des violences conduisant à des trajectoires plurielles.

III L'Afrique aux marges de la mondialisation?

L'Afrique est incluse dans le système mondial mais se situe à sa périphérie. La marginalité, construction historique, sociale et spatiale, est toutefois affaire de discours et de pouvoir. C'est aussi en comprenant les dynamiques des marges que l'on comprend les pulsations et les mutations du système monde et que l'on peut éviter une vision occidentalo-centrée. L'Afrique n'est ni au cœur des économies monde, ni charnière entre l'Occident et l'Orient comme le Moyen-Orient. Son histoire est largement déterminée par ces relations extérieures. Elle a longtemps joué un rôle de réservoir d'hommes et de richesses pour les économies conquérantes proches, voire de *terrae incognitae* jusqu'à la traite atlantique, exception faite des royaumes nubiens et éthiopiens, et des relations commerciales transsahariennes ou sur les côtes orientales. Elle demeure aujourd'hui essentiellement fournisseur de produits primaires et d'hommes, tout en jouant un rôle majeur dans le domaine culturel. L'Afrique a subi les conquêtes arabes, portugaises, hollandaises, britanniques, françaises, allemandes, espagnoles, italiennes, mais n'a pas été conquérante à l'extérieur.

L'Afrique, insérée dans la mondialisation, subit aujourd'hui les effets de la crise mondiale (cf La crise économique mondiale et l'Afrique).

Une autre focalisation *en profondeur de champ* vise à aller au-delà des indicateurs qui ne concernent que la ace visible de l'iceberg, pour révéler l'Afrique profonde, celle des permanences, de la longue durée des valeurs, du rapport au sacré ou des structures sociales et des rythmes désynchronisés par rapport au temps mondial, celle des pouvoirs réels, mais également des ruptures, voire des activités illicites s'organisant autour d'économies prédatrices et de guerres, celle des processus de déstructuration et de re-socialisation par la violence, le religieux ou l'associatif. Une conception afrocentriste met en avant la civilisation négro-africaine. Une conception postmoderne visera à déconstruire les catégories de modernité, d'État et de nationalisme et à mettre en relief les résistances, les ruses et les actions populaires.

Après un déclassement géopolitique lié à la chute du mur de Berlin, l'Afrique émerge en diversifiant ses partenaires et en retrouvant une croissance économique depuis le début du XXI[e] siècle.

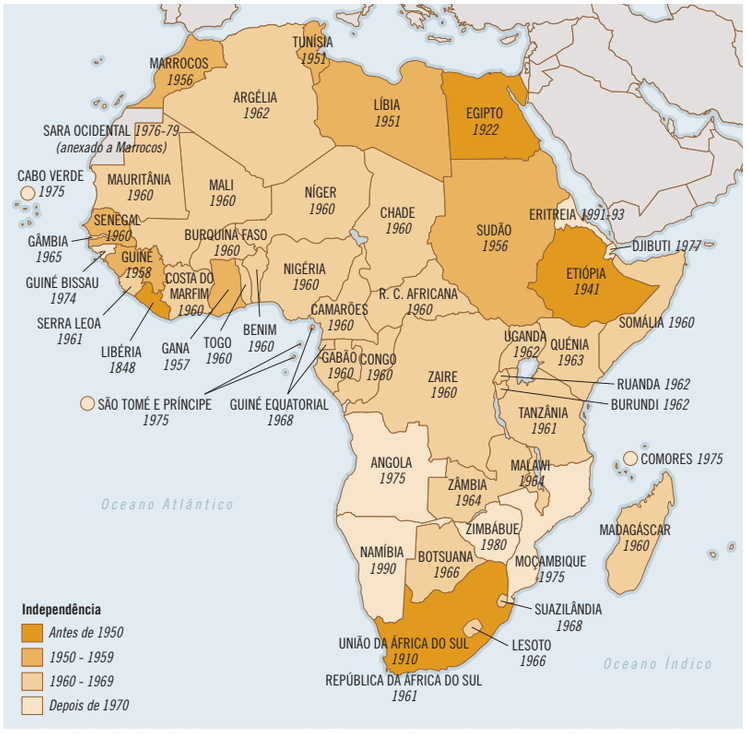
En *conclusion*, la réponse à la question de René Dumont doit être nuancée. L'Afrique n'est ni mal ni bien partie. Elle construit sa modernité à la fois dans la violence et dans la créativité. Elle a su, à sa manière, répondre à des défis considérables en termes de croissance démographique et urbaine, de construction d'Etats nations, de gestion de la post-colonisation, de développement des infrastructures. Elle connait évidemment les conflits, la malnutrition, la sous-scolarisation. Les Africains construisent leur modernité en ayant un pied dans l'arbre à palabre et la tête dans internet. ■

DIVERSITÉ DES VULNÉRABILITÉS ÉCONOMIQUES DES PAYS AFRICAINS

	Economies agroexportatrices	Régimes rentiers, miniers et pétroliers extravertis	Régimes mixtes (Emergents)
Déficits extérieurs. Contrainte extérieure forte (endettement)		RDC, Zambie	Afr Sud
Excédents extérieurs Pas de contrainte forte	Ghana, Kenya, pays appartenant à une union monétaire	Pays pétroliers et miniers	Maurice, Maroc, Tunisie

Source: Philippe Hugon, 2008.

FASES DAS INDEPENDÊNCIAS AFRICANAS



Adaptado de CIA — The World Factbook, acessível em: https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/index.html

Sources bibliographiques

Georges Balandier — *Civilisés, dit-on*. Paris: PUF, 2003.
René Dumont — *L'Afrique noire est mal partie*. Paris: Le seuil, 1962.
Philippe Hugon — *Géopolitique de l'Afrique*. Paris: SEDES, 2ème ed, 2009 trad portugaise. Economia de África, Vulgata, Lisboa, 1999.
Philippe Hugon — *L'économie de l'Afrique*. Paris: La Découverte, Repères 6ème ed, 2008.

Visão e ideologia no desenvolvimento africano

Parto, nesta reflexão, da formulação do seguinte problema: O que mudou na visão e na ideologia do desenvolvimento africano, nos últimos cinquenta anos?

Ou seja, aproximadamente desde a primeira vaga de independências em África até hoje?

É importante perceber que o «presente» não é mais do que um ponto numa trajectória temporal, que necessitamos de interpretar, procurando também o sentido dos possíveis «futuros». Pois, no mínimo, interessa perceber *donde se vem*, para melhor interpretar *aonde se chegou*.

Antes do mais, é necessário recordar alguns conceitos:

Visão

Interpretação da realidade, pelo sujeito do conhecimento, como bússola orientadora do comportamento ou posicionamento no mundo real.

O conceito está compreendido no chamado conhecimento tácito, mais ou menos consciencializado, e que se distingue do conhecimento escrito ou explícito É aquilo que Schumpeter considerou como o «coeficiente pessoal» ou *bias* do economista, a que não pode furtar-se, por mais que procure ser «objectivo».

Ideologia

Sistema de conceitos, esquemas analíticos e também valores, explícitos ou implícitos, que reflectem interesses, dominantes ou dominados, na ordem social existente.

Neste sentido, para Marx, a «economia burguesa» seria a ideologia da classe dominante, e a religião, o «ópio do povo». Como também poderíamos considerar o marxismo ideologia do proletariado industrial nos séc. XIX e XX ou o «ópio dos intelectuais» do séc. XX, na expressão provocadora de Raymond Aron.

A visão é condicionada pela «ideologia» mas não se reduz a isso necessariamente. Não podemos dispensá-la, mesmo que não tenhamos consciência disso.

Não podemos «ver» a realidade em si mesma, mas apenas usando os óculos da visão e da ideologia, nos sentidos referidos.

Claro que devemos buscar a objectividade possível, e esse propósito é essencial na investigação científica, mas – em particular nas chamadas ciências sociais – trata-se de objectivo nunca realizável por inteiro.

Mesmo o chamado *mainstream*, ou corrente principal, do pensamento económico, no fim de contas, tem inevitável conteúdo ideológico.

É necessário acentuar que todos, individual e colectivamente, estamos fortemente condicionados pelos chamados «ventos da História», afinal posicionados a favor ou contra as grandes tendências do processo histórico com maior ou menor consciência e determinação. Conforme «sopram» tais ventos, assim se fazem ou desfazem ideologias no fluxo da História.

O curso da evolução nas novas nações africanas nas últimas décadas é um bom exemplo disso.

Dado isto, considero então o tema:

Qual a «visão» e a «ideologia» que têm predominado no desenvolvimento africano desde meados do século passado? E como têm evoluído?

Pelos anos 1960 havia no ar um perfume revolucionário que combinava ingredientes variados tais como maoísmo, agitação estudantil e Terceiro-Mundismo.

Uma mistura de ilusões ingénuas e generosas utopias, além de ressentimentos individuais e colectivos, gerava múltiplos projectos revolucionários

O 25 de Abril em Portugal provocou uma ruptura brutal entre Portugal e as ex-colónias, com reflexos no continente africano. Quer Portugal, quer as ex-colónias ficaram à deriva, criando teatros socioeconómicos radicais numa conjuntura económica, política e ideológica mundial tensa, complexa e de destino imprevisível. Convém lembrar que em 1974/75 se verificou a crise económica mundial até então mais grave no pós guerra. Foi também o tempo do primeiro grande «choque petrolífero».

Fase que, mais profundamente, marcou o início dum período incerto e inesperado de transições, incluindo a radical mudança de «transições para o socialismo» em «transições para a economia de mercado» Aliás, nem sempre confessadas pelos governos, como no caso da China pós-Mao, que, por ironia da História, foi afinal pioneira da passagem controlada à chamada economia de mercado.

Qual era a «ideologia» dominante no terceiro quartel do século passado?

Além do marxismo-leninismo, a URSS sugeria uma estratégia de industrialização e um sistema de planeamento. Este aspecto era influente na prática social do espaço-tempo que referimos.

Encontrei traços disso nas múltiplas estadias que efectuei, nos cerca de dez anos a seguir às independências, na Guiné-Bissau, em S. Tomé e Príncipe e em Angola e Moçambique. E até, embora em menor escala, em Cabo Verde.

Havia também o propósito de autocentramento ou «confiança nas próprias forças» (*self reliance*), a nível individual e colectivo e a *desconexão* proposta por Samir Amin. Tratava-se de conseguir um corte, uma ruptura definitiva entre os subdesenvolvidos e os agentes ou causadores desse subdesenvolvimento.

O subdesenvolvimento era visto como consequência da dependência do capitalismo, essencialmente determinado por factores exógenos, mas poderosos, que condicionavam as sociedades e economias em questão.

O desenvolvimento não podia ser entendido, na frase famosa dum africano, como a «maneira como o Ocidente se via a si mesmo». Isto é: concebido nessa ideologia ocidental, o «desenvolvimento» seria sempre um reforço da dependência do capitalismo e do imperialismo.

Seria necessário inventar outro caminho de autêntico desenvolvimento dos povos africanos e, mais geralmente, do Terceiro Mundo.

Mas esse «outro caminho» ficou talvez por descobrir ou inventar. Interessa perceber porquê, com a objectividade possível.

Como ver hoje a «moral» ou o sentido das histórias dos novos países africanos nos anos decorridos?

A «ajuda externa», dos dois lados, de Oeste e de Leste e por diferentes razões, falhou em relação aos grandes objectivos procurados.

No fundo, por diferentes vias e com diferentes propósitos, grande parte dessa ajuda era enviesada, pois dalgum modo correspondia aos interesses de quem «ajudava» mais do que quem era «ajudado».

Surgiu também aquilo que se chamou «armadilha da dívida externa», em consequência dos grandes desequilíbrios na balança dos pagamentos externos e dos mecanismos renovados da dependência externa (FMI, Banco Mundial, etc.). As famosas «Cartas de Intenções» que os países tinham de assinar com o FMI, em garantia da sua credibilidade como beneficiários dalguma forma de crédito externo, implicavam o compromisso de praticar a política económica recomendada pela mesma instituição. É o tempo dos detestados programas de «estabilização» ou «ajustamento estrutural», que provocavam geralmente maiores sacrifícios para a maioria da população, sobretudo por via da desvalorização da moeda nacional e a correspondente inflação.

Quanto ao modelo soviético, era demasiadamente rígido para poder adaptar-se a condições sociais e económicas tão diversas. Os quadros soviéticos, ainda menos do que os ingleses, norte-americanos ou franceses, não estavam preparados para transmitir aos novos quadros africanos os conhecimentos apropriados para as suas funções. Também, em rigor, em muitos domínios da Economia, das Finanças e da Gestão, não era fácil definir os «conhecimentos apropriados».

Ainda estavam por descobrir ou inventar, tal como os caminhos do autêntico desenvolvimento africano.

Além do mais, havia as estritas limitações financeiras do «Segundo Mundo». Como

uma vez me foi cruamente explicado por um alto funcionário do chamado Instituto do Sistema Socialista Mundial, em Moscovo, a URSS não «podia pagar mais Cubas». Mas a ordem internacional alterou-se drasticamente a partir dos anos 1980. Assim como a visão e ideologia dominantes.

A «Nova Ordem Económica» *realmente* emergente nos anos 1980, em lugar da desejada NOEI dos anos 1970

O colapso do «socialismo real» e do modelo soviético no final dos anos 80 contribuiu para o fim do «Terceiro Mundo», do projecto autocentrado e mesmo do grande desígnio da NOEI, ou «Nova Ordem Económica Internacional», tão apoiado pela UNCTAD (Organização das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento), precisamente ao tempo do colapso do colonialismo português.

Recorde-se que a «Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados» que na prática institucionalizava uma «Nova Ordem Económica Internacional» favorável aos interesses do Terceiro Mundo foi aprovada, com larga maioria, pela Assembleia Geral da ONU em Dezembro de 1974.Votaram a favor 120 países, 6 votaram contra e outros 6 abstiveram-se.

Nessa Carta, estabelecia-se logo no Artigo 1º que:

Todos os Estados têm o direito soberano e inalienável de escolher o seu sistema económico, bem como o político, social e cultural, de acordo com os desejos do seu povo sem interferências externas, coerção ou ameaça, qualquer que seja a sua forma.

Estes princípios da chamada NOEI são afinal formalizados quando, na prática histórica, uma nova vaga de globalização ia precisamente inflectir a ordem internacional vigente em direcção muito diversa, até oposta, em muitos aspectos.

Embora o modelo económico e social da URSS estivesse longe de corresponder às expectativas que muitos nele depositavam, a afirmação – em grande parte ilusória – duma potencial autonomia e identidade do chamado «Terceiro Mundo» só fazia sentido admitindo a existência dum poderoso «Segundo Mundo», que lhe abrisse espaço na hegemonia do Primeiro Mundo. Nesta perspectiva, o colapso do sistema soviético de planificação centralizada implicava necessariamente a consolidação do sistema único do mercado global.

Afinal, quem se lembra hoje dessa Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados, aprovada na Assembleia Geral da ONU em 1974?

Mas a construção dos novos Estados africanos foi penosa e, além da desfavorável envolvente externa, encontrou obstáculos sociais e culturais internos que não tinham sido previstos.

A questão da *good governance* tornou-se prioritária. O novo Estado africano, mesmo «amigo do mercado» (*market friendly*) como recomendava o Banco Mundial, não poderia ou não deveria conjugar sobretudo incompetência e corrupção.

O contexto da nova vaga de globalização, *grosso modo* iniciada ao tempo da descolonização portuguesa, surgiu determinante.

Como entender o possível «desenvolvimento» da África no contexto do actual capitalismo do mercado global?

Antes do mais, é necessário criar capacidade nacional de governação ou «governância» (*governance*).

O que implica a verificação de condições complexas, como a motivação e qualificação de numerosos actores, quer enquanto políticos, quer enquanto simples funcionários públicos.

Sem isso, o «Estado» é uma ficção, um instrumento de poder oligárquico, e nunca ao serviço do «desenvolvimento» dum povo. Verifica-se, aliás, que por vezes é a sociedade informal que, por assim dizer, se «governa a si própria», embora num modelo bem diverso da *self reliance* tão apregoada nos anos 60/70 do século passado. É, afinal, um modelo de «salve-se quem puder», enquanto os que se sentam nas cadeiras do poder formal se «governam» sobretudo a si mesmos.

Do mesmo modo, é necessário abrir o espaço duma «classe» empresarial africana, capaz de inovar e estruturar novos modelos da «economia de mercado» no específico contexto africano.

O acesso à chamada Economia Baseada no Conhecimento (EBC) é indispensável. Diz-se e escreve-se, hoje, que o verdadeiro «capital» é capital intelectual ou «conhecimento». Daí a importância da rede das novas Tecnologias da Informação e da Comunicação e também da formação no respectivo acesso. Pode falar-se, com razão, duma potencial «globalização do conhecimento», isto é, da disponibilidade de condições tecnológicas que permitem um acesso generalizado ao conhecimento praticamente em qualquer ponto do globo, desde que aí, pelo menos, possa localizar-se um computador com acesso à Internet…

O desenvolvimento local, *bottom up* (debaixo para cima) deve completar ou corrigir os efeitos do domínio das empresas transnacionais, actores primordiais do processo de globalização. Tal como ao nível macro-regional.

A globalização é uma forma de integração no mercado global. Mas é compatível com múltiplas formas de integração regional ou macro-regional, que estão também a ser tentadas por numerosos países africanos. Estas redes inseridas em determinadas regiões do planeta, e também em África, poderão nalguma medida compensar efeitos nocivos do domínio das grandes ETN.

E finalmente o «desenvolvimento» só faz sentido se for «desenvolvimento humano». A ONU, na sua publicação *World Human-Development Report*, editada em várias línguas, entre elas a portuguesa, fornece informação estatística detalhada sobre o estado do «desenvolvimento humano» no planeta. Entre outros indicadores, é calculado um «Índice de Desenvolvimento Humano» (IDH) que varia entre 0 e 1 e toma em conta dados sobre a esperança de vida, os níveis educacionais, e o nível de vida dos países considerados. Os últimos números publicados (Relatório de 2007/8) referem-se a 2005. Os países considerados «em desenvolvimento» mostram um IDH médio de 0,691, e uma esperança média de vida de 66,1 anos, enquanto a média dos países da OCDE é respectivamente 0,916 e 78,3. Mas na África ao Sul do Sara, nessa data, os valores correspondentes eram apenas 0,493 e 49,6 anos.

É pois necessário dar prioridade ao «desenvolvimento» em termos de saúde, educação, nível de vida e também. garantia dos direitos humanos fundamentais.

Em conclusão

Desde a época áurea da «descolonização» até hoje, numa trajectória histórica de cerca de meio século, a visão e a ideologia predominantes nas intenções e nas práticas do desenvolvimento africano mudaram profundamente.

Temas como dependência, desconexão, Nova Ordem Económica Internacional (NOEI) , confiança nas próprias forças (*self reliance*) perderam relevância e mesmo sentido.

Hoje fala-se de boa governação, desenvolvimento local, globalização, liberdade cultural e desenvolvimento humano, com prioridade em aspectos como educação, saúde e garantia de direitos humanos fundamentais, com superação da pobreza absoluta. ■

Regionalismo e integração económica em África

O processo de modernização das economias africanas tem ainda poucas décadas de vida e a sua configuração preserva a lógica de divisão internacional do trabalho metrópole-colónias. Um corolário desta realidade é a pouca consistência de projectos políticos de regionalismo ou de integração económica que, nos anos sessenta, apesar da retórica pan-africanista, mal passam da fase discursiva.

Como excepções a este quadro destacam-se dois projectos de integração, um de natureza monetária e outro de índole comercial, ambos iniciados no período colonial: na região ocidental e central, as duas Zonas Franco-CFA, com as moedas de uma quinzena de antigas colónias francesas a manterem a paridade com o franco francês; na região austral, a SACU, com as receitas aduaneiras geridas pelos sul-africanos e redistribuidas consoante fórmulas acertadas entre os Estados membros.

Em contrapartida, os nacionalismos independentistas dos mais diversos matizes ideológicos afirmam-se nas estratégias de desenvolvimento do pós-independência. Assentes em teorias desenvolvimentistas, estes processos são incentivados pelas antigas metrópoles, pelo Banco Mundial, pela União Soviética ou pela China. Há, então, unanimidade nas prioridades ao desenvolvimento de infraestruturas e indústrias – o exemplo da reconstrução europeia do pós-guerra está bem presente na altura. Apesar de o crescimento dos anos sessenta ser parcialmente sustentado pela procura mundial de matérias-primas e pela expansão económica após a II Grande Guerra, a expansão de gastos orçamentais dos primeiros anos das independências origina um forte endividamento e tem efeitos marginais no crescimento de mercados internos.

Após a assinatura da Convenção de Lomé em 1975, multiplicam-se iniciativas regionalistas e pró-integração, particularmente nas regiões ocidental e central, de influência francesa. Assim, em 1975 é criada a CEDEAO/ECOWAS, sob inspiração do modelo proposto pela Comissão Económica para África das Nações Unidas, baseado na matriz desenvolvida desde os anos cinquenta pela congénere Comissão Económica para a América Latina. A Cimeira de Lagos da OUA em 1980 adopta formalmente o modelo de desenvolvimento assente na auto-sustentação colectiva e na complementaridade dos mercados regionais.

Estas iniciativas de regionalismo e integração coincidem com a primeira grande crise do sistema capitalista do pós-guerra, em 1974/76, induzida pelo choque petrolífero. Esta crise origina a curto prazo a diminuição da procura e a baixa dos preços das matérias-primas não energéticas, com o endividamento externo a crescer para níveis não sustentáveis. A médio prazo, a crise induz e acelera uma revolução científico-tecnológica, com o surgimento de novas formas de poupança de energia nos transportes, na indústria e para fins domésticos, a invenção de novos materiais sintéticos e de ligas leves e a rápida inovação nos computadores e sistemas de informação e transporte de dados – base do fenómeno que virá a ser designado de globalização.

O impacto conjugado destes efeitos de curto e médio prazo leva à aceleração da desigualdade de crescimento entre países e, em África, de regiões inteiras, não só pelas deficiências estruturais e pela incapacidade de competir e de proceder à rápida renovação tecnológica dos parques industriais, mas também pela má gestão de recursos e pela manutenção de políticas desajustadas das novas realidades. O segundo choque petrolífero, em 1979, marca o fim do modelo de crescimento pós-colonial.

Ajustamento, transições políticas e conflitos violentos: os anos oitenta e noventa

Os anos oitenta são de fraco crescimento económico e de desinvestimento em políticas sociais e em obras públicas. O fio condutor das políticas económicas dos diversos países passa a ser determinado pelos Programas de Ajustamento Estrutural, supervisionados pelas instituições de Bretton Woods. Só a ajuda externa, particularmente a europeia, permite sustentar projectos regionalistas.

ACORDOS DE PARCERIA ECONÓMICA, APE / BRIGADAS DA *AFRICAN STANDBY FORCE*, ASF

Acordos de parceria económica com a UE	Brigadas da *African Standby Force*
CEDEAO / ECOWAS + Mauritânia	**ECOBRIG**, Brigada da África Ocidental (ECOWAS / CEDEAO)
EAC + Grupo ESA (Comoros, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Malawi, Maurícias, Seycheles, Sudão, Zâmbia, Zimbábue)	**EASBRIG**, Brigada da África Oriental (IGAD)
CEMAC + São Tomé e Príncipe	**FOMAC**, Forças Multinacionais da África Central (CEEAC / ECCAS)
Grupo SADC (Angola, Moçambique, África do Sul, Lesoto, Suazilândia, Namíbia, Botsuana)	**SADCBRIG**, Brigada da África Austral (SADC)

Notas: Entre parênteses, membros dos grupos ESA e SADC dos APE e comunidades-sede das brigadas da ASF; o número final de brigadas previstas é de seis, uma na sede da União Africana e outra, ainda por criar, na região UMA.

Neste quadro, os processos de integração regional dos anos oitenta vão pouco mais além de iniciativas de índole institucional e regulatória. O comércio recíproco não aumenta e os investimentos em infraestruturas são prejudicados pela contracção orçamental e pela prioridade à ajuda a pequenos projectos e às áreas sociais.

A criação em 1981 do actualmente designado COMESA, em 1983 da CEEAC/ECCAS e em 1989 da UMA têm impacto reduzido face ao agravamento da situação económica e ao confinamento nacional dos Programas de Ajustamento Estrutural. O relativo sucesso dos projectos da Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral, SADCC, criada em 1980, é caso único, dado o forte empenhamento político internacional contra o regime do *apartheid*.

A passagem dos anos oitenta para os noventa é acompanhada por transformações profundas no sistema internacional e no rumo dos acontecimentos em África. Face ao fim da Guerra Fria e à implosão da União Soviética, os regimes democráticos, o capitalismo neoliberal e o modelo europeu de integração surgem triunfantes.

Em África, a primeira metade dos anos noventa fica marcada pela justaposição entre ajustamento estrutural e transições democráticas. De forma rápida e sucessiva, na maioria dos países africanos, os regimes políticos militares e de partido único, de orientação socialista ou capitalista, cedem lugar a democracias formais de base electiva.

A influência do modelo europeu é clara na Cimeira da OUA de Abuja em 1991, que aprova a criação de uma Comunidade Económica Africana em 34 anos, período interessantemente coincidente com o que medeia entre o Tratado de Roma em 1957 e o de Maastricht em 1991. As premissas da integração dos anos setenta e oitenta, industrialização, infraestruturas, mercados complementares, são "congeladas", sendo majorados os aspectos formais e regulatórios, financeiramente menos exigentes. Os projectos UEMOA e CEMAC, relançados em 1994, são disso exemplo.

A fragilidade das estruturas económicas e a inadequada governação dos regimes africanos dificultam as transformações políticas e institucionais. Dívidas externas incomportáveis, programas económicos restritivos e exiguidade de capital privado doméstico tornam-se insustentáveis para Estados com dificuldades em assegurar funções tão básicas como a protecção das fronteiras, a colecta de receitas ou a satisfação de necessidades básicas da população.

A conflitualidade violenta aumenta, incentivada por vazios de poder e pela competição pelo acesso e controlo de recursos ou/e do poder de Estado, como nos casos do Ruanda, Burundi, Libéria, Serra Leoa ou da República Democrática do Congo. O resultado combinado de guerras internas e da desagregação de poderes centrais torna-se evidente num vasto conjunto de países a partir da segunda metade da década: desastres humanitários, destruição de infaestruturas, desestruturação da produção e do comércio agrícola, crescimento não sustentável dos pólos urbanos, tudo isto com o corolário da dependência acrescida da ajuda internacional.

A criação da CEN-SAD, em 1998, patrocinada pelo regime líbio e visando uma zona de comércio livre na região do Sara e do Sael, com todos os Estados membros a pertencerem, em simultâneo, a outros organismos regionais, torna ainda mais complexa e

confusa a situação. A região austral também não é excepção à regra, pois a entrada da África do Sul na SADC, convertida em 1992 ao modelo vigente no continente, não produz o esperado efeito de "motor" do desenvolvimento, com o peso das desigualdades herdadas do *apartheid* a esgotar orçamentos e a limitar apoios a projectos regionais.

Regionalismo e integração económica revisitados: os primeiros anos do séc. XXI

No virar do século, os atentados terroristas de 2001 nos Estados Unidos voltam a colocar as questões de segurança no topo da agenda internacional. Neste contexto, a parte oriental e o Corno de África ressurgem no mapa estratégico mundial, com as acções de grupos armados filiados na Al-Qaeda na zona do Sael e na Somália e o aumento da pirataria no golfo de Áden e nas costas do Índico no nordeste africano.

Estas novas realidades, a que se pode juntar a tragédia do Darfur, a periclitante paz no Chade e no Sul do Sudão, o Estado falhado da Somália e a crónica hostilidade entre a Etiópia e a Eritreia, levam ao relançamento da IGAD, como projecto regionalista de coordenação de acções políticas e de segurança na região do Corno de África.

O aumento da procura de fontes de petróleo e gaz na Nigéria, Gabão, Camarões, Guiné Equatorial, Angola ou Sudão e de outras matérias-primas, como o cobre, zinco, ferro, cobalto, titano-magnetites, columbo-tantalites, ouro, bauxite, estanho, carvão ou madeiras, cresce ao longo da década, melhora as balanças comerciais e sustenta taxas de crescimento anuais de 5% a 7%, entre 2003 e 2007 – além de financiar novos conflitos, como o do Leste do Congo. Esta evolução, assente no aumento da procura externa, é contudo refém dos mercados mundiais, como se constata pela diminuição brusca da expansão a partir de finais de 2008, fruto da crise global do sistema económico e financeiro internacional.

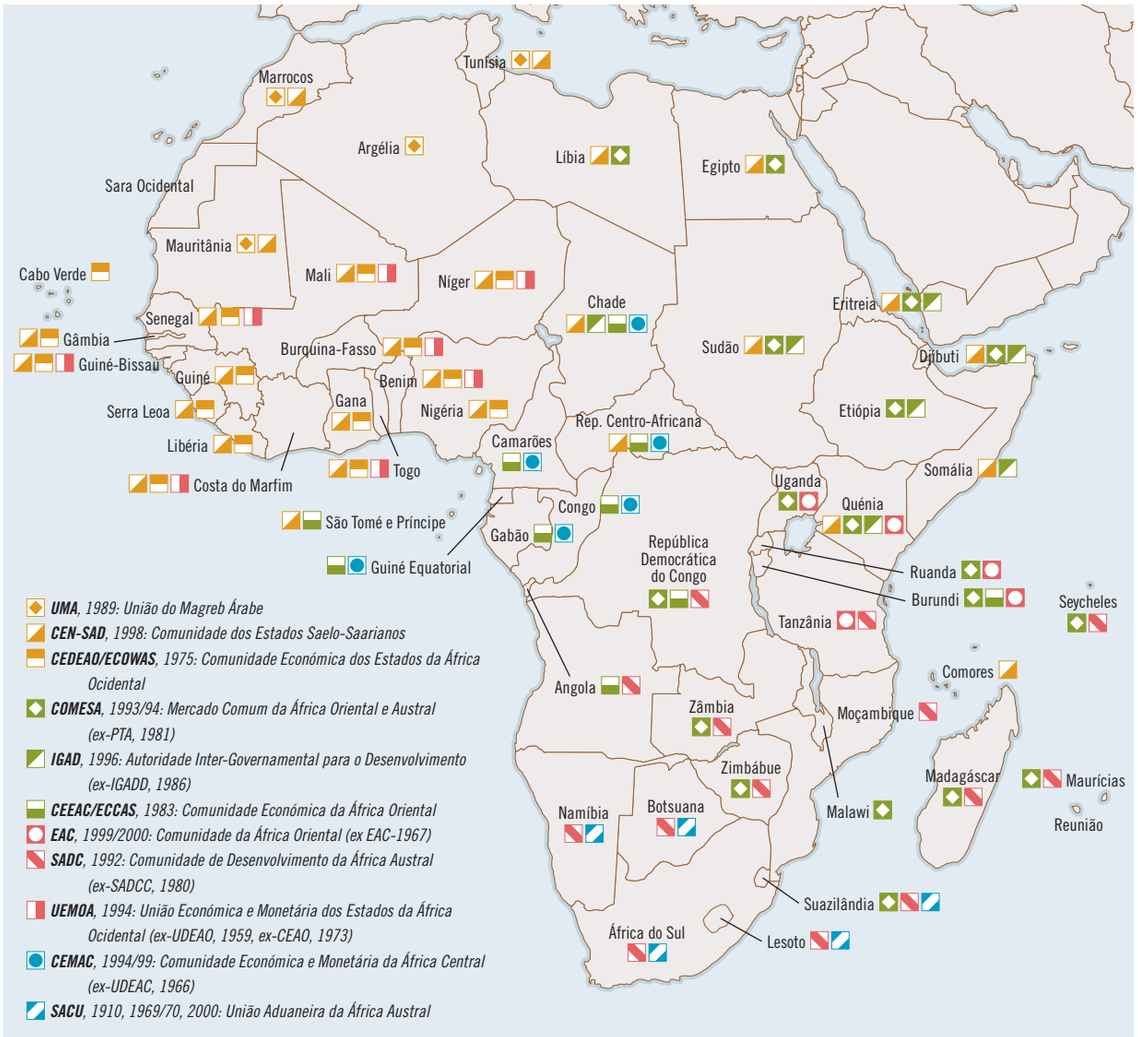
O forte aumento da influência chinesa no continente é um dos aspectos mais visíveis nesta década, com a expansão do comércio, investimentos e créditos para obras públicas e projectos de industrialização e modernização agrícola em cerca de 40 países africanos, entre os quais Mali, Senegal, Quénia, Sudão, Zâmbia, Zimbábue, Angola, Moçambique ou África do Sul. A busca de fontes de energia e de matérias-primas e a presença chinesa fazem aumentar as margens de manobra dos governos e diminuir o peso das instituições de Bretton Woods e da ajuda europeia. Por seu turno, a proposta africana de uma nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), no final dos anos noventa, e a criação da União Africana em 2002, propiciam uma melhoria no ambiente de desenvolvimento.

Neste contexto volta a reaparecer o projecto regionalista da agora União Africana. São oito os pilares da programada Comunidade Económica Africana: UMA, CEN-SAD, CEDEAO/ECOWAS, CEEAC/ECCAS, SADC, COMESA e IGAD, a que se junta a relançada EAC. Porém, prova da fragilidade e fluidez dos processos e fruto do fim do sistema de preferências do Acordo de Cotonou, a dinâmica dos Acordos de Parceria Económica entre a União Europeia e as comunidades económicas regionais, REC, rapidamente introduz modificações no desenho da integração regional. O mesmo se passa com as brigadas da *African Standby Force*, cuja constituição nem sempre coincide com o formato das comunidades económicas regionais. Os vectores políticos e de segurança nos projectos de regionalismo são mais reforçados, com a consagração pela União Africana do direito de ingerência e do uso da força em casos excepcionais.

A diferente configuração dos organismos regionais, económicos, de cooperação ou de segurança denota a situação volúvel do regionalismo em África. Face à exígua dimensão de mercados internos e regionais e à dependência de mercados mundiais, a integração económica regional tem sido pouco mais que retórica política, jogos de influência ou chave de acesso a fundos da ajuda internacional.

O projecto aprovado pela Cimeira de Junho de 2009 da UA de criação de uma Autoridade Africana pode significar algum avanço na gestão conjunta de alguns dossiers, como o das negociações na OMC. Mas as condições básicas para uma integração continental continuam distantes. ■

COMUNIDADES ECONÓMICAS REGIONAIS, REC



Fonte: FJC, Julho 2009.

A lógica rendeira das economias da África subsariana

Após meio século de independências nacionais, importa fazer um curto balanço sobre o desempenho económico da África Subsariana neste já significativo período pós-colonial.

Balanço económico de 50 anos de independências nacionais

De uma forma resumida mas significativa, é possível constatar[1]:

• Um crescimento do PIB real por habitante de cerca de 60% no período 1960-2000.

• Uma melhoria sensível do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), nesse mesmo período.

Importará contudo interpretar tais índices à luz não só de uma comparação com as restantes economias em desenvolvimento, mas essencialmente à luz da evolução do rendimento real dos seus habitantes e da concentração da sua distribuição. Assim, nesse mesmo período 1960-2000, verifica-se que[2]:

• A média do rendimento real por habitante, no universo populacional da África Subsariana (óptica que atenua a falsa análise país a país), quase não cresceu.

• O crescimento médio anual do rendimento real na África Subsariana, no período 1960-93, registou a seguinte evolução: 1960-70, 1,4%; 1970-80, 0,9%; 1980-90, -1,0%; 1990-93, -1,2% (segundo a base de dados do Banco Mundial).

• Os dados sobre os rendimentos das famílias sugerem um agudo crescimento da desigualdade da distribuição do rendimento, nesse período.

• Consequentemente ter-se-á registado um incremento da pobreza, medida em termos de rendimento. No início do milénio, cerca de metade da população da África Subsariana (ASS) auferia menos de $1,50 por dia – poder de compra comparado – enquanto tal percentagem atingia cerca de 35% em 1970.

• O rendimento real dos países da África Subsariana caiu cerca de 35% em relação aos das outras regiões subdesenvolvidas e quase 50% em relação ao dos países industrializados.

Por outro lado, constata-se como que um prolongamento, nestes primeiros cinquenta anos pós independências nacionais, da lógica do "pacto colonial", o qual relegou a África para um mero reservatório produtor/exportador de recursos naturais e um natural importador de produtos manufacturados.

Assim:

• Com excepção do Senegal[3], o rácio produtos primários/ exportações totais de mercadorias, dos PMAs (Países Menos Avançados) da África Subsariana, isto é, a quase totalidade dos países desse universo, oscilou entre os 84% e os quase 100%, no período 1997-1999[4].

• Se a concentração de produtos, no conjunto total das exportações, tem sido extremamente grande (na generalidade, 3-4 produtos têm um peso superior a 75% desse total), o índice de diversificação das exportações, no período 1999-2003, tomado como amostra, foi geralmente decrescente (OCDE, BAD, 2006).

• A percentagem de produtos manufacturados nas exportações totais continua a ser extremamente exíguo, só em casos excepcionais excedendo os 10% (CNUCED, 2004).

• Segundo a base de dados do Banco Mundial, a generalidade dos países da África Subsariana continua a ser importadora líquida de alimentos pelo que, no conjunto, a actividade agrícola de produção de alimentos é insuficiente (e tende a ser cada vez menos em função das limitações da produção e do crescimento populacional) para alimentar a sua população.

A África Subsariana continua a basear a sua actividade económica na produção/exportação de produtos primários, ou seja, de recursos naturais com um muito limitado valor acrescentado nacional. São geralmente produtos de bolsa cujo valor no mercado internacional, desconectado dos custos de produção, permite uma muito concentrada captação de rendas e a sua ulterior redistribuição através de mecanismos "extraeconómicos", no seio das sociedades.

Raiz e consequências da especialização económica

Se, em grande medida e numa perspectiva histórica ou antropológica cada sociedade africana constitui como que um microcosmo, não é menos certo que, de uma maneira geral, as sociedades da África Subsariana:

• Fizeram face ao fenómeno colonial num momento de implantação do modo de produção tributário, geralmente a partir de uma base e de uma lógica camponesa.

• Foram submetidas a um tipo de "aproveitamento" económico que objectivamente as colocou perante uma divisão internacional do trabalho, numa lógica consistente com o "pacto colonial". Este facto encontrou um respaldo teórico nos modelos de comércio e crescimento geralmente apelidados *vent for*

OS MODELOS *VENT FOR SURPLUS*

Os chamados modelos *vent for surplus* pretendem equacionar os efeitos do comércio sobre o crescimento económico através da valorização de recursos até então não explorados. São modelos de um crescimento ancorado no comércio, em que se não parte do pressuposto do pleno emprego de factores de produção. Comportam várias alternativas, definidas quer pela natureza do recurso em *surplus,* quer pelo tipo de país ou região objecto da sua aplicação. A ideia básica é simples e remonta a Adam Smith (*A Riqueza das Nações*). Países então recentemente colonizados estariam em estádios de desenvolvimento não compatíveis com a plena utilização dos seus recursos económicos disponíveis (basicamente os factores recursos naturais e mão-de-obra), encontrando-se estes, portanto, em *surplus*. O seu aproveitamento, através da aplicação em produções cujo objectivo último seria a satisfação de uma procura situada no exterior (através do comércio externo) permitiria a obtenção de proveitos (em contrapartida das exportações) não disponíveis de outro modo. Eles poderiam assim:

• Solver necessidades adicionais e alargar o mercado doméstico, o que ocasionaria uma maior divisão do trabalho e incrementaria, em consequência, a produtividade.

• Através dos efeitos induzidos pelo alargamento da base produtiva de exportação, bem como pela disponibilidade de recursos adicionais advenientes da exportação, gerar o desenvolvimento das forças produtivas internas.

A denominação *vent for surplus* aparece em Stuart Mill, num contexto de crítica à ideia basilar de Adam Smith. Tal denominação foi retomada ulteriormente por Hla Myint e por Richard Caves.

Entretanto, se os recursos em *surplus* são unicamente recursos naturais e se o objecto de aplicação do modelo é um país de recente povoamento europeu isento da influência da lógica e das instituições das sociedades tradicionais autóctones, estaremos em presença de uma das variantes: a chamada *staple theory of economic growth*. Terá sido o caso do Canadá e de outras *dominion capitalist societies*, como por exemplo, a Austrália.

A aplicação do modelo a países ou regiões onde os recursos em *surplus* são, além dos recursos naturais, uma mão-de-obra tida como "ilimitada" sendo ainda, cumulativamente, sujeitos à influência de instituições, da lógica e de modelos de organização pré capitalistas, situa-nos na versão denominada *unlimited labour*. Aí, as formações sociais terão uma expressão dual caracterizada por um sector moderno da economia (implantado fundamentalmente em função da solvência de uma procura externa, o que lhes confere um carácter de extroversão) e por um sector de subsistência. É o caso das sociedades da África Subsariana.

A aplicação do modelo na sua versão *unlimited labour* em contextos de predominância do modo de produção tributário, não se traduziu na obtenção dos efeitos esperados por Adam Smith. O mercado interno não só não assumiu a dimensão capaz de servir de alavanca para o alargamento da base produtiva (que permaneceu estreita), como – inclusive face à rigidez das estruturas produtivas domésticas – não se realizaram, na prática, os esperados efeitos produtivos induzidos. Este sistema gerou sim, uma especialização económica, uma lógica rendeira e uma forma de inserção de tais sociedades na economia internacional, que permanece e se reproduz.

surplus (ver "Os modelos *vent for surplus*).

• Ascenderam às suas independências nacionais a partir de uma especialização económica comum: a de produtoras/exportadoras de produtos primários, geralmente com uma muito incipiente transformação, isto é, com um quase nulo ou muito fraco valor acrescentado nacional.

A "negação do capitalismo" como que "encaixou" a lógica das sociedades pré-coloniais, tributárias, pré-capitalistas, na lógica subjacente ao pacto colonial. Ela constitui como que um substrato comum às duas realidades. Se, pela própria natureza do fenómeno colonial, nunca esteve em causa a introdução da lógica capitalista, produtiva e de consumo de massas nas sociedades africanas, não é menos certo que, em si, tal fenómeno encaixa num *ethos*, numa lógica:

• Em que a acumulação dos grupos sociais dirigentes nessas sociedades em processo de aguda desigualdade, estratificadas, se não realizava pela exploração dos seus dependentes. Tinha essencialmente lugar através do comércio (interposição em rotas comerciais, inclusive de média e longa distância), das guerras de rapina e *razzias*, da extorsão[5].

• De predominância das relações pessoais (de vassalagem e protecção), num contexto de redistribuição da riqueza. Aliás, nestas sociedades, a própria legitimidade do poder político assenta na capacidade de redistribuir. Daí, os conhecidos fenómenos do patrimonialismo, do neopatrimonialismo (numa perspectiva ocidental), dos *big men*. Esta lógica perdurou no período colonial. Ela encaixou numa base económica engendrada pela perspectiva do pacto colonial, geradora de uma "especialização desigual"[6]. Ela moldou as instituições, as naturezas dos Estados que os governantes herdaram com as independências nacionais[7]. É que, se é hoje plenamente reconhecida a influência determinante do peso das instituições no desempenho económico, na capacidade de operar a mudança, no desenvolvimento[8], não é menos certa a influência, igualmente determinante, da natureza dos sectores económicos dominantes na moldagem das instituições, no desenvolvimento[9].

É que este movimento circular base material/instituições processa-se, numa perspectiva de "longa duração" (Braudel), com alterações qualitativas lentas, só quebradas excepcionalmente, pela eclosão de *critical junctures*[10] (o que obviamente não foi o caso das independências nacionais).

Basicamente os países da África Subsariana continuam reféns de uma especialização económica desigual, a qual, em si, constitui uma negação do desenvolvimento, até pelo muito incipiente acrescento de valor interno, do emprego de factores produtivos internos. A lógica predominante permanece não produtiva/redistributiva[11].

Entretanto, a vulnerabilidade decorrente das sucessivas e cíclicas crises do sistema capitalista geradoras de crises nos preços das *commodities*[12], aliada à não-reversibilidade dos danos estruturais decorrentes de tais crises, produzem efeitos de degradação, devastadores e não reversíveis, no médio/longo prazo[13].

É assim hoje possível discernir, com clareza, a importância simultânea e dialecticamente una quer das relações internacionais, quer dos factores internos, no devir das sociedades africanas.

Três factores fundamentais, dialecticamente indissociáveis, parecem contribuir para a reprodução do sistema:

• O facto de a riqueza nacional ter uma forte componente rendeira[14] divorcia basicamente o trabalho nacional, da população, do processo da criação dessa riqueza[15]. Este divórcio gera uma grave incapacidade de reivindicação, produtora de mudança. O espaço da competição e da reivindicação é ocupado pela acomodação dos grupos sociais no seio de uma "economia de afeição"[16] e/ou num contexto de redistribuição rendeira organizada por um "Estado vampiro"[17].

A inserção negativa na globalização

No contexto internacional, a hierarquização dos Estados no seio da economia-mundo (hoje global)[18] agrava a necessidade sistémica da disponibilidade de um manancial de recursos naturais de que a África Subsariana constitui um reservatório natural. Neste enquadramento, as relações internacionais constituem-se num factor de não-mudança, de muito difícil ultrapassagem, principalmente na actual fase de globalização e de imposição global do paradigma liberal ocidental.

• Enfim, a possibilidade de um "enriquecimento sem desenvolvimento"[19] divorcia as elites de um real fortalecimento e de integração dos tecidos económicos nacionais privilegiando-se, no seu lugar, a ligação ao "exterior" (em detrimento da exploração dos seus dependentes, geradora de custos políticos). Este contexto potencia o constrangimento das relações internacionais e viabiliza e favorece a extroversão da acumulação a qual, por ausência de uma lógica produtiva interna, não encontra aplicação doméstica.

A actual "modernização" da África Subsariana, através de uma integração na economia mundial (de que é uma parte cada vez menos expressiva) de economias domésticas portadoras de lógicas não-capitalistas, mais parece assemelhar-se a um processo de suicídio assistido pelo Ocidente. ■

[1] Ndulu, B.J. & div. (ed.), 2008: 5-8.
[2] Ibidem.
[3] País em processo de crescente dependência em relação aos produtos primários não transformados já que, por diversas razões, as suas produções essenciais de ácido fosfórico, fosfatos e adubos estão em processo claramente decrescente. (OCDE, BAD, 2006:498).
[4] CNUCED 2002 :113.
[5] Carneiro, E. M., 2004.
[6] Elsenhans, H., 1991.
[7] Karl, T. L., 1997.
[8] North, D. C., 2007.
[9] Shafer, D. M., 1994.
[10] Collier & Collier, 2007.
[11] Carneiro, E., 2004.
[12] Carneiro, E., 2007.
[13] Agravados ainda pela baixa tendencial dos termos de troca dos países em questão.
[14] É fundamental que o conceito de renda se não restrinja às rendas externas, abarcando também as rendas internas. A "negação do capitalismo" produz na sociedade uma ubiquidade do fenómeno rendeiro, traduzindo-o numa forma de vida, de constância e de regra na economia, de cultura. Cf. Wils, O., 2000, bem como Bates, R., 2005.
[15] Daí o desemprego massivo e a expressão crescente da economia informal e da informalidade como resposta espontânea a esse fenómeno.
[16] Hyden, G., 1987 e 2007.
[17] Frimpong-Ansah, J. H., 1991.
[18] Wallerstein, I., 1985.
[19] Chabal & Daloz, 1999.

Referências

BATES, R. H. — *Markets and States in Tropical Africa – The Political Basis of Agricultural Policies*. University of California Press, 2005.
CARNEIRO, E. M. — *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsariana – Caracterização e Consequências*. Principia, 2004.
CARNEIRO, E. M. — «Reflexões em torno da atual conjuntura econômica da África Subsaariana», *Direito e Sociedade, Revista de Estudos Jurídicos e Interdisciplinares*, N.º 2, Vol. 1, Faculdades Integradas Padre Albino, São Paulo, Brasil, 2007.
CAVES, R. E. — «"Vent for Surplus" Models of Trade and Growth», *In* THEBERG, J. D., *Economics of Trade and development*, John Wiley & Sons, 1968, p. 211-228.
CHABAL, P. & DALOZ, J.-P. — *L'Afrique est Partie! – Du Désordre comme Instrument Politique*, Economica, 1999.
COLLIER, R. B. & COLLIER, D. — *Shaping the Political Arena – Critical Junctures, the Labor Movement, and Regime Dynamics in Latin America*, University of Notre Dame Press, 2007.
CNUCED — *Les Pays les Moins Avancés, Rapport 2002.*
CNUCED — *Manuel de Statistiques de la CNUCED, 2004.*
ELSENHANS, H. — *Development and Underdevelopment – The History, Economics of North-South Relations*, Sage Publications, 1991.
EVANS, P. — *Embedded Autonomy – States and Industrial Transformation*, Princeton University Press, 1995.
FRIMPOMG-ANSAH, J. H. — *The Vampire State in Africa – The Political Economy of Decline in Ghana*, James Currey, 1991.
HYDEN, G. — *African Politics in Comparative Perspective*, Cambridge University Press, 2007.
HYDEN, G. — «Capital Accumulation, Resource Distribution, and Governance in Kenya: The Role of the Economy of Affection». *In* SCHATZBERG, M. G. (ed.) — *The Political Economy of Kenya*, Praeger Publishers, New York, 1987.
KARL, T. L. — *The Paradox of Plenty – Oil Booms and Petro-States*, University of California Press, 1997.
NDULU, B. J. & div. (ed.) — *The Political Economy of Economic Growth in Africa, 1960-2000*, Cambrigde University Press, 2008.
NORTH, D. C. — *Institutions, Institutional Change and Economic Performance*, Cambridge University Press, 2007.
OCDE, BAD — *Perspectives Économiques en Afrique, 2005/2006*. 2006.
SHAFER, D. M. — *Winners and Losers – How Sectors Shape Developmental Prospects of States*, Cornell University, 1994.
WALLERSTEIN, I. — *Le capitalisme Historique*. Paris: La Découverte, 1985.
WILS, O. — «Les Relations État/Société dans les Pays Rentiers ou Post-rentiers: Appropriation des Rentes et Élites Économiques en Jordanie», *Revue Tiers Monde*, n.º 163/2000. p. 547-572.

Recursos naturais em África

Beneficiando de uma significativa disponibilidade de recursos naturais, em África subsistem, contudo, múltiplos factores de constrangimento a nível nacional e regional a uma maior tradução das possíveis vantagens económicas da posse de recursos naturais em efectivos e sustentáveis processos de desenvolvimento socioeconómico das sociedades em causa.

Partindo de uma situação de desvantagem no que respeita a condições de base para um eficaz aproveitamento destas potencialidades, os países africanos em geral, e em particular os da região subsariana, vêm consolidando um processo de aquisição de capacidades nacionais a nível tecnológico, de capacitação de recursos humanos, e construção de infraestruturas para laboração em sectores-chave no aproveitamento de recursos naturais.

Palco de processos de desenvolvimento incipientes, marcados pela escassez de recursos financeiros locais, os recursos naturais desempenharam (e continuam a desempenhar) um papel importante enquanto catalisadores da atracção do investimento directo estrangeiro, veículo muitas vezes incontornável de impulso a projectos na área.

Num quadro onde a nível nacional se verifica, em muitos casos, a existência de uma insuficiente classe empresarial com capacidade financeira para a laboração num sector de capital intensivo, o investimento estrangeiro pode constituir-se em mecanismo de propulsão ao empreendedorismo nacional na área do aproveitamento de recursos naturais.

De igual modo, consolidando processos de pacificação e normalização política, muitos países subsarianos oferecem agora um clima de estabilidade interna mais consentâneo com a captação de fluxos de investimento estrangeiro cuja orientação se posiciona não só no sector da exploração de recursos mas, também, em projectos de construção de infraestruturas a nível nacional cujo desenvolvimento actua, simultaneamente, como causa e consequência de uma maior correlação entre a disponibilidade de recursos naturais e o seu efectivo aproveitamento económico.

Para além dos recursos naturais energéticos e minerais, África dispõe ainda de um importante potencial de aproveitamento da terra, do mar e de recursos hídricos disponíveis não só enquanto alicerces de processos nacionais de sustentação alimentar mas, também, passíveis de utilização comercial, nomeadamente nos segmentos agrícola e piscícola. Neste contexto assume, ainda, especial relevância o potencial hidroeléctrico de alguns países em África, num ambiente geral de assinaláveis carências energéticas impelidas por sistemas de produção e distribuição débeis e insuficientes face a consumos crescentes.

Recursos naturais "populares"

O recurso natural mais utilizado pela generalidade da população africana, e aquele a que a maioria da população africana tem acesso, são os biocombustíveis, na forma de biomassa, nomeadamente a lenha e, mais concretamente, o carvão. Em África, a biomassa representa aproximadamente 60% do fornecimento de energia primária (energia que se encontra disponível na natureza), sendo ainda utilizada para a confecção de alimentos e aquecimento de cerca de 90% da população africana (na Ásia, o consumo de energia proveniente de biomassa é de 30,3% e na América Latina é de 18,3%)[1].

Segundo o estudo de Johan Holmberg, a quantidade de biomassa consumida como energia primária mais do que duplicou desde 1971 neste continente, quer porque é uma energia proveniente de diversas fontes (lenha, resíduos de madeira, serradura, palha e outros resíduos agrícolas,

RECURSOS MINERAIS E INSTABILIDADE POLÍTICA

Fonte: United Nations Environmental Programme/GRID-Arendal. Sub-Saharan Africa: Mineral resources and political instability. UNEP/GRID-Arendal Maps and Graphics Library. 2006. Baseado no original de: Phillipe Rekacewicz — Le Monde Diplomatique. Paris: Julho de 2004. Disponível em: http://maps.grida.no/go/graphic/sub-saharan-africa-mineral-resources-and-political-instability

etc.), porque é acessível a todos, por vezes em largas quantidades, porque pode ser produzida pelo seu consumidor e porque pode ser comprimida para facilitar o seu transporte.

Inevitavelmente, a procura deste tipo de energia incute sérios golpes na sustentabilidade das florestas africanas, já alvo de deflorestação para a venda comercial da madeira ou para aumento de áreas de cultivo. As florestas vêem-se, assim, também, alvo das populações locais que cortam e queimam a madeira para produzir carvão, para consumo próprio, mas, também, para comercialização local.

Além do impacto sobre as florestas, o consumo deste tipo de energia tem ainda outros efeitos potencialmente nefastos. Um exemplo é o dos efeitos sobre a saúde, principalmente de mulheres e crianças (os seus maiores utilizadores são os núcleos familiares de áreas rurais). Geralmente utilizada dentro de casas com fraca ventilação, a poluição provocada pela combustão da lenha é equivalente a fumar 2 maços de cigarros por dia e, de acordo com a OMS[2], as doenças respiratórias já se tornaram numa das principais causas de morte nos países em desenvolvimento.

Outro dos efeitos nefastos reporta-se à ineficaz conversão da biomassa em calor, já que o carvão é utilizado em fogueiras ou fornos caseiros que levam à perda de calor e, consequentemente, à colheita excessiva de matéria-prima, gerando um ciclo vicioso que perpetua a deflorestação.

Alternativas? Existem, mas não estão ao alcance da generalidade da população. As energias como o querosene ou o GPL, por exemplo, não são substitutos acessíveis economicamente ou disponíveis à maioria da população, quer no que diz respeito ao custo do combustível, quer na aquisição do próprio equipamento para a sua utilização.

Uma alternativa estrutural viável seria a difusão da energia hidroeléctrica, mas o desenvolvimento desta indústria em África tem sido lento.

As bacias hidrográficas e os rios existentes em África têm capacidade para providenciar o fornecimento de electricidade a toda a população mas, em 2002, apenas 7% do potencial hidroeléctrico económico e técnico do continente estava a ser explorado.

Os projectos de construção da Grande Inga, na República Democrática do Congo (RDC), uma megabarragem que deverá produzir 39.000 Mw de electricidade (mais de 1/3 do total de electricidade actualmente produzido em África) e da Inga 3, também na RDC, deverão produzir energia que será exportada para países vizinhos, mas também para o Egipto e para a África do Sul, tendo para isso o apoio da SADC – *Southern Africa Development Community*, e do NEPAD – *New Partnership for African Development*. Esta cooperação é essencial se tivermos em consideração que a água não está distribuída de forma equitativa pelo continente, concentrando-se nas zonas tropicais húmidas de África central e ocidental. Contudo, além de lento, o desenvolvimento desta indústria tem também sido direccionado por interesses económicos e políticos e, actualmente, os grandes consumidores desta energia em África são as empresas multinacionais, a indústria e as minas. A percentagem da população com acesso à energia eléctrica é muito reduzida e está essencialmente concentrada nas áreas urbanas.

RESERVAS PROVADAS DE PETRÓLEO EM ÁFRICA 1988-2008 (mil milhões de barris)

	1988	1998	2007	2008	2008 (% do total)
Argélia	9,2	11,3	12,2	12,2	1,0
Angola	2,0	4,0	13,5	13,5	1,1
Chade	-	-	0,9	0,9	0,1
República do Congo	0,8	1,7	1,9	1,9	0,2
Egipto	4,3	3,8	4,1	4,3	0,3
Guiné Equatorial	-	0,6	1,7	1,7	0,1
Gabão	0,9	2,6	3,2	3,2	0,3
Líbia	22,8	29,5	43,7	43,7	3,5
Nigéria	16,0	22,5	36,2	36,2	2,9
Sudão	0,3	0,3	6,7	6,7	0,5
Tunísia	1,8	0,3	0,6	0,6	-
Outros em África	1,0	0,7	0,6	0,6	-
Total	**59,0**	**77,2**	**125,3**	**125,6**	**10,0**

Fonte: BP Statistical Review of World Energy, Junho de 2009. Disponível em: http://www.bp.com

RESERVAS PROVADAS DE GÁS NATURAL EM ÁFRICA 1988-2008 (em triliões de metros cúbicos)

	1988	1998	2007	2008	2008 (% do total)
Argélia	3,23	4,08	4,50	4,50	2,4
Egipto	0,33	1,02	2,07	2,17	1,2
Líbia	0,83	1,32	1,54	1,54	0,8
Nigéria	2,48	3,51	5,22	5,22	2,8
Outros em África	0,82	0,84	1,21	1,23	0,7
Total	**7,68**	**10,77**	**14,54**	**14,65**	**7,9**

Fonte: BP Statistical Review of World Energy, Junho de 2009. Disponível em: http://www.bp.com

Conclusão

Ao falar dos recursos naturais em África, não é possível ter em conta apenas o petróleo (e derivados) e em como a sua exportação tem aumentado face a outras regiões tradicionalmente produtoras, nem apenas referir a imensidade de minerais preciosos existentes[3]. Isso seria negligenciar outras potencialidades inerentes ao continente, como os recursos hídricos aqui referidos. A pobreza do continente reside no facto de estas potencialidades enfrentarem obstáculos tão diversos como conflitos internos (ver mapa em anexo), má governação, falta de cooperação (regional ou internacional), falta de investimento e criação de infraestruturas. ■

*** Com Rita Duarte**

RESERVAS MUNDIAIS DE CARVÃO EM 2008 (mil milhões de toneladas)

Fonte: BP Statistical Review of World Energy, Junho de 2009. Disponível em: http://www.bp.com

[1] HOLMBERG, Johan – *Natural Resources in sub-saharan Africa: assets and vulnerabilities – Current African Issues*. Nordic Africa Institute nº 39 Uppsala 2008.

[2] Dados de Outubro de 2008.

[3] Devido ao limitado investimento aplicado à investigação, há zonas em África ainda por explorar. Por exemplo, só em Março de 2007 foram descobertas importantes quantidades de urânio na Namíbia.

Referências

Nordic Africa Institute. Disponível em: http://www.nai.uu.se/publications/download.html/978-91-7106-624-4.pdf?id=25268 [consultado a 8 de Janeiro de 2010].
BBC. Disponível em: http://news.bbc.co.uk/2/hi/7860561.stm [consultado a 8 de Janeiro de 2010].
WHO. Disponível em: http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs310/en/ [consultado a 10 de Janeiro de 2010].
International Rivers. Disponível em: http://www.internationalrivers.org/en/node/345 [consultado a 16 de Janeiro de 2010].
MACK, Andrew (coord.) – *Human security Report*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005 [Consultado 04/01/2010]. Disponível em: http://www.humansecuritytyreport.info/index.php?option=content&task=view&id=28&Itemid=63.

Paradoxos da cooperação internacional

Cinquenta anos de independências africanas coincidem com cinquenta anos da cooperação internacional com África.

O balanço destes dois processos simultâneos não é muito animador: "os países que mais ajuda receberam são os que estão em pior situação" diz um economista queniano[1] e acrescenta "se os países industrializados quiserem realmente ajudar os africanos, devem cancelar essa terrível ajuda". Para outros, a ajuda ao desenvolvimento tem sido uma forma de reproduzir por toda a parte uma cultura tecnológica ocidental que não reduz a miséria, mas a reproduz. Os receptores da ajuda são normalmente culpados pelos fracos resultados, são demasiado tradicionais, a sua cultura não é a correcta, ou são preguiçosos ou corruptos[2]. Há mesmo quem considere a ajuda como uma extensão do domínio colonial por outros meios. Segundo Duffield[3], a descolonização pode ser vista apenas como uma retirada imperial face a um modelo de exploração e domínio territorial que já não compensava, podendo ter emergido um novo modelo de domínio. Preconiza-se assim a transformação progressiva das sociedades e das suas disfunções em sociedades modernas, liberais, de mercado, supostamente promovendo a estabilidade nacional e internacional.

De facto, não parece haver uma ligação directa entre ajuda e desenvolvimento. Cinquenta anos de promessas de progresso e de aprofundamento de uma indústria e de uma mitologia do desenvolvimento não se reflectem na melhoria de condições de vida dos africanos. Os países africanos continuam no topo inferior da tabela do índice de desenvolvimento humano. A esperança média de vida continua a ser quase metade da esperança de vida de um europeu.

Isto porque a cooperação não cria desenvolvimento. O pior pesadelo dos que conseguem afastar-se criticamente da indústria da cooperação actual é perceber que não produziu nenhum desenvolvimento, que este tem sido feito a partir de cada Estado e sociedade, normalmente à custa de violência, violações de direitos humanos e permanência de desigualdades. Devido à incapacidade e falta de vontade de algumas elites produzirem desenvolvimento tem-se dado esta atribuição a vários outros actores, como os da ajuda internacional. Mas esta atribuição pode provocar ainda mais caos, dada a diversidade de estratégias, múltiplas e desconexas intervenções que as políticas económicas globais e os interesses de cada Estado, organização, grupo ou empresa produzem.

AS TENDÊNCIAS GLOBAIS DA ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER E RENDA *PER CAPITA*, (1960-2000)

Regiões	1960		2000		Valor da E.V.[1] adquirido em termos de média anual	Taxa de crescimento anual da renda total (em %)
	E.V.[1]	Renda por habitante	E.V.[1]	Renda por habitante		
Europa e Ásia Central	68	$6.810	76	18.281	$1.809	2,7
Ásia Oriental e Pacífico	42	$1.317	71	5.866	$2.600	4,8
América Latina e Caraíbas	56	$3.459	70	7.161	$1.365	2,3
Médio Oriente e África do Norte	48	$1.935	69	5.525	$1.817	3,4
América do Norte	70	$12.380	77	32.880	$2.804	2,7
Ásia do Sul	44	$892	63	2.346	$635	3,1
África Subsariana	41	$1.470	46	1.573	$72	0,3
50% dos países mais pobres em 1960	41	$896	64	3.092	$1.456	4,1
50% dos países mais ricos em 1960	65	$7.195	74	18.162	$2.076	2,6
Mundo	49	$2.983	67	7.236	$1.627	2,8

[1] E.V. — Esperança de vida.
A renda por habitante corresponde ao PIB por habitante nos preços internacionais de 1996, ajustados pelos termos de câmbio (Penn World — tabela 6.1). A esperança de vida corresponde à esperança de vida à nascença (Indicadores de desenvolvimento mundial, Banco Mundial). As médias regionais foram calculadas em função da população de cada país. A tabela incluí 96 países que representam mais de 82% da população mundial. O valor da aprendizagem em termos da esperança de vida é baseado nos cálculos dos autores.
Fonte: BECKER, Gary S.; PHILIPSON, Tomas J. e SOARES, Rodrigo R. — "The Quantity of Life and the Evolution of World Inequality". *American Economic Review* 95, n.º1 (2005): 277-91.

A dependência como paradigma de organização dos Estados africanos

A dependência externa tornou-se, em muitos casos, um paradigma central na organização interna dos Estados e das sociedades africanos, incentivado, ora por uma visão que sacraliza o desenvolvimento como progresso e modernização, ora por uma visão pragmática de obtenção de recursos. No momento das independências, os Estados africanos tinham muito poucos recursos para cumprir as promessas de desenvolvimento e distribuição da riqueza que eram a base da sua legitimidade[4]. Falhadas as ideologias fortes que legitimavam os novos Estados – nacionalismo, socialismo – muitas vezes por via de guerras e instabilidade interna induzida pelo contexto de Guerra Fria e delapidação de recursos, a promessa do desenvolvimento ver-se-ia adiada uma vez mais com a ortodoxia neoliberal desde finais da década de 70.

Grande parte dos Estados pós-coloniais não estava interessada[5] em criar capacidade produtiva e organizativa. Ou não tinha a capacidade para isso. O modelo de modernização e progresso era uma camuflagem do verdadeiro interesse em criar processos de controlo interno do poder. Favorecidos por um processo de "assimilação recíproca das elites"[6], o que significa que elites potencialmente concorrentes são assimiladas para uma única classe dominante que controla o acesso aos recursos do Estado e que se torna um elemento de integração dos vários grupos ou actores sociais que pretendem aproveitar o melhor possível os recursos a que este dá acesso, alimentando as redes de clientela. Uma das formas de alimentação é a relação com os actores externos, chamada extraversão. Os políticos africanos seriam então meros peritos em manipulação das organizações internacionais, governos e agências de desenvolvimento. O discurso da modernidade – desenvolvimento, cidadania, direitos – seria utilizado apenas para mobilização de recursos e para dar uma aparência de "normalidade" e "confiança", mas nunca teve implementação profunda nem na sociedade, nem no Estado, por oposição à dimensão chamada "informal". Neste caso, seria necessário ainda diferenciar a construção estatal "para fora" e "para dentro", sendo que a legitimação para fora predominaria na prática. Esta forma de governação pode ser vista de várias maneiras, quer como uma forma de manipulação da dependência a partir de dentro, dando uma aparência de submissão, quer revelando alguma resistência ou *agency*, quer como uma forma simplesmente de criminalização e de corrupção, privando a população do acesso aos recursos externos e aumentando a luta das elites pelo acesso aos mesmos.

O golpe de misericórdia sobre os Estados africanos revelou-se juntamente com a percepção de que a bondade nas relações Norte-Sul teria um preço: a do Ajustamento Estrutural, ainda que à custa dos impactos sociais e ambientais. Os resultados da liberalização e desregulação económica e financeira não foram a diminuição da clientela, do patrimonialismo, senão o seu acentuar. Os grupos informais que se apoderavam do Estado assim mesmo se encarregaram das privatizações, foram promotores de caos e não de desenvolvimento, da atracção de capitais especulativos e da criação de elites em lugar da concorrência, criminalização das economias[7]. A reforma económica e a liberalização do mercado contribuíram para facilitar a comercialização paralela de recursos e o abastecimento das novas guerras, e o ajustamento estrutural encorajou a expansão e internacionalização da economia paralela[8].

Com a percepção das limitações do Consenso de Washington e suas consequências, o desenvolvimento passa a ser encarado como um problema das instituições, da sociedade, da cultura, passa a ser uma questão de transformação das sociedades no seu todo[9]. Este "relaxar" do Consenso de Washington traz também uma nova ênfase sobre o papel do Estado responsável[10]. Os doadores viram-se obrigados a enfrentar o facto de a condicionalidade económica ter sido, em muitos casos, um fracasso. Os doadores lançaram então a condicionalidade de "segunda geração"[11], conhecida por condicionalidade política. A solução defendida nos anos 90 para melhorar a ajuda foi a democratização dos países receptores. Assistimos à proliferação de democracias de fachada ou de democracias externamente governadas, verificando-se, em alguns casos, uma cres-

cente transferência do poder e das decisões governamentais para os actores internacionais. Como a sobrevivência e poder das elites nacionais depende, em grande medida, da continuação do apoio internacional, a sua responsabilização perante as instituições financeiras internacionais e os doadores bilaterais sobrepõe-se, frequentemente, à sua responsabilização perante as populações.
As políticas de cooperação internacional fazem parte de um complexo processo de degradação de vários Estados pós-coloniais, sem nunca o reconhecer e insistindo na manutenção de uma aparência de legitimidade e funcionalidade. Pede-se aos destinatários das receitas tudo ao mesmo tempo: mais Estado, menos Estado, boas finanças, etc., inclusive políticas contraditórias, políticas que diminuem o Estado e suas políticas sociais e que ainda assim o querem efectivo, quando os rendimentos são fracos, quando existem cada vez mais desigualdades, informalidade, criminalidade.

O carácter sagrado do desenvolvimento e a ausência das sociedades reais

Desde finais de 90, as periferias do sistema-mundo, sobretudo o continente africano, passam a ser encaradas como uma caixa de "problemas" para o sistema internacional onde imperam ameaças como o subdesenvolvimento crónico e a corrupção, os conflitos armados e os refugiados, ou ainda os chamados Estados "falhados" ou o terrorismo. Com uma imagem negativa de África contrasta uma construção muito positiva do desenvolvimento, como meio de contornar estes males. Apesar dos insucessos, repetidos a cada década proclamada pelas Nações Unidas, a ideia do desenvolvimento transformou-se numa ferramenta fundamental de hierarquização e catalogação dos lugares de Estados nas relações internacionais, ao mesmo tempo que a indústria do desenvolvimento se transformou numa "máquina de geração de esperança"[12]. Mesmo quando se reconhece que as desigualdades aumentam, que os laços comunitários se rompem sem encontrar novas formas de coesão, o desenvolvimento vai mantendo, nos discursos e práticas dominantes, bem como no imaginário social, um estatuto de certeza e verdade impressionante, um estatuto que confere uma legitimidade do qual poucos parecem duvidar.
Este estatuto provém da capacidade de permanente adaptação ideológica, política e técnica do topo do sistema de ajuda, através de uma apropriação de discursos inicialmente marginais (desenvolvimento comunitário, *empowerment*, redução da pobreza, participação) para alimentação e adaptação do discurso dominante, sem necessariamente alterar as práticas e o núcleo duro das políticas, sustentando uma imagem de humanização, exemplo das Estratégias de Redução da Pobreza. Estamos portanto perante um sistema que se autorecria, que tem capacidade de criar uma imagem de si próprio e fazer corresponder àquilo em que se quer acreditar. É um sistema baseado num ciclo sem fim de grandes expectativas, desilusão e falhanço[13], em que as falhas vêm já com recomendações para novas (e falhadas) receitas. Consoante as necessidades de reprodução, "cria a sua própria realidade" incluindo, em alguns casos, "grupos-alvo" e populações desfavorecidas[14].
A percepção positiva do desenvolvimento opõe, normalmente, a modernidade à tradição, percepção responsável por uma generalizada visão centrada no presente e na ideia de que a modernização e a visão contemporânea significam sempre uma passagem para um momento e um mundo melhores. Esta percepção positiva associa-se cada vez mais à sua relação com a segurança. Cada vez mais se afirma que desenvolvimento e segurança não existem um sem o outro, o que se tornou no grande axioma dos nossos tempos. Na realidade, a primazia é dada à segurança (dos países ricos e das elites globais) em detrimento das questões de desenvolvimento das populações pobres e marginalizadas.
Esta mitologia do desenvolvimento e a sua sacralização são operacionalizadas por uma multiplicidade de actores – instituições internacionais, consultores, ONG, empresas, agências públicas – e suas estratégias e instrumentos concretos que levam a cabo esta missão civilizadora do nosso tempo.
São tantos e com objectivos tão diversos que dificilmente se poderia ter uma ideia dos seu impacto real nas sociedades em que intervêm. Umas vezes porque a acção não passa dos estudos e dos discursos, outras vezes porque não existe cultura de aprendizagem nem de memória que reúna todas as intervenções num dado tempo e espaço.
De facto, para além de, muitas vezes, apenas reproduzir estruturas de alimentação da ajuda, intermediários locais, já que se baseia no princípio de não ajudar directamente a população, que não tem conhecimentos técnicos que permitam preencher todos os requisitos de funcionamento, tendo esquecido quase por completo a produção.
Na realidade, alguns autores alertam para o facto de o desenvolvimento se ter tornado um negócio em si mesmo[15]. À medida que se vão expondo mais falhas nas capacidades locais, novos órgãos são chamados a preencher esses vazios, multiplicando-se as actividades e as organizações. A prosperidade das instituições de ajuda, bem como as carreiras dos que as dirigem, dependem da eficácia com que fazem fluir o dinheiro, existindo uma grande pressão para a doação ou empréstimo de grandes montantes em curtos períodos de tempo, por vezes com base no princípio de que 'um mau projecto é melhor que nenhum projecto'[16].
O desenvolvimento tornou-se uma função pulverizada pelo Estado, empresas e "sociedade civil", criando complexas redes de dependências; esta multiplicação tem ainda efeitos perversos em termos de descoordenação de estratégias de implementação (embora as políticas a montante tendam para a harmonização) que respondem perante objectivos e interesses múltiplos e, por vezes, inconciliáveis.
Resultam destas constatações pelo menos duas grandes tendências da indústria do desenvolvimento. A primeira diz respeito à padronização de fórmulas de actuação vagas e mecanismos de implementação da ajuda independentemente do contexto em que se inserem, como se de efeito automático se tratasse: a capacitação institucional, a implementação da democracia, a boa governação, a formalização do mercado, a privatização. A segunda tendência que tende a reforçar-se é a despolitização. Para grande parte dos actores no sistema, o problema nunca está em como se opera a ajuda, nos seus fundamentos (porque vistos como inevitáveis e intrinsecamente positivos), mas sim na forma como as populações ou dirigentes locais não respondem ou não se adequam àquilo que seria, no seu entender, positivo, por falta de capacidades técnicas, por falta de apropriação e participação local. Ficam de fora as tensões e relações de poder dentro das sociedades africanas, bem como o seu potencial de reivindicação e transformação política, neutralizadas pela linguagem da ciência e da técnica.[17] ■

[1] Cit. *in* DIAS, José Sousa — "Um continente à procura da independência", Revista *Ubuntu*, ano I, 2 de Abril de 2006.
[2] GALTUNG, Johan, 1994 — *Direitos Humanos: uma nova perspectiva*. Lisboa: Instituto Piaget, p. 16.
[3] DUFFIELD, Mark, 2001 — *Global governance and the new wars, the merging of development and security*, London and New York: Zed Books.
[4] STRANGE, Susan, 1996 — *The Retreat of the State: the Diffusion of Power in the World Economy*, Cambridge University Press, Cambridge.
[5] BOONE, Catherine, 2003 — *Political topographies of the African state: territorial and institutional choice*, Cambridge: Cambridge University Press.
[6] BAYART, Jean-François, 1993 — *The State in Africa: The Politics of the Belly*, Londres: Orient Longman.
[7] GENTILI, Anna Maria — "Ethnicity and citizenship in Sub Saharan Africa", manuscrito.
[8] DUFFIELD, Mark, 2001 — *Global governance and the new wars, the merging of development and security*, Londres e Nova Iorque: Zed Books., p. 194.
[9] STIGLITZ, Joseph, 1998 — Towards a New Paradigm for Development: Strategies, Policies, and Processes, *Prebish Lecture Papers*, 19 de Outubro, Genebra: UNCTAD.
[10] WOODWARD, Susan, 2004 — The State Failure Agenda: from Sovereignty to Development, *Conference Peace and Development: New Challenges, New Responses*, 21 de Outubro de 2004, Madrid.
[11] SOGGE, David, 2002 — *Give & Take: What's the Matter with Foreign Aid?* Londres: Zed Books, p. 128.
[12] NUJITEN, Monique, 2004 — "The hope-generating machine and the positionality of the anthropologist", *in* Ananta Kumar Girir, Anton Van Harskamp, Oscar Salemik (eds.) — *The Development of Religion, The Religion of Development*, Eburon Delft, p. 51.
[13] Idem, p. 52
[14] MILANDO, João, 2005 — *Cooperação sem desenvolvimento*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais e SCHIEFER, Ulrich, 2002 — "...firmly looking the other way. Dissipative economy, evaluation and the end of the development paradigm", *The 5th European Evaluation Society Conference, on Three Movements in Contemporary Evaluation: Learning, Theory and Evidence*, 10-12 Outubro de 2002, Sevilha.
[15] ROY, Arundhati, 2004 — Les périls du tout humanitaire, *Le Monde Diplomatique*, Outubro de 2004, (disponível em http://www.monde-diplomatique.fr/2004/10/ROY/11569) e SOGGE, David, 2002 — *Give & Take: What's the Matter with Foreign Aid?* Londres: Zed Books.
[16] SOGGE, David, 2002 — *Give & Take: What's the Matter with Foreign Aid?* Londres: Zed Books.
[17] NUJITEN, Monique, 2004 — "The hope-generating machine and the positionality of the anthropologist", *in* Ananta Kumar Girir, Anton Van Harskamp, Oscar Salemik (eds.) — *The Development of Religion, The Religion of Development*, Eburon Delft, p. 53.

O papel dos doadores "emergentes" em África

A arquitectura da cooperação internacional vê-se crescentemente confrontada com o fenómeno dos chamados "doadores emergentes", que, sendo países em desenvolvimento e portanto também receptores de ajuda pública ao desenvolvimento, se assumem cada vez mais como doadores, nomeadamente no continente africano. Entre estes países estão naturalmente a China e a Índia, mas também a Rússia, o Brasil, a Turquia ou a Coreia do Sul. Neste contexto, as relações Sul-Sul têm dado origem a novos esquemas de diálogo e coordenação, como é o caso dos fóruns BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), das reuniões triangulares Índia-Brasil-África do Sul (IBSA), ou, no caso africano, das Cimeiras Sino-Africanas (2006 e 2009), Indo-Africanas (2008) e África-América Latina (2006). A própria África do Sul tem vindo a assumir-se como um parceiro de desenvolvimento dos países africanos, particularmente no âmbito da manutenção da paz, reconstrução pós-conflito e investigação para o desenvolvimento.

O relacionamento de vários destes países com África não é recente: o Brasil tem há décadas relações culturais privilegiadas com os países africanos de expressão portuguesa, a Índia foi um dos principais apoiantes dos movimentos de libertação africanos através da sua liderança do Movimento dos Não-Alinhados nas décadas de 1960 e 70, enquanto a China desenvolveu igualmente laços políticos e ideológicos decorrentes da luta pelas independências e uma cooperação para o desenvolvimento cuja face mais visível foi, durante muito tempo, a concessão de bolsas de estudo e a construção de diversos edifícios públicos nos países africanos.

No entanto, o facto de se registar um crescimento acelerado da presença destes países no continente africano na presente década, com o aumento exponencial das trocas comerciais e do investimento, tem suscitado um renovado interesse neste relacionamento, nomeadamente na análise das consequências que isso terá para os chamados doadores tradicionais, como os Estados Unidos ou os países da União Europeia. Apesar de ainda fornecerem um montante marginal no quadro da ajuda mundial, o aumento exponencial dos fluxos da cooperação dos doadores emergentes e da sua influência nas economias africanas tem gerado controvérsia no Ocidente, por desafiarem as abordagens tradicionais da cooperação – principalmente pela inexistência de condicionalismos políticos – e se situarem grandemente à margem dos esforços de harmonização realizados pelos países da OCDE.

Sendo simultaneamente doadores e beneficiários da ajuda internacional, a presença destes países no sector da ajuda internacional gera contradições: por um lado, são subscritores da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda numa lógica de beneficiários, enquanto, por outro lado, o Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE pretende fomentar o diálogo com estes actores emergentes para que seja possível no futuro a inclusão dos montantes concedidos na contabilização da ajuda internacional.

No entanto, esta tarefa é complexa e dificultada pelo facto de a própria concepção de cooperação para o desenvolvimento preconizada por estes países ser substancialmente diferente. Nomeadamente, não existe a preocupação de distinguir entre interesses dos doadores e necessidades dos receptores, uma vez que os programas de cooperação salientam a existência de benefícios mútuos como um aspecto positivo da assistência; a ajuda ligada é uma realidade em muitos projectos; e os eixos da ajuda, do comércio e do investimento tendem a ter maiores interligações entre si, através de acordos de cooperação abrangentes.

Na realidade, o aumento da Cooperação Sul-Sul faz parte de uma realidade mais global, relacionada com a evolução interna dos países emergentes e as sua próprias aspirações no plano da política externa.

A pretensão da China e da Índia em se afirmarem como actores de influência global, a necessidade de matérias-primas que alimentem o crescimento económico chinês, ou a necessidade de o Brasil projectar a sua influência de forma a que as relações económicas com alguns países africanos correspondam às ligações culturais já sedimentadas são aspectos importantes a ter em conta nesta análise.

Benefícios para o continente africano

Para África, a crescente presença destes "doadores emergentes" oferece uma oportunidade de diversificação dos parceiros internacionais, de maior desenvolvimento e de atracção de projectos que poderão ser mais adequados aos seus modelos e necessidades dos países em desenvolvimento. Estima-se, por exemplo, que o comércio e investimento chinês seja responsável por 1 a 2% do crescimento económico de África nos últimos cinco anos, assim como a contracção da economia chinesa em resultado da crise global tem já em 2009 um impacto negativo considerável no crescimento africano, particularmente nos países exportadores de petróleo e minerais. Isto porque, apesar de África ser ainda marginal no comércio global da China e da Índia, os países asiáticos têm aumentado a sua importância no comércio dos países africanos, sendo que a Ásia representa já quase 30% das exportações africanas.

A ajuda e os investimentos destes países são, em muitos aspectos, mais atractivos para o continente africano do que os tradicionais parceiros ocidentais, devido a vários factores: uma abordagem pragmática e a rápida implementação dos projectos (em comparação com os compromissos não cumpridos de aumento da ajuda a África por parte dos países mais desenvolvidos); a retórica da cooperação Sul-Sul, que enfatiza uma relação mais igualitária, combinada com a percepção de que estes países compreendem melhor as realidades africanas; a ausência de preconceitos derivados do período colonial e de julgamentos morais ou condicionalidades políticas que prejudicam os fluxos da ajuda; ou ainda a existência de uma maior complementaridade nas trocas comerciais.

Como exemplo, refira-se que os investimentos chineses são principalmente constituídos por grandes projectos de infraestruturas, considerados essenciais para lançar as bases de outras áreas do desenvolvimento e para a reconstrução de vários países em situação de pós-conflito, enquanto a Índia poderá ser, cada vez mais, a origem de tecnologia de ponta adaptada às necessidades africanas. Já no caso brasileiro, a assistência técnica é uma área cada vez mais relevante na ajuda aos países de expressão portuguesa, mas outros países africanos têm demonstrado interesse no aprofundamento da cooperação, principalmente no sector da saúde (e, dentro deste, do combate e tratamento do VIH-SIDA), da agricultura e produção de biocombustíveis.

A ajuda e investimentos dos doadores emergentes situam-se, em grande medida, em áreas negligenciadas pelos doadores ocidentais ou raramente abrangidas pelas instituições financeiras multilaterais — como o desenvolvimento rural, os sistemas de telecomunicações, ou as infraestruturas em geral —, o que tem permitido aos países africanos levar a cabo acções em sectores fundamentais da economia e reavivar planos nacionais de desenvolvimento anteriormente abandonados devido à falta de apoio externo. Isto verifica-se mesmo em regiões e países onde os riscos são muitas vezes considerados demasiado elevados pelos investidores ocidentais, como o Burundi, a Libéria, a Serra Leoa, ou a República Democrática do Congo, entre outros.

Para além disso, o modelo de relacionamento Sul-Sul tem permitido à generalidade dos países negociar com diversos parceiros segundo os seus próprios interesses e aproveitando a competição para obter benefícios (casos de Angola ou da Costa do Marfim).

O chamado «Consenso de Pequim», baseado na não-interferência e na tentativa proclamada de evitar os erros das antigas potências coloniais, tem uma boa receptividade junto das elites africanas, sejam elas democráticas ou não, apresentando-se assim como uma alternativa ao «Consenso de Washington» preconizado pelo Banco Mundial, FMI e doadores ocidentais. Na perspectiva de muitos africanos, a China apresenta uma maior coerência na sua postura, na medida em que assume uma posição de não se imiscuir nos assuntos internos dos Estados, preferindo focalizar-se no incremento das relações económicas. Por seu lado, a posição europeia e dos EUA tem sido fragilizada pelo assumir de posições divergentes e contraditórias consoante os interesses pró-

prios. Vários líderes africanos insurgem-se, igualmente, contra uma abordagem ocidental que parece pretender «comprar» a boa governação, uma vez que esta perspectiva já provou não ter resultados significativos no impulsionamento de reformas internas ou na construção de culturas democráticas.

O caso chinês

Através de uma diplomacia de *soft power* que combina a não-interferência política e a utilização de incentivos económicos com uma retórica que enfatiza a existência de uma amizade histórica e de benefícios mútuos, a China tem sido capaz de se impor como um parceiro de desenvolvimento alternativo para muitos países africanos. O envolvimento da China em África apresenta um conjunto diversificado de motivações, que vão desde os interesses económicos às preocupações estratégicas e políticas.

Ao nível económico, a relação com os países africanos é, em grande parte, motivada pela necessidade de recursos petrolíferos. A competição por outros recursos naturais, como minérios, madeira ou pescas, em conjunto com a abertura de novos mercados para os produtos chineses, são factores importantes de diversificação do envolvimento chinês em África. No geral, é um mercado atractivo para a China, porque muitos países africanos necessitam exactamente do tipo de produtos que encontram dificuldades de escoamento no mercado interno; porque os países africanos não dispõem de capacidade suficiente para explorar e controlar os seus recursos naturais; dependem do investimento e *expertise* externos para assegurarem muitas das tarefas indispensáveis ao seu desenvolvimento; e porque existe menor competição e constrangimentos legais do que noutras partes do mundo.

Actualmente, a principal motivação estratégica diz respeito ao objectivo chinês de se assumir como um actor de influência global, e, nesse quadro, também como a voz dos países em desenvolvimento junto dos países desenvolvidos e dos vários *fora* multilaterais. Isto verificou-se já na Organização Mundial do Comércio no que diz respeito à existência de barreiras proteccionistas, ou no seio das instituições financeiras internacionais relativamente ao poder de voto dos países em desenvolvimento. Por outro lado, os países africanos representam cerca de um terço dos países membros da ONU, pelo que o seu apoio é importante para os objectivos chineses em várias áreas. Sendo a China o maior país em desenvolvimento do mundo e tendo África o maior número de países em desenvolvimento, o reforço da cooperação Sul-Sul é assumido por Pequim como um aspecto importante deste relacionamento.

Verifica-se também, nos últimos anos, uma tendência para a China tentar promover uma maior credibilidade no plano internacional: por exemplo, por ser o membro permanente do Conselho de Segurança da ONU que contribui com mais tropas para as operações de paz, ou o facto de ter mudado a retórica de apoio relativamente ao regime sudanês (até 2004) para assumir uma posição de aceitação da força internacional de paz a partir de 2006. Com efeito, a lógica de não-interferência nos assuntos internos dos países africanos (derivada dos "Princípios de coexistência pacífica", enunciados pela China na década de 1960) parece ser cada vez mais difícil de conciliar com a ambição de ser considerada um actor de projecção, responsabilidade e influência globais. A transição de uma política restrita de não-interferência, para uma abordagem mais alargada de "não-indiferença", tal como é defendido pela ONU e pela própria União Africana, está ainda longe mas pode ser um aspecto a considerar pela política externa chinesa.

Em parte, as autoridades chinesas começam também a obter uma percepção concreta do que significa actuar em contextos instáveis e de conflitualidade, como demonstram os ataques a instalações petrolíferas em diversos países, pelo que existe uma consciência crescente de que os investimentos só são rentáveis e sustentáveis se for assegurado um nível mínimo de segurança e de estabilidade política.

A controvérsia sobre o envolvimento chinês em África tem fundamentos reais, nomeadamente no que respeita a alguns impactos sociais e ambientais menos positivos. As críticas estão relacionadas principalmente com:

- As linhas de crédito e os empréstimos chineses, embora em condições muito favoráveis, podem ser um factor de endividamento dos países africanos no longo-prazo;
- As condições laborais e ambientais em que operam as empresas chinesas não respeitam, na sua maioria, os padrões internacionais;
- A utilização de trabalhadores chineses nos investimentos em África e as condições actuais dos investimentos podem prejudicar as indústrias locais (particularmente a industria têxtil e de vestuário) e não contribui para a criação de emprego;
- A actuação chinesa tem contribuído para aliviar a pressão sobre regimes ditatoriais, como é o caso do Zimbábue e do Sudão.

Para além das críticas ocidentais, a China começa também a enfrentar desafios de vária ordem neste relacionamento. Isto manifesta-se na reconhecida necessidade de construir uma imagem mais favorável relativamente aos impactos sociais e ambientais dos seus projectos, ou na dificuldade crescente de controlar a actuação chinesa no seu todo, uma vez que o fluxo de pequenos empresários, comerciantes e migrantes chineses em África é cada vez mais significativo e ultrapassa o relacionamento forjado pelas elites até ao presente. Assim, algumas vozes antecipam várias transformações futuras no relacionamento da China com África: a transição de um relacionamento de elites para um maior envolvimento das populações, a extensão das relações oficiais ao sector privado (no sentido de envolver mais órgãos não-governamentais) e o alargamento das relações bilaterais a um maior relacionamento multilateral.

Desafios para África

O empenhamento chinês em África representa riscos reais para o continente – de *dumping*, de pilhagem dos recursos naturais, de enfraquecimento das produções locais – mas também oportunidades significativas, cabendo-lhes o papel de orientarem essa parceria no sentido do seu próprio desenvolvimento e do estabelecimento de regras de cooperação.

Isto abrange, por exemplo, o quadro da regulamentação laboral, de regras ambientais, de critérios de qualidade, de fomento do investimento nos sectores produtivos, de imposição de condições relativamente à transferência de tecnologia e à formação de quadros locais, de inclusão de medidas que minimizem os impactos sociais dos investimentos, entre outras. Em países onde existem padrões ambientais e leis laborais estabelecidas, como no caso da África do Sul, as empresas chinesas terão de cumprir as regras como qualquer outro investidor.

A concepção de políticas nacionais que apoiem a capacidade de as indústrias e empresários locais colaborarem com os investidores chineses e outros investidores externos é outro aspecto importante para garantir um reforço do sector privado. Em todos estes aspectos, a América Latina apresenta exemplos e lições importantes que podem ser aproveitadas pelos africanos.

Estabelecer "as regras do jogo" no relacionamento com a China e com outros doadores emergentes significa desenvolver uma abordagem mais estratégica e um maior consenso africano sobre estas parcerias. É ainda necessário assegurar um quadro de monitorização e regulamentação das práticas de investimento e gerir os acordos com estes países em benefício das populações africanas, para que não seja um relacionamento que sirva apenas as elites políticas e económicas. Ao nível do continente, isto passa também por reforçar a integração intrarregional africana, apostar em iniciativas pan-africanas e reforçar a capacidade institucional dos organismos regionais e continentais de integração.

Numa perspectiva alargada, o aumento da cooperação Sul-Sul, quer em termos quantitativos, quer de relevância, originará certamente alterações profundas na forma como o Ocidente se relaciona com os países africanos e, mais globalmente, na arquitectura da cooperação internacional. Esta nova estruturação da ajuda, com a criação de pontes de diálogo e de princípios comuns de actuação entre os "novos" e os "velhos" centros de poder na ordem internacional interliga-se inevitavelmente com as questões da governação global. Neste âmbito, assumem particular relevância a reforma das instituições multilaterais e a revisão dos modelos de gestão nas grandes organizações financeiras internacionais. ■

Cooperação Sul-Sul: a China em África

A China tem sido capaz de se impor como um parceiro de desenvolvimento alternativo para muitos países africanos, através de uma diplomacia de *soft power* que combina a não-interferência política e a utilização de incentivos económicos com uma retórica que enfatiza a existência de uma amizade histórica e de benefícios mútuos. Esta relação não é recente, podendo ser identificadas três grandes fases no relacionamento China-África:
(i) uma primeira fase desde o estabelecimento de relações diplomáticas com o Egipto em 1956, até final dos anos 70, marcada pelo apoio aos movimentos africanos de libertação e pelos princípios de coexistência pacífica anunciados por Zhou Enlai em 1955 na Conferência de Bandung (respeito mútuo pela soberania e integridade territorial, não-agressão, não-interferência nos assuntos internos, igualdade e benefícios mútuos);
(ii) a segunda fase durante a década de 1980, em que a China iniciou um novo curso de reformas económicas e integração na economia global, privilegiando o reforço as relações com a Europa e os Estados Unidos, com menor presença no continente africano;
(iii) a terceira fase desde o final da Guerra Fria e particularmente a partir de 1993, ano em que a China se torna um importador líquido de petróleo. A partir desta altura a China retoma um envolvimento mais estreito com África, segundo novos moldes: motivações pragmáticas, ênfase nas relações económicas, satisfação das necessidades de recursos e energia.
Os efeitos positivos do reforço do envolvimento chinês na economia dos países africanos são evidentes. Apesar de os dados serem difíceis de contabilizar no que respeita à ajuda ao desenvolvimento, existe um aumento exponencial dos fluxos da cooperação chinesa, das trocas comerciais e dos projectos de investimento, calculando-se que este comércio e investimento seja responsável por 1 a 2% do crescimento económico de África nos últimos cinco anos. Isto tem permitido a vários países dotarem-se de infraestruturas básicas imprescindíveis ao desenvolvimento ou encetarem processos de reconstrução mais rápidos, dos quais Angola é um exemplo paradigmático.
Para muitos governos africanos, o Eximbank, operado pelo Estado chinês, tornou-se uma alternativa ao Banco Mundial na concessão de empréstimos, sendo actualmente a terceira maior agência de crédito ao nível global e possuindo recursos que ultrapassam os das instituições de Bretton Woods para grandes projectos de infraestruturas. Enquanto estas utilizaram durante décadas a ajuda externa como meio de pressionar os países africanos para reformas económicas e políticas, os empréstimos chineses apresentam como condição apenas a contratação de empresas estatais chinesas para implementarem os projectos, sendo favoráveis para as duas partes. Assim, face à contracção económica mundial, enquanto os países ocidentais aparecem perante os países em desenvolvimento como os responsáveis pela crise financeira, a China apresenta-se como uma potência em crescimento, com músculo financeiro e uma estratégia de política externa bem definida.

Motivações

O envolvimento da China em África apresenta um conjunto diversificado de motivações, que vão desde os interesses económicos às preocupações estratégicas e políticas.
Ao nível económico, a relação com os países africanos é, em grande parte, motivada pela necessidade de recursos petrolíferos. A competição por outros recursos naturais, como minérios, madeira ou pescas, em conjunto com a abertura de novos mercados para os produtos chineses, são factores importantes de diversificação do envolvimento chinês em África. No geral, é um mercado atractivo para a China, porque muitos países africanos necessitam exactamente do tipo de produtos que encontram dificuldades de escoamento no mercado interno; porque os países africanos não dispõem de capacidade suficiente para explorar e controlar os seus recursos naturais; dependem do investimento e *expertise* externos para assegurarem muitas das tarefas indispensáveis ao seu desenvolvimento; e porque existe menor competição e constrangimentos legais do que noutras partes do mundo.
Assim, por um lado, as empresas chinesas utilizam os projectos de construção como porta de acesso a minerais africanos: portos e estradas no Gabão em troca do acesso a depósitos de minério de ferro, barragens no Sudão ou diversas infraestruturas em Angola reembolsadas pelo petróleo, investimentos na Guiné Conacri por contraponto ao acesso a bauxite, ou empréstimos para a construção de escolas, centros de saúde e estradas na República Democrática do Congo em troca de privilégios na exploração de minas de cobre e cobalto. Estes minerais alimentam a revolução industrial chinesa, regressando ao continente africano como componentes de produtos acessíveis fabricados na China, tais como rádios, telefones ou baterias.
No plano político e estratégico, o isolamento de Taiwan constituiu nos últimos anos um elemento importante do relacionamento com África, assegurando o maior número de apoios possíveis para a política de «uma China unificada». Este apoio foi a fundação política básica para o estabelecimento e desenvolvimento das relações com países e organizações regionais africanas, constituindo um requisito essencial dessas relações. Em Junho de 2009, apenas 4 países africanos preferiam Taiwan a Pequim: Burkina Faso, Gâmbia, São Tomé e Príncipe e Suazilândia.
Actualmente, a principal motivação estratégica diz respeito ao objectivo chinês de se assumir como um actor de influência global, e, nesse quadro, também como a voz dos países em desenvolvimento junto dos países desenvolvidos e dos vários *fora* multilaterais. Isto verificou-se já na Organização Mundial do Comércio no que diz respeito à existência de barreiras proteccionistas, ou no seio das instituições financeiras internacionais relativamente ao poder de voto dos países em desenvolvimento. Por outro lado, os países africanos representam cerca um terço dos países membros da ONU, pelo que o seu apoio é importante para os objectivos chineses em várias áreas. Sendo a China o maior país em desenvolvimento do Mundo e tendo África o maior número de países em desenvolvimento, o reforço da cooperação Sul-Sul é assumido por Pequim como um aspecto importante deste relacionamento.
Verifica-se também, nos últimos anos, uma tendência para a China tentar promover uma maior credibilidade no plano internacional: por exemplo, por ser o membro permanente do Conselho de Segurança da ONU que contribui com mais tropas para as operações de paz, ou o facto de ter mudado a retórica de apoio relativamente ao regime sudanês (até 2004) para assumir uma posição de aceitação da força internacional de paz a partir de 2006.
Com efeito, a lógica de não-interferência nos assuntos internos dos países africanos (derivada dos "Princípios de coexistência pacífica", enunciados pela China na década de 1960) parece ser cada vez mais difícil de conciliar com a ambição de ser considerada um actor de projecção, responsabilidade e influência globais. A transição de uma polí-

A QUESTÃO PEQUIM-TAIWAN NAS RELAÇÕES COM ÁFRICA (1989 ao presente)

Ano	Países que cortaram relações com Pequim e iniciaram com Taiwan	Países que cortaram relações com Taiwan e iniciaram com Pequim
1989	Libéria	
1990	Guiné Bissau, Lesoto	
1991	República Centro-Africana	
1992	Níger	
1993		Libéria
1994	Burquina Faso	Lesoto
1996	Gâmbia, Senegal	Níger
1997	Chade, Libéria, São Tomé e Príncipe	
1998		Repúbica Centro-Africana, Guiné-Bissau, África do Sul
2003		Libéria
2005		Senegal
2006		Chade
2008		Malawi

Nota: A Suazilândia é o único país africano que nunca estabeleceu relações diplomáticas com Pequim.

tica restrita de não-interferência, para uma abordagem mais alargada de "não-indiferença", tal como é defendido pela ONU e pela própria União Africana, está ainda longe mas pode ser um aspecto a considerar pela política externa chinesa.

Críticas ao envolvimento chinês

O chamado «Consenso de Pequim», baseado na não-interferência e na tentativa proclamada de evitar os erros das antigas potências coloniais, tem uma boa receptividade junto das elites africanas, sejam elas democráticas ou não, apresentando-se assim como uma alternativa ao «Consenso de Washington» preconizado pelo Banco Mundial, FMI e doadores ocidentais.

Na perspectiva de muitos africanos, a China apresenta uma maior coerência na sua postura, na medida em que assume uma posição de não se imiscuir nos assuntos internos dos Estados, preferindo focalizar-se no incremento das relações económicas. Por seu lado, a posição europeia e dos EUA tem sido fragilizada pelo assumir de posições divergentes e contraditórias consoante os interesses próprios. Vários líderes africanos insurgem-se, igualmente, contra uma abordagem ocidental que parece pretender «comprar» a boa governação, uma vez que esta perspectiva já provou não ter resultados significativos no impulsionamento de reformas internas ou na construção de culturas democráticas.

No entanto, a controvérsia sobre o envolvimento chinês em África tem alguns fundamentos reais, nomeadamente no que respeita a alguns impactos sociais e ambientais menos positivos. As críticas estão relacionadas principalmente com:

- As linhas de crédito e os empréstimos chineses, embora em condições muito favoráveis, podem ser um factor de endividamento dos países africanos no longo-prazo;
- As condições laborais e ambientais em que operam as empresas chinesas não respeitam, na sua maioria, os padrões internacionais;
- A utilização de trabalhadores chineses nos investimentos em África e as condições actuais dos investimentos podem prejudicar as indústrias locais e não contribui para a criação de emprego;
- A actuação chinesa tem contribuído para aliviar a pressão sobre regimes ditatoriais, como é o caso do Zimbábue e do Sudão, fornecendo uma opção válida para países ostracizados na cena internacional.

Para além das críticas ocidentais, a China começa também a enfrentar desafios de vária ordem neste relacionamento. Isto manifesta-se na reconhecida necessidade de construir uma imagem mais favorável relativamente aos impactos sociais e ambientais dos seus projectos, ou na dificuldade crescente de controlar a actuação chinesa no seu todo, uma vez que o fluxo de pequenos empresários, comerciantes e migrantes chineses em África é cada vez mais significativo e ultrapassa a interacção forjada pelas elites até ao presente. Este factor esteve na origem da formação do FOCAC em 2000, enquanto plataforma de consulta, diálogo e coordenação entre as duas partes, envolvendo vários ministérios, organizações e actores. Se este mecanismo tem facilitado o desenvolvimento de uma agenda política e económica comum ao mais alto nível, os desafios à capacidade chinesa de gestão do relacionamento com África são, também, cada vez maiores.

Em África, os ecos do "efeito chinês" começam igualmente a fazer-se sentir ao nível das populações. As manifestações em alguns países da África Austral, relativamente aos impactos negativos na mão-de-obra local, revelam um descontentamento face ao facto de os empreendimentos chineses não se reflectirem de forma imediata na criação de emprego ou na melhoria das condições de vida das populações. No caso da indústria têxtil e de vestuário, bem como nos pequenos negócios de comércio local, são evidentes os efeitos da inundação do mercado por parte de produtos chineses.

Por outro lado, as autoridades chinesas começam a obter uma percepção concreta do que significa actuar em contextos instáveis e de conflitualidade, como demonstram os ataques a instalações petrolíferas em diversos países. Isto conduz à consciência crescente de que os investimentos só são rentáveis e sustentáveis se for assegurado um nível mínimo de segurança e de estabilidade política.

Assim, algumas vozes antecipam várias transformações futuras no relacionamento da China com África: a transição de um relacionamento de elites para um maior envolvimento das populações, a extensão das relações oficiais ao sector privado (no sentido de envolver mais órgãos não-governamentais) e o alargamento das relações bilaterais a um maior relacionamento multilateral.

Desafios para África

O empenhamento chinês em África representa riscos reais para o continente – de *dumping*, de pilhagem dos recursos naturais, de enfraquecimento das produções locais – mas também oportunidades significativas, cabendo-lhes o papel de orientarem essa parceria no sentido do seu próprio desenvolvimento e do estabelecimento de regras de cooperação.

Isto abrange, por exemplo, o quadro da regulamentação laboral, de regras ambientais, de critérios de qualidade, de fomento do investimento nos sectores produtivos, de imposição de condições relativamente à transferência de tecnologia e à formação de quadros locais, de inclusão de medidas que minimizem os impactos sociais dos investimentos, entre outras. Em países onde existem padrões ambientais e leis laborais estabelecidas, como no caso da África do Sul, as empresas chinesas terão de cumprir as regras como qualquer outro investidor.

A concepção de políticas nacionais que apoiem a capacidade de as indústrias e empresários locais colaborarem com os investidores chineses e outros investidores externos é outro aspecto importante para garantir um reforço do sector privado. Em todos estes aspectos, a América Latina apresenta exemplos e lições importantes que podem ser aproveitadas pelos africanos.

Estabelecer "as regras do jogo" no relacionamento com a China e com outros doadores emergentes significa desenvolver uma abordagem mais estratégica e um maior consenso africano sobre estas parcerias. É ainda necessário assegurar um quadro de monitorização e regulamentação das práticas de investimento e gerir os acordos com estes países em benefício das populações africanas, para que não seja um relacionamento que sirva apenas as elites políticas e económicas. Ao nível do continente, isto passa também por reforçar a integração intrarregional africana, apostar em iniciativas pan-africanas e reforçar a capacidade institucional dos organismos regionais e continentais de integração.

O aumento do investimento, comércio e ajuda chinesa em África apresenta, também, desafios significativos para as tradicionais abordagens ocidentais. Na verdade, o Ocidente pode estar a redescobrir África devido a este factor, uma vez que a presença chinesa trouxe para África uma nova visão de oportunidade, quer na percepção dos próprios africanos, quer para os parceiros externos em geral. Isto poderá ser aproveitado em vários sectores para a prossecução de iniciativas tripartidas e de cooperação triangular. No entanto, a maior parte dos países africanos parece ainda preferir uma separação entre as duas abordagens, realizando acordos bilaterais com a China e com os países ocidentais, de forma a extrair maiores benefícios desses projectos e iniciativas.

Uma área, em grande parte, inexplorada, está no reforço da coordenação entre a China e os países ou organizações africanas com vista à cooperação com terceiras partes. O avanço qualitativo passa, nesta área, pela implementação de uma agenda Sul-Sul que pressione a reforma das instituições internacionais e permita elevar a parceria estratégica China-África a um novo nível de relacionamento face à cooperação internacional. ■

AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO DA CHINA 1998-2007

	Total (milhões de dólares)	para África[1]
1998	449	198
1999	474	208
2000	554	244
2001	569	250
2002	604	266
2003	631	278
2004	734	323
2005	926	407
2006	1.050	462
2007	1.421	625

[1] Estima-se que África constitua uma média de 44% do total.
Fonte: Ministério do Comércio Chinês e China's African Aid: Transatlantic Challenges, GMF, 2008.

Dilemas da agricultura africana

Existem muitos debates acerca da agricultura no mundo e em África. Embora os diversos assuntos não possam ser analisados em separado, este texto põe ênfase no dilema entre a produção agrícola para o mercado interno e/ou para exportação. Aborda-se o assunto numa perspectiva da política económica e no âmbito das políticas agrárias.

É feito um breve resumo histórico e analisa-se em particular as actuais políticas. São apresentadas informações retiradas do *Anuário Estatístico 2005-2006* (o último) da FAO (Food and Agricultural Organization) e da Divisão Estatística da mesma organização.

Da colonização à independência

Com a colonização, as primeiras estratégias económicas pretendiam extrair recursos, designadamente bens agrícolas e minerais para as indústrias metropolitanas. Vigorava então a prioridade das exportações. Estas culturas não eram praticadas pelos agricultores africanos. Foram introduzidas pelas grandes plantações protegidas pelas administrações coloniais que as privilegiavam na distribuição de terra, no recrutamento de mão-de-obra, na segurança dos territórios e através de políticas económicas que favoreciam a produção e exportação. Estas empresas estavam quase sempre associadas ao capital industrial nas metrópoles. Posteriormente foram implantados colonatos com os mesmos objectivos.

Com o aumento da colonização europeia, foi necessário produzir bens alimentares não tradicionalmente produzidos pelas agriculturas locais (como por exemplo o trigo), cuja importação começava a pesar na balança de pagamentos. Alguns foram introduzidos pelos agricultores imigrados, outros obtidos através da geração de excedentes dos produtores locais, geralmente de muito pequena escala, por meio da progressiva integração no mercado através de vários mecanismos, económicos (rede comercial rural e criação de novas procuras e consumos, assalariamento, impostos) e administrativos/compulsivos (trabalho obrigatório, impostos pagos em moeda, etc.).

Pode-se considerar que as duas estratégias — exportação e consumo interno (ou, dito de outra forma, substituição de importações) —, coexistiram. Por vezes, os dilemas devido a políticas económicas não convergentes para cada uma das estratégias foram compensados com medidas discriminatórias para contrabalançar a não priorização de um dos objectivos. Taxas de juro bonificadas, políticas fiscais diferenciadas, taxas de exportação e alfandegárias e a política cambial foram alguns dos instrumentos utilizados para esse fim.

Com as independências, surge em muitos países africanos um conjunto de factores que secundarizaram a agricultura ou que dificultaram/impediram o desenvolvimento rural. Geralmente são referidas as seguintes:

- Conflitos, golpes de Estado e instabilidade política e social em grande parte da África Subsariana.
- Priorização absoluta da extracção de recursos energéticos e minerais com instabilidades e conflitos associados.
- Opções de desenvolvimento socialista e políticas desajustadas com e sem a intervenção das IBW (Instituições de Bretton Woods).
- Incoerências das políticas internas, gestão deficiente e corrupção.

Os principais dilemas de política

Alguns dos dilemas referem-se às opções de produzir para exportar ou para consumo interno. As questões teóricas e de política que se colocam são as seguintes:

- Deve-se optar pela produção dos bens e serviços em que cada economia possui vantagens competitivas, ou existem factores extraeconómicos que merecem ponderação, como por exemplo a segurança e a soberania nacional, derivado dos riscos da dependência alimentar que motivou num passado recente importantes disputas e utilização da alimentação como arma e chantagem política e militar?
- É o mercado internacional de alimentos de concorrência, ou existem múltiplos factores distorcionadores, como por exemplo os subsídios às agriculturas nos países desenvolvidos, mecanismos proteccionistas, influência nos preços através da ajuda alimentar e de stocks públicos, etc.?
- As economias pobres possuem mercados abertos, livre circulação de bens e condições para serem competitivas (tecnologia, infra-estruturas, *know-how*, desenvolvimento dos mercados, políticas agrárias ajustadas, etc.)?

Mas a exportação pode não ser contraditória com o mercado interno. Existem bens que são simultaneamente de consumo e exportáveis. A segurança alimentar a nível nacional pode também ser obtida com geração de rendimentos no quadro de uma especialização competitiva. E ao nível das famílias camponesas? Os mercados estão, regra geral, distorcidos e são assimétricos, existem rupturas sistemáticas na rede comercial e no abastecimento do meio rural, etc. O princípio de que o produtor agrícola, como qualquer outro empresário, procura maximizar o lucro pode não se verificar nas condições de agricultura de pequena escala, em que a garantia da sobrevivência constitui o objectivo principal, o que pode implicar estratégias familiares e comunitárias com múltiplos objectivos (económicos, sociais e de poder). Argumenta-se ainda que as tecnologias das grandes empresas aplicadas nas culturas de exportação podem ser transferidas pelos camponeses, obtendo maior produtividade nas culturas alimentares.

Este enunciado verifica-se desde que exista estabilidade de comercialização e de abastecimento do meio rural e os camponeses já possuam lógicas de mercado.

Por outro lado, não é assegurado que as receitas em divisas sejam afectas à compra de alimentos ou ao desenvolvimento rural. O caso dos países africanos produtores de petróleo é demonstrativo.

Na realidade, o que tem acontecido nas últimas décadas em termos de políticas agrárias? Alguns países, nomeadamente os de língua portuguesa, optaram, na primeira década após as independências, por opções socializantes com diferentes graus de radicalização na aplicação das políticas económicas de planificação centralizada. No que respeita ao meio rural, a cooperativização e estatização da agricultura retiraram as expectativas dos pequenos produtores de recuperarem as terras férteis atribuídas às grandes plantações e agora ocupadas por empresas estatais. A terra foi nacionalizada. Onde o processo político foi mais radicalizado, concebia-se mesmo os pequenos produtores à maneira mais ortodoxa de algum neomarxismo, como uma classe politicamente conservadora e economicamente adversa à inovação.

A pequena exploração era tida como um obstáculo à tecnificação e modernização da agricultura assente em formas socialistas de produção de grande escala, tal como os *svokols* e *kolkozs* soviéticos, misturados com a construção das aldeias à imagem das comunas chinesas. Com algumas excepções, a priorização da agricultura foi limitada e a incapacidade de substituição da produção alimentar de milhões de camponeses contribuiu para as crises alimentares nesses países.

Nas economias ricas em recursos naturais (petróleo, diamantes, ouro, etc.), a priorização económica destina-se a esses sectores. Existe um grande êxodo rural e emerge, por múltiplas razões, uma economia informal em redor das cidades que posteriormente se estende a todo o país, como forma de sobrevivência dos pobres e dos excluídos dos modelos económicos centrados em grandes projectos e pólos de desenvolvimento (ou simplesmente de implantação da indústria extractiva). Os países como Angola e Nigéria, os principais produtores subsarianos de petróleo, são os que em África possuem maior concentração da riqueza, maior número de população nas ou em redor das cidades (no lugar de urbanização é preferível designar-se o fenómeno por ruralização das cidades), maior défice alimentar, etc. Estes países demonstram claramente que a especialização produtiva e as receitas em divisas de outros bens e serviços não tem contribuído para o aumento da produção e da segurança alimentar, nem em benefício da maioria dos povos.

Os países que aplicam as políticas do ajustamento estrutural com ou sem as Instituições de Bretton Woods poucas melhorias têm verificado na redução da pobreza. As políticas são claramente

incentivadoras das exportações (desvalorização da moeda, redução das tarifas alfandegárias e das taxas de exportação, etc.) e do investimento privado no quadro das vantagens competitivas teóricas. A investigação agrária e a extensão rural não são apoiadas, existe o enfraquecimento e a incapacitação propositada do Estado, a liberalização dos mercados não resolve as inúmeras distorções estruturais da economia, entre outros aspectos.

Alguns indicadores que revelam a evolução nas últimas três décadas

Poucos são os países africanos onde, nas últimas décadas, se constatou uma aproximação entre o consumo e a produção local de alimentos. O consumo *per capita* de alimentos em 2004 é inferior em três quilos comparativamente com a média dos anos entre 1979 e 1981. Considerando a produção por habitante do ano 2000 com o índice 100, em 1980 e 1990 esses indicadores eram de 109 e 103 respectivamente, o que revela claramente que a agricultura africana tem demonstrado incapacidade de crescer ao ritmo da população. O défice alimentar é colmatado com a crescente ajuda alimentar, que introduz nas realidades receptoras consequências negativas a médio e longo prazo (dependência, distorções de mercado, concorrência com a produção nacional, etc.).

Numa análise mais detalhada constatamos que a percentagem das exportações agrícolas no cômputo das exportações africanas diminuiu significativamente entre o princípio da década dos ano oitenta e 2004, e que as importações aumentaram.

A contribuição da produção e do consumo de alimentos em África no mundo aumentou em ambos os casos cerca de 22%, mas a diferença ampliou-se, considerando uma maior percentagem inicial do consumo.

Embora se afirme normalmente que África possui muita terra e trabalho, e portanto possibilidades de expansão da produção com a introdução das tecnologias conhecidas, o aumento da produção não se verifica de forma significativa. São baixíssimos os níveis de terra irrigada e do uso de insumos (fertilizantes) e equipamento. Segundo os dados da FAO no Anuário de 2006, a proporção de terra trabalhada em África ronda entre os 12 e 13 por cento do total mundial e apenas cerca de 4,5% da terra é irrigada. A utilização total de fertilizantes em África representa entre 2,5% e 2,7% das quantidades usadas mundialmente, o número de tractores é de entre 6,4% em 1980 e 6,1% em 2000 e de ceifeiras-debulhadoras entre 0,2% e 0,3%. Note-se que a proporção de tractores decresceu entre 1980 e 2000.

Os breves indicadores acima expostos revelam características gerais da agricultura africana, principalmente as seguintes:

- Que o potencial produtivo africano não é totalmente certo, considerando os níveis de utilização de capital e das tecnologias aplicadas. Acrescenta-se a baixa qualificação da mão-de-obra e de empresarialização dos produtores, as distorções dos mercados e as políticas económicas e agrárias erráticas que secundarizam o sector e o meio rural.
- Embora a densidade populacional seja muito baixa, não é sempre acertado afirmar que África possui muita terra: existem desertos a norte e sul do continente, os solos tropicais têm problemas de fertilidade e as zonas de maior aptidão para a agricultura possuem densidades populacionais elevadas. A maioria dos sistemas produtivos agrícolas exige mais de 5 vezes a terra anualmente agricultada (rotação de culturas, pousios, queimadas, pastagens comunitárias, etc.).
- A competitividade da agricultura, medida pela quota do mercado mundial, dos bens agrícolas africanos decresce.
- Não são evidentes avanços de tecnificação da produção, com reflexos sobre a produtividade por hectare e por unidade de trabalho agrícola e, portanto, sobre o rendimento dos produtores.

No âmbito dos objectivos deste texto, é importante ressaltar que, em África, mais de 80% dos bens alimentares básicos são produzidos por produtores de muito pequena escala, com explorações com menos de três hectares. Este facto obriga a abordagens interdisciplinares na análise da agricultura, sobretudo no âmbito das políticas e estratégias de desenvolvimento, introdução de tecnologias, mudanças nas estruturas agrárias, etc.

Razões da situação da agricultura africana

Para além das referidas anteriormente, existem factores que explicam a evolução e actual situação da agricultura africana. Todas estão relacionadas e reforçam-se mutuamente. Destacam-se as seguintes:

- A organização das comunidades rurais, onde prevalecem os aspectos institucionais marcadamente característicos das sociedades tradicionais, como, por exemplo, o acesso, distribuição e sucessão da terra, a divisão social do trabalho no seio das famílias (com base no sexo e nas idades), os mecanismos de reprodução social e dos poderes, as crenças e costumes, etc. Os conflitos e as políticas excluintes têm reforçado estes mecanismos como forma de resistência e integração dos camponeses. Ou de integração perversa do campo e dos camponeses na economia e na sociedade.
- Baixa formação e escolarização (prevalece uma taxa de 60% de analfabetos na população com 15 ou mais anos) e os níveis de autarcismo são elevados, como consequência da baixa mobilidade e cobertura de vias de comunicação e transportes.
- Relacionado com os pontos anteriores e conforme os dados relatados, os sistemas produtivos são maioritariamente assentes em tecnologias intensivas e mão-de-obra familiar, explorações de escala muito reduzida e baixa capitalização.
- As instituições públicas nas zonas rurais (ministérios da agricultura, investigação e extensão, sistema financeiro e de crédito rural, etc.), são muito débeis, estando, em muitos casos, inoperacionais. Ciente dessa realidade, a União Africana recomendou a afectação à agricultura de pelo menos 10% dos orçamentos públicos.

Porém, as razões descritas ao longo do texto não explicam tudo. É necessário referir:

- Que a agricultura é considerada uma actividade de riscos acrescidos; as taxas de rentabilidade são, regra geral, inferiores a outros sectores e o retorno de capital é de médio e longo prazo.
- O sistema financeiro exige garantias em que nem sempre a terra (que geralmente pertence ao Estado) e os benefícios fundiários são considerados pela banca.
- A concessão e a propriedade da terra é muito complicada (legislações rígidas e assentamento de populações).
- Em muitos países as facilidades e ambientes para a realização de investimentos e de negócios (índice *doing business*) são dos mais baixos do mundo.
- Os sistemas de transportes, comunicações e os serviços às empresas e aos cidadãos são muito precários.
- Os preços e os mercados dos bens agrícolas são voláteis.
- As agriculturas dos países desenvolvidos são, em quase todos os bens, muito mais competitivas por domínio tecnológico, mercados, capital humano, condições de negócios, etc.

Em resumo, as políticas económicas e os contextos internacionais têm-se demonstrado incapazes de transformar a base produtiva e tecnológica da agricultura dos pequenos produtores, ineficientes na criação de condições de atractividade do investimento e incompetentes para desenvolver de forma competitiva o campo e melhorar a vida da população rural. Será por incompetência? Ou será resultante de um conjunto de factores internos e externos e, sobretudo, por razões não económicas nem técnicas?

Finalmente, mas não menos importante, o conjunto de aspectos acima referido faz com que maioria da actividade agrária não integre o padrão de acumulação dominante de grande parte das economias africanas e, portanto, não faz parte das alianças políticas e económicas das elites locais com o capital externo nem é o elemento principal no exercício do poder. O meio rural torna-se importante nos discursos e na manipulação política aquando das eleições, beneficiando-se da iletracia política e grande assimetria de informação em desfavor das populações rurais.

A reprodução do "*status quo*" dos poderes e elites dominantes em África aparenta depender ou interagir com a replicação da pobreza agrícola endémica em África. ■

Meio século de demografia da África subsariana

A região do continente africano situada a sul do deserto do Sara distingue-se da do norte (e das demais regiões do globo) particularmente no que concerne à demografia. Com efeito, qualquer que seja o indicador de estrutura e movimento populacional considerado, existem, não raras vezes, diferenças substanciais entre as duas regiões. Veja-se, por exemplo no quinquénio 2005-2010, os valores de dois dos indicadores mais utilizados em matéria de análise do movimento natural das populações, o índice sintético de fecundidade (2,9 e 5,1 filhos por mulher, respectivamente na África setentrional e na subsariana) e a esperança média de vida à nascença (51,5 anos na África subsariana, versus 68,0 anos na África setentrional).

Os anos subsequentes ao advento das independências possibilitaram um melhor conhecimento da demografia dos países em desenvolvimento, mercê da implementação e/ou reforço de sistemas de observação adequados. Com efeito, situando-nos no contexto da África subsariana, e no caso das fontes não permanentes de dados – censos e inquéritos demográficos –, o número de operações deste tipo, aumentou substancialmente, tendo, nos anos 1990, quase duplicado relativamente aos anos 1960.

ALGUNS INDICADORES DE ESTRUTURA E MOVIMENTO DA POPULAÇÃO DA ÁFRICA SUBSARIANA E DAS DEMAIS REGIÕES DO GLOBO, EM 2005-2010

	Idade mediana 2010 (em anos)	Índice sintético de fecundidade (Filhos/Mulher)	Probabilidade de falecer entre 0 e 5 anos[1]	Esperança de vida (em anos)	Taxa de crescimento demográfico (%)
África subsariana	18,6	5,1	148	51,5	2,4
África do Norte	24,2	2,9	56	68,0	1,7
América Latina e Caraíbas	27,7	2,3	28	73,4	1,1
América do Norte	36,9	2,0	7	79,3	1,0
Ásia	29,0	2,3	58	68,9	1,1
Europa	40,2	1,5	9	75,1	0,4
Oceânia	33,0	2,4	30	76,4	1,3
Mundo	29,1	2,6	71	67,6	1,2

[1] Por mil nados vivos. Fonte: World Population Prospects — *The 2008 Revision*. Disponível em: http://esa.un.org/unpp/

Efectivos e densidades populacionais

De acordo com a ONU, a população da África subsariana cifrar-se-á, em meados de 2010, em 863 milhões (mais 454 milhões do que em 1960), facto que a guindará à segunda posição, em termos de região mais populosa do planeta (a primeira é ocupada pela Ásia, com 4.075 milhões), tendo o peso relativo dos seus efectivos na população mundial passado de 7,4% em 1960, para 12,5% em 2010.

A diversidade da região, do ponto de vista geográfico, económico e sociocultural, está na origem da distribuição muito desigual desta população, quer a nível das sub-regiões, quer a nível nacional. Com efeito, em 2010, um pouco mais de 3 em cada 4 subsarianos vivem na África oriental e ocidental (respectivamente, 42,9% e 36,5% da população total). Situam-se nestas duas sub-regiões os países mais populosos da África subsariana, a saber: Nigéria (158,3 milhões), Etiópia (85,0 milhões) e República Democrática do Congo (67,8 milhões), o que significa que estes três países, em conjunto, albergam mais de um terço da população total da região.

A esta desigualdade de ocupação do território correspondem densidades populacionais muito díspares, que oscilam, a nível da sub-região, entre 19 hab./km^2 (África ocidental) e 51 hab./km^2 (África oriental). No âmbito nacional, seis países possuem densidades inferiores a 10 hab./km^2 (Botsuana, Mauritânia, Namíbia, Gabão, República Centro-Africana e Chade) e três, superiores a 350 hab./km^2 (casos dos Estados insulares das Comores e da Maurícia com, respectivamente, 371 hab./km^2 e 636 hab./km^2, e do Ruanda, com 390 hab./Km^2). A média para a região subsariana é de 36 hab./km^2. Contudo, a nível nacional, estas densidades encobrem diferenças significativas (caso, entre outros, de certas zonas do Togo e do Benim e das colinas do Burundi e do Ruanda).

Por fim, se a pressão demográfica for aferida, não relativamente às superfícies totais, mas sim às das terras aráveis e de culturas permanentes, conclui-se que a África subsariana (e os países que a integram), está longe de ser uma região fracamente povoada. Com efeito, as densidades assim calculadas, são de 210 hab./km^2 no Botsuana, de 300 hab./km^2 na Mauritânia e de 110 hab./km^2 na Namíbia...

Ritmos e diversidades do crescimento populacional

A África subsariana registou, nos últimos cinquenta anos, o crescimento mais acelerado do planeta: a sua taxa média de crescimento anual foi de 2,6% (o que significa que, em 2002 e comparativamente a 1960, a região viu triplicar os seus efectivos), contra 0,4% a 2,1% nas outras regiões do mundo. Estão na origem de tal evolução os níveis elevados de fecundidade e, acessoriamente, um certo recuo da mortalidade.

Quer a nível global, quer da sub-região, o crescimento processou-se de forma distinta entre 1960-1965 e 1985-1990, por um lado, e entre 1985-1990 e 2005-2010, por outro. Para tal contribuiu, essencialmente, a inversão das tendências registadas no que respeita ao calendário da mortalidade, particularmente na África meridional (onde a esperança de vida à nascença regrediu, praticamente, para os valores registados no início do horizonte temporal aqui considerado) e na África central.

Com efeito, até 1985-1990 as diversas sub-regiões viram duplicar os seus efectivos num intervalo de tempo relativamente curto (entre 24,7 e 27,7 anos, respectivamente no caso da África oriental e da meridional). A nível nacional, os crescimentos médios anuais mais elevados ocorreram no Quénia e no Zimbábue (3,5%), na Zâmbia (3,3%) e no Botsuana (3,2%). Tais valores conduziram à triplicação dos efectivos populacionais destes países, num período compreendido entre 31,3 e 34,3 anos.

A partir de 1985-1990, a região entrou, globalmente, numa fase de desaceleração do seu crescimento, passando de 2,8% para 2,4% em 2005-2010. Contudo, esta diminuição processou-se em ritmos diferentes segundo a sub-região. Assim, enquanto, por exemplo, as tendências do crescimento da África central, se prolongaram, de forma sustentada, até 1995, a África meridional viu o seu ritmo de crescimento baixar de 2,5% para 1,1%, entre 1985-1990 e 2005-2010.

Estrutura etária da população

Quanto à distribuição por grupos etários da população da África subsariana, em 2010, a base larga, afunilando, rapidamente, para um cume afiado, caracteriza uma estrutura etária muito jovem, assim como a presença de uma mortalidade elevada. A largueza da base é fruto de a fecundidade da região ser a mais elevada do planeta. Com efeito, mais de dois em cada cinco subsarianos têm menos de quinze anos de idade (nas outras regiões do globo, a proporção de crianças e de jovens varia entre 15,4% na Europa e 26,2% na Ásia). Dado que a África subsariana é muito desfavorecida em termos de longevidade, a parte relativa de idosos tem sido (e é), relativamente fraca (3,2%).

No que concerne ao peso relativo de cada grupo funcional de idades (0-14, 15-64 e 65 e mais anos) nos efectivos totais da região e respectivas sub-regiões, em 1960,1985 e 2010, como reflexo dos níveis e das tendências da fecundidade (e até da própria mortalidade), a proporção de crianças e jovens nas sub-regiões varia entre 31,1% e 44,6%, respectivamente na África meridional e na África central. Salienta-se ainda o facto de a primeira destas sub-regiões ter sofrido, entre 1960 e 2010, a quebra mais importante verificada naquela faixa etária: 10,1 pontos percentuais.

Como corolário, os índices de dependência, apresentam valores elevados (em 2010, por exemplo, cifram-se em 45,5% na África subsariana e entre 35,6% e 47,5%, respectivamente na África meridional e central). De notar que o caso do grupo etário 15-24 anos deve merecer uma atenção especial dado que, em tais idades, a escolarização está praticamente concluída, o emprego remunerado é procurado pela primeira vez, a mobilidade geográfica atinge o seu máximo e a intensidade da nupcialidade é elevada.

Movimento natural da população

O movimento natural da população e particularmente a natalidade teve uma quota-parte muito relevante no crescimento

demográfico da região. Com efeito, se os movimentos migratórios dentro do continente contribuíram, grandemente, para a diminuição da pressão demográfica registada em certos países da região e respectivo crescimento populacional, o mesmo não se pode dizer quanto aos fluxos migratórios dos subsarianos direccionados para fora de África, os quais não foram, até final do milénio, de grande amplitude. Realmente, no ano 2000, os imigrantes nos países da OCDE nascidos na África subsariana representavam menos de 1% do total.

No que respeita à evolução do índice sintético de fecundidade e da esperança média de vida à nascença, devido, essencialmente, a determinantes de natureza sociocultural (por exemplo, a preferência por descendências numerosas, registada na grande maioria das sociedades da África negra, está amplamente documentada), a região foi e continua a ser a mais fecunda do planeta (em 2005-2010, o número de filhos por mulher era de 5,1 versus 2,3 na Ásia e na América Latina e Caraíbas e 1,5 na Europa). Com efeito, e sobretudo na primeira parte do arco temporal observado, a fecundidade atingiu níveis muito elevados (mais de 6,5 filhos por mulher, em média, chegando mesmo a ultrapassar os 7,0 filhos na África oriental, onde dois países, Quénia e Ruanda, superaram a média da sub-região, com descendências superiores a 8 filhos por mulher), diminuindo posteriormente (globalmente e até 2010, uma baixa de 1,5 filhos). O caso da África meridional, com 6,2 e 2,6 filhos por mulher, respectivamente no início e no final do período de observação, merece destaque, sobretudo pela forma sustentada como ocorreu o declínio do fenómeno.

De realçar o papel desempenhado por factores de ordem demográfica, no que respeita aos níveis e tendências da fecundidade, dos quais se destacam: a intensidade e o calendário da nupcialidade (o casamento é praticamente universal e muito precoce, particularmente nas mulheres, facto que aumenta a duração da sua exposição ao risco de procriar); o espaçamento dos nascimentos (cuja prática tende a diminuir, mas ainda é corrente nalgumas culturas); o recurso à contracepção (em 2008 ainda era baixa, a utilização de qualquer método de controle da fecundidade, por parte das mulheres do arco etário 15-49 anos oscilando entre 13% na África ocidental e 58% na África meridional, com valores nacionais variando entre 3% no Chade e 78% na Maurícia); a intensidade da mortalidade infantil e juvenil, particularmente elevada na região, a qual pode constituir um sério obstáculo à mudança dos comportamentos reprodutivos e, consequentemente, à diminuição da intensidade do fenómeno.

Indicadores de mortalidade elevados são, quase sempre, manifestações decorrentes da pobreza, dado que a dinâmica demográfica é fortemente influenciada pela económica, principalmente em regiões com grandes desigualdades sociais, como é o caso da África subsariana. Partindo de níveis elevados de mortalidade (no quinquénio 1960-1965, as crianças recém-nascidas na região tinham diante de si uma expectativa média de vida de 41,5 anos, contra cerca de 70 anos na Europa e na América do Norte), a África subsariana conheceu, até 1990, avanços razoáveis a nível do calendário do fenómeno, dado que a esperança de vida registou progressos na ordem dos 8 anos. Os ganhos mais importantes verificaram-se na África meridional (quase 11 anos).

Posteriormente e em consequência da deterioração das condições de vida das populações, provocada, entre outros, pela eclosão e/ou agravamento de conflitos, pelo recrudescimento de certas doenças infecciosas como a malária e o aparecimento de outras como a sida (principal causa de morte a par da malária) e pela própria fome que, ciclicamente, fustiga determinados países da região, assistiu-se, até há pouco tempo, à redução dos ganhos e mesmo à inversão das tendências de baixa da mortalidade, como foi o caso da África meridional e da central.

Particularmente preocupante é a situação da mortalidade das crianças de tenra idade e das próprias mães. Com efeito, a probabilidade de uma criança falecer antes de celebrar o seu 5.º aniversário, estimada para o quinquénio 2005-2010, é de 148 por cada 1.000 nados-vivos (contra 58 na Ásia e 9 por 1.000 na Europa). A nível das sub-regiões, esta probabilidade varia entre 80 e 206 por 1.000, respectivamente na África Meridional e na Central (no Chade e em Angola, uma em cada cinco crianças morre antes dos cinco anos de idade).

Associadas a esta situação estão as doenças próprias da pobreza, provocadas pela desnutrição e pela falta de adequadas condições de saneamento, responsáveis pelas altas prevalências de doenças do aparelho digestivo, assim como doenças imunopreveníveis, tais como o sarampo, a coqueluche, a difteria e a poliomielite e a própria sida.

Em 2005 e no que toca à mortalidade materna, uma dúzia de países registava taxas superiores a 1.000 por 100.000 nados-vivos, com destaque para a Serra Leoa, o Níger e o Chade (respectivamente, com 2.100, 1.800 e 1.500 óbitos por 100.000 nados-vivos).

Transição demográfica e devir da população

O processo de transição demográfica foi iniciado na região subsariana nos anos 50, tendo a baixa da mortalidade precedido a da natalidade, como aliás aconteceu na grande maioria dos países ocidentais. Todavia, no Ocidente, a transição decorreu de forma gradual (demorou entre um a dois séculos a concretizar-se) e ocorreu em simultâneo com a melhoria das condições de vida das populações. No que diz respeito à parte continental da África subsariana, os avanços registados a nível da medicina e do controle das epidemias foram mais determinantes para o declínio da mortalidade do que a própria melhoria das condições económicas e sociais.

Contudo, as guerras, epidemias e catástrofes naturais, entre outras, condicionaram e/ou alteraram os processos de transição demográfica desencadeados nos países do continente, hipotecando os progressos alcançados até finais dos anos 80, no âmbito da transição epidemiológica, com implicações notórias na mortalidade global e específica (nomeadamente das crianças e das mães) e na própria fecundidade.

Assim, transições lentas ou bruscamente interrompidas pelo impacto da guerra e/ou da sida caracterizam o essencial da evolução demográfica da África subsariana, no arco temporal em apreço, apenas contrariada por alguns países ou territórios insulares, com transições concluídas (Maurícia, Reunião e Seicheles), mas cujos parâmetros demográficos e de desenvolvimento socioeconómico em nada se assemelham aos do continente – atente-se na diferença dos valores registados pelo índice de desenvolvimento humano, em 2006, entre a África subsariana (0,495), a Maurícia (0,802) e as Seicheles (0,836).

Possuindo a África subsariana um enorme potencial de crescimento, fruto de uma intensidade ainda muito elevada da fecundidade e de um expectável aumento da longevidade (pesem embora as questões que se colocam, no que respeita à influência da sida e de outras doenças graves, no devir da população), a ONU, no seu cenário de evolução mais plausível, prevê que, no horizonte 2050, a região seja povoada por 1.753 milhões e que praticamente um em cada cinco cidadãos do mundo seja subsariano.

Como seria de esperar, a trajectória entre 2010 e 2050 comporta alterações significativas a nível das componentes do movimento natural, dado que o número médio de filhos por mulher registará uma baixa sensível entre 2010 e 2030 (decréscimo previsto de 1,7), fixando-se em 2,5, em 2050. Quanto à esperança de vida à nascença, cifrar-se-á em 65,9 anos em 2050, facto que representa, relativamente a 2010, ganhos médios anuais de 0,36 anos.

Como seria lícito esperar, a distribuição dos efectivos por grandes classes de idades registará alterações significativas no que toca às crianças e aos jovens, com um decréscimo de 14 pontos percentuais, entre 2010 e 2050; quanto à parte relativa dos idosos, esta não chegará a duplicar: de 3,1% para 5,9%. ■

Referências

LESSAUT, D.; BEAUCHEMIN, C. (2009) — *Les migrations de l'Afrique subsabarienne en Europe: un essor encore limité*. Paris: Population & Sociétés n.º 452, INED.

United Nations (2009) — *World Population Prospects: The 2008 Revision*. Nova Iorque: DESA/Population Division, United Nations.

United Nations Development Programme (2008) — *Human Development Indices: A statistical update 2008-HDI rankings*. Nova Iorque: UNDP.

United Nations Population Fund (2008) — *State of World Population 2008*. Nova Iorque: UNFPA.

World Health Organization (2009) — *World Health Statistics 2009*. Genebra: WHO.

Proselitismos, revivalismos e redes religiosas pós-coloniais

As últimas décadas têm sido profundamente marcadas na África subsariana pelo "retorno da religião" e pela renovação dos papéis da religião ou, dito de outra forma, pelo "alastramento das religiões", nomeadamente das que se reivindicam de "religião do Livro", a todos os interstícios das sociedades subsarianas e pelo papel que a "renovação religiosa" tem tido, por exemplo, tanto em termos de redefinições identitárias como de "facilitadora" da passagem para a "modernidade" .

De facto, na África subsariana, como aliás em muitas outras partes do globo, os papéis desempenhados pelas religiões sofreram nas últimas décadas profundas mudanças.

O sucesso das religiões, sobretudo o dos sectores ditos neopentecostais ou carismáticos do cristianismo e o dos ramos mais "islamitas" ou "arabófonos" do Islão, em muitas regiões da África subsariana, depende da "hábil dosagem" entre transmissão de ideias religiosas, promessas de "salvação" e resolução de "problemas terrenos", isto é, ofertas de serviços e bens materiais dos seus adeptos.

Muito embora estas não sejam verdadeiramente novas – as "missões" cristãs e, ainda que de forma diferente das missões, o islão das confrarias fazem-nas desde o tempo colonial –, o seu aumento significativo em termos de quantidade e de variedade da oferta coincide com a implementação, na década de 1980, dos chamados Programas de Ajustamento Estrutural e corre em paralelo à galopante deliquescência do Estado e à crescente pauperrização das populações na África subsariana.

As associações de cariz filantrópico na área da saúde ou da educação suportadas pelas diferentes instituições religiosas e as organizações não governamentais "confessionais" são, na África subsariana, uma realidade incontornável e, em conjunto com outras organizações "não confessionais", substituem em múltiplas funções o Estado.

Por outro lado, nas ultimas décadas, ao contrário do que se passa por exemplo em muitos países europeus onde a tradição de separação efectiva entre Estado e religião e entre público e privado tem já uma história, nalguns deles de mais de cento e cinquenta anos, sendo a religião considerada um "assunto privado" e a prática religiosa tende progressivamente a confinar-se ao espaço dos templos, nesta zona do globo a visibilidade da religião tem aumentado fortemente.

"Novos" lugares da religião

Na África subsariana, "projectando-se" para fora dos locais de culto, insinuando-se nos meandros de todas as instâncias que compõem a sociedade e só sendo efectivamente considerada como assunto privado por grupos minoritários, a religião tende a constituir-se em simultâneo como matriz de interpretação e explicação da realidade, como criadora de sentido objectivo das práticas e, paradoxalmente, entidade exterior à própria realidade.

Especializada na regulação da forma de "acesso" ao "sobrenatural", a religião, nestas sociedades onde se projecta "desenvoltamente" para fora dos templos e não é considerada como um assunto meramente privado, é, por excelência, não só a instituição de controle da moral, como da produção dos códigos que servem em boa parte de referência aos que "organizam" (ou devem organizar) os próprios padrões de controle das outras instituições (família, política, economia, educação, etc.).

Na actualidade, as religiões na África subsariana, por exemplo no plano politico, não só informam os imaginários políticos numa escala de abrangência maior do que no passado, como ainda contribuem de forma não negligenciável para a estruturação da sociedade civil e a formação do espaço público de discussão de ideias e de confronto de propostas de toda a ordem.

Primeiro, a passagem da situação colonial à independência e, posteriormente, a "multidão" de acontecimentos políticos, sociais e económicos que se foram sucedendo fizeram com que na generalidade dos países subsarianos a "religião" fosse ocupando paulatinamente, a par dos "espíritos", espaços onde a sua presença era menos notória ou mesmo, em alguns deles, como é caso do "espaço público", praticamente desconhecida.

O "retorno" da religião, porém, não pode ser explicado nem por um qualquer "essencialismo" que nos reenvie para a apregoada "natureza essencialmente religiosa" dos africanos, nem simplesmente pelo papel de refúgio que a religião desempenha nas situações de crise. Cobrindo especificidades que só podem ser descritas, interpretadas e compreendidas tendo em conta o conjunto de alterações politicas, económicas, culturais e sociais ocorridas no continente desde o início das independências e as relações diferenciadas que as várias religiões tecem com as culturas locais, o "retorno da religião", sem deixar de ser uma "resposta" à crise, tem vindo a revelar-se também como a expressão de novos papéis desempenhados correntemente pelas religiões na África subsariana, caso, entre outros, dos de "descolonização mental", de "encantamento", de combate politico, de produção de "visões do mundo"ou de produção identitária.

Religião, "visões do mundo", produções identitárias

Em certa medida, "libertando-se" da tutela rígida e da "orientação funcional" impostas pelos poderes coloniais e da "indiferença" e, em alguns casos, mesmo hostilidade com que eram vistas por muitos dirigentes políticos dos primeiros anos das independências, as religiões na África subsariana de uma forma notória desde a década de 1980 não só estão presentes "por todo o lado" no quotidiano das populações, como ainda, num outro registo de constatação de evidências, concorrem, por vezes de forma extremamente violenta, para ganhar posições no "mercado" em que tanto o proselitismo muçulmano como o das diferentes igrejas cristãs transformaram o "renovado desejo de religião dos africanos".

De facto, sucessivas mudanças politicas e muito em particular a quase generalizada situação de deliquescência do Estado na África subsariana vieram não só questionar os alinhamentos políticos tradicionais das religiões, como ainda, quase *per se*, proporcionar e impor novas formas e objectivos de proselitismo das diferentes religiões presentes no espaço dos Estados africanos.

Voltados em simultâneo para o "retorno" à prática religiosa e para o recrutamento de novos crentes, nomeadamente nos sectores populacionais não seguidores das religiões ditas do Livro, várias tendências religiosas muçulmanas e diferentes igrejas cristãs disputam, naturalmente com possibilidades e sucessos diferentes segundo os países, o controle religioso, social, politico e nalguns casos mesmo económico de crescentes sectores populacionais, tanto nas cidades como no mundo rural.

De facto, o ressurgimento da religiosidade na África subsariana, para além de ser acompanhado de proselitismo muito competitivo entre as várias religiões e, no interior destas, entre as várias tendências, foi acompanhado do aparecimento de formas de sociabilidade de conotação religiosa que se expressam, por exemplo, pela multiplicação em cascata, nos últimos trinta anos, de associações de natureza cultural, social, educativa ou económica criadas e estritamente controladas pelas diferentes religiões.

Por outro lado, o novo lugar dos diferentes países africanos no conjunto das nações fez com que não só frequentemente práticas e representações da realidade e do mundo conotadas com as religiões tradicionais ou com as igrejas cristãs africanas se tornassem na (quase) "face visível" da "autenticidade africana", como ainda progressivamente as religiões se fossem assumindo como forma de "descolonização mental", caso da mensagem religiosa de ruptura com o Ocidente dos grupos islamitas ou, como no caso da valorização do individualismo e da experiência pessoal na relação com a divindade propagado pela movida carismática católica e sobretudo pela neopentescostal protestante, como a "encarnação" dos valores da modernidade.

Num outro plano de análise, a "religião" não só veio substituir, como suporte ao combate politico, ideologias de cariz marxizante ou liberal, que durante as primeiras décadas das independências imperaram, confrontando-se, enquanto "visões do mundo" e do "lugar dos africanos nesse mundo", como ainda se tornou, na África subsariana, num importante instrumento de produção identitária.

Todavia, muito embora no actual contexto subsariano as formas de sociabilidade

tornem a religião num incontornável instrumento de produção identitária, esta não se confina ao pretexto confessional. Muitas outras dimensões, incluindo a étnica, nela intervêm. A religião acrescenta-se a todas as outras dimensões ou, como dizem alguns autores, é para muitos fonte de "orgulho" e "complemento natural" a outras pertenças.

Religiões, proselitismos, revivalismos

É neste contexto de profundas mudanças no papel das religiões na África subsariana que, por exemplo, se explicam em boa parte situações tão diversas como os recorrentes confrontos entre o islão e o cristianismo na Nigéria, no Quénia, nos Camarões ou no Sul do Sudão, os papéis políticos privilegiados que algumas igrejas cristãs desempenham actualmente na Costa do Marfim, no Quénia, na Zâmbia ou no Benim, o fulgurante protagonismo em certos países de líderes religiosos muçulmanos de cariz reformista, o estatuto "chique e bom tom" que cerimónias de religiões tradicionais desfrutam no seio de muitos sectores das elites africanas, as generalizadas e recorrentes "contaminações" das religiões do Livro por práticas das religiões ditas tradicionais ou, na generalidade dos países subsarianos, a incontornável visibilidade das práticas religiosas, quaisquer que elas sejam.

Neste sentido, para além da visibilidade forte e "tangível" das religiões, o revivalismo religioso, tanto muçulmano como das igrejas cristãs, impregna fortemente a via social de boa parte das populações e, em alguns casos, desdobra-se de fervor "neófito" na "boca" de "renascidos para a religião", incluindo dirigentes dos mais altos lugares hierárquicos do Estado (por exemplo, a neopentecostista Sara Gagbo e Janet Musevini, deputadas e mulheres, respectivamente, do presidente da Costa do Marfim e do Uganda, o ex-pastor pentecostista Goodluck Ebele Jonathan, actual vice-presidente da Nigéria ou Yaha Sanneh, actual presidente da Gâmbia e durante muito tempo empenhado protector de grupos da movida wahhabista na sub-região senegambiana).

O fenómeno dos *born again*, em África inicialmente confinado aos sectores protestantes interconectados com as igrejas neopentescostais americanas, generalizou-se a quase todos os sectores cristãos e tem, na movida islamita, o seu correspondente: o fervor prosélito dos "missionários" (*da'iyha*) dos múltiplos movimentos de "retorno ao islão" (movimentos de *da'wa*) que se cruzam e "descruzam" desde há mais de três décadas nos países subsarianos com presença significativa de muçulmanos.

No caso particular destes dois "fundamentalismos", eles próprios atravessados por múltiplos movimentos contraditórios e com expressões diferentes nos vários países, o seu alargamento aos diferentes sectores populacionais, nomeadamente nas áreas urbanas, veio alterar muitos dos equilíbrios intra e interreligiões existentes nas primeiras décadas de independência e, mesmo, por exemplo, nuns casos estabelecer no interior dos países zonas de afrontamento permanente entre religiões e noutros "reservas de crescimento" exclusivas desta ou daquela religião do Livro.

Isto é, à crescente confessionalização do espaço público, acrescentaram-se, nestas ultimas décadas, a multiplicação dos conflitos de cariz étnico e religioso e, como veremos, a redefinição generalizada dos alinhamentos internos e externos dos diferentes sectores das religiões do Livro

Religiões, redes, "alinhamentos" religiosos

Aliás, para vários autores, os conflitos religiosos na África subsariana relevam de algum modo da crescente transnacionalização das redes religiosas, sobretudo no que tem a ver com a relação entre as dinâmicas religiosas locais e as redes internacionais onde, de forma explícita, os sectores mais prosélitos do Cristianismo e do Islão se incluem.

Na realidade, tanto num como noutro, as relações, nas últimas décadas, entre componentes africanas e componentes internacionais não só se têm intensificado, como ainda esse relacionamento em rede, apesar de algumas diferenças substantivas em termos de objectivos, entre redes cristãs e muçulmanas, tornou-se num dos mais importantes sustentáculos, no terreno, do proselitismo das religiões do Livro, como o demonstra, por exemplo, a grande dependência de fundos e de meios carreados a partir do estrangeiro.

De facto, como o ocorrido no campo cristão na mesma época com a "entrada em força" do pentecostismo americano e as mudanças de estratégia da Igreja Católica e de várias igrejas protestantes em África, a presença de fundos e de organizações árabes de cariz religioso e caritativo é uma realidade incontornável desde finais dos anos 1970 e ganhou uma grande amplitude nas décadas seguintes.

Isto é, paralelamente às mudanças de estratégia observadas na Igreja Católica e em várias igrejas protestantes de que resultaram, entre outros aspectos, um empenhamento de longo termo no social e a "africanização acelerada" dos seus quadros, o levantamento dos obstáculos criados pelas potências coloniais a um maior envolvimento das organizações muçulmanas africanas com os países do Magrebe e do Médio Oriente tornado possível pela ascensão à independência dos países africanos, o choque petrolífero do início dos anos 1970, a guerra do Kippur (1973), a revolução islâmica iraniana (1979) e as sucessivas crises económicas no continente africano ligaram-se entre si para favorecer o reforço das relações entre a África subsariana islamizada e os países árabes, nomeadamente pela prestação quer de intensa "assistência técnica" em matéria religiosa, quer de apoios económicos e sociais importantes.

Desde então, fazendo de certa maneira contraponto ao aumento crescente de meios humanos e materiais colocados à disposição das diferentes igrejas cristãs, multiplicaram-se não só as doações árabes para a construção de mesquitas e para a criação e manutenção de escolas e institutos muçulmanos, o envio de conselheiros religiosos para os países subsarianos, as ofertas de bolsas para estudos religiosos e os subsídios para peregrinações a Meca, como também os investimentos e os projectos assistenciais financiados por fundos e organizações privadas e estatais árabes.

Com meios vultuosos ao seu dispor, os países árabes e do Médio Oriente em geral assumem-se, independentemente da diversidade de interesses e de posicionamentos religiosos entre eles, de forma directa como grandes apoiantes das comunidades muçulmanas africanas e, de forma indirecta, como defensores destas contra o perigo ocidental e cristão.

Em larga medida, os fundos e os meios humanos carreados do estrangeiro para as organizações religiosas actuando na África subsariana, tornaram-se num preponderante sustentáculo do proselitismo e num importante suporte ao "revivalismo" cristão e muçulmano.

De facto, o sucesso das religiões em África, ao depender da "hábil dosagem" entre transmissão de ideias religiosas, promessas de "salvação" e ofertas de serviços e bens materiais, está de múltiplos pontos de vista dependente da capacidade de as instituições religiosas subsarianas se posicionarem adequadamente nas redes em que participam e de, por via do lugar que nelas ocupam, acederem aos recursos de que necessitam para as suas acções prosélitas.

Deste ponto de vista, em última análise, a par das condições internas, o "retorno" e a nova visibilidade da religiões do Livro têm muito a ver com os meios materiais e humanos postos à sua disposição e à "redefinição" do papel da África subsariana na "diplomacia" das organizações religiosas internacionais.

À entrada da década de 2010, as organizações religiosas cristãs e muçulmanas na África Subsarina, não só em termos de meios materiais e humanos globalmente se equivalem, como ainda se mostram igualmente bastante predispostas a desempenharem papéis ainda de maior relevo.

O "retorno" da religião na África subsariana não é pois nem uma idiossincrasia dos africanos, nem um simples fenómeno ditado por sucessivas conjunturas de crise económica, social e politica: o "retorno" da religião inscreve-se na própria trajectória da África subsariana desde o início das descolonizações. ■

Referências

DOZON, Jea-Pierre (2008) — *L'Afrique à Dieu et à Diable – États, ethnies et religions*. Paris: Ellipses.

GIFFORD, Paul (1998) — *Africain Christianity, Its Public Role*. Londres: Hurst & Co.

GOMEZ-PEREZ, Murriel (ed.) (2005) — *L'Islam Politique au Sud du Sahara – Identités, discours, enjeux*. Paris: Karthala.

LEVTZION, Nehmia; POUWELS, Randle L. (eds) (2000) — *The History of Islam in Africa*. Athens: Ohio University Press.

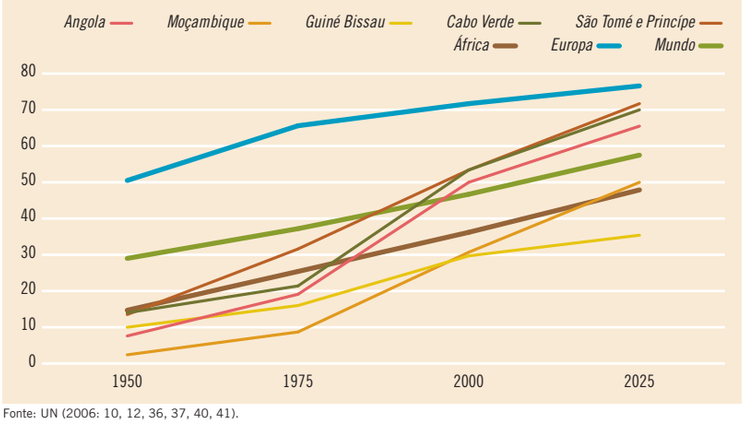
Explosão urbana em África

Nos últimos dois séculos, na sequência da revolução industrial, a população mundial cresceu a um ritmo exponencial nunca antes alcançado: com mil milhões de habitantes em 1804, duplica em 1927 e chega aos 2,5 mil milhões em 1950. O crescimento acelera a partir desta data, chegando aos 4 mil milhões em 1975 e extravasando os 6 mil milhões na passagem do milénio (http://www.census.gov/ipc/www/popwnote.html). Hoje são 6,781,629,587 os habitantes do planeta (http://www.worldometers.info, Julho 2009), vivendo no continente africano cerca de 1 bilião (UN 2007a: xxi). Em relação a 1950, a população mundial aumentou em 2,6 vezes enquanto a do continente africano em 5 vezes. A percentagem da população deste continente em relação à população mundial tem assim vindo a aumentar desde 1950 (de 8,2% passa para 10,4 % em 1975, 13,6 % em 2000, 14,8 % em 2009 e projecta-se para 18,7 % em 2025) (http://esa.un.org/unpp/).

A taxa anual de crescimento demográfico desacelera, ao nível mundial, a partir de 1963 (com 2,19%), embora continue muito alta nos países em desenvolvimento, alterando-se a relação entre a população das várias regiões. Se olharmos para a dos continentes africano e europeu, em 1950, aquela era quase 2,5 inferior a esta; a diferença diminui em 1975 e apresenta-se já invertida em 2007 (UN 2007a: xxi). Embora a explosão demográfica ocorra nas últimas décadas nos países em desenvolvimento (da Ásia, América Latina, Caraíbas, África), a explosão tecnológica e o crescimento económico continuam a concentrar-se nos países desenvolvidos (da América do Norte, Europa e Japão), reforçando a desigual repartição de riqueza e favorecendo a emigração dos primeiros para os segundos.

A par desta explosão demográfica, processa-se uma explosão urbana ainda mais acelerada, desde o século XIX, nos países ocidentais e, desde 1950, sobretudo nos países em desenvolvimento. A partir de 1800, a população mundial aumenta 2,5 vezes, até 1950, e 6 vezes até ao virar do novo milénio, enquanto a população urbana aumenta cerca de sete vezes no primeiro período considerado e cerca de 32 vezes no segundo. A taxa de urbanização passa de 9% em 1800, para 16% em 1900 e 25,6% em 1950 (Bairoch 1985: 634), acelerando desde então, para alcançar 37,2% em 1975 (UNDP 2007: 246) e 50% em 2008 (UN 2007b), estimando-se que atinja os 61% em 2030 (Jenkins 2007: 9). Este crescimento urbano varia também segundo as regiões do mundo e os países (ver gráfico). Em 1900, apenas 5,5% da população do continente africano vive em cidades, mas são já 30,2% no europeu (Bairoch 1985: *id*.); em 2005, são 34,8% contra 63,2% (UNDP 2007: 246).

PERCENTAGEM DE POPULAÇÃO URBANA (PALOP, África, Europa, Mundo)



Fonte: UN (2006: 10, 12, 36, 37, 40, 41).

O crescimento da população urbana abranda, na Europa e outros "países mais desenvolvidos", a partir da década de 1950, mas acelera nas últimas décadas nos países africanos e restantes países em desenvolvimento. Neste quadro e com a diminuição do crescimento da população rural mundial, desde o virar do milénio, a maior parte do crescimento da população concentra-se nas áreas urbanas dos países em desenvolvimento (Davies 2006: 3; UN 2006: 14 e UN 2007b).

No continente africano, a população urbana ronda, em 1950, os 30 milhões de habitantes, e em 2005, os 340 milhões, ou seja, em 55 anos aumentou 11,3 vezes, enquanto, no mesmo período, a sua população rural apenas aumentou de 3,8 vezes (UNDP 2006: 10). África permanece um continente ainda maioritariamente rural, com 62% da sua população vivendo em áreas rurais; mas assiste a um processo de acelerado crescimento urbano, prevendo-se que a sua população urbana triplique até 2050 e corresponda a metade da população do continente, em 2015 (UN 2007b).

Novas configurações territoriais

A explosão urbana em África assume configurações diversas, que vão desde gigantescas regiões metropolitanas e grandes cidades, com extensas periferias não urbanizadas e muito carenciadas, cobrindo 30 a 90% do território da urbe, a grandes conurbações (como a do Golfo da Guiné que se prevê venha a atingir em 2020, 60 milhões de pessoas, gravitando em torno do seu centro, Lagos, na Nigéria), a extensões urbanas ao longo de "corredores" (como o da Beira em Moçambique), ou a médias e pequenas cidades.

Estamos bem longe das cidades coloniais bem delimitadas, geralmente costeiras, de meados do século findo, enclaves de oportunidades, mercados e serviços, envolvidas pelos primeiros bairros não urbanizados, pouco densos e pelos campos de cultivo que as alimentavam. O recente crescimento acelerado das grandes cidades africanas é muito mais rápido que o vivido nos países ocidentais nas primeiras décadas da Revolução Industrial. Londres septuplicou a sua população, no século XIX, entre 1800 e 1910, enquanto a população de Kinshasa ou a de Lagos (Nigéria), em metade do tempo (entre 1950 e 2009) aumenta cerca de quarenta vezes, passando respectivamente de 200.000 e 300.000 habitantes para 8,6 e 11,4 milhões de habitantes. Lagos é a única cidade africana dos países com baixo Índice de Desenvolvimento Humano que pertence ao grupo das 25 maiores cidades com mais de 11 milhões de habitantes, ocupando aí o 24.º lugar. Segundo projecções do seu crescimento, Lagos passará para o 7.º lugar desse *ranking*, a uma taxa de crescimento anual de 4,44%, passando a abrigar 21,5 milhões de pessoas em 2020.

Hoje, quase metade da população urbana africana (42%, ou cerca de 150 milhões de citadinos) vive em 61 grandes cidades com mais de 500 mil habitantes. Duas delas, Lagos e Cairo, incluem-se, em Janeiro de 2009, na categoria de megacidades com mais de 10 milhões de habitantes. Das restantes grandes cidades, uma tem entre 5 e 10 milhões de habitantes (Kinshasa), quarenta e cinco têm entre 1 e 5 milhões (das quais trinta e nove na Africa subsariana), treze têm entre 500 mil e 1 milhão de habitantes. A maioria da população urbana africana (58%, quase 200 milhões de urbanos) vive em 84 médias e pequenas cidades com menos de 500 mil habitantes (UN 2007b). Note-se que mais de metade da população urbana mundial (52%) vive igualmente em cidades destas dimensões, prevendo-se que estes pequenos centros urbanos absorvam cerca de metade do crescimento da população urbana estimado para as próximas décadas. As grandes cidades e sobretudo as grandes metrópoles capitais africanas, geralmente costeiras, continuam a absorver a maioria dos recursos, numa lógica competitiva, atraindo e concentrando investimentos nacionais e estrangeiros, em detrimento das pequenas e médias cidades, onde vive todavia elevada percentagem de citadinos africanos. Algumas vozes têm alertado para a urgência de políticas de desenvolvimento sustentável destes aglomerados, também para reduzir a migração para as grandes cidades e a precariedade dos seus bairros periurbanos.

Motivações, cenários e desafios

As imagens dramáticas das extensas periferias das cidades dos países em desenvolvimento, com habitações precárias,

densamente ocupadas, sem infraestruturas, nem serviços, que abrigam hoje um sexto da população mundial, ou seja, um bilião de infracitadinos, entre os quais cerca de um quarto serão africanos, não serão muito diferentes das descrições inquietantes dos tugúrios insalubres, de condições desumanas, em que se amontoava a classe operária e os rurais que afluíam às cidades industriais do século XIX. Correspondem hoje a efectivos muito superiores e as causas e o contexto em que ocorrem, como os problemas subjacentes, são também muito diferentes.

A explosão urbana das últimas décadas, nos países em desenvolvimento e especificamente em África, deriva do persistente e elevado crescimento natural – resultante da diminuição da taxa de mortalidade e da permanência de altas taxas de fecundidade e natalidade, típica de países em desenvolvimento e de contextos de pobreza – o qual se conjuga com forte migração para as cidades. Têm sido sublinhadas as motivações económicas e socioculturais dos migrantes, as forças de atracção e sedução do mundo urbano (oportunidades de acesso a novos bens de consumo e de produção e a novas relações sociais) e os factores de repulsão do mundo rural (crise agrícola, baixos rendimentos e salários, desemprego, insuficiência de serviços, pobreza, rigidez e hierarquia social) que se articulam com políticas de desenvolvimento rural contraproducentes, com guerras e catástrofes naturais.

O crescimento demográfico e urbano que explodiu, nos países ocidentais, com o eclodir do capitalismo industrial, esteve associado ao crescimento económico, alimentou-se sobretudo do êxodo rural e das migrações para a cidade e inseriu-se numa longa história urbana, agregando-se a uma estrutura urbana preexistente. Em África, mais expressivamente que em outros países em desenvolvimento, a explosão urbana galopante ocorre a partir de 1950 num território recém-urbanizado, com uma estrutura urbana de origem colonial, desequilibrada e macrocéfala, em contexto regional de crise persistente das economias nacionais recém-independentes, de aumento da dívida externa, de desaceleração industrial, de predomínio do sector terciário e informal da economia e de microactividade. Esta situação agrava-se nas últimas três décadas com afirmação da globalização económica neoliberal, acentuando-se a complexidade, o desequilíbrio e a precariedade do fenómeno urbano e a incapacidade de lhe fazer face.

Em contexto de crise, a explosão urbana constitui um factor de desestabilização pela sobrecarga e degradação das infraestruturas urbanas e dos serviços sociais. Estas conjunturas desfavoráveis e as políticas de ajustamento estrutural têm acentuado a segregação socioespacial e o dualismo crescente entre as áreas centrais requalificadas e as imensas periferias com insuficientes e deficientes infraestruturas, transportes e equipamentos, e grande percentagem de habitações precárias. Neste contexto, o número de pobres urbanos tende a cresce cada vez mais depressa que o número total de citadinos (Oppenheimer e Raposo 2002). Para sobreviver, as famílias diversificam as suas fontes de rendimento e as suas actividades económicas e dispersam os seus membros pela cidade, campo e estrangeiro (Costa e Rodrigues 2007). Reforça-se a interdependência entre o campo e a cidade com trocas persistentes e renovadas (Coquery-Vidrovitch *et al*. 1996), configurando um *continuum* socioterritorial híbrido, entre o rural e o urbano. Lógicas, práticas, estratégias de origem rural cruzam-se e transfiguram-se com o modo de vida e as estruturas urbanas e periurbanas, num vai e vem permanente de referências e influências onde domina a mestiçagem e a *bricolage*. Neste processo, também as áreas rurais se urbanizam por acção do poder público, por via da expansão dos mercados, ou da inserção dos indivíduos no mercado, com a instalação de novas infraestruturas, equipamentos, serviços, com a circulação de pessoas, bens e informações, com a construção de novo tipo de casa mais urbana, esboçando o que se tem chamado de urbanização do campo (Raposo 1999).

Nem as diferentes políticas de desenvolvimento rural e regional, nem tão-pouco as políticas de desurbanização, mais ou menos autoritárias e repressivas, adoptadas em diferentes momentos, contextos e países, conseguiram impedir a incontrolável explosão urbana. A promoção pública de habitação "social", geralmente de carácter sectorial e empreendida de cima para baixo, tem sido incapaz de responder à demanda e de atender aos grupos de menor rendimento, tendendo a provocar efeitos sociais perversos. A questão "o que fazer?" (Forjaz 2005) inquieta há várias décadas políticos e técnicos, mas as respostas continuam a ser insuficientes, por falta de recursos ou de concertação de vontades. Os paradigmas de intervenção são contraditórios e inscrevem-se nas conjunturas nacionais, políticas e económicas, marcados por visões mais sectoriais e fragmentadas ou mais integradas e territorializadas, mais direccionados para a erradicação, associados a realojamentos ou/e a processos violentos de despejo, ou para a qualificação participada dos bairros populares "informais". Estes continuam a crescer mais depressa que os centros urbanizados, densificando-se e expandindo-se, e, nas últimas duas décadas, têm sido palco de grande transformação, a qual é sobretudo o resultado da acção dos seus habitantes que gradualmente, com os seus mais ou menos parcos recursos, investem na melhoria do seu espaço habitacional, face à insuficiência das intervenções públicas e ao carácter pontual da acção dos novos actores desta cena periurbana, ONGs, congregações religiosas e, mais recentemente, organizações comunitárias de base.

Há quase três décadas, reflectindo sobre as perspectivas da explosão urbana, Granotier propunha a transferência de recursos e a redistribuição das riquezas entre os países industriais e o Terceiro Mundo, para assegurar a reabilitação e modernização dos assentamentos humanos (1980: 364-369). Em 2000, as Nações Unidas advogam como um dos grandes Objectivos de Desenvolvimento do Milénio a sustentabilidade ambiental e como uma das metas a melhoria até 2020 da vida de 100 milhões de habitantes de bairros degradados. Esta é uma meta pouco ambiciosa se considerarmos os contingentes actuais que se multiplicarão dentro de dez anos, mas muito exigente, nomeadamente em África, pois que a qualificação destes extensos territórios requer acções socioterritoriais abrangentes, integradas e concertadas e a solidariedade universal em que se impliquem as elites africanas emergentes e as sociedades ricas do Ocidente. ■

Referências

BAIROCH, Paul (1985) — *De Jéricho à Mexico. Villes et économie dans l'histoire*. Paris: Gallimard.

COQUERY-VIDROVITCH, C.; d'ALMEIDA-TOPOR, H.; SÉNÉCHAL, J. (1996) — *Interdépendances villes-campagnes en Afrique. Mobilité des hommes, circulation des biens et diffusion des modèles depuis les indépendances*. Paris: L'Harmattan.

COSTA, A. B.; RODRIGUES C. U. (2007) — "Famílias e estratégias de sobrevivência e reprodução social em Luanda e Maputo". In J. Oppenheimer e I. Raposo (org.s), *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Colibri.

DAVIES, Mike (2006) — *Planet of slums*. Nova Iorque: Verso.

FORJAZ, José (2005) — "Uma estratégia para o melhoramento e a reabilitação dos slums em Moçambique". *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, Cidades Africanas, pp. 92-97.

GRANOTIER, Bernard (1980) — *La Planète des bidonvilles. Perspectives de l'explosion urbaine dans le tiers monde*. Paris: Seuil.

JENKINS, P.; SMITH, H.; WANG, Y. P. (2007) — *Planning and housing in the rapidly urbanising world*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

OPPENHEIMER, J. e RAPOSO, I.(org.s) (2007) — *Subúrbios de Luanda e Maputo*. Lisboa: Colibri.

OPPENHEIMER, J. e RAPOSO, I. (2002) — *Pobreza em Maputo*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

RAPOSO, Isabel (1999) — *Urbaniser villages et maisons, Projets politiques et réalités sociales. Manica (Mozambique) et Alte (Portugal)*. Paris: Université de Paris XII.

UNDP (2007) — *Indicateurs du développement humain. Rapport sur le développement humain 2007/2008. Tendances démographiques*. UNDP.
http://hdr.undp.org/en/media/HDR_20072008_FR_Indictables.pdf (consulta:28/07/09)

UNITED NATIONS (2007a) — *World Population Prospects. The 2006 Revision*. Vol. 1, Comprehensive Tables, United Nations.
http://books.google.pt/books?id=ghTtZ89QOt4C&pg=PA7&source=gbs_toc_r&cad=4

UNITED NATIONS (2007b) — *Urban Agglomerations. 2007*. United Nations, Department of Economic and Social Affairs.
http://www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007urban_agglo.htm

UNITED NATIONS (2007c) — *Urban and Rural Areas. 2007*. United Nations, Department of Economic and Social Affairs.
http://www.un.org/esa/population/publications/wup2007/2007urban_rural.htm

UNITED NATIONS (2006) — *World Urbanization Prospects. The 2005 Revision*. United Nations, Department of Economic and Social Affairs.
http://www.un.org/esa/population/publications/WUP2005/2005WUPHighlights_Final_Report.pdf/.

Por caminhos sinuosos: *quo vadis*, migrante africano?

As remessas – transferências monetárias – dos emigrantes africanos ultrapassaram, nos últimos anos, a verba da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD). Pela inexistência de dados sobre as remessas de um terço dos países africanos e pela não contabilização daquelas efectuadas pelos canais informais, pode estimar-se que o valor total das remessas seja cerca de 50% superior ao da APD (Sander & Maimbo 2003).

As transferências monetárias não se repercutem, no entanto, no desenvolvimento dos países de origem dos emigrantes de modo a colmatar as deficiências, ou a substituir a APD. As remessas têm um impacto positivo na vida das famílias dos emigrantes – em particular no que concerne o acesso à saúde, à educação e a bens de consumo, bens móveis e imóveis – e por vezes na vida das suas comunidades. Contudo, a contribuição das remessas para o desenvolvimento regional ou nacional é uma questão controversa que suscita calorosas discussões entre os estudiosos do desenvolvimento (IOM 2005).

Os fluxos de remessas supra-referidos cobrem essencialmente as transferências realizadas a partir dos países desenvolvidos, os quais não correspondem aos principais destinos da migração internacional africana. Com efeito, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económicos (OCDE) estima que os seus membros acolham apenas 9% de estrangeiros naturais do continente africano, dos quais cerca de metade oriundos de um dos cinco países da África setentrional (OECD 2005). A Bélgica, a França e Portugal, três ex-potências coloniais em África, receptoras de imigrantes africanos mesmo durante o período colonial, destacam-se como sendo os únicos países em que o continente africano é a principal fonte de imigração.

Vários estudiosos das migrações defendem a tese de que a maioria das migrações africanas ocorre dentro do continente, interna ou internacionalmente. Desde tempos imemoráveis, os africanos tendem para uma migração circular e temporária, tomando as suas decisões sobre "migrar ou permanecer", "para onde migrar" e "quando migrar" sob diferentes níveis de constrangimento e liberdade de acção (Amim & Forde 1974; Gailey Jr. 1999; Bruijn *et* al. 2001; Castles & Miller 2009).

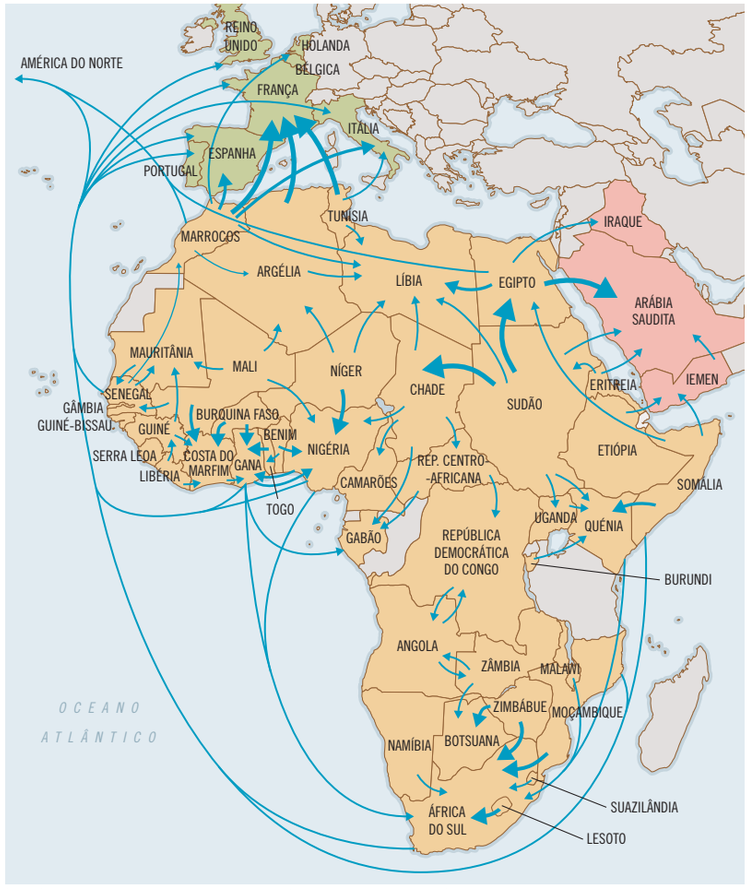
A mobilidade espacial contemporânea demarca-se, todavia, das anteriores pela sua dinâmica (aceleração do ritmo dos fluxos) e complexidade (padrões, direcções e composição). A independência dos países africanos traduziu-se em profundas mudanças nas formas de mobilidade interna e internacional. Internamente, os espaços urbanos e as zonas costeiras atraíram um crescente número de indivíduos dos espaços rurais e do interior, decorrente quer dos desequilíbrios regionais existentes em termos de desenvolvimento económico e social, quer da violência dos conflitos perpetrada, sobretudo em espaços rurais e zonas do interior. Internacionalmente, as regiões austral e ocidental da África subsariana tenderam a acolher uma maior proporção de imigrantes/população total que as regiões central e oriental.

A consolidação de sistemas laborais regionais nas duas primeiras regiões, e a existência de conflitos violentos e duradouros nas duas últimas, explicam, em grande parte, as diferenças observadas na representatividade dos migrantes internacionais em relação à população total de cada região.

O ritmo aumenta...

O regresso à origem de elevados contingentes de europeus – sobretudo das colónias belgas e portuguesas, onde a descolonização foi pautada por conflitos violentos –, assim como a emigração dos seus descendentes e antigos funcionários do Estado colonial, libertou postos de trabalho e alojamentos que foram ocupados por nacionais residentes nos espaços urbanos. Por sua vez, os postos de trabalho, e os alojamentos destes últimos, foram ocupados por indivíduos que, isentos dos constrangimentos impostos à mobilidade, emigraram dos espaços rurais para os centros urbanos. Ainda que sob novas modalidades e suscitados por factores diferentes, alguns Estados africanos (ex: Tanzânia, Etiópia e Moçambique) adoptaram medidas restritivas e de controlo à mobilidade interna dos seus cidadãos nos anos subsequentes à independência, limitando, desta forma, o excesso de população nos centros urbanos.

FLUXOS MIGRANTES E DESTINOS DA DIÁSPORA AFRICANA



Nota: A espessura das setas serve apenas de indicação aproximada do volume do fluxo.
Fonte: CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J. (2009) — *The Age of Migration*. Reino Unido e EUA: Palgrave MacMillan, p.150.

As migrações laborais internacionais integravam-se, por seu turno, nas dinâmicas do sistema económico regional e global com raízes no período colonial. Elevados contingentes de indivíduos transpunham fronteiras nacionais para oferecer a sua mão-de-obra em países vizinhos no âmbito de um sistema regional de transferência de recursos, criado e desenvolvido pelos colonos franceses e britânicos e pelos boéres, e, posteriormente, facilitado pelas políticas de mobilidade de recursos de grupos regionais, como a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (Makinwa-Adebusoye 1992; Cross *et al.* 2006; Adepoju 2008).

O sistema de migração laboral na região ocidental caracterizava-se por fluxos de saída de países como o Benim, Burquina Faso, Togo e Mali, preferencialmente para as plantações do Gana até aos anos 70, e, no período subsequente, para as plantações da Costa do Marfim e explorações petrolíferas da Nigéria. Indivíduos originários de espaços rurais privados de terras para cultivo, agricultores, exploradores de pequenas propriedades ou de propriedades de baixa produtividade ou rendimento, emigravam sazonal e circularmente, em períodos de pouco trabalho agrícola, para os países vizinhos, para execução de actividades produtivas ligadas ou não à agricultura, na esperança de obter dinheiro suficiente que lhes permitisse adquirir terras ou produtos para sua exploração e/ou complementar os seus rendimentos (Amir & Forbes 1974).

O sistema de migração laboral na região austral também se perpetuou graças ao recurso a mão-de-obra estrangeira proveniente dos países fronteiriços. A África do Sul e, até aos anos setenta, em menor escala, a Zâmbia, recrutavam imigrantes para trabalhar nas explorações mineiras de ouro, diamante e cobre. Acordos tácitos (ex: Lesoto e Suazilândia) ou formais (ex: Moçambique), entre os governantes e as entidades responsáveis

pelo recrutamento de mão-de-obra para as minas, prolongavam-se ao período pós-colonial (Kok *et al.* 2006).

... e o chão foge

As dinâmicas migratórias sofrem profundas alterações a partir dos anos oitenta, decorrentes da deterioração da situação económica, social e política nos países africanos. O impacte das crises petrolíferas dos anos setenta, a deterioração das relações de troca – devido, em grande parte, à quebra dos preços dos produtos primários agrícolas e minerais no mercado mundial –, o aumento da dívida pública e a governação inadequada resultaram na adopção de medidas macroeconómicas liberais no âmbito dos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE), os quais contribuíram enormemente para o empobrecimento das populações (Frame 2007).

Embora o volume da população rural superasse o da população urbana em qualquer região do continente, a população urbana foi particularmente atingida pelas reformas económicas e sociais implementadas no âmbito dos PAE. O elevado crescimento da população urbana desde o período da independência, quer por via migratória, quer por via do saldo fisiológico natural, não havia sido acompanhado por uma criação de condições adequadas para a integração económica e social da mesma. Os centros urbanos acolhiam um número de indivíduos amplamente superior à capacidade de absorção do seu mercado de trabalho, tendo esses indivíduos acabado por enveredar rumo a actividades produtivas associadas ao sector informal ou a actividades menos produtivas frequentemente associadas à criminalidade. Com a deterioração do seu poder de compra, essa população adoptou estratégias de sobrevivência diversificadas, entre as quais a emigração internacional de um ou de vários membros da família. A emigração era entendida como uma das poucas respostas possíveis à capacidade manifestamente limitada do mercado de trabalho dos centros urbanos e à crescente precariedade das condições laborais no sector público, principal empregador formal.

A crise no sector económico dos países tradicionalmente receptores repercutiu-se igualmente no recrutamento. Ao longo dos anos, medidas cada vez mais restritivas aos fluxos de entrada de estrangeiros, acompanhadas de discursos xenófobos, foram sendo implementadas. Embora não seja este um facto inédito na história pós-colonial em momentos em que a procura excede a oferta de mão-de-obra (ex: Senegal, Camarões e Gana no final dos anos sessenta e Uganda no início dos anos setenta), as expulsões de estrangeiros (ex: Nigéria 1983), e as manifestações de sentimentos e práticas xenófobas contra estrangeiros de origem africana (Costa do Marfim e África do Sul) vulgarizam-se na África subsariana à medida que se deteriora a situação económica e social (Amim & Forde 1974; Touré & Fadayomi 1993; Adepoju 2008).

A deterioração do bem-estar das populações por todo o continente produziu um aumento de pressão para a emigração, tanto nos tradicionais países de emigração como nos tradicionais países de imigração, que se converteram, também, em países de emigração (Costa de Marfim, Gana e Zâmbia) ou passaram a acumular as funções de emissores e receptores de migrantes (África de Sul).

No novo contexto, diferentes tipos de migração tiveram lugar, desde os migrantes burkinabés que regressaram aos espaços rurais de origem, aos profissionais de saúde ganenses, ugandeses e zimbabueanos, que emigraram para a África do Sul para preencher as posições vagas, na sequência da emigração dos profissionais sul-africanos para a Europa, América e Oceânia, ou que emigraram directamente para o Reino Unido, Estados Unidos e Médio Oriente para áreas da saúde com défice de mão-de-obra local.

As mulheres passaram a contribuir para o engrossamento do caudal dos emigrantes intra e intercontinentais, executando tarefas no âmbito da prestação dos mais variados serviços e da comercialização de produtos, deixando os filhos no país de origem, a cargo de familiares (Adepoju 2008). Actualmente, a proporção das mulheres migrantes, no total dos migrantes internacionais em África, aproxima-se dos 50% em qualquer região do continente. Este tipo de migração constituiu um prolongamento da migração rural-urbana, circular ou permanente, empreendida por adolescentes, jovens com instrução secundária ou viúvas, separadas e divorciadas, desde a independência (Baker & Aida 1995).

O ritmo e volume das migrações intercontinentais para a Europa e, a um nível significativamente inferior, para os Estados Unidos, Canadá e Austrália aceleraram. Numa primeira fase, a escolha recaiu nos países com algumas afinidades culturais ou linguísticas, onde já existiam comunidades arreigadas. Mas, face à implementação cada vez mais rigorosa de medidas de contenção à imigração, o panorama dos destinos estendeu-se a países não enquadráveis nos padrões geográficos tradicionais: países com os quais não há afinidade cultural, política ou histórica (ex: senegaleses e malianos na Zâmbia, África do Sul e em Itália).

Entre os principais candidatos à emigração encontram-se os jovens, que frequentemente representam o grosso da população urbana desempregada. Goradas as expectativas de prosseguir os estudos ou de encontrar um emprego no sector formal, sentem que estão atolados num lugar que pouco mais lhes oferece do que a sobrevivência quotidiana. O regresso ao local de origem é impensável. Nesta senda, a emigração internacional surge como uma das poucas opções viáveis.

Os obstáculos à migração fazem com que os movimentos tendam a perder o seu carácter sazonal, circular e repetitivo e as rotas da migração tornam-se mais complexas: aumentam as distâncias, recorre-se a países de trânsito como plataformas de catapultação para os destinos visados e usam-se intermediários que, normalmente associados a redes criminosas de contrabandistas/traficantes de seres humanos, muitas vezes os submetem a novas formas de escravatura (Adepoju 2005 e 2008; OIM 2005). A entrada clandestina é apenas uma das estratégias cogitadas pelos potenciais migrantes, embora não seja a mais frequente nas migrações intercontinentais. Segundo as autoridades competentes dos países europeus de imigração, a entrada legal e o prolongamento da estadia após a expiração do prazo de permanência legal é a estratégia mais frequente.

A deterioração da situação económica, social e política, mundial produz uma enorme pressão sobre o emigrante e o potencial migrante. As famílias pressionam o primeiro para aumentar as remessas e o segundo para a emigração. No país de imigração, o emigrante sente-se pressionado para aceitar empregos mal remunerados e em condições adversas, pelas crescentes manifestações de xenofobia e, quando da condição de clandestino, pelos controlos das autoridades e pelas ameaças dos empregadores. O emigrante é ainda pressionado pelos obstáculos resultantes do endurecimento das políticas de imigração e, pior, pela "escravização" a que são submetidos pelos traficantes de seres humanos que os mantêm presos nas suas redes de criminalidade. ■

Referências

ADEPOJU, Aderanti, (2005) — *Review of Research and Data on Human Trafficking in sub-Saharan Africa*. International Migration, 43(1/2), pp.75-98.

ADEPOJU, Aderanti, (2008) — *Migration in Sub-Saharan Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.

AMIN, Samir; FORDE, Daryll (Eds.), (1974) — *Modern Migrations in Western Africa*. London: Oxford University Press.

BAKER, Jonathan; AIDA, Tade Akin, (1995) — *The Migration Experience in Africa*. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet.

BRUIJN, Mirjam de; DIJK, Rijk van e FOEKEN, Dick, (2001) — *Mobile Africa: Changing Patterns of Movement in Africa and Beyond*. African Dynamic, 1. Leiden/Boston/Koln: Brill.

CASTLES, Stephen; MILLER, Mark J., (2009) — *The Age of Migration*. 4.ª Edição, Reino Unido e EUA: Palgrave MacMillan.

CROSS, Catherine et al. (eds.) — *Views on Migration in Sub-Saharan Africa*. Cape Town, South Africa: Human Sciences Research Council and Department of Social Development, pp.103-129.

FRAME, Iain, (2007) — *Africa South of the Sahara 2007*. London & New York: Routledge

GAILEY JR., Harry A., (1999) — *History of Africa*. Florida: Krieger Publishing Company.

IOM, (2005) — *World Migration 2005: Costs and Benefits of International Migration*. World Migration Report Series, Geneva: International Organization for Migration.

KOK, Pieter; GELDERBLOM, Derik; OUCHO, John O.; VAN ZYL, Johan, (2006) — *Migration in South and Southern Africa: Dynamics and determinants*. Cape Town: Human Sciences Research Council.

MAKINWA-ADEBUSOYE, Paulina, (1992) — *The West African System*. In Kritz, Mary M.; Lim, Lin Lean; Zlotnik, Hania (eds) — *International Migration Systems: A Global Approach*. Oxford: Clarendon Press, pp. 63-79.

OECD, (2005) — *Trends in International Migration: SOPEMI 2004*. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development.

SANDER, Cerstin; MAIMBO, Samuel Munzele, (2003) — *Migrant Labor Remittances in Africa: Reducing Obstacles to Development Contributions*. Africa Region Working Paper Series N.º 64, Washington DC: The World Bank.

TOURÉ, Moriba; FADAYOMI, T. O. (eds.), (1993) — *Migration et Urbanisation au sud du Sabara: Quels impacts sur les politiques de population et de développement?* Paris: Karthala.

UNECA, (2006) — *International Migration and Development: Implications for Africa*. Addis Ababa: United Nations Economic Commission for Africa.

Meio século de migrações forçadas em África

A visibilidade mediática dos refugiados africanos que tentam entrar na Europa, bem como as imagens televisivas das populações que fogem de guerras e conflitos, escondem uma realidade histórica e actual muito mais abrangente. As migrações forçadas são a expressão das turbulências mais profundas das sociedades africanas. Séculos de tráfico de escravos incentivaram guerras internas que resultaram não somente em migrações forçadas intercontinentais, mas também em genocídios, deportações, deslocações e migrações internas.

Na sequência da ocupação efectiva, na viragem do século XIX, os poderes coloniais assumiram o controlo dos movimentos das populações, resultando em migrações forçadas mais ordenadas e subjugadas aos interesses económicos (apropriação de terrenos férteis pelos colonos, fornecimento de mão-de-obra para as indústrias extractivas, etc.).

Nestas sociedades agrárias, de fracos recursos, com reduzida densidade populacional, onde a terra não constitui propriedade privada, a migração constitui um meio para lidar com crises de produção provocadas por fenómenos naturais ou humanos (clima, perda de colheitas, guerras, insegurança). Estas sociedades oferecem soluções para os migrantes, sejam elas de deslocações forçadas ou não, em estadias curtas ou prolongadas, concedendo-lhes um estatuto de hóspede que lhes confere direitos de subsistência e de acesso, mas não direitos de controlo sobre os recursos naturais (Temudo & Schiefer, 2004).

Migrantes forçados e refugiados em África

São migrantes forçados os indivíduos que se deslocam do seu local de residência actual, propulsionados por factores externos e alheios à sua vontade, sejam estes resultantes da acção humana ou de fenómenos naturais, sendo, à luz do direito internacional, refugiados os que atravessaram uma fronteira internacional e deslocados internos os que permanecem dentro do país.

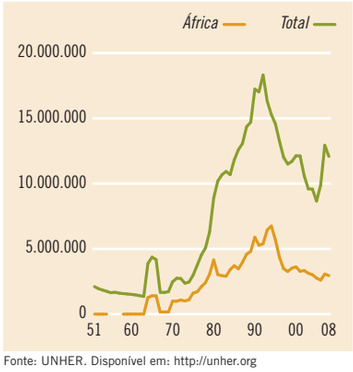
Os migrantes forçados tornaram-se na categoria populacional com o crescimento mais rápido a nível mundial (Bauman, 2004). A população ao cuidado do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR/UNHCR), constituída por refugiados, deslocados internos, requerentes de asilo e pessoas sem Estado, passou de cerca de dois milhões em 1951 (UNHCR, 2000) para trinta e quatro milhões em 2008 (UNHCR, 2009).

Destes, dez milhões encontram-se em África, sendo três milhões refugiados e sete milhões deslocados internos, não contando os milhões de refugiados clandestinos e os deslocados por projectos de desenvolvimento, pela degradação ambiental e catástrofes naturais, pela insegurança alimentar e as vítimas de tráfico humano (Castles, 2003).

Em África, encontram-se dos países que mais migrantes produzem e que mais migrantes acolhem.

Na região dos Grandes Lagos, as tensões étnicas e políticas do Ruanda, do Burundi e da República Democrática do Congo (RDC), traduzidas em guerras civis e genocídios, geraram, ao longo das últimas quatro décadas, milhões de refugiados e deslocados. Estas populações em fuga procuram abrigo nos países vizinhos, aglomerando-se em campos ao longo das zonas fronteiriças. Assim, a Tanzânia, o Uganda e a RDC abrigam historicamente um grande número de refugiados. Em 2008, estes países acolheram mais de um terço dos refugiados e deslocados do continente, num total de 3,5 milhões. A guerra civil em curso na RDC provoca o maior número de deslocados internos na África Subsariana, com 1,6 milhões de indivíduos oficialmente registados (ACNUR, 2009).

NÚMERO ESTIMADO DE REFUGIADOS, 1951-2008



Fonte: UNHER. Disponível em: http://unher.org

A região do corno de África alberga cerca de 2,5 milhões de migrantes forçados, distribuídos entre a Somália e o Quénia.

A guerra do Sudão deslocou cerca de dois milhões de pessoas, distribuídos entre o Sudão e o Chade.

Os conflitos na origem das migrações forçadas

Desde a década de 1960, conflitos e guerras de independência produziram movimentos migratórios por toda a África.

Os movimentos independentistas do Ruanda, do Burundi, da RDC deram origem a grandes movimentos de refugiados e deslocados;

O conflito do Biafra provocou 600.000 mortes e dois milhões de deslocados;

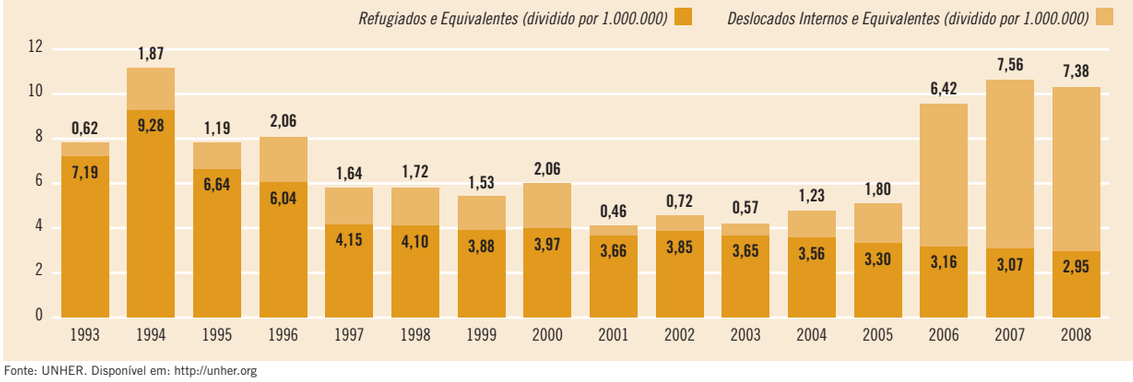
As guerras de Angola e Moçambique, além dos deslocados e refugiados africanos, expulsaram mais de um milhão de colonos portugueses;

Os movimentos dissidentes da Rodésia, da África do Sul e da Namíbia provocaram inúmeros refugiados.

A convenção da OUA de 1969 espelha a especificidade da questão dos refugiados em África e a política de acolhimento dos governos africanos, bem como o sentimento de solidariedade das populações para com os deslocados das guerras independentistas. Estende o estatuto de refugiado, definido na Convenção de 1951, a todos os que pedem asilo "devido a uma agressão, ocupação externa, dominação estrangeira ou a acontecimentos que perturbem gravemente a ordem pública numa parte ou na totalidade do seu país de origem" (Convenção OUA, 1969). Define ainda regimes mais benéficos de reconhecimento do estatuto de refugiado, protecção, proibição de retorno contra a vontade, de não discriminação e de construção de soluções duradouras por parte dos países de acolhimento.

Durante a Guerra Fria, na África Subsariana, destacam-se os conflitos do corno de África, iniciados no final da década de 1970. Governos e facções políticas, armados por forças estrangeiras, desestabilizam a região, multiplicando-se os conflitos internos e internacionais, com os consequentes movimentos migratórios forçados, num total de cerca de 2,5 milhões. Os etíopes procuram refúgio no Sudão, na Somália, no Quénia e em Djibuti. Verificam-se, também, movimentos da Somália para a Etiópia e para o Quénia, da Eritreia para o Sudão e para Djibuti, numa sucessão de migrações

MIGRANTES FORÇADOS EM ÁFRICA 1993-2008 (milhões)



Fonte: UNHER. Disponível em: http://unher.org

forçadas cruzadas num quadro de grande instabilidade política regional.

Em 1984, a fome da Etiópia, com cerca de um milhão de vítimas, tornou-se numa das maiores e mais mediáticas crises humanitárias da década.

Nas prolongadas guerras civis de Angola e Moçambique, cerca de 400.000 angolanos e dois milhões de moçambicanos procuraram abrigo nos países vizinhos, enquanto muitos milhões foram deslocados.

O fim da Guerra Fria trouxe um decréscimo significativo dos níveis da ajuda externa ao desenvolvimento, recurso fulcral para muitos países. Regimes totalitários, alimentados e armados por potências estrangeiras, desmoronam-se. Num contexto de falência estatal, as guerras civis proliferam. São extremamente violentas, com grande destruição de infra-estruturas e ataques deliberados a civis como táctica de guerra, gerando súbitos movimentos populacionais. Sendo de longa duração, favorecem o estabelecimento de economias de guerra. Encorajam o crime mais do que a rebelião (Keen, 1998) e conjugam características das guerras civis e do crime organizado (Van Acker & Vlassenroot, 2000). A violência política, motivada por causas ideológicas, passa para a violência delinquente de sociedades anómicas, profundamente desestruturadas (Scheper-Hughes & Bourgois, 2004).

Nesta época, destacam-se, igualmente, os conflitos da Serra Leoa, Libéria, Ruanda e da RDC como grandes geradores de deslocados e refugiados. O genocídio do Ruanda foi um dos maiores e mais rápidos êxodos da história. No final de 1994, cerca de dois milhões de ruandeses encontravam-se refugiados nos países vizinhos, sobretudo na RDC e na Tanzânia.

A extensão do fenómeno das migrações forçadas, o número crescente de migrantes, bem como a duração da sua estadia, ultrapassaram largamente a capacidade de absorção das sociedades receptoras. Os aparelhos administrativos dos Estados, já enfraquecidos, não conseguem lidar com o influxo massivo de migrantes. Os países de acolhimento, eles próprios empobrecidos, com governos preocupados com questões da sua segurança, têm vindo a adoptar uma atitude crescentemente hostil para com os refugiados, (Rutinwa, 1999) encerrando-os em campos, com frequentes restrições à liberdade de movimento e negando-lhes o direito ao emprego, à propriedade e o acesso à terra. O espírito da Convenção de 1969 é subvertido.

Os refugiados tornam-se um assunto do foro das grandes agências humanitárias internacionais, que intervêm através da instalação de grandes campos de refugiados. Criados como um instrumento de protecção transitório, com a finalidade de garantir segurança, abrigo, alimentação e cuidados de saúde, os campos abrigam centenas de milhares de pessoas, tornando-se uma constante da paisagem africana (Mbembe, 2001). Cerca de 70% dos refugiados africanos vivem em campos (UNHCR, 2009).

Ajuda humanitária e campos de refugiados

A internacionalização da biopolítica, entendida como um processo de responsabilização crescente dos Estados e das sociedades (civis), torna todo o (terceiro) mundo em objecto da intervenção humanitária. As agências nacionais e internacionais têm como objectivos declarados a garantia da sobrevivência básica das populações deslocadas. Menos óbvia, mas não menos real, é a estratégia de contenção e de controlo dos fluxos de população, em estreita colaboração com as respectivas agências de segurança. O complexo humanitário, isto é, o conjunto das agências humanitárias, teve a sua fase de crescimento mais acentuada no pós-segunda guerra mundial, altura em que colaborou estritamente na tentativa de restituição da ordem depois das destruições massivas decorrentes da guerra. O formato principal da intervenção, também apreendido na Europa, é o campo de refugiados. Combina a facilidade relativa de cuidar das pessoas com a capacidade de as controlar. A perpetuação das estadias nos campos perverte a sua intenção original e induz dinâmicas de colapso.

As agências humanitárias tratam os refugiados como seres indistintos. O seu passado político, económico e social é irrelevante. Esta lógica de intervenção externa corrói a estrutura social interna das populações refugiadas. Destrói a capacidade dos mais velhos de controlar o potencial de violência dos jovens, amplificado pela frustração crescente duma vida extremamente confinada e sem futuro. O campo funciona como incubador de violência, que se pode manifestar como delinquência de grupos de jovens auto-organizados ou como terreno fértil de recrutamento de organizações político-militares. Ambos aumentam o potencial destrutivo das sociedades que, deste modo, continuam no círculo vicioso de violência, desordem, destruição da ordem produtiva e crescente insegurança que, por sua vez, contribuem para o aumento das migrações forçadas. ■

O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO: O FIM DA MIRAGEM

A progressiva desconexão, nos últimos cinquenta anos, das economias da África Subsariana do mercado mundial aumentou o peso relativo das intervenções externas. Estas criaram, no seu conjunto, as condições que conduziram as dinâmicas internas das sociedades mais em direcção ao colapso do que ao desenvolvimento. Nem os biliões de influxo da ajuda ao desenvolvimento e da ajuda humanitária, nem as remessas dos emigrantes travaram este declínio relativo. A exportação de recursos naturais e os influxos externos aumentaram a extroversão das elites do poder e os desequilíbrios internos. A perda de capacidade produtiva e de capacidade de socialização e a corrosão das instituições transétnicas são processos longos e lentos, e por isso, menos visíveis que os processos mais bruscos e rápidos, como guerras, revoltas e migrações forçadas. Mas todos resultam numa separação das populações rurais dos seus meios produtivos e na sua concentração em campos de refugiados ou nas periferias urbanas. Estes constituem aglomerações de populações deslocadas e muitas vezes traumatizadas ao nível individual, da família e da comunidade. A recomposição dos equilíbrios espirituais e societais nem sempre é bem sucedida; a reconstituição de sociedades agrárias produtivas torna-se cada vez mais difícil; a integração em novos contextos produtivos (indústria) é impossível.

Em suma, campos e bairros são incubadores do potencial flutuante da violência das sociedades. Os desequilíbrios internos são reforçados e alimentados pelas intervenções externas. Aumentam as migrações de todos os tipos, que, por sua vez, provocam mais intervenções externas (campos de refugiados, ajuda humanitária, ajuda alimentar, tráfico de armas, etc.). Directa ou indirectamente, estas contribuem para o aumento da dependência externa e da violência interna, lançando as sociedades numa espiral decrescente de colapso.

Referências

BAUMAN, Z. (2002) — "In the Lowly Nowherevilles of Liquid Modernity: Comments on and Around Agier". *Ethnography*, Volume 3(3): 343-349.

BAUMAN, Z. (2004) — *Wasted Lives: Modernity and its Outcasts*. Cambridge: Polity Press.

CASTLES, S. (2003) — "Towards a Sociology of Forced Migration and Social Transformation". *Sociology*, Volume 37(1): 13-34.

CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE UNIDADE AFRICANA (1969). Disponível em: http://www.cidadevirtual.pt/acnur/acn_lisboa/e-oua.html

MBEMBE, A. (2001) — "At the Edge of the World: Boundaries, Territoriality and Sovereignity in Africa". Pp.270-271. *In* APPADURAI, Arjun (Ed.) — *Globalization*, Duke Univ. Pr.

KEEN, D. (1998) — *The Economic Functions of Violence in Civil Wars*. New York: Oxford University Press

RUTINWA, B. (1999) — *The End of Asylum? The Changing Nature of Refugee Policies in Africa*. Working Paper N.º 5. New Issues in Refugee Research. Disponível em: http://repository.forcedmigration.org/show_metadata.jsp?pid=fmo:3641

SCHEPER-HUGHES, N. & BOURGOIS, P. (Eds.) (2004) — *Violence in War and Peace – An Anthology*. Oxford: Blackwell Publishing.

TEMUDO, M. P.; SCHIEFER, U. (2004) — "Disintegration and Resilience Of Agrarian Societies in Africa — The Importance of Social and Genetic Resources. A Case Study on the Reception of Urban War Refugees in the South of Guinea-Bissau". *In* Ulrike Schuerkens (Ed) — *Global Forces and Local Life-Worlds: Social Transformations*. Londres: Sage, pp. 185-206.

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (2000) — *The State of The World's Refugees 2000: Fifty Years of Humanitarian Action*. Disponível em: http://www.unhcr.org/4a4c754a9.html

UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES (2003) *2002 UNHCR Statistical Yearbook*. Disponível em: http://www.unhcr.org/4a07e87d6.html

UNHCR (2004) *2003 UNHCR Statistical Yearbook*. Disponível em: http://www.unhcr.org/42aff7e84.html

UNHCR (2005) *2004 UNHCR Statistical Yearbook*. Disponível em: http://www.unhcr.org/44e96c842.html

UNHCR (2006) *2005 UNHCR Statistical Yearbook*. Disponível em: http://www.unhcr.org/464478a72.html

UNHCR (2007) *2006 UNHCR Statistical Yearbook*. Disponível em: http://www.unhcr.org/478cda572.html

UNHCR (2008) *2007 UNHCR Statistical Yearbook*. Disponível em: http://www.unhcr.org/4981b19d2.html

UNHCR (2009) *2008 Global Trends: Refugees, Asylum-seekers, Returnees, Internally Displaced and Stateless Persons*. Disponível em: http://www.unhcr.org/4a375c426.html

VAN ACKER, F. & VLASSENROOT, K., (2000) — *Youth and Conflict in Kivu: "Komona Clair"*. Disponível em: http://www.jha.ac/greatlakes/b004.htm

Água: um recurso estratégico no continente africano

Ao longo da história, os grandes rios africanos e as suas águas sempre atraíram a atenção de vários exploradores, historiadores, escritores, cientistas, artistas e mercenários, entre outros. Durante o período colonial, rios como o Nilo, o Congo ou o Volta despertaram vários interesses políticos e económicos. Um dos objectivos deste artigo é analisar como se alteraram os interesses estratégicos por esses recursos desde o período colonial até aos dias de hoje. Por outro lado, nas últimas décadas vários cientistas, mas também a comunicação social, têm dado uma ênfase especial às questões da disponibilidade e acesso a recursos hídricos em África. Fala-se de uma crescente "escassez hídrica" no continente e das suas potenciais consequências económicas, sociais e políticas, nomeadamente o aumento do potencial para conflitos entre países e/ou grupos sociais. Vários factores têm contribuído para este alarmismo: crescimento populacional galopante, aumento da procura dos recursos hídricos, crescente desertificação e diminuição dos níveis de precipitação em certas regiões. Este artigo analisa a situação actual em termos de disponibilidade e acesso aos recursos hídricos em África e as suas implicações políticas e estratégicas.

África: uma hidrologia complexa

Em geral, o continente africano pode ser considerado como uma região com vastos recursos hídricos. O continente conta com cerca de 325 bacias e sub-bacias hidrográficas (Shahin 2002), que se encontram maioritariamente na África Subsariana. Sessenta dessas bacias hidrográficas (rios e lagos) são transfronteiriças e ocupam 62% do território africano (Wolf *et al.* 1999).

No entanto, a distribuição geográfica dos recursos mostra que nem todas as regiões do continente africano podem ser consideradas ricas em recursos hídricos. O continente africano é também marcado por áreas desérticas e semidesérticas. Na região norte do continente africano encontramos o deserto do Sara, o maior deserto do mundo, e imediatamente abaixo o Sahel, uma região semi-árida que estabelece a fronteira entre as duas regiões ecológicas (desértica a norte e savana a sul). Outras regiões semidesérticas estão localizadas na África Oriental e África Austral. A disponibilidade de recursos hídricos nestas regiões é limitada.

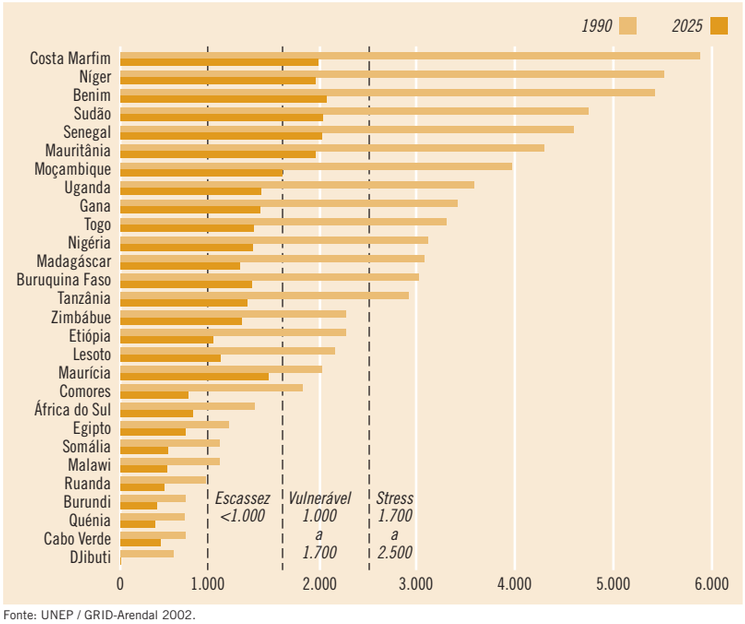
Em termos absolutos considera-se que o continente africano é rico em recursos hídricos, mas dada a grande densidade populacional em muitos países africanos, a disponibilidade de água *per capita* é problemática. O gráfico da disponibilidade hídrica compara os níveis de disponibilidade hídrica para alguns países, tendo como referência o ano 1990 e as estimativas para o ano de 2025. Estes dados mostram que muitos países africanos encontram-se já em situações de vulnerabilidade, stresse ou escassez hídrica, e que a situação tenderá a agravar-se nas próximas duas décadas devido a elevadas taxas de crescimento populacional (UNEP/GRID-Arendal 2002a and 2002b). A disponibilidade hídrica *per capita* é particularmente baixa nos países do Norte de África (Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egipto) mas também na África Oriental, a região africana para onde se estimam as mais altas taxas de crescimento populacional nas próximas décadas.

Pela sua localização, abundância ou escassez, os recursos hídricos africanos, principalmente os rios, sempre tiveram uma enorme relevância política e estratégica, quer no período colonial, quer no período pós-colonial.

A importância dos rios africanos durante o período colonial

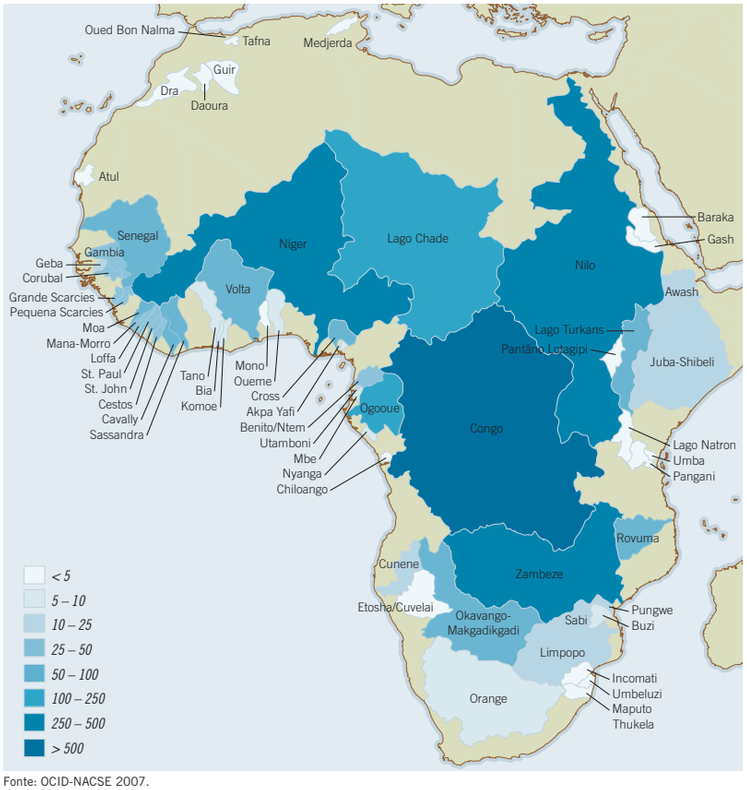
Durante o período colonial, os rios africanos assumiram uma importância política considerável, quer pelo seu valor geopolítico, quer pelo valor económico intrínseco dos seus recursos hídricos. Em termos geopolíticos, as várias potências colonizadoras europeias viram os rios africanos, tal como o Nilo, o Níger, o Congo, o Senegal ou o Zambeze como importantes meios para expandir o controlo sobre o território africano. Durante os séculos XIX e XX, os poderes coloniais investiram parte do seu capital político na descoberta das fontes, afluentes e percursos dos maiores rios africanos através de grandes expedições. Estas descobertas permitiram às potências europeias penetrar no interior do continente, desenhar mapas mais precisos da África "desconhecida", reclamar soberania sobre territórios e expandir o controlo político-administrativo sobre as populações que habitavam as zonas ribeirinhas. Os rios funcionavam também como importantes vias

DISPONIBILIDADE HÍDRICA *PER CAPITA* POR PAÍS, 1990 E 2025 (em m³ / pessoa / ano)



Fonte: UNEP / GRID-Arendal 2002.

BACIAS HIDROGRÁFICAS TRANSFRONTEIRIÇAS EM ÁFRICA E O SEU VOLUME (Km cúbicos/ano)



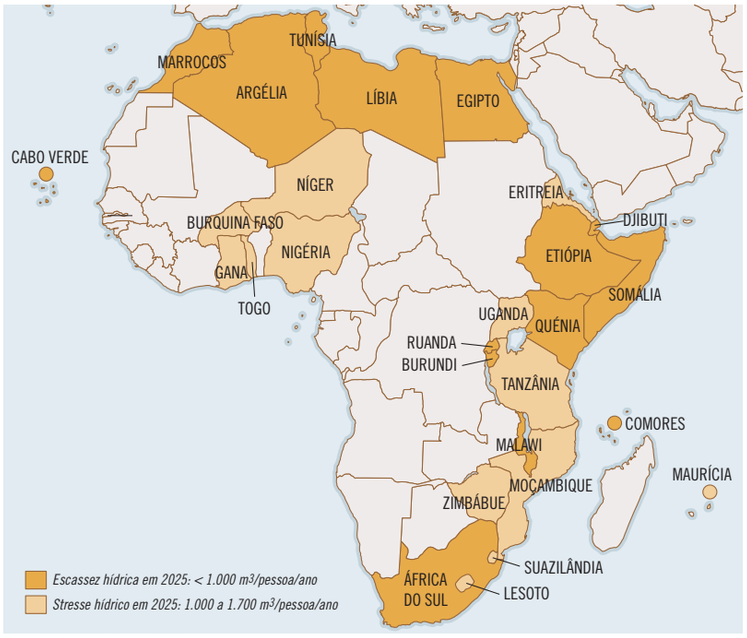
Fonte: OCID-NACSE 2007.

de transporte para os recursos vitais para a metrópole, tal como minérios (ouro, carvão, cobre, diamantes, etc.) e outros produtos (tal como madeira, marfim, borracha).
Em paralelo, os vastos recursos hídricos e os solos férteis do continente africano também permitiram aos colonizadores estabelecer megaprojectos agrícolas, nomeadamente de irrigação, para produção de bens úteis à metrópole (Duignan e Gann 1975). Os extensos campos irrigados de algodão no Egipto, Sudão, Congo ou Nigéria são exemplos maiores de projectos agrícolas coloniais que beneficiaram dos vastos recursos hídricos no continente. Os projectos agrícolas coloniais também incluíram a megaprodução de vários produtos alimentares, tal como milho, açúcar, cacau, chá, café, óleo de palma, etc, que consumiam vários milhares de metros cúbicos de água. A Rodésia, Quénia, Angola, Senegal ou Costa do Marfim transformaram-se em principais fornecedores de produtos alimentares para os seus respectivos poderes coloniais. A abundância de recursos hídricos nestas regiões foi factor principal no desenvolvimento de uma agricultura colonial de carácter intensivo, extensivo e comercial. Neste período, jargões como desertificação, desflorestação, escassez hídrica ou gestão hídrica sustentável não faziam parte do dicionário, nem dos poderes coloniais, nem das autoridades locais. Estas preocupações vieram a manifestar-se já no período pós-colonial.

Crescente pressão sobre os recursos hídricos no período pós-independência

Após as independências dos países africanos, os recursos hídricos mantiveram a sua importância económica e estratégica, ainda que as dinâmicas se tenham alterado significativamente. Em termos económicos, os recursos hídricos continuaram a ser um dos mais importantes factores de produção, visto que a agricultura, o principal sector económico em quase todos os países africanos, consome mais de 80% do total de água disponível no continente (FAO 2005). Produto Nacional Bruto, emprego, segurança alimentar e produção de energia eléctrica estão extremamente dependentes das disponibilidades hídricas. Em termos estratégicos, o período pós-colonial assistiu a um aumento da complexidade, por exemplo, em termos de partilha de água em rios transfronteiriços, dado o aumento da competição entre interesses diversos (e várias vezes divergentes), em termos da utilização da água, dos diferentes países independentes.
No período pós-colonial vários eventos com importantes impactos na disponibilidade e acesso a recursos hídricos podem ser identificados. Por um lado, o aumento extraordinário das populações em vários países africanos conduziu a um aumento da procura dos recursos para diversos fins económicos, principalmente expansão agrícola e construção de megabarragens para produção de energia eléctrica. Estas actividades antropogénicas induziram uma crescente pressão e sobreexploração dos recursos hídricos, uma crescente desflorestação de vastas regiões da África Subsariana, e também a um decréscimo dos níveis médios de lagos, rios e lençóis freáticos. O decréscimo abrupto dos níveis de água do lago Chade ou lago Vitória são exemplos extremos deste cenário. Consequentemente, várias regiões no continente africano assistiram a uma espiral de degradação ecológica. Por outro lado, esta situação foi agravada por longos e recorrentes períodos de seca durante os anos 70 e 80 e uma crescente desertificação da região do Sahel e zonas adjacentes. Países como a República Centro-Africana, Mali, Sudão, Etiópia e Somália, por exemplo, experienciaram períodos prolongados de seca e consequente disrupção da produção agrícola e da estrutura económica e crises de fome que muitas vezes coincidiram com situações de instabilidade social e política (World Bank 1998). Nos anos 90, a região mais oriental da África Austral (Malawi, Moçambique, Zimbábue e África do Sul) também assistiu a um aumento dos períodos de seca e a uma diminuição dos níveis médios de precipitação, ainda que com consequências menos catastróficas. O Mapa 3 mostra-nos as previsões em termos de disponibilidade hídrica para o ano de 2025 e observa-se que são exactamente os países do Norte de África e da África Oriental (mas também da África Austral) que apresentam os maiores índices de stresse e escassez hídrica.

STRESSE E ESCASSEZ HÍDRICA EM ÁFRICA (estimativas para 2025)



Fonte: UNEP/GRID-Arendal 2002b.

Em conclusão, é ou não previsível que uma combinação de acelerado crescimento populacional, degradação ecológica e redução das disponibilidades hídricas em África venha a conduzir a "guerras de água", como muito se especulou nas últimas décadas? Há quem fundamente que conflitos armados entre Estados por causa de água possam vir a surgir nas próximas décadas (Homer-Dixon 1999). Ban Ki-moon, secretário-geral das Nações Unidas, referiu recentemente que o conflito no Darfur é um conflito que em grande parte nasceu da desertificação, degradação ecológica e escassez de água (Washington Post 2007). Mas o Relatório de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas de 2006, dedicado exclusivamente às questões dos recursos hídricos (UNDP 2006), traz-nos uma mensagem mais optimista: a "crise da água" pode ser ultrapassada e os conflitos hídricos podem ser prevenidos ou resolvidos se as autoridades nacionais, locais e internacionais se empenharem em práticas de "boa governança hídrica". ■

Referências bibliográficas

DUIGNAN, P. e GANN, L.H., eds. (1975) — *Colonialism in Africa, 1870-1960. Volume 4: The economics of colonialism*. London: Cambridge University Press.
FAO (2005) — *Irrigation in Africa in Figures – AQUASTAT Survey 2005*. Rome: Food and Agricultural Organisation.
HOMER-DIXON, T. (1999) — *Environment, Scarcity and Violence*. Princeton: Princeton University Press.
NASA (2005) — *Satellite measurements of vegetation in Africa*. [Online]. Disponível em: http://earthobservatory.nasa.gov/Features/Desertification/Images/africa_ndvi_200511.jpg . Acedido a 1 de Julho de 2009.
OCID-NACSE (2007) — Map of Discharge in African River Basins. In: *Transboundary Freshwater Dispute Database Maps*. [Online]. Disponível em: http://ocid.nacse.org/tfdd/php/africaDischarge.php . Acedido a 1 de Julho de 2009.
SHAHIN, M. (2002) — *Hydrology and Water Resources of Africa*. Dordrech: Kluwer Academic Publishers.
UNDP (2006) — *Human Development Report 2006: Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis*. New York: Palgrave MacMillan.
UNEP/GRID-Arendal (2002a) — Water availability in Africa. In: *UNEP/GRID-Arendal Maps and Graphics Library*. [Online]. Disponível em: http://maps.grida.no/go/graphic/water_availability_in_africa . Acedido a 1 de Julho de 2009.
UNEP/GRID-Arendal (2002b) — Freshwater stress and scarcity in Africa by 2025. In: *UNEP/GRID-Arendal Maps and Graphics Library*. 2002. [Online]. Disponível em: http://maps.grida.no/go/graphic/freshwater_stress_and_scarcity_in_africa_by_2025 . Acedido a 1 de Julho de 2009.
Washington Post (2007) — *What I Saw in Darfur: Untangling the Knots of a Complex Crisis*, By Ban KI-MOON. 14 de Setembro 2007.
World Bank (1998) — *Impact of drought on Sub-Saharan African Economies: A preliminary examination*. Washington D.C.: World Bank.
WOLF, A. T.; NATHARIUS, J. A.; DANIELSON, J. J.; WARD, B. S. and PENDER, J. K. (1999) — International River Basins of the World. *International Journal of Water Resources Development*, 15(4): 387-427.

Áreas protegidas em África

A definição de Áreas Protegidas foi apresentada pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) no *IV Congresso Mundial de Áreas Protegidas e Parques Nacionais* em 1992. Mais tarde, na Declaração do Milénio (2000), as Nações Unidas reconheceram que a sustentabilidade ambiental é um dos factores fundamentais na prossecução do desenvolvimento, tendo contemplado este princípio no Sétimo Objectivo (Assegurar a Sustentabilidade Ambiental) definindo-o como a nova ética na conservação e na promoção de acções ambientais (UNEP, 2007).

Um dos indicadores utilizados a nível internacional para avaliar o princípio de sustentabilidade ambiental consiste na definição da rácio das áreas protegidas tendo por base a totalidade do território nacional. Este instrumento alerta para a importância de valorizar a preservação da natureza e a biodiversidade de forma a conservar os recursos necessários que garantam a continuidade da vida humana. Dado o carácter sistémico, abrangente e interdependente dos recursos ambientais, este indicador evidencia importância a nível nacional, regional e internacional.

Na maioria dos países, a criação, a gestão e a manutenção de Áreas Protegidas, bem como a conservação da diversidade biológica, requerem enquadramento legislativo adequado que viabilize assegurar o controle e a redução dos impactos não desejáveis resultantes da acção humana não planeada.

Na África Subsariana, uma das principais ameaças ambientais, incluindo em zonas de tampão e em contexto de Área Protegida, resulta da intensa intervenção humana.

São inúmeros os exemplos habitualmente referenciados e que indiciam que, para satisfazer necessidades imediatas relacionadas com o consumo e rentabilização de recursos, que podem incluir actividades de transformação e comercialização, as populações utilizam de forma indiferenciada recursos naturais, sem manifestarem preocupação com a urgência da conservação.

África e contextos ambientais

Do ponto de vista ambiental, o continente africano é vulgarmente definido como um mundo de contrastes, dado ser possível encontrar diferentes tipos de ecossistemas, cada um caracterizado por elementos paisagísticos e patrimoniais específicos. Em qualquer uma das áreas consideradas encontram-se comunidades humanas que estabelecem relações muito diversificadas com o espaço e com os recursos de fauna e de flora. Contudo, na generalidade do continente, as populações estabelecem um contacto directo com o Ambiente, do qual dependem para sobreviver e produzir, marcado pela continuidade e pela permanência sem que exista um planeamento prévio com carácter sistemático.

A diversidade de ecossistemas evidencia a existência de um Ambiente rico em características, habitats e espécies, podendo particularizar-se grandes regiões em função dos tipos predominantes.

De uma forma genérica, podem distinguir-se pelo menos quatro tipos principais de contextos ambientais em África, nos quais a preservação e as acções de conservação que lhe estão associadas têm adquirido importância ao longo do tempo: o terrestre; o costeiro; o marinho; e o fluvial. Assim, no que respeita ao meio terrestre, identificam-se áreas florestais, destacando-se as florestas tropicais húmidas, as zonas montanhosas e de elevações demarcadas, a savana arbustiva, que apresenta traços de grande influência em todo o continente e as extensas áreas desertas. O meio costeiro rodeia toda a área continental, evidenciando características específicas em função da influência directa do oceano Atlântico ou do Índico, sendo evidente a importância ambiental nas pequenas regiões insulares. O meio marinho apresenta grande riqueza e diversidade, já que o continente depende directamente de dois Oceanos e indirectamente de outros fluxos aquáticos de água salgada que criam zonas específicas. Os ecossistemas fluviais são marcados pela diversidade biológica resultante da existência de rios de grande caudal com diversidade biológica de flora e de fauna, complementados em alguns casos por bacias hidrográficas e lagos.

Independentemente dos ecossistemas e dos contextos, o continente africano é actualmente caracterizado pela existência de uma grande multiplicidade de áreas protegidas, maioritariamente classificadas em Reserva, Parque Nacional e Parque Natural, registando-se ainda a existência de Paisagens Protegidas e de Monumentos Naturais, estando estes particularmente menos formalizados.

IMPORTÂNCIA DAS ÁREAS PROTEGIDAS NA ÁFRICA SUBSARIANA

Região	N.º de áreas protegidas	Total das áreas protegidas (km²)	Total de área territorial (km²)	% Áreas protegidas
Mundo	63.361	15.876.976	168.573.428	9,42
PED	12.733	9.272.595	98.508.060	10,36
África Subsariana	**2.903**	**2.370.429**	**25.164.328**	**9,42**

Fonte: Adaptado de http://www.iucn.org

Comunidades e conservação em Área Protegida

Em África, a estreita relação entre as populações locais e o Ambiente revela uma tendência elevada para a existência de agregados familiares a viver em situação de pobreza, estando particularmente referenciada em meios rurais.

Face à incapacidade e dificuldade produtivas, as comunidades têm perpetuado a prática da recolecção e da extracção de recursos naturais para consumo, venda ou transformação, estimando-se que 71% destas acções afectem Áreas Protegidas (UNEP, WCMC, 2009). As razões para um valor percentual tão elevado relacionam-se com a proliferação de práticas de caça furtiva, pesca não regulamentada e recolha de madeira para efeitos de combustível. Estes casos de sobrecarga humana no Ambiente podem ser exemplificados com os Parques Bwindi Impenetrable e Mgahinga no Uganda.

Os levantamentos socioeconómicos e os estudos analíticos sobre os impactos das actividades humanas nas Áreas Protegidas com efeito de longo prazo escasseiam, sobretudo no que respeita à identificação de experiências concretas em meio africano.

Face às características socioculturais que definem a população africana, distinguindo-a da de qualquer outra região do Mundo, os princípios inerentes à gestão participativa das Áreas Protegidas e ao envolvimento de grupos locais nas acções promovidas surgem de forma espontânea, valorizando-se a responsabilização de grupos-alvo e a consciencialização para a identificação de alternativas a algumas práticas tradicionais.

Podem indicar-se alguns exemplos de referência (IUCN, 2006): os Parques Marinhos de Malindi e de Watamu no Quénia; a Área de Gestão de Lupanda Game e o Parque

CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS PROTEGIDAS

A União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) propõe uma definição para Áreas Protegidas, internacionalmente aceite, como "uma superfície de terra e/ou mar especialmente consagrada à protecção e manutenção da diversidade biológica, assim como dos recursos naturais e património cultural associados, e gerida através de meios legais, ou outros eficazes" (http://www.iucn.org).

Existem várias classificações de áreas protegidas dependendo da instituição que as propõe. Seguindo um critério classificatório abrangente, apresentado pelo Instituto de Conservação da Natureza (http://portal.icn.pt), podem considerar-se cinco grandes tipos de áreas protegidas:

I. Parque Nacional: área delimitada e dotada de ecossistemas não modificados, ou pouco transformados, pela actividade humana nos quais habitam espécies de reconhecido interesse ecológico, científico e educacional;

II. Parque Natural: caracterizado pela existência de paisagens naturais, seminaturais e humanizadas de interesse nacional;

III. Reserva Natural: área vocacionada para a protecção de habitats de flora e de fauna;

IV. Paisagem Protegida: área dotada de paisagens naturais, seminaturais e humanizadas de interesse regional ou local;

V. Monumento Natural: elemento natural dotado de aspectos que, pelas particularidades estéticas e/ou raridade ecológica ou científica, requer conservação e manutenção.

As áreas protegidas têm por vocação a preservação das paisagens, dos ecossistemas e da diversidade biológica, contribuindo para a definição e adopção de estratégias globais, nacionais, regionais e locais de conservação, recorrendo a um sistema flexível de gestão numa perspectiva de longo prazo.

Nacional South Luangwa na Zâmbia.

A identificação de formas alternativas de planeamento das Áreas Protegidas envolvendo as comunidades de base implica a adopção de sistemas de co-gestão entre populações locais, organizações da sociedade civil, tais como Organizações Não Governamentais, e autoridades governamentais descentralizadas. Esta opção implica a criação de legislação específica de enquadramento, como sucedeu no caso habitualmente referenciado de Kwazulu-Natal na África do Sul.

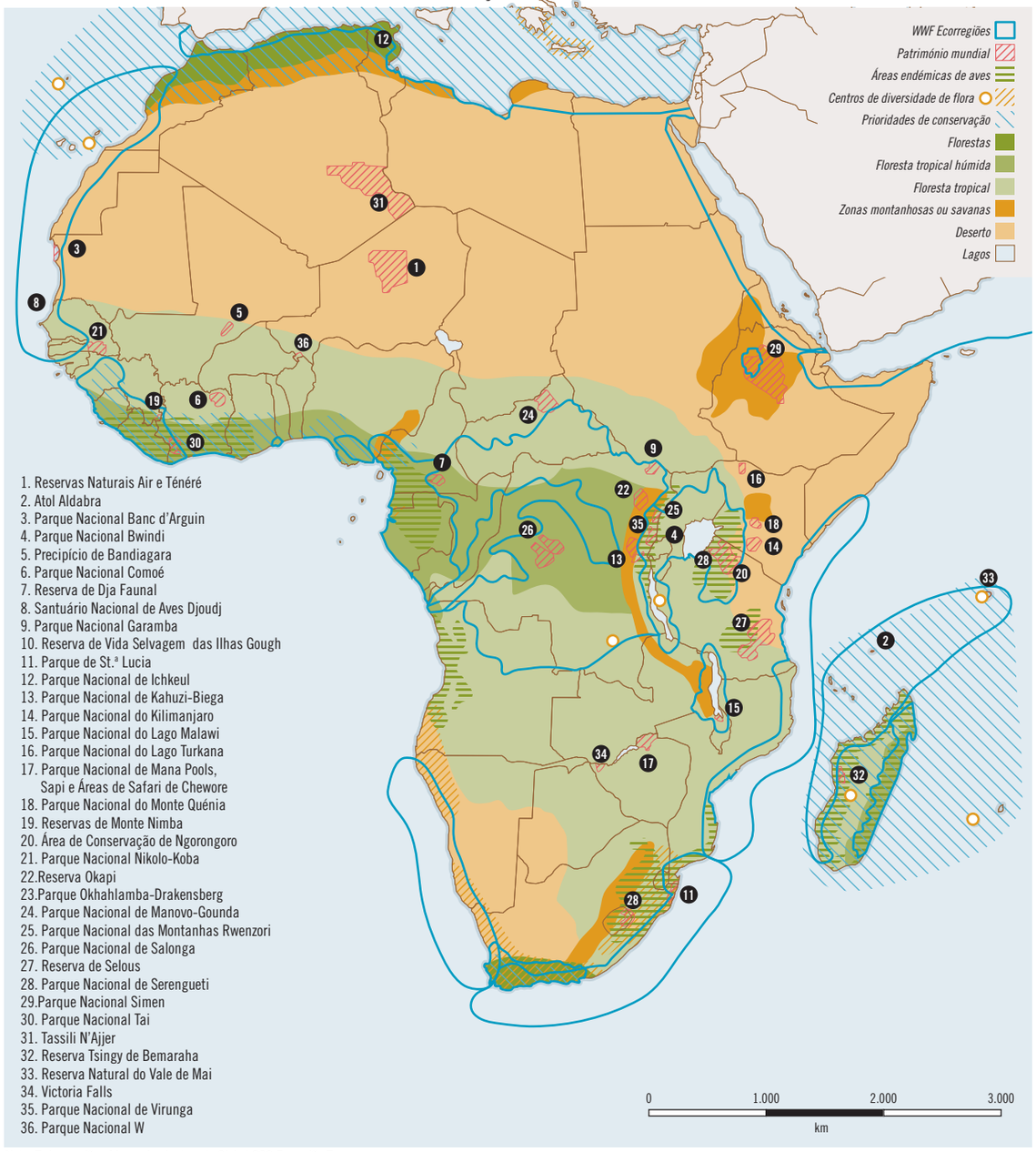
As áreas de conservação comunitária deixam de ser entendidas como *fortress conservation*, flexibilizando a tomada de decisões no que respeita à modificação de ecossistemas, à conservação da diversidade biológica, à criação de serviços específicos e à adaptação de valores e de padrões culturais que fundamentam a vida comunitária, conferindo-lhes sistemas de identidade e reforçando o sentimento de pertença. Podem referenciar-se algumas experiências que evidenciam a existência de boas práticas, em que as comunidades se envolvem de facto, reestruturando uma parte da vida familiar com o intuito de recriarem espaços naturais. Por exemplo, os Maasai do Quénia e Tanzânia que habitam nas zonas de fronteira com os Parques Nacionais Tsavo, Amboseli e Kilimanjaro (IUCN, 2006) implementaram um santuário comunitário de vida silvestre que, além do objectivo da protecção ambiental e de criação de uma melhor relação entre as comunidades e o Ambiente, tem sido potenciado para fins turísticos, permitindo reforçar economicamente os rendimentos dos grupos familiares.

Apesar de ser reconhecida a importância do envolvimento comunitário, a maioria das Áreas Protegidas africanas permanece com uma gestão formalizada e fundamentada no direito que legitima o controle, a fiscalização e a gestão destes espaços. Estas situações são claramente evidenciadas pelas Áreas Protegidas dos países africanos pertencentes ao espaço lusófono: em Cabo Verde, os Parques Naturais da Serra da Malagueta, do Fogo, de Monte Verde, e de Montegordo; em São Tomé e Príncipe, o Parque Natural Obô e as Zonas Ecológicas de Malanza e Praia das Conchas; as treze zonas de Protecção Integral de Angola, as sete Áreas Protegidas da Guiné-Bissau, incluindo a Reserva da Biosfera dos Bijagós; e em Moçambique, os Parques Nacionais Marinhos.

Nos casos dos países africanos lusófonos, a valorização do Ambiente é recente, sendo a planificação, gestão, controle e fiscalização das Áreas Protegidas atribuída a entidades governamentais (Ministérios, Direcções-Gerais, Institutos, Gabinetes de Ambiente), eventualmente de natureza descentralizada (Fundos). Esta gestão tem sido apoiada de forma particular por programas de cooperação internacional promovidos por organizações internacionais de Ambiente, como a WWF e a UICN.

De uma forma conclusiva, é consensual a ideia de que, independentemente da classificação, as Áreas Protegidas podem ser consideradas como instrumentos metodológicos de valorização da relação entre as comunidades e os recursos ambientais, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável através da implementação de planos de utilização. Neste sentido e de forma consequente, as acções de conservação promovem estratégias de redução da pobreza, em particular das comunidades rurais que maior dependência do meio evidenciam. ■

PATRIMÓNIO AMBIENTAL MUNDIAL E PRIORIDADES DE CONSERVAÇÃO EM ÁFRICA



Nota: Toda a região africana é coberta pelo Global 200 Ecoregião Terrestre.
Fonte: UNEP-WCMC WDPA.

Referências

UNEP (2007) — *Millennium Development Goals. Indicator 26: Protected Areas Report*. World Conservation Monitoring Centre.

UNEP, WCMC (2009) — *Data structure of the world database on Protected Areas (WDPA), Annual Release 2009*.

IUCN (2006) — *As Áreas Protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e Limitações*. Gland, IUCN.

Saúde e desenvolvimento

A pobreza é, na humanidade, a primeira causa de doença. A saúde das populações, que se mede por indicadores de saúde como, entre muitos outros, a esperança de vida à nascença, a mortalidade infantil ou abaixo dos cinco anos, está estreitamente ligada ao desenvolvimento das sociedades.

As determinantes económicas, ambientais, sociais e educacionais são cruciais para a condição de saúde dos cidadãos. A história mostra que é essencial que haja um Estado forte, no sentido de ter capacidade para fazer respeitar os direitos individuais e promover a justiça social, para que haja

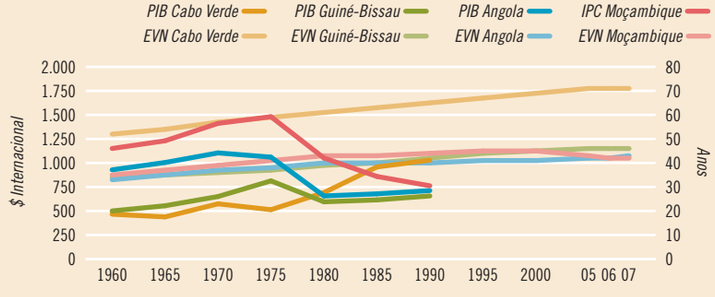
ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA E PIB *PER CAPITA*

Quando da independência a generalidade dos novos países africanos confrontou-se com múltiplas dificuldades financeiras e económicas.

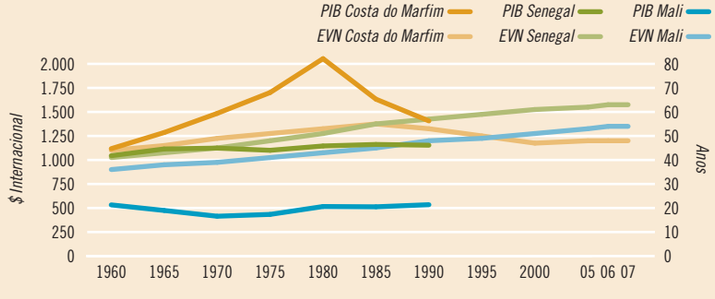
Para além da descapitalização do Estado, com os Bancos Nacionais desprovidos de fundos, do desinvestimento dos grupos económicos instalados, da escassez de quadros qualificados, quer pela retirada das empresas dos países colonizadores, quer pela raridade de nacionais qualificados, fruto das políticas reducionistas de formação universitária, as mudanças políticas tiveram fortes consequências económicas, expressas *grosso modo* por uma redução do produto *per capita*. No entanto, a generalidade dos países deu uma particular atenção às políticas de saúde, tendo optado muitos pela criação de serviços nacionais de saúde.

A evolução do PIB *per capita* e da esperança de vida à nascença (EVN) entre 1960 e 1990 em quatro países de colonização portuguesa (gráfico 1), em três outros de colonização francesa (gráfico 2) e em três de colonização inglesa (gráfico 3) é apresentada. Salienta-se que, apesar da recessão observada nalguns quinquénios, a esperança de vida à nascença (EVN) se manteve crescente[1].

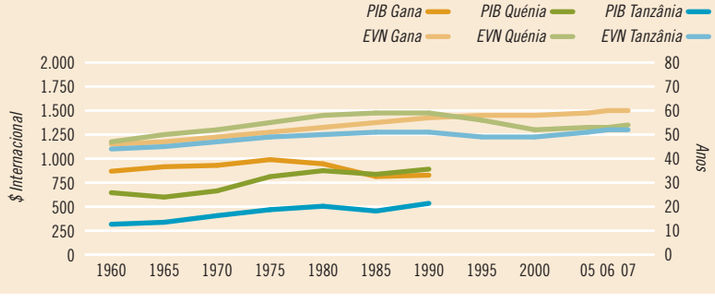
PAÍSES DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA (gráfico 1)



PAÍSES DE COLONIZAÇÃO FRANCESA (gráfico 2)



PAÍSES DE COLONIZAÇÃO INGLESA (gráfico 3)



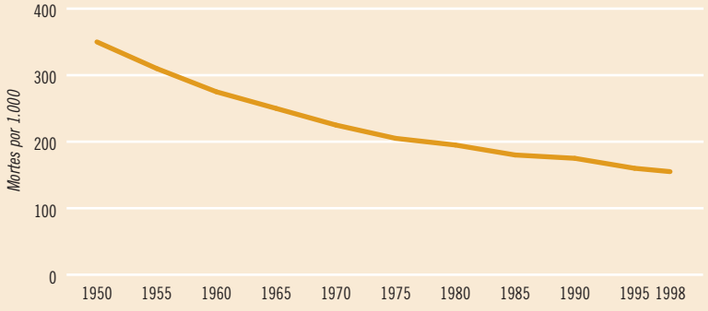
REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL

A mortalidade infantil é um indicador de saúde comummente aceite como expressando de forma sensível a qualidade da saúde de uma população e conotado com o grau de desenvolvimento de um país ou uma comunidade.

Na Europa a sua diminuição ocorreu principalmente a partir dos anos 30 do século passado. As mudanças demográficas que então se iniciaram vieram a acontecer em África muito posteriormente, em alguns países ainda se observam timidamente, particularmente no respeitante à natalidade. Há, no entanto, claras mudanças, se bem que muito insuficientes para se atingir um grau de desenvolvimento aceitável, no respeitante à evolução da mortalidade infantil.

O gráfico 4 evidencia a evolução em trinta e três países africanos, entre 1950 e 2000[2].

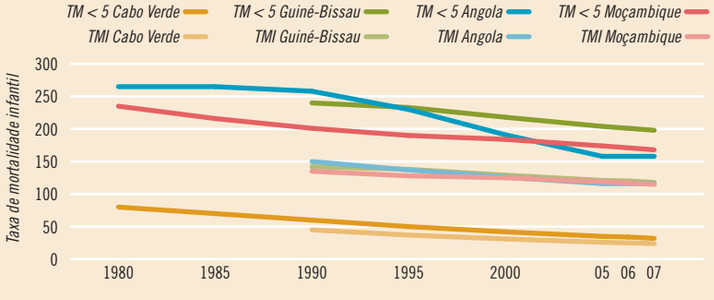
TENDÊNCIA DA TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL EM 33 PAÍSES AFRICANOS (gráfico 4)



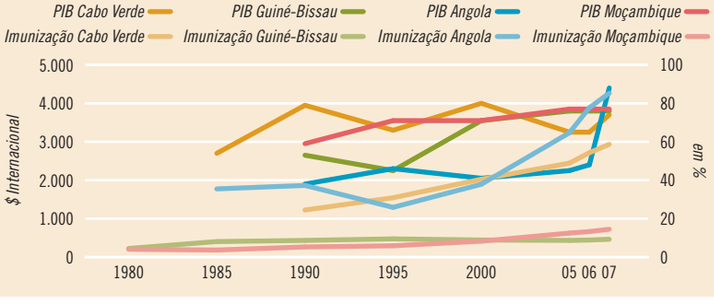
Consequentemente, um dos objectivos definidos como Objectivo do Desenvolvimento do Milénio, em 2000, é a redução da mortalidade das crianças. Esta tem sido muito inferior ao previsto não apenas por sofrer do baixo investimento nas economias africanas, mas também pelo impacto fortemente negativo da epidemia de sida que tem em África uma elevada prevalência da infecção, a qual veio acrescentar uma nova e pesada causa de morte das crianças, fruto da transmissão do vírus da sida da mãe ao filho.

Em Angola (AG), Cabo Verde (CV), Guiné-Bissau (GB) e em Moçambique (MZ), na Costa do Marfim (CM), no Mali (ML) e no Senegal (SN), no Gana (GN), no Quénia (KN) e na Tanzânia (TZ), respectivamente de colonização portuguesa (gráfico 5 e 6), francesa (gráfico 7 e 8) e inglesa (gráfico 9 e 10) observaram-se progressos nítidos na melhoria da mortalidade infantil e da mortalidade abaixo dos 5 anos, bem como uma crescente cobertura vacinal contra o sarampo, doença fortemente letal em África[3].

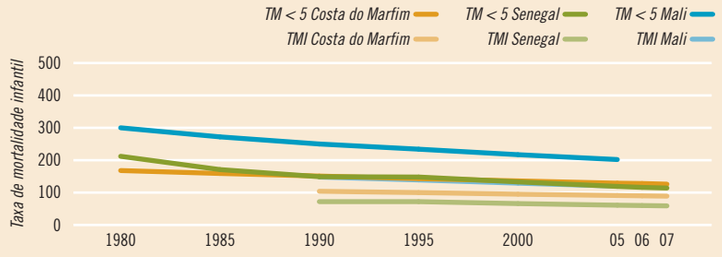
PAÍSES DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA (gráfico 5)



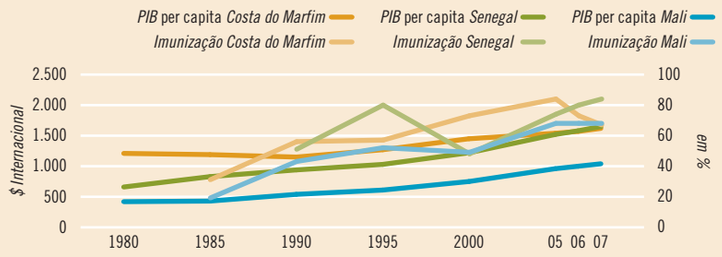
PAÍSES DE COLONIZAÇÃO PORTUGUESA (gráfico 6)



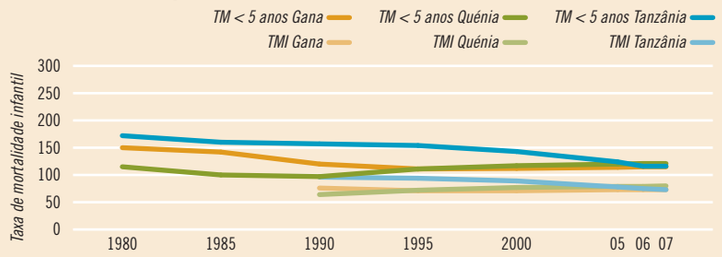
PAÍSES DE COLONIZAÇÃO FRANCESA (gráfico 7)



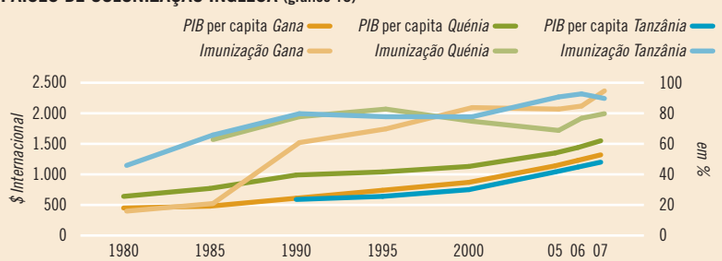
PAÍSES DE COLONIZAÇÃO FRANCESA (gráfico 8)



PAÍSES DE COLONIZAÇÃO INGLESA (gráfico 9)



PAÍSES DE COLONIZAÇÃO INGLESA (gráfico 10)



De notar o grau de desenvolvimento económico e da condição de saúde de Cabo Verde, que partindo de uma situação económica semelhante à de outros países e malgrado a escassez de recursos naturais, é merecedora do maior apreço e da melhor atenção.

[1] Adaptado de Mesuring Country Performance on Health, Human Development Networks, Jia Wang et L, WORLD BANK, 1999.
[2] Garenne M., Gakusi, E. Health transitions in sub-Saharian Africa: overview of mortality trends in children under 5 years old (1950-2000). *Bull World Health Organ* 2006;84:470-478. [3] Dados de http://www.worldbank.org/

equidade no acesso aos cuidados de saúde e se caminhe para uma progressiva melhoria na saúde das comunidades.

As lições do processo do desenvolvimento, iniciado há mais de 50 anos, em que se visa melhorar a qualidade da vida humana pela elevação do nível de vida, rendimento e consumo, pela criação de condições para um reforço da auto-estima e por aumentar a liberdade de escolha das populações, evidenciam que a Saúde é claramente resultante de opções politicas, e está estreitamente ligada à organização e funcionamento das sociedades e das comunidades.

O investimento em Saúde tem um custo-benefício importantíssimo para o desenvolvimento, evidenciando estudos científicos que tem mesmo um maior impacto no crescimento económico que o investimento em Educação.

Tiveram as independências africanas consequências na saúde das populações descolonizadas?

As independências das colónias africanas constituíram um progresso civilizacional. Não sendo possível conjecturar com alguma consistência qual teria sido a evolução política e social caso não tivessem ocorrido, malgrado a diversidade de desenvolvimento dos diferentes países e não considerando o sistema de saúde adoptado no quadro dos distintos regimes políticos nos países ao longo das cinco décadas decorridas, hoje a situação global da Saúde dos africanos é claramente melhor.

Observa-se que entre os diferentes países é nítida a relação entre o grau de desenvolvimento e a melhoria dos indicadores de saúde; é claro o impacto muito negativo da acção devastadora da epidemia de sida; é notória a importância da concentração urbana das populações na evolução do padrão epidemiológico das patologias; é extremamente significativo o sucesso obtido na generalidade do continente quanto às doenças evitáveis pela vacinação, de que a quase conseguida erradicação da poliomielite é o melhor exemplo.

A evidencia de que a independência não é sinónimo do fim do subdesenvolvimento tem motivado organizações multilaterais e países desenvolvidos a promover apoios que possibilitem que milhões de pessoas saiam de uma situação humanitária gravíssima. No entanto, um enorme fosso separa ainda a generalidade dos países africanos do mundo desenvolvido, o que os indicadores de saúde também claramente evidenciam. A Cimeira do Milénio, em Setembro de 2000, nas Nações Unidas aprovou os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio que, visando uma forte redução da pobreza, procuram uma marcada melhoria das saúde dos pobres.

Tem sido difícil para muitos países atingir condições de vida em que, num ambiente qualificado com saneamento e água potável, a generalidade das pessoas possa ter um estado nutricional razoável e tenha a escolaridade mínima, vir a conseguir serviços de saúde que cubram toda a população, com qualidade. Tem-se revelado ser um objectivo árduo. É necessário um forte investimento em infra-estruturas, em equipamentos e, particularmente, em recursos humanos. As especificidades do saber e os longos tempos de formação fazem dos profissionais de saúde um elemento fulcral para um sistema de saúde eficaz e eficiente. Serviços de saúde universais e equitativos são uma exigência ética para a dignidade da sociedade contemporânea.

As desigualdades no acesso aos cuidados de saúde agravam um quadro em que a pobreza é um ponderoso factor de risco acrescido de doença e a doença agrava a pobreza. A absoluta necessidade de romper este círculo, vicioso, exige forte investimento politico e financeiro na Saúde.

A reconhecida relação positiva entre mais saúde e maior rendimento *per capita*, durante longos anos vista na lógica de que a melhoria na saúde decorre da melhoria do quadro económico, é hoje olhada igualmente na perspectiva contrária: melhor saúde significa maior produtividade, populações mais saudáveis investem mais na aprendizagem, na obtenção de competências que são úteis durante mais anos; populações com maior esperança de vida investem mais para a velhice, não apenas adquirindo bens mais duradouros como precavendo a reforma; observa-se nas populações mais saudáveis uma transição demográfica expressa por um menor número de filhos, o que se traduz por uma mais qualificada educação destes e uma melhoria da situação económica das famílias.

O investimento em Saúde tem uma justificação económica, é uma prioridade social, uma exigência incontornável para o Desenvolvimento, para a redução da injustiça social, para a diminuição da pobreza, para dar mais anos de vida e uma existência mais saudável, mais digna, aos cidadãos. ■

Referências bibliográficas

BHATTACHACHARAYA, Basabi; MUKHERJEE, Jaydeep — Impact of health and education expenditure on economic growth – A case study of sixty countries. In *World Congress of Economists*, 2003, Lisbon.

Sachs J D., Pronyk P. — Towards a global fund for the health MDGs? *The Lancet*, Vol. 373 No. 9681 pp 2110-2111

Macroeconomics and Health :Investing in Health for Economic Development. Report of the Comission on Macroeconomics and Health. Geneve: W.H.O., 2001.

Progress Report 2000-2001 – Child and Adolescent Health and Development. 2002. World Health Organization.

The World Health Report 2000 – Health systems: Improving Performance. 2000 World Health Organization.

WAGSTAFF, A. — Poverty and health sector inequalities. In *Bull World Health Organ* 2002; 80;97-105.

Áfricas invisíveis e os seus "descobrimentos"

Adis Abeba, Agosto de 2009, sede da UA (União Africana). O Conselho de Ministros, reunido na capital etíope, exige que o mundo desenvolvido recompense o continente com uma verba de 47 mil milhões de euros a partir do ano de 2020. Motivo: os prejuízos decorrentes das alterações climáticas que afectarão a maioria dos países do continente, calculados em 90% da factura total da dimensão dos estragos previstos. África antecipa-se, percebe que é uma espécie de terceira excluída no cálculo e nos compromissos pós-Quioto, pragmaticamente apresenta o seu "número" no jogo complexo do mercado das emissões de carbono. Na luta entre elefantes, para citar um provérbio, sabe que será o capim e, à boa maneira dos gestos defensivos automáticos, tenta prevenir-se. Mas não só de atitudes reactivas se vive no continente "misterioso", passe o chavão eurocentrista.

A Carta da União Africana é uma refundação da antiga OUA, Organização de Unidade Africana, fundada na década das independências, os anos 60. É certo que o Gana proclamara-a em 1958, com um Kwame N'Krumah visionário – "A África deve unir-se", título do seu famoso livro –, e um *corpus* ideológico mais ou menos revolucionário, numa síntese de marxismos, socialismos ditos africanos e uma óbvia suspeição de manobras neocoloniais. Princípio acordado e inviolável: o respeito pelas fronteiras herdadas da presença europeia. Por essa altura, René Dumond, agrónomo francês, escreveria o seu polémico quase-manifesto "A África Começa Mal", mas poucos lhe deram ouvidos.

Das vicissitudes destes Estados, herdeiros de um conceito de Estado-nação, qualquer que fosse a sua organização política interna, federal ou não; das antinomias erguidas como paradigmas – tradição *versus* modernidade –; dos desenvolvimentismos experimentais, com muitos deles a esconderem a mão subterrânea dos interesses das ex-metrópoles; da incapacidade de passarem de uma estrutura de renda à criação de produtos com valor acrescentado; de uma ajuda ao desenvolvimento que se prolonga até hoje com perigosos mecanismos de reprodução de múltiplas dependências; amplo e não muito auspicioso é o balanço destas cinco décadas. A que acresce, ou disso decorre, o "mau comportamento" de muitas das elites políticas dos novos países e as muitas armadilhas da chamada Guerra Fria. Como frase para reflexão fica o desabafo denúncia do primeiro presidente queniano: "Quando os europeus chegaram nós tínhamos a terra e eles tinham a Bíblia; a seguir, eles ficaram com a terra e nós com a Bíblia".

Do movimento "mau mau", no país de Jomo Kenyata, ao socialismo "Ujamaa" de Julius Nyerere, na Tanzânia; da "gloriosa" recusa de Sékou Touré em aceitar o abraço francês, logo defraudada pelo percurso ditatorial do seu regime, à "autenticité" de um Mobutu marioneta de todo os interesses e predador-mor dos recursos do seu país, ao messianismo revolucionário e afirmação de dignidade de figuras como Patrice Lumumba ou, mais tarde, Marien N'Gouabi (Congo Brazzaville) e Thomas Sankara (Burkina Fasso), todos assassinados pelos seus opositores; da dimensão cultural e universal de personalidades como Senghor (Senegal), poeta e presidente, a promover Dacar como capital das culturas negro-africanas, indígenas ou da diáspora, os ventos africanos tentaram soprar de feição, ao menos na assunção de alguns dos pressupostos, de um renascimento proclamado desde o início do século XX e de uma "entrada" na História – História-Mundo – a que o continente pertencia e que sempre lhe fora negada.

NOBEL DA LITERATURA (esq. para a dir.): WOLE SOYINKA, NADINE GORDIMER, DEREK WALCOTT E J. M. COETZEE

Fotografias (esq. para a dir.): Festival Internacional de Poesia: http://www.festivaldepoesiadegranada.com/prensa/imagenes%20alta/wolesoyinka.jpg
NYC Photo: http://nycphoto.interactivenyc.com/archives/photos/2007/nadine_gordimer.jpg
Leuciana Festival: http://www.comune.caserta.it/leuciana/foto/Leuciana%202005/derek_walcott.jpg
Auckland Writers & Readers Festival: http://www.writersfestival.co.nz/Portals/0/images/Gallery/DSCF8118%20(Medium).jpg

Renascimento negro e diáspora

Bill T. Jones, proeminente coreógrafo e bailarino afro-americano; Martin Luther King, que dispensa apresentações e cujo contributo para a assunção dos direitos civis nos Estados Unidos, antecipa o "facto" Obama; William du Bois, lá mais para trás, um dos ideólogos do pan-africanismo, mas também Marcus Garvey ou, literalmente, as vozes de um Paul Robeson e Mariane Anderson; o renascimento negro de que falavam poetas como Langston Hughes (Harlem, Nova Iorque, década de 20 do século passado); Aimé Césaire, Léon Damas, Léopold Sédar Senghor, Cheik Anta Diop, nomes proeminentes da cultura e da política no chamado "mundo francófono" que vai inventar a negritude, numa simbiose onde personalidades da diáspora e "originais" do continente se unem num projecto comum, de matriz político-identitária que alicerçará a criação, em 1963, da OUA (Organização de Unidade Africana); a Dokumenta de Kassel, na Alemanha, em 2002, tendo como seu director artístico o poeta e crítico nigeriano Okwui Enwezor; o senegalês M'Bow, antigo director-geral da UNESCO e grande patrocinador da História Geral de África, com coordenação geral de Joseph Ki-Zerbo; os Nobel da Literatura Wole Soyinka (Nigéria), Nadine Gordimer e J. M. Coetzee (África do Sul) e Derek Walcott, Caraíbas, os Nobel da Paz Albert Luthuli, Nelson Mandela, F. De Klerk e Desmond Tutu, sintomaticamente todos sul-africanos; eis uma lista algo aleatória da projecção de África, das várias Africas e do que se reconstituiu noutros espaços geográficos (sobretudo nas Américas), interrompida que estava a "Rota dos Escravos".

Nada mau para um continente marcado a ferrete pela gesta, melhor, pela delinquência colonial. Na sua "Filosofia da História" Hegel tece interessantes considerações sobre o vasto continente. O grande filósofo alemão começa por o delimitar: "A África deve ser dividida em três partes: a primeira fica ao sul do deserto do Sara – a África propriamente dita – as Terras Altas praticamente desconhecidas para nós, com reduzidas áreas costeiras em relação ao mar; a segunda é aquela ao norte do deserto – a África europeia (se podemos chamá-la assim) – as terras da costa; a terceira é a região fluvial do Nilo, a única terra de vales da África, que está em conexão com a Ásia". Àparte esta divagação mais ao menos imprecisa, já de si eivada daquilo que era olhar europeu, antes ou depois da Conferência de Berlim, atentemos nesta sentença do grande filósofo germânico: "O carácter peculiar do africano é difícil de compreender, pela absoluta razão que em relação a ele nós devemos desistir do princípio que naturalmente acompanha todas as nossas ideias – a categoria de Universalidade. (…) O negro, como já observado, exibe o homem natural no seu completo estado selvagem e indomado. Devemos deixar de lado todo o pensamento de reverência e de moralidade

– tudo aquilo que chamamos de sentimento – se desejarmos compreendê-lo. Não há nada em harmonia com humanidade a ser encontrado neste tipo de carácter". Um juízo esmagador!

Muitos anos mais tarde, em 1948, o "Orfeu Negro" de Jean-Paul Sartre, prefácio à *L'Anthologie de la Nouvelle Poésie Nègre et Malgache*, era a resposta contundente, tal como a antologia em si, organizada por Senghor, às insuportáveis afirmações de Hegel *et tutti quanti*. Acabava-se o tempo da famosa frase nos livros escolares coloniais franceses onde sobressaía a terrível frase "les gaulois, nos ancêtres". A lista, onde o construtor da dialéctica avulta, seria profusa e de espanto, juntando Gobineau e o seu ensaio sobre a desigualdade das raças ao português Oliveira Martins – inquietem-se os sonhadores/defensores de um colonialismo português brando e singular –, do cândido Renan, da *Vida de Jesus*, ao Mathew Arnold do progressismo oitecentista britânico ao ambíguo Joseph Conrad, d' *O Coração das Trevas*.

Seria preciso esperar por um grande sobressalto, a publicação na década de trinta, em Paris, do *Cahier d'Un Retour au Pays Natal*, de Aimé Cesaire e da sua famosa e posterior *Carta sobre o Colonialismo*, comparando a empresa esclavagista de longa duração, no Atlântico negro, ao holocausto nazi; seria preciso ler Franz Fanon, indignado, talvez preconceituoso, mas implacável desconstrutor de uma espécie de fenomenologia da dominação.

E, no entanto, a negritude nasce na diáspora. A palavra surge importada do francês. Escreve o investigador brasileiro Waldir Freitas Oliveira, da Academia de Letras da Bahia, que "a negritude, considerada em sua essência, não nasceu, contudo, na Europa, mas em terras da América, talvez sob a inspiração do movimento New Negro, surgido nos Estados Unidos em começos deste século [século XX], do qual participaram grandes poetas negros norte-americanos como Langston Hughes, Countee Lee, Jean Toomer e Claude McKay, todos com grande influência sobre a obra dos poetas francófonos das regiões das Antilhas e do Caribe, em especial sobre a de Aimé Césaire, da Martinica, e a de Léon-Gontran Damas, da Guiana".

Não se trata aqui de, mais uma vez, discorrer sobre o que significou esse importante movimento, ironicamente nascido em berço descentrado, nem sobre a "genuinidade" dos seus protagonistas, continentais ou diaspóricos. O que, de alguma maneira, se esconde até hoje é o contributo africano para a cultura global. São evidências só agora assumidas a nível de políticas de Estado, em países como o Brasil – passem alguns equívocos –, a presença oculta em manifestações que vão da pintura à dança, da música à escultura, da componente matricial de sincretismos tão presentes no novo continente e matizando de novos comportamentos e poses as geografias urbanas da velha Europa, cuja solução multicultural não consegue velar a tendencial circunscrição em guetos. Do Tango ao Blues e ao Jazz, do Cubismo às peças de um Giacometi, do geometrismo abstractizante ao esplendor da Cor, deduzidas as reflexões românticas de um Goethe, de Stravinski a Leonard Bernstein, ou dos novos movimentos cujos pressupostos, alguns, assentam na estética da relação de um Glissant, poeta, pensador e tudo; do manifesto crioulo da Martinica ao hercúleo edifício verbal que é o "Omero's" de Derek Walcott, há um mercadejar cultural que se vai entrelaçando e subvertendo o jogo do centro e das periferias, criando hegemonias discursivas e estéticas que se instilam nas estruturas rígidas das ideias feitas.

Obama, nem sequer um "autêntico" afro-americano, na narrativa própria dessa identificação, intra-muros, ou Nelson Mandela, atestam um oscilar de lugares.

Na ordem do dia, hoje como no início do século XX, a questão do renascimento africano. Um apelo antigo que, com o fim do *apartheid*, depois da libertação das colónias portuguesas, e, sobretudo, com Thabo Mbeki como presidente sul-africano, tomou um lugar central no discurso político-cultural.

De raspão, e aproveitando o excelente ensaio de Pathé Diagne *Renascimento e Problemas Culturais em África*, cuja edição portuguesa, antiga de 1977, se recomenda, vale citar ao menos um precursor que Diagne enaltece, E. W. Blyden, também de origem afro-americana e que faz da Libéria a sua casa. Da exegese da igualdade do homem, da sua unidade adquirida "de uma vez para sempre", Blyden, segundo Diagne, «prolonga consciente ou inconscientemente uma ideia negro-africana que postula, na construção imperial, a irredutibilidade imperial. O Estado e o pensamento indo-europeus são tão centralizadores e destruidores da diferença quanto o poder pré-colonial africano, pouco ou muito islamizado ou cristianizado, limita o esforço de unificação à instância política. Blyden não assume necessariamente esta visão e a herança que ela exprime. A sua tese nem por isso deixa de ser extraordinariamente afim. O renascimento negro e africano é para ele uma exigência da diferença. A diferença como expressão da especificidade não conota a concepção de uma cultura fechada».

Mongo Beti, escritor camaronês, dirá, passada a exaltação independentista e na ressaca das experiências pós-coloniais, algo de parecido ou "outrado". Em *A França contra África – Regresso aos Camarões*, o autor de *Remember Ruben* invectivará contra todas as subserviências e jogos da dependência neocolonial, da "traição das elites", do regresso à aldeia, com a sua rede de relações culturais e económicas e o seu humanismo inclusivo, não contraditório com as modernidades a expandir. Algo que vai na esteira do que postulam novos antropólogos e outros estudiosos da "coisa" africana. Uma África plural, osmótica, ciosa de uma troca que, pressupondo as regras do dom, o exige em igualdade de valor.

O rio das vozes

Na encruzilhada de tantas interferências e interdependências, um sinal dessa pulsão "renascentista", quaisquer que venham sendo as suas formulações, encontra na Declaração de Asmara sobre as Línguas Africanas uma das suas preocupações fundamentais. Subjaz a ela, mais do que ser francófona, anglófona ou lusófona – noções de justificada crispação – , a consciência de um património linguístico e uma mundividência riquíssimos que urge não esportular.

Da sua organização maior, a União Africana, se esperam passos decisivos. Esgotada a OUA (Organização da Unidade Africana) mas não o seu ideal pan-africanista que em N'Krumah implicava a constituição dos Estados Unidos da África —, a UA surge um pouco na esteira do que vem sendo o percurso da União Europeia. Critica-se-lhe o mimetismo, a construção a partir do tecto e não dos alicerces. Não obstante tais óbices de peso, a que acrescem múltiplos défices democráticos, seja na organização supranacional, seja em muitos dos países que a integram, a UA não se coíbe de anunciar as suas Quatro Directivas Estratégicas para 2009-2012. Define-as como pilares e enumera-as: Paz e Segurança; Desenvolvimento, Integração e Cooperação; Partilha de Valores e Instituição e Criação de Capacidades. É com eles que a Comissão da União Africana pretende trabalhar.

A Carta dos Direitos Humanos integra, no respeito pelos valores comunitários de matriz banta, os direitos dos Povos.

Vista como periférica na mundialização actual, África integra-a deste o seu primeiro momento, trágica e epicamente. Modelou sociedades e mundos cuja (in)visibilidade urge perceber e está preparada para os "desencobrimentos", como escreveu Mia Couto, que se impõem.

A África deve definitivamente unir-se, como apaixonadamente advogou N'Krumah, e ultrapassar as dependências com o exterior, os patrimonialismos que minam os seus Estados, a parcimónia ou fatalidade com que, como continente, aceita cimeiras desiguais: África/China, Japão/África, França/África, etc. Mesmo o exemplar discurso de Accra, deste ano de 2009, proferido por Barak Obama, só colhe por "erros próprios, má fortuna" e desamor ardente de muitas das suas elites. Se não, o mais certo era ser acolhido como um insuportável paternalismo. Mas que emergem, constituídas as nações de nações, em equilíbrio mais ou menos estável, os Estados, percebida a mobilidade forçada ou não dos grupos humanos, como prova da dadivosa troca de África ao mundo. ■